

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS**

**TRADIÇÃO E CONTRADIÇÃO: AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NO BRASIL**

Mario Miranda Antonio Junior

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Raiane Patrícia Severino Assumpção

São Paulo

2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS**

**TRADIÇÃO E CONTRADIÇÃO: AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NO BRASIL**

Mario Miranda Antonio Junior

Dissertação de mestrado apresentada à  
Universidade Federal de São Paulo,  
campus Baixada Santista, como  
requisito para obtenção do título de  
Mestre em Serviço Social.

Orientador (a): Raiane Patrícia Severino  
Assumpção

São Paulo

2020

# TRADIÇÃO E CONTRADIÇÃO: AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NO BRASIL

## PRESIDENTE DA BANCA

---

Orientador (a): Raiane Patrícia Severino Assumpção  
Universidade Federal de São Paulo

## BANCA EXAMINADORA

---

Titular 1: José Fernando Siqueira da Silva  
Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista

---

Titular 2: Davisson Charles Cangussu de Souza  
Universidade Federal de São Paulo – Campus Guarulhos

---

Titular 3: Íris Kantor  
Universidade de São Paulo

---

Suplente: Valéria Rosa Bicudo  
Universidade Federal Fluminense

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

São Paulo

2020

## DEDICATÓRIA

À Clarisse, Rossana, Mario e Eli, pela inspiração e dedicação. Ao mestre Florestan, pela passagem do seu centenário.

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho começou há 20 anos. Foi uma longa e árdua jornada. Não cheguei aqui sozinho. Espero poder contemplar todos que me acompanharam. Antes, porém, é importante lembrar que as condições precedem e condicionam as intenções e ações. Assim, este é um estudo que foi feito sem bolsa, com acesso restrito às bibliotecas e aos livros, e o último ano sem sequer acesso ao campus, docentes e o ambiente acadêmico, coroando uma trajetória de muita luta “contra vento e maré” - parafraseando um título de Vargas Llosa. Alguns mais resignados dirão que “essa é a realidade da maioria dos estudantes brasileiros”, mas isso não cala o repúdio, tampouco reduz o inconformismo.

Este é um trabalho que não resulta de um processo linear e sistemático de debates e acúmulo de conhecimentos teóricos e experiências empíricas, antes amadureceu ao longo de oportunidades interrompidas, debates esparsos, conforme as condições de sobrevivência e a realidade dada. Atravessou a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Faculdade de Direito e a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, as Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte até chegar ao Programa de Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo. A dívida é imensa com professores, estudantes e amigos nessa longa trajetória, espero fazer justiça a todos.

Atravessou a “esperança contra o medo” e presenciou o “despertar do gigante”. Passou da “pátria educadora” à “pátria amada”, golpeada e sistematicamente dilapidada. Não se trata de um estudo sobre um dado momento histórico, antes uma reflexão a respeito de um processo histórico em que forças econômicas, políticas e sociais se contrapõe e enfrentam-se, no esteio do movimento avassalador do capital que se impõe implacavelmente, de fora para dentro.

Dito isto, cumpre-nos destacar que esse estudo também não se desenvolveu de modo perene e sistemático. De forma organizada e contínua. Muito pelo contrário, deu-se através de investidas e lapsos, avanços e recuos, dialogando com interlocutores diversos – universidades, áreas do conhecimento, instituições públicas e sociais. O que temos aqui agora é o resultado de um trabalho atravessado pela “crise” da universidade,

ou melhor, da educação brasileira, que Darcy Ribeiro afirmava que “é um projeto”. O produto acabado da precariedade e do abandono da produção científica e do estudante-pesquisador nos últimos 5 anos.

Trabalho realizado nas piores condições possíveis. Sem incentivos à pesquisa, acesso aos meios de forma muito precária e limitada, devido à distância e o alto custo de deslocamento e, por fim, sob a quarentena da pandemia da Covid-19. Realizado durante um ano em total isolamento. Utilizando ferramentas virtuais que desconheço e não domino, na base do improviso, com conexão precária e equipamento limitado. Graças ao apoio inestimável de alguns amigos cheguei até aqui. Essa é a realidade do estudante pobre e desempregado brasileiro. Agradeço ainda a solidariedade e o apoio de professores e colegas, porque a questão não é individual, antes opção política pelo abandono à educação, a ciência e a universidade.

Não fosse o acúmulo teórico, empírico e acadêmico adquirido ao longo desses anos, receio que não seria capaz, nessas condições, de realizar o trabalho aqui exposto. Por essa razão, devo agradecer aos muitos que colaboraram, direta ou indiretamente para que esse trabalho acontecesse. Agradeço à minha orientadora, professora Raiane Patrícia Severino Assumpção e a banca, professores/as José Fernando Siqueira da Silva (UNIFESP), Irís Kantor (USP), Davisson Charles Cangussu de Souza (UNIFESP) e Valéria Rosa Bicudo (UFF). As professoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Sônia Regina Nozabielli e Tânia Maria Ramos Godói Diniz; Renata Gonçalves e Maria Lygia Quartim de Moraes, Rosângela Batistoni; Claudia Mazzei e Andréa Torres (em memória). A Andréa, tenho que registrar a minha gratidão, pois, sei que se não fosse ela não estaria aqui, conforme conduziu a entrevista de seleção de forma descontraída e serena, deixando-me à vontade e seguro para expor meus argumentos.

Agradeço ainda aos professores Homero Costa (UFRN) pela confiança e apoio, desde 2015. A professora Mariléa Venâncio Porfírio (UFRJ) pela atenção, consideração e apoio desde 2013. Aos professores Mauro Leonel (USP) e Desireé Lemos de Azevedo (UNIFESP), Dilson Wrasse (PUC-SP), Marinez Brandão (UNIFESP), Ana Cristina Valcárcel Vellardi (UNIFESP) e Moacir Assunção (FMU), que em algum momento contribuíram para a realização desse estudo. Ao Eduardo Rodrigues da Silva da

Secretaria de Pós do Programa pela imensa dedicação e atenção; e a Milca de Oliveira Pascoal igualmente pelo apoio e disposição. Agradeço aos amigos que estiveram em algum momento comigo ao longo dessa jornada: Geraldo José Santos, Ricardo Antunes de Abreu e Domingas Vieira, Benedito Barbosa Junior (em memória), Emerson Issa Kamyia, Cristiano Magalhães, Felipe Athayde Lins Melo, Zeferino Camargo, Marcelo de Souza Cleto, Elizabeth de Lima Gil, Celamar Maione, Jaqueline Garcez Buozi, Érika Bismarchi, Odair Dias Filho, Carlos von Sohsten e João Bosco Teixeira, Viviane Rodrigues, Rodrigo Silva e Ulisses Queixada. À Waleska Christian Ribeiro da Silva pelo companheirismo, confiança e paciência lá no início dessa jornada. Aos grandes amigos José Benedito Alves Filho e Júlio Gonçalves pela camaradagem de sempre.

“Muitos acham que desprezo a universidade e o trabalho acadêmico. Que inversão! O que desprezo é a universidade voltada sobre si mesma e o trabalho acadêmico que não tem outro fim que o da “carreira”, do “êxito profissional” e da “produção” para o currículo”. (Florestan Fernandes em carta para Barbara Freitag, São Paulo, 03/05/1983)

## **RESUMO**



A pesquisa realizada articula tradição e contradições, no passado e no presente, da sociedade brasileira, para discutir a permanência do conservadorismo em um contexto de crise do capitalismo global – especialmente a partir de 2008 que há uma contraofensiva neoliberal e autoritária na América Latina desde uma década de ascensão de forças progressistas. Parte-se da hipótese de que a redemocratização no Brasil alcançou os procedimentos institucionais, mas não renovou as práticas políticas, pois há tensionamento na relação capital x trabalho, na perspectiva do capitalismo periférico e dependente, mobilizando setores reacionários históricos contra forças democráticas e populares. Assim, numa perspectiva dialética, histórica e estrutural o estudo em questão busca analisar a relação entre autoritarismo e democracia no Brasil, destacando as contradições entre capital x trabalho através da “questão social”, considerando a nossa “formação social” e o “modo de produção” típico que estrutura a sociedade. Para este fim, foram mobilizados autores do pensamento político e social brasileiro, considerando as suas distintas abordagens metodológicas e teóricas. Por fim, destacamos a “modernização conservadora”, a “tradição autoritária”, a “ordem senhorial”, a “autocracia burguesa” e o “capitalismo dependente” como elementos fundamentais que caracterizam o processo histórico e que repercutem no desenvolvimento econômico, social e da democracia no Brasil.

**Palavras-chave:** Questão Social. Autoritarismo. Democracia. Ordem Senhorial.

**ABSTRACT**

The research conducted articulates tradition and contradictions, in the past and present, of Brazilian society, to discuss the permanence of conservatism in a context of crisis of global capitalism - especially since 2008 that there has been a neoliberal and authoritarian counter-attack in Latin America since a decade of rising progressive forces. It is based on the hypothesis that redemocratization in Brazil has reached the institutional procedures, but has not renewed political practices, because there is tension in the capital versus labor relation, from the perspective of peripheral and dependent capitalism, mobilizing historical reactionary sectors against democratic and popular forces. Thus, in a dialectic, historical and structural perspective, the study in question seeks to analyze the relationship between authoritarianism and democracy in Brazil, highlighting the contradictions between capital x labor through the "social question", considering our "social formation" and the typical "mode of production" that structures society. To this end, authors of Brazilian political and social thought were mobilized, considering their different methodological and theoretical approaches. Finally, we highlight the "conservative modernization", the "authoritarian tradition", the "manorial order", the "bourgeois autocracy" and the "dependent capitalism" as fundamental elements that characterize the historical process and that impact on the economic, social and democratic development in Brazil.

**Keywords:** Social Issue. Authoritarianism. Democracy. Manorial order.

## **LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS**

<b>AIB</b>	Ação Integralista Brasileira
<b>ANL</b>	Ação Nacional Libertadora
<b>BIRD</b>	Banco Mundial
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CCO</b>	Centro das Classes Operárias
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
<b>CGT</b>	Confédération Générale du Travail
<b>COB</b>	Confederação Operária Brasileira
<b>DEOPS</b>	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
<b>DIP</b>	Departamento de Imprensa e Propaganda
<b>FIES</b>	Fundo de Financiamento Estudantil
<b>FIESP</b>	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
<b>FIRJAN</b>	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>IADESIL</b>	Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
<b>OEA</b>	Organização dos Estados Americanos
<b>OAB</b>	Ordem dos Advogados do Brasil
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>PRONATEC</b>	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade para Todos
<b>SENAI</b>	Serviço Nacional da Indústria
<b>SIGEO</b>	Sistema de Informações Georreferenciadas
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>UPPs</b>	Unidades de Polícia Pacificadora

**USAID**

United States for International Development

**SUMÁRIO**

## **Introdução**

<b>O caminho das pedras: desvios e descaminhos teóricos e empíricos.....</b>	<b>13</b>
<b>1. Democracia e neodesenvolvimentismo: questão social e controle social .....</b>	<b>19</b>
<b>2. Capitalismo, Direito e Controle Social.....</b>	<b>27</b>
2.1. Questão Social e luta de classes.....	31
2.2. Questão social no Brasil e o pensamento político e social brasileiro.....	41
<b>3. Questão social, luta de classes e movimentos populares.....</b>	<b>49</b>
3.1. Questão social e autoritarismo: terra, pobreza, messianismo e violência.....	60
3.2. Tradição autoritária e questão social.....	74
<b>4. Modo de produção e luta de classes no Brasil .....</b>	<b>79</b>
<b>5. Raízes do Brasil: formação social e tradição autoritária.....</b>	<b>101</b>
<b>6. A Revolução Burguesa Brasileira: origens da burguesia e do capitalismo dependente e periférico brasileiro.....</b>	<b>120</b>
<b>7. Autoritarismo, proletariado e luta de classes no Brasil.....</b>	<b>158</b>
<b>8. Questão social, movimentos operários e luta de classes no Brasil.....</b>	<b>180</b>
<b>9. Ocaso da República Oligárquica: ascensão do proletariado, Tenentismo e reação burguesa.....</b>	<b>213</b>
9.1. Integralismo: ofensiva autoritária, conservadora e irracionalista.....	230
<b>10. Estado Corporativo: questão social, pensamento e tradição autoritária.....</b>	<b>243</b>
<b>11. Autoritarismo, questão social e capitalismo.....</b>	<b>262</b>
<b>12. Considerações Finais.....</b>	<b>273</b>
<b>Referências .....</b>	<b>284</b>

## **Introdução**

### **O caminho das pedras: caminhos e descaminhos teóricos e empíricos.**

A proposta de discutir a relação entre autoritarismo e democracia no Brasil, à partir da questão social, resulta de um longo processo de maturação construído através das seguintes experiências: Secretarias de “Economia e Planejamento” (Departamento do Sistema de Informações Georreferenciadas – Sigeo) e “Assuntos de Segurança Pública” na Prefeitura de Guarulhos em São Paulo (2000-2002); a “Especialização em Direitos Humanos” pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2003-2004) e o “Projeto Carpe Diem” no sistema carcerário paulista pela Fundação “Prof. Dr. Manoel Pimentel” (2009-2010).

A primeira experiência, enquanto estagiário de Sociologia na Prefeitura de Guarulhos (Departamento Sigeo – Sistema de Informações Georreferenciadas), me possibilitou entrar no universo da produção e análise de dados estatísticos - coleta de dados, manutenção de informações demográficas, socioeconômicas e relacionadas à infraestrutura do município. Assim, logo estava levantando informações sobre violência e segurança pública, iniciando a aproximação com as instituições policiais que atendiam ao município. Na ocasião foram mapeados os Batalhões e Companhias da Polícia Militar, as bases comunitárias e o efetivo da tropa na cidade, destacando o percentual de policiais por bairro, considerando à sua população. Tratava-se apenas de identificar a polícia ostensiva, não o contingente de todo o aparato de segurança da cidade.

No ano seguinte, com a criação da Secretaria Municipal para Assuntos de Segurança Pública, iniciou-se o mapeamento de homicídios dolosos, roubo e furtos de veículos na cidade. Essa atuação subsidiou o meu Trabalho de Conclusão de Curso na graduação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 2002. Foram cerca de 14 meses convivendo com agentes de segurança da Secretaria para Assuntos de Segurança Pública de Guarulhos - instalada no Quartel da Guarda Municipal - e em Batalhões da Polícia Militar e na Delegacia Seccional, coletando e registrando Boletins de Ocorrência relacionados aos delitos mencionados. Experiência instigante, posto que favorecia a técnica da “observação participante”, permitindo-me aproximar de discursos, ideias e práticas acessíveis apenas aos envolvidos na segurança pública.

A partir dessa experiência foi amadurecendo a ideia de aprofundar os estudos, ainda na graduação, sobre a violência, por meio da análise de subsídios socioeconômicos, demográficos e do levantamento de informações sobre homicídio doloso na cidade de Guarulhos/SP. O trabalho de graduação consistia, porém, em uma abordagem de caráter funcionalista, apenas identificando padrões de crimes na cidade numa perspectiva empírica e analítica. A dinâmica e o mapeamento dos crimes, ao lado da aproximação das instituições e dos agentes de segurança - policiais militares, investigadores, escrivães, delegados e guardas municipais - suscitou novos questionamentos e estimulou, por sua vez, a problematização e o aprofundamento a partir de pressupostos sóciohistóricos, numa perspectiva crítica, despertando a reflexão sobre o caráter autoritário latente nas instituições policiais e nas políticas de segurança.

As práticas das instituições de segurança brasileiras revelam resistência – quando não oposição aberta - aos direitos humanos e, portanto, à democracia. Diversos estudos constataam que a polícia brasileira é a mais letal no mundo e o Estado brasileiro o maior violador de direitos humanos<sup>1</sup>. Do ponto de vista histórico, trata-se de relações sociais balizadas pela força, conforme a “militarização da segurança pública” e a doutrina do “Estado forte”, da “segurança nacional” e do enfrentamento ao “inimigo interno” nas bases da tradição do Exército como o “guardião da pátria”, desde a época do “pacificador” – e patrono do Exército – Duque de Caxias, no âmbito da ordem senhorial e da herança

---

<sup>1</sup> Anistia Internacional – Informe 2017/18: O estado dos direitos humanos no mundo. 2018. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>. Acesso em: 02/12/2018.

13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf). Acesso em: 23/03/2020.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 a 2018, Edição especial 2018, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP\\_ABSP\\_edicao\\_especial\\_estados\\_faccoes\\_2018.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf). Acesso em: 17/09/2019.

As violações no sistema prisional brasileiro. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) 2016. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/09/quando-a-liberdade-e-excecao.pdf>. Acesso em: 11/07/2019.

Anistia Internacional – Informe 2014/15: O estado dos direitos humanos no mundo. 2015. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Web-Informe-2015-03-06-final.pdf>. Acesso em: 09/04/2019.

“Polícia brasileira mata em 6 dias o mesmo que a britânica em 25 anos”, Folha de São Paulo, 28/10/2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/10/1827203-policia-brasileira-mata-em-6-dias-o-mesmo-que-a-britanica-em-25-anos.shtml>. Acesso em: 18/10/2018.

escravocrata<sup>2</sup>. Dito isto, cumpre refletir sobre como se dá a coexistência - contraditória - entre padrões autoritários e democracia formal<sup>3</sup> na perspectiva da teoria crítica. Trata-se, portanto, de apontar o olhar sobre o caráter da formação social e política brasileira, ao lado do modo de produção típico que a estrutura, na tradição do capitalismo dependente e periférico.

A pesquisa sobre homicídios na cidade de Guarulhos ampliou a reflexão a respeito da violência e o repertório de interlocutores empíricos e teóricos. A partir desse estudo, a proposta de pesquisa do mestrado foi se delineando através de indagações suscitadas por meio do diálogo com alguns dos principais autores do pensamento político e social brasileiro, considerando o processo histórico no âmbito do capitalismo brasileiro. A constatação de padrões autoritários que persistem e se ajustam à novos contextos sociohistóricos remodelando-se, mobilizou a busca de interlocutores capazes de subsidiar a reflexão sobre a realidade brasileira, mediada tanto pela herança colonial e o capitalismo periférico-dependente – relações arcaicas -, quanto pelo desenvolvimento da democracia e das forças sociais produtivas – relações modernas - numa perspectiva histórica, dialética e estrutural. Para isto, foi utilizada uma categoria relevante nas ciências sociais, a “questão social”, que perpassa a obra de inúmeros autores, ainda que de modo transitório.

Considerando o recorte temporal de uma década (2000 – 2010), período em que o projeto desta pesquisa se desenvolveu e em que houveram transformações políticas e sociais relevantes no país, incidindo de maneira contundente sobre a sociedade, tensionando e ampliando a democracia nas esferas de poder no esteio da ascensão de forças progressistas cumpre destacar a mudança da reflexão sobre “violência” na sociedade para “autoritarismo” – considerando que a violência é somente a sua face mais concreta e contundente. É nesse período que amadurece a hipótese da violência como

<sup>2</sup> Constituição Federal, Artigo 142. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_03.07.2019/art\\_142\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_142_.asp). Acesso em: 27/11/2019.

A militarização da segurança pública no Brasil. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, Relatório, Tomo I, Parte 1, 2013. Disponível em: [http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I\\_Tomo\\_Parte\\_1\\_A-militarizacao-da-seguranca-publica-no-Brasil.pdf](http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_1_A-militarizacao-da-seguranca-publica-no-Brasil.pdf). Acesso em: 29/08/2018.

<sup>3</sup> Giorgio Agamben (2011) sustenta que o “estado de exceção” é uma tendência mundial nas democracias liberais.



desdobramento – meio de dominação e controle social - de elementos autoritários que caracterizam a sociedade brasileira na tradição escravocrata-senhorial. Trata-se de uma hipótese suscitada a partir de reflexões sobre a realidade analisados à luz de processos sociohistóricos na perspectiva da teoria crítica.

De fato, nesse contexto (2000-2010), ampliou-se o debate acerca dos direitos humanos, bem como o incremento de políticas públicas e sociais na sociedade. Da “Secretaria Especial de Direitos Humanos” à de “Políticas de Promoção da Igualdade Racial”, do “Estatuto do Desarmamento” à “Lei Maria da Penha” até a criação da “Comissão Nacional da Verdade” há uma ampla mobilização nacional em termos de promoção, defesa e consolidação dos direitos humanos no Estado e na sociedade, não sem resistência e atritos entre setores conservadores e autoritários.

Nesse sentido, é importante destacar estudos como o encomendado pela “Secretaria Especial de Direitos Humanos” da Presidência da República à Universidade de São Paulo em 2008 em 153 municípios e 25 unidades federativas - “Direitos Humanos: percepções da opinião pública”. Este estudo pretendia apreender o pensamento da sociedade acerca dos direitos humanos no ano em que se comemorava os 20 anos da Carta Cidadã de 1988. Assim, o diagnóstico revelou fortes traços autoritários presentes na sociedade, indicando o que pensa o brasileiro médio sobre violência e direitos humanos. O estudo demonstrou que 30% dos entrevistados acreditam que “presos devem ter seus direitos resguardados completamente”, enquanto 40% considera admissível que eles sejam “completamente ignorados”. Sobre a “redução da maioria penal”, 71% são favoráveis e nas perguntas com resposta espontânea, 43% concordaram com a afirmação: “bandido bom é bandido morto” e 1/3 que “direitos humanos deveriam ser só para pessoas direitas.”<sup>4</sup> Pesquisa emblemática, pois revela um retrato sombrio da sociedade à época dos 20 anos da Constituição democrática.

Todavia, é importante pontuar algumas observações. Uma pesquisa é um termômetro da realidade, considerando que ela é dinâmica, há variações conforme a conjuntura política, a correlação de forças sociais e o desenvolvimento sociocultural. É

---

<sup>4</sup> Recente pesquisa do Instituto Datafolha revela que a média nacional favorável à redução da maioria penal está em 87%. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1616762-87-querem-reducao-da-maioridade-penal-numero-e-o-maior-ja-registrado.shtml>> Acesso em: 16/07/ 2018.

uma forma de capturar apenas um determinado momento, diz respeito a percepções sobre o tempo imediato e amostras da sociedade. A pesquisa é uma aproximação da realidade, não a própria realidade; portanto, não basta para aferir o quanto uma sociedade é mais ou menos autoritária, intolerante, violenta. Trata-se de relações de poder, assim, temos que considerar a sua efetiva distribuição na sociedade de classes. Por fim, é imprescindível considerar o processo sociohistórico, o desenvolvimento do capitalismo e a correlação de forças entre capital x trabalho, a luta de classes e acirramento do antagonismo entre segmentos conservadores e progressistas na sociedade.

Essa pesquisa, por fim, foi realizada em um momento peculiar no contexto global, início da crise econômica de 2008 nos Estados Unidos, cujos efeitos nefastos repercutem mundialmente até o presente momento. Por outro lado, forças progressistas se expandiam na América Latina com Evo Morales na Bolívia em 2006, Rafael Correa no Equador em 2007 e Fernando Lugo no Paraguai em 2008. No ano seguinte, contudo, iniciou-se a onda reacionária no continente com o golpe contra Manuel Zelaya em Honduras, sinalizando à ofensiva da direita neoliberal e autoritária sobre a América Latina para minimizar os efeitos da crise econômica, depositando o seu ônus sobre a classe trabalhadora e os mais pobres.

A tensão entre capital e trabalho, setores progressistas e conservadores, apenas se acentuou desde 2008. No que diz respeito aos direitos humanos, à brutal ofensiva conservadora e autoritária, talvez seja o dito “gigante” que dizem que “acordou” em 2013 – que se seguia adormecido desde redemocratização, após 2005 com o caso do Mensalão, a ofensiva da direita e a fratura no bloco da esquerda, o tal “gigante” autoritário já dava sinais de que despertaria, ressurgindo revigorado e ensandecido.

A rejeição da revisão da “Lei da Anistia” pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2010, proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o objetivo de retirar à sua extensão aos crimes de tortura e crimes comuns cometidos por agentes do Estado, bem como a criação do “Plano Nacional de Direitos Humanos” e a “Comissão Nacional da Verdade”, despertaram as animosidades da reconciliação mais ou menos forçada pós-Anistia de 1979. Enfim, atಿçou a linha-dura da caserna incitando a sanha dos saudosistas do arbítrio.

Se sucedeu, assim, um ambiente político favorável para que a extrema-direita - antidemocrática, antinacional e antipopular – estimulasse setores médios e pobres da sociedade mais suscetíveis à manipulação, desinformação e aos efeitos deletérios da crise econômica, de modo que o apelo à “ordem” e a “segurança” se impõe à igualdade e a liberdade em termos de políticas e direitos sociais, coletivos e difusos. A combinação do discurso neoliberal da antipolítica, “estado mínimo”, naturalização e individualização da pobreza ao lado da moralização e judicialização da política colocaram em xeque as forças progressistas e a própria democracia. Considerando a formação social – senhorial - e o modo de produção – escravocrata – do Brasil, na ordem do capitalismo dependente e periférico, embora sob ares democráticos desde 1988 e progressistas desde 2003, as informações supracitadas sobre as políticas e instituições de segurança revelam traços autoritários mais ou menos dissimulados na sociedade.

Em 2003, no contexto da ascensão de forças progressistas, surge o curso de “Especialização em Direitos Humanos” pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como uma oportunidade para qualificar o debate sobre a violência na sociedade, conforme o quadro de docentes consagrados na cátedra e na defesa dos direitos humanos. Todavia, a despeito da proposta de caráter interdisciplinar, a primazia do debate estritamente no campo jurídico atravessava todo o curso - da bibliografia às disciplinas, do corpo docente aos estudantes selecionados. Egresso das Ciências Sociais, considerando o debate circunscrito ao arcabouço jurídico, busquei ampliar a reflexão para além da esfera do Direito, posto que não contemplava os objetivos desta proposta.

Adiante, as experiências ligadas à segurança pública e ao sistema penitenciário permitiram-me o contato com delegados, investigadores, policiais militares, oficiais, carcereiros, diretores de presídio, defensores públicos e promotores de justiça. Assim, é relevante destacar o desrespeito à lei de execução penal (Lei 7.210/84) e aos direitos humanos<sup>5</sup> perpassando todos os espaços relacionados à segurança pública e a administração carcerária. Deste modo, estas constatações suscitaram a hipótese de que a redemocratização não alcançou determinados espaços e procedimentos institucionais.

---

<sup>5</sup> **Sistema penitenciário atual: incompatibilidade com a lei de execução penal.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/41175/sistema-penitenciario-atual-incompatibilidade-com-a-lei-de-execucao-penal>>. Acesso em: 04/02/2018.

Tampouco renovou as práticas e os princípios que caracterizam os órgãos militares e de segurança e justiça no contexto democrático. Apenas envernizou a superfície da sociedade e adornou o Estado, conforme as exigências da democracia formal, ambos, porém, ainda muito refratários aos ideais democráticos e a universalização de direitos. Dito isto, esta proposta deverá apontar os elementos fundamentais da nossa formação social, considerando o modo de produção que a estrutura, destacando as suas contradições através do método materialista-dialético no âmbito do capitalismo periférico e dependente.

## **1. Democracia e neodesenvolvimentismo: questão social e controle social**

Nas ruas da cidade, nas mais centrais até, andam pequenos vadios, a cursar a perigosa universidade da calaçaria das sarjetas, aos quais o governo não dá destino, não os mete num asilo, num colégio profissional qualquer, porque não tem verba, não tem dinheiro. E o Brasil é um país rico [...]. (BARRETO, 1920)

O atual debate sobre a democracia no Brasil é atravessado por elevados índices de violência (homicídios, extermínios, tortura, desaparecimentos) e rejeição aos direitos humanos. Alcançando amplos segmentos da sociedade, se caracteriza pela acentuada polarização entre setores conservadores e progressistas. Segue condicionado pelo antagonismo entre os que reivindicam a volta do arbítrio e o fim da democracia e aqueles que se posicionam pelo incremento da democracia, expansão de direitos e mais participação popular<sup>6</sup>. As consequências dessa polêmica se materializam, por exemplo, no contexto das campanhas pela redução da maioria penal e pelo fim do “Estatuto do desarmamento”, das leis contra o “Terrorismo” (PL 2016/15) e a “Escola sem Partido”

---

<sup>6</sup> É importante destacar que a despeito do conjunto das forças políticas progressistas que compõe a sociedade, considerando o amplo espectro que vai dos comunistas e socialistas aos anarquistas, socialdemocratas e liberais democratas, no jogo da extrema-direita com tendências neofascistas tudo se reduz indiscriminadamente à “comunismo” ou “socialismo” numa perspectiva de Estado forte e autoritário e/ou antipartidos e antipolítica.

(1.411/15), no encarceramento e extermínio da juventude negra e no vertiginoso aumento da letalidade policial<sup>7</sup>.

Nas últimas três décadas o Brasil passou por diversas transformações econômicas, políticas e sociais, combinando estabilidade econômica e institucional com à expansão do processo de exploração e acumulação capitalista. No contexto da democracia e da globalização, o Brasil – como outros países periféricos - passou a ocupar uma posição destacada na estratégia da hegemonia neoliberal. No bojo desse processo, a expansão do capital deu-se através da abertura econômica, do incremento da produção e de novos arranjos produtivos – privatizações, fusões, terceirização, precarização das relações de trabalho. Ao maior acesso ao crédito, bens de consumo e políticas públicas focalizadas, corresponde à expansão da concentração privada, do individualismo e consumismo, do controle social e da primazia do mercado sobre a política e a sociedade.

Inserido na roda da fortuna<sup>8</sup> do capitalismo globalizado, o país foi alçado à posição de parceiro das grandes potências econômicas mundiais. De acordo com Deo (2011, p. 231), a abertura econômica promoveu o desenvolvimento de capitais transnacionais e investimentos públicos em políticas necessárias à sua expansão no mercado nacional – parcerias público-privadas, subsídios, incentivos, concessões, controle de gastos públicos e liberalização financeira. Considerando a primazia da mundialização do capital e do mercado financeiro, o aprofundamento dos “vínculos e a dependência do país em relação aos polos centrais do capitalismo” promove a ampliação do “grau de “vulnerabilidade externa” da economia brasileira”.

Analisando as bases do governo do ex-presidente Lula, Deo (2011, p. 227) constata, do ponto de vista econômico, o caráter genérico, rebaixado e, em linhas gerais, bastante parecido com o do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Concomitante aos ideais de “justiça social”, “direitos humanos” e “igualdade” o discurso segue o roteiro do “crescimento econômico” e da “responsabilidade fiscal”, alicerces do “neodesenvolvimentismo” nas bases da “geração de emprego” e “inclusão social”. A

---

<sup>7</sup> Relatório da Anistia Internacional aponta que as polícias brasileiras são as que mais matam no mundo. Disponível em <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2015/09/amnesty-international-releases-new-guide-to-curb-excessive-use-of-force-by-police/>> Acesso em: 20/10/ 2018.

<sup>8</sup> A roda da fortuna no Tarot representa o destino, através da metáfora do “tear das Moiras” que teciam o fio da vida na roda do destino. Fortuna era a deusa romana da sorte, seja ela boa ou má.

grosso modo, funda-se no referencial keynesiano ou neokeynesiano estabelecido no escopo do “*O social como eixo do desenvolvimento*”.

O modelo neodesenvolvimentista brasileiro é uma versão repaginada do *desenvolvimentismo* pensado pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) nos anos 50/60. Capitaneado pela burguesia nacional associada ao capital estrangeiro, formada por grandes conglomerados industriais e financeiros - Camargo Corrêa, OAS, Odebrecht, Vale, Bradesco, Itaú, Gerdau, Ambev - e o agronegócio exportador - Friboi, Cargill, JBS, Bunge, Cutrale, Monsanto –, foram beneficiados pelo aumento da participação nacional no mercado externo, combinada com a política de financiamento público e obras de infraestrutura imprescindíveis à sua expansão. Trata-se de promover as empresas e os investimentos brasileiros no mercado externo e as camadas populares passam a serem beneficiadas pelo crescimento da economia – expansão do mercado de trabalho, crédito, programas de transferência de renda – na ordem do capital, sem romper com as velhas estruturas estabelecidas no plano da hegemonia global.

Nesse contexto, a expansão das políticas subsidiárias do modelo de desenvolvimento econômico neodesenvolvimentista - obras dos Jogos Panamericanos, Copa do Mundo, Olimpíadas, transposição do rio São Francisco, Usinas Hidrelétricas de Jirau e Belo Monte, Programa Minha Casa Minha Vida – coincidem com programas sociais correspondentes, necessários a dinâmica da produção e do mercado interno, articulando controle e repressão social – Pronatec, Prouni, Fies, Bolsa Família, Luz para todos, UPPs, Força Nacional de Segurança.

Estabelecida no âmbito do capital globalizado, para Deo (2011, p. 247) a economia brasileira nos mandatos do ex-presidente Lula da Silva se desenvolve de maneira consistente; contudo, ao mesmo tempo, aprofunda a vocação à “inserção subordinada” – dependente e periférica - ao “sistema econômico mundial”. Deste modo, ainda que o ex-presidente venha do operariado, a adesão a tal opção consolida o “sentido histórico” da “continuidade da lógica associativo-subordinada congênita, própria da burguesia que se desenvolve no país”, representada como “modernização” - conservadora -, a despeito das possibilidades de construção da ruptura.

Assim, Deo (2011, p. 242) constata que no governo Lula da Silva ocorreu um fenômeno chamado “especialização retrógrada”, na medida em que o desenvolvimento econômico se dá no interior do “fôlego conjuntural” da economia global, através da “reprimarização” da produção, ou seja, um reordenamento do setor industrial à exportação de produtos oriundos do agronegócio. Deste modo, cumpre reproduzir a ordem da “modernização conservadora”<sup>9</sup>, na medida em que “capta a centralidade e a essencialidade, em perspectiva histórica, da objetivação do capitalismo no Brasil, de seu Sentido Modernizador”.

Com efeito, o modelo político-econômico vigente, variando desde o “populismo autoritário” da era Vargas passando pelo “desenvolvimentismo” anticomunista – “Aliança para o Progresso” – e o “autoritarismo tecnocrático” da ditadura civil-militar, segue assentado nas bases do capitalismo dependente e periférico, conforme determinadas conjunturas em que as disputas entre setores que compõe à burguesia aliam-se à classe trabalhadora e forças progressistas, promovendo “dentro da ordem” os segmentos populares e ampliando em bases mínimas as suas conquistas. Getúlio Vargas, por exemplo, consolidou a legislação trabalhista, criou a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, o Senai e o BNDES modernizando o Estado, ampliando a proteção social e a infraestrutura industrial, por outro lado enquadrou os sindicatos, organizou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Departamento de Ordem, Política e Social (DEOPS), encarregados pela manutenção da hegemonia, controle e repressão social.

Conforme a ofensiva do projeto neoliberal no continente, é importante destacar duas constatações: a primeira é que o neoliberalismo no continente latino-americano apareceu há três décadas, no final dos anos 80, início dos 90, com Fernando Collor no Brasil, Carlos Salinas no México, Carlos Menem na Argentina, Andrés Rodríguez no Paraguai, Andrés Pérez na Venezuela, dentre outros. A segunda, é que a atual onda neoliberal que assola o continente, trata-se de uma contraofensiva aos governos progressistas de centro-esquerda que buscaram alternativas sócio-liberais à agenda neoliberal, entre o final dos anos 90 e início dos anos 2000, como Lula da Silva no Brasil,

---

<sup>9</sup> Conceito formulado por Florestan Fernandes na obra “A Revolução Burguesa no Brasil”, de 1975, conforme veremos no capítulo 6.

Néstor Kirchner na Argentina, Hugo Chávez na Venezuela, Rafael Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia, dentre outros. Dito isso, trata-se de um projeto que visa não apenas impor a agenda de “ajustes” neoliberal, sobretudo proceder o desmonte das conquistas sociais em termos de direitos e políticas alcançadas pelas classes populares e os trabalhadores desses países.

O neoliberalismo, do ponto de vista histórico, resulta da crise do capitalismo e do Estado de Bem-Estar Social em meados da década de 70. Com exceção do Chile de Pinochet, apareceu por aqui, como já foi dito, em meados dos anos 80 e início dos anos 90. No contexto do fim do ciclo de ditaduras latino-americanas e redemocratização, considerando a crise do bloco socialista e final da Guerra Fria, o neoliberalismo se impõe como hegemonia político-econômica, estabelecido pelo “Consenso de Washington”<sup>10</sup>. Do ponto de vista objetivo, lá se vão 70 anos desde que a hegemonia político-econômica no ocidente segue sob a tutela da Casa Branca.

Historicamente, conforme Rizzotto (2000), a hegemonia político-econômica ianque no pós-guerra (1945) estabeleceu a estratégia de contenção ao comunismo na Europa através de organismos internacionais e como mecanismo de consolidação dos EUA enquanto potência militar, política, tecnológica e econômica mundial. Assim, o Banco Mundial surge como o organismo multilateral concebido pelos americanos para estabelecer o padrão econômico ocidental - modelo produtivo fordista. Os antecedentes em que surgem os organismos multilaterais se inscrevem no contexto da Grande Guerra, estendendo-se até a II Guerra, marcado por revoluções, instabilidade política e social na Europa e a crise mundial de 1929, favorecendo o surgimento de regimes autoritários - nazi-fascismo na Itália, Alemanha, Espanha e Portugal. Na América Latina teremos os regimes do tipo populistas-autoritários, caracterizados por Getúlio Vargas no Brasil e Domingo Péron na Argentina.

No contexto pós Grande Guerra, os organismos multilaterais de controle do capital - liberalismo ortodoxo - eram necessários para evitar crises econômicas e sociais,

---

<sup>10</sup> O Consenso de Washington foi o nome dado ao receituário neoliberal proposto pelo economista estadunidense John Williams em 1989 para a América Latina, através do *Institute for International Economics*. As medidas previstas e adotadas a seguir pelo FMI, recomendavam privatizações, reforma fiscal, abertura econômica, reforma e redução do Estado.



e radicalismos à esquerda ou à direita. O triunfo americano em *Bretton Woods*<sup>11</sup> encerraria a hegemonia britânica, estabelecendo o *Plano White* na conferência, consolidando a política econômica norte-americana no contexto global. Apesar da proposta de Keynes (britânica) e White (norte-americana) preverem o fim das barreiras e práticas cambiais discriminatórias que prejudicam o livre comércio, mecanismos de ajuste nas balanças de pagamento condicionam os países deficitários, prejudicando as economias periféricas e favorecendo os mais poderosos e superavitários, especialmente os EUA. A concentração das reservas de ouro mundiais pelos EUA (70%) favorecia a sua recuperação como mecanismo de reserva internacional, estabelecendo a conversão do dólar - único país capaz de manter a convertibilidade - como reserva obrigatória no sistema financeiro global.

De acordo com Rizzotto (2000), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o BIRD - Banco Mundial - foram as principais instituições multilaterais estabelecidas na Conferência de Bretton Woods, responsáveis por assegurar a consolidação do modelo político-econômico norte-americano no ocidente. Com finalidades distintas, o FMI, conforme previsto propõe "normas internacionais de gestão financeira", estabelecendo-se como instituição referência para as relações político-econômicas entre os países ocidentais, sobretudo, entre os mais ricos e os periféricos. O BIRD, por sua vez, buscava incentivar a reconstrução dos países destruídos pela II Guerra e fomentar o desenvolvimento por meio de empréstimos e financiamentos aos países membros. Considerando que o Banco se trata de uma associação de fundos de acionistas e os EUA o país com mais reservas e liquidez do sistema bancário, conseqüentemente, prevaleceram os mecanismos que favoreciam os interesses americanos. A primazia dos interesses americanos no Banco Mundial, passa desde a escolha do seu presidente pelo governo, até a influência de executivos na direção do órgão e empresas americanas de consultoria, para avaliação técnica e econômica de projetos financiados pela instituição.

Apesar do Banco Mundial e do FMI, a face americana na luta contra a expansão comunista na Europa se apresentaria por meio da Doutrina Truman e do Plano

---

<sup>11</sup> Os acordos de Bretton Woods aconteceram na cidade desse nome, em New Hampshire nos EUA em 1944. Após a crise econômica mundial de 1929 e no contexto do fim da II Guerra Mundial, foi convocada a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas - Bretton Woods - com o objetivo de reorganizar o sistema capitalista global. Participaram 44 países, dentre eles o Brasil e foram criados nesse encontro o Banco Mundial, o FMI, a CEPAL e o padrão dólar como a referência global.

Marshall. Estabelecendo acordos bilaterais diretamente com os países dispostos a fazer oposição ao comunismo, esses convênios previam apoio financeiro e técnico, parcerias comerciais e militares. No âmbito das estratégias de desenvolvimento econômico para contenção do comunismo na década de 60, os norte-americanos apresentam a “Aliança para o Progresso” para a América Latina após a revolução cubana.

À época da Aliança para o Progresso, durante as administrações Kennedy e Johnson, Robert McNamara, Secretário de Defesa dos EUA, responsável pelo incremento de tropas no Vietnã e pela política de segurança externa americana no período mais tenso da Guerra Fria, após deixar o governo, acabaria em seguida presidente do Banco Mundial até 1981 - John Jay McCloy, a época da II Guerra, ex-presidente do Conselho de Segurança Nacional e Alto Comissário dos EUA para a Alemanha foi também presidente do Banco Mundial durante o governo Truman. Parece que há um inegável apreço do Banco Mundial por burocratas ligados ao gabinete de Defesa norte-americano, responsáveis por fomentar conflitos nos países que depois o órgão pode ajudar a reconstruir - Paul Wolfowitz também foi ex-presidente do Banco Mundial e ex-secretário de Defesa no governo George Walker Bush, o artífice da Guerra ao Terror e o responsável pela invasão do Afeganistão e do Iraque.

Deste modo, segundo Rizzotto (2000), com a estabilidade da Guerra Fria, cooperações bilaterais perdem importância estratégica na correlação de forças, de modo que o Banco Mundial assume protagonismo no fomento ao desenvolvimento econômico dos países periféricos, sobretudo, após o Relatório Pearson - ex-premiê canadense responsável pelo incremento do *Welfare State* no Canadá. A ascensão conservadora e neoliberal na Grã-Bretanha e nos EUA - era Reagan-Thatcher -, conforme a crise do petróleo (1973), econômica e o aumento do endividamento externo dos países periféricos levam o Banco Mundial a alinhar-se a agenda neoliberal, passando a atuar, sobretudo, como mediador entre os países centrais (credores) e os periféricos (devedores), bem como no incentivo às medidas de ajuste estrutural, avaliando empréstimos, financiamentos e projetos conforme tais condicionantes para o desenvolvimento econômico. Isto é, a correlação de forças políticas e crises estruturais do capitalismo condicionam as estratégias da instituição, por essa razão, ora a primazia do discurso do combate à pobreza, ora da hegemonia do modelo neoliberal.

A redemocratização desde 1985 no Brasil incorporou novos direitos, atores, instituições, demandas, discursos, conceitos, técnicas e valores nas estruturas de poder (campo político) e na sociedade brasileira. Nesse processo, a reivindicação do Estado de Direito e o incondicional reconhecimento dos Direitos Humanos tornaram-se requisitos indispensáveis à democracia e a construção da cidadania em uma perspectiva funcional, tutelada e de mercado. Assim, ao incremento dos movimentos sociais, corresponde o fortalecimento do poder judiciário, constituindo-se como o interlocutor privilegiado da sociedade civil com o poder público, protagonista e mediador desta relação no âmbito do Estado, conforme a canalização das disputas sociopolíticas pelas vias institucionais.

É uma realidade em que a construção da democracia segue em curso no país, ainda que em célere e brutal retrocesso. Evidente ainda que a garantia à vida e ao pleno acesso à justiça sejam fundamentais para a consolidação do Estado democrático de direito. Contudo, há setores da sociedade ainda apartados ou à margem das conquistas democráticas e impossibilitados de exercerem a plenitude dos seus direitos sociais e de cidadania.

A realidade cotidiana de parcela significativa da sociedade brasileira caracteriza-se por situações de violência, conflitos, contradições, privações, negação e violações de direitos; sobretudo, cometidos pelo Estado que deveria garanti-los e efetivá-los. Deste modo, os contundentes índices de violência no Brasil são significativos, indicando um emblemático desprezo por princípios democráticos – direitos sociais, humanos, coletivos e de cidadania.

Dito isso, esta pesquisa buscou investigar a coexistência da democracia com a tradição autoritária que persiste na sociedade, expressa através da “questão social”, categoria que aborda numa perspectiva conservadora os problemas da miséria e da exploração inerentes aos trabalhadores no processo de reprodução do capitalismo. Como o campo em que a democracia e o autoritarismo coexistem em choque e medindo forças, conforme o desenvolvimento da produção e a correlação de forças entre capital e trabalho no âmbito da luta de classes em determinados contextos históricos de crise econômica e política. Para tanto, alguns dos principais teóricos do pensamento político e social brasileiro serão os interlocutores desse debate, como Euclides da Cunha,

Florestan Fernandes, Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna, Octávio Ianni, dentre outros.

## 2. Capitalismo, direito e controle social

*“Raspai o juiz, encontrareis o carrasco”.*

*(Victor Hugo)*

Nas Ciências Sociais, Émile Durkheim demonstra que as regras jurídicas são “fatos sociais”, possuem vida própria e forma mais estável, precisa e cristalizada, sendo expressões da sociedade que se caracterizam pelo poder de coerção sobre o indivíduo. Conforme Quintaneiro (2003, p. 75), em *“A divisão social do trabalho”*, o sociólogo francês explica que as normas do Direito, embora assentadas em tradições, por apresentarem padrões estáveis e objetivos, caráter universal e exterior ao indivíduo, correspondem a aspectos de “solidariedade social”. Quanto maior a divisão do trabalho, mais desenvolvida e complexa a sociedade, maior a presença do Direito como forma de regular, posto que enquanto as “sanções impostas pelos costumes são difusas, as que se impõem através do Direito são organizadas”.

Para Marx (2008, p. 03), elas se encontram na base material, no modo como os homens se organizam em produção é que se assentam as formas jurídicas. É a totalidade das relações sociais de produção que constitui “a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social”. Isto é, o Direito não é mais que uma expressão da realidade, assentado em bases econômicas determinadas, consiste em relações de poder para a manutenção da ordem estabelecida. Sendo assim, não se trata de abstração de caráter transcendental - um poder onipotente e onisciente. Tampouco podem ser explicadas por si mesmas” – as normas jurídicas -, isto é, se trata da materialização de padrões da classe dominante, apropriados ao atual estágio de

desenvolvimento do capitalismo, lançando bases, em sua “totalidade”, em dadas “condições materiais de existência”.

Em ‘A guerra civil na França’, Marx é categórico:

O poder do Estado centralizado com os seus múltiplos órgãos, como o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura, órgãos forjados segundo o plano de uma divisão do trabalho hierárquica e sistemática, tem a sua origem nos tempos da monarquia absoluta, em que servia a sociedade burguesa nascente como uma arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo. (MARX, 1999, p. 84)

Assim, observa-se que nem o Direito ou mesmo o Estado burguês resultam da evolução do espírito humano, não são as realizações de um ser iluminado, epifania consagrada por inspiração divina. Tampouco é o “contrato social” de Rousseau<sup>12</sup>, assentado em uma “vontade geral” abstrata e soberana - justa, onipresente, onipotente e onisciente. O problema do contrato social de Rousseau, assentado na “vontade geral”, passa pela dialética do universal, têm caráter qualitativo em oposição à vontade de todos ou da maioria - meramente quantitativo. Portanto, a questão da soberania e do poder político não se encerra em atributos morais, na força ou status econômico.

Diante destas constatações e considerando os objetivos desta pesquisa, seria limitar a reflexão sobre autoritarismo e democracia, enquadrá-la apenas na perspectiva jurídica (formal), de acordo com os seus atributos de caráter normativo e funcional. Somente na sua dimensão histórica, material e estrutural, em uma abordagem dialética é possível vislumbrar essa relação perene e ambígua no processo sociohistórico brasileiro.

Do ponto de vista histórico, por sua vez, Anderson (1989) destaca que durante o Renascimento foi fundamental para a consolidação do Estado absolutista moderno o redescobrimto do Direito romano. As diversas transformações que ocorreram na Europa entre os séculos XV e XVI alteraram profundamente a correlação de forças

---

<sup>12</sup> De acordo com Rousseau, o contrato social é um tipo de organização política que visa: “. Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo, a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes. ” (ROUSSEAU, 1983, p. 32)

sociais, consolidando a burguesia enquanto classe ascendente, sepultando definitivamente a sociedade medieval.

Nesse período, dois acontecimentos foram cruciais para a ascensão da burguesia: a invenção da prensa de Gutenberg e a Reforma Protestante. O primeiro abriu as portas para o início do fim do monopólio da produção do conhecimento pela Igreja Católica, o outro estabeleceu a ética protestante em contraposição à escolástica, disseminando a ideia do trabalho em oposição à contemplação. Da prosperidade, parcimônia e tolerância; contrapondo-se à pobreza, a opulência e a ortodoxia – eis aí os fundamentos da moral burguesa, aquilo que Weber chama de “ética protestante”.

No campo bélico, há a disseminação da utilização da pólvora na guerra e o incremento das armas de fogo - canhões e arcabuzes. A reconquista da península ibérica no século XV e a expulsão dos mouros, encerram um longo período de lutas contra o islã - acirrado desde à época das Cruzadas entre os séculos XI e XIII. Ao lado da queda de Constantinopla em 1453, seriam decisivos para a consolidação dos Estados Absolutistas na Europa e a busca de novas rotas de comércio com a Ásia. A influência islâmica na região, porém, favoreceu a invenção das caravelas, do astrolábio náutico e a moderna cartografia, concorrendo para o início das grandes navegações, inaugurando a era dos descobrimentos, ampliando o comércio, a manufatura e a acumulação de capitais. O desenvolvimento da metalurgia para “separar a prata do minério de cobre” favoreceu a reabertura de minas na Europa central, restabelecendo “o fluxo de metais para a economia internacional: a produção monetária da Europa quintuplicou entre 1460 e 1530” (Anderson, 1989, p. 21).

As transformações ocorridas no âmbito da vida econômica e cultural na Europa exigiu, conseqüentemente, mudanças na estrutura política. Assim, segundo Anderson (1989):

A superioridade do direito romano para a prática mercantil nas cidades residia pois não somente nas suas noções claras de propriedade absoluta, mas também nas suas tradições de equidade, nos seus critérios racionais de prova e no relevo dado a uma magistratura profissional, vantagens que os tribunais consuetudinários normalmente não ofereciam. A aceitação do direito na Europa renascentista era assim um sinal da difusão das relações capitalistas nas cidades e no campo: economicamente ela correspondia aos interesses vitais da burguesia comercial e manufatureira. (ANDERSON, 1998, p. 26)

O desenvolvimento da ideia de propriedade privada absoluta na sociedade, decorre do incremento da produção, da ampliação da divisão do trabalho e da complexidade das relações sociais, demandando maior centralização do poder político.

As monarquias absolutas introduziram o exército permanente, uma burocracia permanente, o sistema fiscal nacional, a codificação do direito e os princípios do mercado unificado. Todas estas características parecem ser eminentemente capitalistas: uma vez que coincidem com o desaparecimento da servidão, uma instituição nuclear do modo de produção feudal original na Europa, as descrições do Absolutismo por Marx e Engels como um sistema de Estado representativo de um equilíbrio entre a burguesia e a nobreza, ou mesmo como uma dominação total do próprio capital, sempre pareceram plausíveis. (ANDERSON, 1989, p. 15)

A consolidação do Direito romano no Ocidente à época do Renascimento, não é o mero retorno à antiguidade clássica - as artes, a arquitetura, a filosofia e ao Direito -, antes representa à sua superação no interior do desenvolvimento das forças produtivas e da luta entre a burguesia e a nobreza, o mercantilismo e o capitalismo. É o modelo adequado para atender ao embrionário capitalismo e a ascensão da burguesia mercantil. O Direito possui fundamentos econômicos e políticos, e o seu desenvolvimento histórico até a consolidação dos direitos humanos no século XX se caracteriza pela hegemonia burguesa nos diversos estágios do capitalismo. Fora dessa perspectiva, o debate sobre direitos humanos é um fim em si mesmo.

Considerando o processo histórico brasileiro, segundo Holanda (1963) e Miceli (1989), o “bacharelismo” - primazia da formação jurídica na sociedade - surge como um poderoso instrumento para a manutenção do poder político pelas elites econômicas dominantes. Desde o século XVIII, a elite brasileira era de formação europeia, predominantemente em Direito pela Universidade de Coimbra em Portugal. A primeira universidade brasileira, em 1822, também foi de Direito, com o objetivo de formar as elites políticas regionais - temos aí a sobreposição da família ao Estado. A aversão ao trabalho manual, tradição das elites ibéricas e dos senhores que com ela se identificavam - por origem e/ou interesses - privilegiou as ciências humanas – o Direito – que naquele momento eram absorvidas pelo Estado recém-inaugurado com a transferência da Corte lusitana em 1808. O status e a tradição desta formação tem origem nesta relação, cujo objetivo era a manutenção do monopólio do acesso ao poder político pelas elites nativas.

Em a *História das Ciências Sociais no Brasil*, Miceli (1989) revela a relação intrínseca entre a formação em Direito e o poder político, mesmo após o fim da República Oligárquica:

Um exame sumário dos nomes constantes da lista de bacharéis paulistas em direito – na década de 30 - permite reconstruir o perfil da clientela cativa de um estabelecimento tradicional de ensino superior. [...] um suprimento regular de quadros para as elites atuantes nos diversos ramos do judiciário e da magistratura, nos comandos políticos das áreas públicas da justiça, segurança e polícia (Gama e Silva, Alfredo Buzaid, Miguel Reale, Orlando Zancaner, Octavio Gonzaga Jr., Hely Lopes Meireles, Hélio Bicudo, etc.) [...] a Faculdade de Direito constituía nesse período o grande celeiro de pessoal político e institucional, ali tendo sido socializados alguns dos principais líderes e políticos profissionais contemporâneos, [...] (Franco Montoro, Jânio Quadros, Ulysses Guimarães, Abreu Sodré, Severo Gomes, Almino Afonso, Plínio de Arruda Sampaio, Chopin Tavares de Lima, Rogê Ferreira, etc.), em convívio próximo com os herdeiros das elites econômicas (Aloysio Foz, Sebastião Paes de Almeida, Walter Moreira Salles, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, Júlio de Mesquita Neto, etc.) [...] Até então, os cursos jurídicos eram os centros de aprendizagem intelectual, política, profissional e cultural de sucessivas gerações de herdeiros oligárquicos [...]. (MICELI, 1989, p. 77)

Trata-se, portanto, de legitimar e proceder a manutenção do poder por outros meios mais sutis, porém não menos efetivos. O “país dos bacharéis” de Tobias Barreto<sup>13</sup> atravessou o Império, inaugurou a República - com o Exército - e protagonizou a política nacional durante toda a República Oligárquica. Deu contribuição relevante durante o Estado Novo<sup>14</sup> e a Ditadura de 1964 e, ainda hoje, segue o Judiciário medindo forças com os demais poderes e pautando a vida política nacional. Por essas razões o debate não se limita ao campo jurídico, posto que é apenas uma mola na engrenagem da dominação burgo-capitalista.

<sup>13</sup> Poema escrito por Raimundo Tobias Barreto (filósofo, jurista, poeta, crítico, uma das principais referências da “Escola do Recife”) em 1859: “Quando Deus formou o mundo. Pra castigo de infiéis. Deu ao Egito gafanhotos. Ao Brasil deu bacharéis”.

<sup>14</sup> Francisco José de Oliveira Vianna foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1932-1940); membro da Comissão Especial de Revisão da Constituição (1933-1934). Foi ainda um dos principais teóricos do pensamento autoritário e da teoria política das elites. Miguel Reale e Gustavo Barroso são duas das figuras mais proeminentes do Integralismo e que se destacaram durante o “Estado Novo”. Reale foi ainda o revisor da constituição de 1967 e o artífice da Emenda Constitucional nº1, consolidando a ditadura no país.



## 2.1. Questão social e luta de classes

De acordo com Yamamoto (2010), a “questão social” consiste no conjunto de problemas econômicos, sociais e políticos que incidem sobre a classe trabalhadora - sujeito histórico - decorrentes do capitalismo no âmbito da sociedade burguesa. Representa o objeto de reflexão, ação e intervenção - a materialidade da luta sociopolítica -, isto é, as condições de existência da classe trabalhadora. Constitui o produto de novas relações produtivas e sociais e o campo da luta de classes em que se reifica a exploração e a concentração.

Netto (2001) evidencia que a base da “questão social” se assenta no modo de produção social capitalista e na dinâmica de sua expansão e reprodução. Destaca-se, nesse processo, a acumulação primitiva que assegura que a força de trabalho seja transformada em capital. Tal processo desatrelou definitivamente o trabalhador das condições concretas de realização de seu trabalho. A industrialização promoveu o avanço da reprodução das relações capitalistas e a racionalização da produção, subordinou ao seu controle todas as necessidades do trabalhador.

Todavia, é importante destacar duas observações: a questão social, entendida como o problema dos trabalhadores pobres, miseráveis, sem trabalho, vagabundos, inválidos e impossibilitados de trabalhar é anterior a Revolução Industrial e ao capitalismo, remonta ao século XIV, conforme Marx<sup>15</sup>. De acordo com Netto (1996, 2001), na primeira metade do século XIX, no bojo da expansão do pauperismo e ascensão do proletariado miserável que produz as riquezas, a questão social alcança status político, na perspectiva liberal e conservadora em oposição à revolucionária do proletariado – socialista, comunista, anarquista. A revolta e a organização dos trabalhadores enquanto classe tensiona a pauta política, ameaçando a ordem burguesa capitalista que engendra a propriedade e a acumulação privadas, a exploração e a miséria.

Considerando que a “luta ideológica” é inerente à “sociedade de classes sociais” em oposição e conflito, de acordo com Ricardo Lara (2013, p. 92), ela surge no momento em que “os sujeitos” adquirem “consciência” sobre as contradições, a questão e os

---

<sup>15</sup> O Capital, capítulo 24. (Marx, Nova Cultural, 1985)

“conflitos sociais” e buscam “meios para combatê-los”. Assim, são mobilizados recursos culturais, científicos, políticos, filosóficos, dentre outros, no sentido de se construir as bases ideológicas para a construção da “crítica social aliada à transformação social”. A contraofensiva revolucionária da burguesia, de acordo com Lukács, consiste na teoria da “decadência ideológica da burguesia”, movimento que busca, sobretudo, através das Ciências Sociais, naturalizar e diluir a questão social, produzindo conhecimentos “que têm como premissa a evasão da realidade social, com explícitas intencionalidades de conservação da ordem do capital” (Lara, 2013, p. 93).

A tradição autoritária burguesa tem raízes no movimento revolucionário de 1848, pondo fim ao período progressista da burguesia e sua visão de mundo revolucionária, considerando que desde então as suas bases teóricas fundam-se em postulados reacionários e antagônicos as aspirações do proletariado. Isto é, entre a perspectiva emancipadora revolucionária e a manutenção da ordem, a burguesia não vacila e assume o caráter reacionário e autoritário.

Do ponto de vista histórico, a “Primavera dos Povos” determinou os limites do projeto sociohistórico da burguesia. Deste modo, a “liberdade” se condiciona aos limites do mercado, enquanto a “igualdade” se encaixa na abstração jurídica e a “fraternidade” define-se na esfera moral. A questão da “emancipação humana”, nesta perspectiva, comprime-se nas fronteiras do equacionamento da “questão social” no interior da retórica reformista, técnica e moral. Assim, dá-se a primazia do discurso e ação da burguesia na legitimação e manutenção da ordem, assumindo a sua feição contrarrevolucionária, posto que a extensão efetiva da “emancipação humana” se realizará no projeto de outro sujeito histórico; o proletariado. A citação é longa, porém impecável e, Netto (2001) é preciso e categórico:

O divisor de águas, também aqui, é a Revolução de 1848. De um lado, os eventos de 1848, cerrando o ciclo progressista da ação de classe da burguesia, impedem, a partir de então, aos intelectuais a ela vinculados (enquanto seus representantes ideológicos) a compreensão dos nexos entre economia e sociedade – donde a interdição da compreensão entre desenvolvimento capitalista e pauperização. Posta em primeiro lugar, com o caráter de urgência, a manutenção e a defesa da ordem burguesa, a “questão social” perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional (que, aliás, tardou até mesmo a reconhecê-la como pertinente). (NETTO, 2001, p. 43).

Dialogando com Lukács, Lara (2013, p. 94) assegura que o “processo de decomposição da filosofia e da economia política clássica (concepções teóricas que se preocupavam com o conjunto da vida social)” acomoda-se ou se ajusta ao “pensamento social porque o “movimento histórico objetivo contradiz a ideologia burguesa”. Assim, a “concepção teórico-ideológica burguesa”, desde a os movimentos operários de 1848, não se constringe em “amenizar os conflitos sociais e retirar das surgentes ciências do espírito qualquer compreensão ou categorização teórica que analise a essência da acumulação capitalista”. Deste modo, muitas “surgem acríticas”, incapazes de ir “além da descrição dos fenômenos”, conservando-se na “imediatez”, recolhendo “dados fragmentados da realidade social para analisá-los e manipulá-los pela união do ecletismo e relativismo”. No processo de consolidação do poder burguês, o saber intencionado em desvendar as reais contradições da sociedade começa a ser substituído pelo saber compromissado com as instituições oficiais capitalistas.

Do ponto de vista político, a despeito das restrições de classe que impediam a participação dos trabalhadores no ambiente político (limitada a um grupo exclusivo de homens com determinado status econômico), o proletariado inglês logra superar esses obstáculos, projetando-se como sujeito histórico no continente após a revolução burguesa de 1789 na França. A classe dominante (burguesia), por sua vez, responde com assistencialismo de um lado e repressão estatal de outro, sobretudo após 1848.

A pauta proletária ganhou força e expressão no campo político com o surgimento e expansão dos “*trade unions*” (sindicatos) e partidos operários, pressionando a burguesia em torno das principais reivindicações da classe operária. Nas décadas de 1830 e 40, estudos liberais de inspiração *malthusiana*<sup>16</sup> relacionam o recrudescimento da “questão social” ao crescimento populacional e a imigração desordenada, à urbanização e industrialização aceleradas e a atuação estatal na área social, sobretudo, desde a Lei dos Pobres de 1834 que estabelece as “*workhouses*”. Nota-se, neste período, a

---

<sup>16</sup> Elaborada por Thomas Robert Malthus (1766-1834) em 1798, a teoria malthusiana pontuava que com o desenvolvimento científico e tecnológico a população cresceria de forma acelerada, superando a produção e oferta de alimentos gerando problemas de escassez, miséria, doenças e fome. Por isso defendia o controle de natalidade da população, sobretudo dos pobres, além da extinção de programas voltados à assistência, posto que favoreceriam a multiplicação de miseráveis, conforme a sua situação fosse amenizada.

passagem da compaixão à naturalização, repressão e criminalização da pobreza, posto que os vagabundos e miseráveis eram atendidos pela caridade pública e privada, socorrendo também os necessitados atingidos pelo desemprego temporário ou sazonal.

É bem verdade que os métodos de persuasão estavam muito longe de qualquer suavidade: as Casas de Trabalho (*Workhouses*) deveriam ser lugares pouco atraentes para que seus ocupantes procurassem sair de lá o mais rápido possível. Mesmo a disciplina e a intensidade do trabalho lá dentro, deveriam ser sensivelmente mais rigorosas do que nas fábricas, de forma a atuarem como estímulo a busca de emprego. Trata-se, portanto, de uma instituição destinada a introduzir (ou reintroduzir) seres não moralizados à sociedade do trabalho. (BRESCIANI, 1987, p. 45)

Assim, fica evidente a linha tênue que estabelecia os limites entre desempregados pobres e vagabundos, e conseqüentemente entre políticas de diminuição do desemprego e estímulo ao trabalho e a caridade, controle e repressão. A administração da pobreza constituía objetivos claros: controlar a população de pobres e miseráveis, disciplinar a classe trabalhadora, manipular a oferta de mão de obra, reduzir salários. O traço utilitarista das *Workhouses* – conhecidas como a Bastilha inglesa -, pretendia desestimular a assistência e a transferência de renda, punir a ociosidade, disciplinar para o trabalho, criminalizar a pobreza e promover o labor.

Por outro lado, Pereira (2013) observa que os efeitos deletérios ocasionados pelas “*Poor Laws*” e as *Workhouses* favoreceram o surgimento de organizações proletárias contrárias ao utilitarismo e anticapitalistas. Promoveram ainda os ideais dos socialistas utópicos, estudos, agitações e lutas políticas e sociais ampliando o debate entre interlocutores políticos e intelectuais.

O processo de industrialização e urbanização acelerado, sobretudo na Inglaterra e França do século XIX, caracteriza-se pela ascensão das massas proletárias e da burguesia industrial. Ao lado do progresso e da produção em escala, há a miséria e os diversos problemas decorrentes dos grandes aglomerados urbanos. As contradições entre as péssimas condições de existência do proletariado urbano, ao lado da opulência da burguesia, a imensa produção de bens intrínseca à escassez, caracteriza a primeira onda da industrialização na Europa, e por essa razão foi amplamente registrada por diversos observadores.

Na Europa do século XIX, a “questão social” estará no centro do debate político-econômico nas Humanidades e nas ciências, em geral. Economistas, filósofos, historiadores, juristas, médicos, sanitaristas, biólogos, administradores, políticos e até mesmo artistas a terão como objeto de escrutínio e reflexão. Podemos dizer que as Ciências Sociais surgem em torno da “questão social”, decorrente do modo de produção capitalista - apropriação dos meios de produção, exploração da força de trabalho e acumulação privada da produção. Dos fisiocratas aos positivistas, dos evolucionistas e utilitaristas, dos socialistas utópicos à Marx e Engels, todos em algum momento esbarram na “questão social”. O problema do trabalho na ordem do capital na sociedade burguesa será o objeto principal na obra de Marx, Durkheim e Weber.

Victor Hugo, Charles Baudelaire, Honoré de Balzac, Émile Zola, dentre outros, destilam em suas obras críticas à burguesia e denunciam a miséria das classes laboriosas, revelando a exploração sem retoques e o espanto diante do fenômeno das multidões típicas dos grandes aglomerados urbanos e industriais<sup>17</sup>. Na Grã-Bretanha Charles Dickens, Edgar Allan Poe, Oscar Wilde, Percy Shelley, Bernard Shaw e Friedrich Engels também chamam a atenção para o fenômeno da urbanização e das péssimas condições de vida das massas urbanas - o proletariado, os miseráveis e o lumpemproletariado.

David Henry Thoreau, Jack London e Mark Twain fazem o mesmo nos Estados Unidos. Thoreau foi um notório abolicionista e pacifista, proferindo palestras, conferências e publicando artigos sempre em defesa do movimento abolicionista e opondo-se à guerra dos EUA contra o México. Contra a tirania e a opressão estatal pregava a desobediência civil, ideia consagrada na obra de mesmo nome que influenciou desde Tolstói até Gandhi e Martin Luther King. London foi membro do *Socialist Party of America*, amigo do líder político e sindical Eugene Debs, grande defensor e propagador do socialismo nos Estados Unidos entre as massas operárias e estudantes através de comícios, conferências e incontáveis artigos e diversos livros. A obra “O tacho de ferro”, por exemplo, denuncia a exploração do sistema capitalista e a opressão contra os trabalhadores na sua incansável luta pela emancipação do proletariado e a superação do

---

<sup>17</sup> “Os miseráveis”, “Os trabalhadores do mar”, “O último dia de um condenado”, “Germinal”, “Oliver Twist”, “Pickwick papers”, “David Copperfield”, “As multidões” são as obras mais notáveis que retratam a sociedade industrial.

capitalismo. É o único livro ianque citado por Bukhárin em bibliografia sobre obras socialistas e comunistas<sup>18</sup>.

Karl Marx<sup>19</sup>, por sua vez, admirava a obra de Balzac, registrando que a “Comédia Humana” havia sido “mais importante para a sua compreensão da sociedade francesa do que muitos tratados de economia, história e filosofia devorados por ele”. Em correspondência trocada com Margaret Harkness, Engels esclarece que descobriu com Balzac mais “do que apreendi com todos historiadores, economistas e estatísticos profissionais do período”.

Na segunda metade do século XIX com o incremento da industrialização, o recrudescimento da exploração e o processo de urbanização acelerado, a visão piedosa da burguesia em relação à massa proletária miserável urbana se modifica, passando da desconfiança ao temor, conforme se desenvolvam e organizem-se em associações e/ou entidades corporativas e de classe. Observa-se uma tendência de caráter conservador, oscilando entre a compaixão e a criminalização. Após a “primavera dos povos” de 1848, a “questão social” “perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada” (Netto, 2001, p. 43).

Trata-se de manter a ordem por meio de uma “intervenção política limitada”, minimizando as contingências inerentes ao capitalismo. Há que se combater somente os efeitos deletérios da questão social, tangenciando as estruturas do capital e os fundamentos da ordem burguesa - “reformular para conservar”. Os padrões morais estabelecidos pela burguesia encerram a questão do trabalho na perspectiva do *laissez-faire*, condicionando o pensamento e a ação na esfera estritamente individual. O trabalho - ou a falta dele - é visto como uma questão de atributos morais - virtudes e vícios -, estabelecendo dicotomias objetivas e subjetivas. À questão dos desempregados ou dos que estão eventualmente sem condições de trabalhar é cuidada pelos ingleses desde o século XVI por meio de dispositivos legais, denominados por Marx – O Capital, cap. 24 - como “a legislação sanguinária contra os expropriados”.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/44/cat/1596/jack-london-expoente-da-literatura-socialista-.html>. Acesso em: 12/07/2020.

<sup>19</sup> Folha de São Paulo, 16 de março 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs16059912.htm>. Acesso em: 29/07/2020.

Essa legislação, que cresce em severidade no decorrer do século, define de forma clara os incapacitados, aos quais se permite viver da caridade, e os vagabundos; estes, após sofrerem duras punições físicas, deveriam encontrar um trabalho. Em outras palavras, a fundação da sociedade exige também a definição de suas normas reguladoras, o direito. (BRESCIANI, 1987, p. 81-82)

À modificação da lógica da caridade, se impõe a autoajuda como concepção moral determinante à sobrevivência. O postulado da “positividade do trabalho” é inerente à racionalidade burguesa na tradição protestante. Weber demonstra a centralidade que a categoria “trabalho” ocupa no processo de formação social da burguesia a época do surgimento do capitalismo – “A ética protestante e o espírito do capitalismo”.

No âmbito da tradição burguesa protestante, Locke assenta os alicerces para o desenvolvimento do liberalismo político na Inglaterra de fins do século XVII, às portas da “Revolução Gloriosa”. É importante destacar que a obra de Locke, desenvolve-se no contexto das guerras entre protestantes e católicos. Disputas entre *whigs* e *tories* e entre realistas e parlamentaristas.<sup>20</sup>

John Locke vive em uma época extremamente conturbada, marcada pela Guerra dos 30 anos na Europa, duas guerras civis na Inglaterra, execução do rei Carlos I, ditadura de Cromwell e a Revolução Gloriosa de 1688. Por essa razão torna-se um defensor intransigente das liberdades e direitos naturais e civis, parlamentarista e anti-absolutista radical. Suas obras, “*Carta acerca da tolerância*” e o “*Segundo tratado sobre o governo*” lançam os pilares do liberalismo político, estabelecendo a liberdade religiosa, a separação entre Estado (governo civil) e Igreja, o monarca e Deus, os poderes legislativo, executivo e magistratura. A primazia dos direitos naturais e civis, como o direito à vida, a liberdade e a propriedade privada fundada no trabalho, assenta ainda os alicerces do Estado constitucional e representativo em oposição ao Estado absolutista.

O processo que estabelece o triunfo do Parlamento sobre o Absolutismo culmina com o “Acordo do Povo”, a execução de Carlos I e o fim da monarquia. Todavia, da “Revolução Puritana” à “Gloriosa”, a tensão entre protestantes e católicos, interesses nacionais e estrangeiros e a expansão e fortalecimento da pequena burguesia

---

<sup>20</sup> Liberais e conservadores, ambos os partidos são de 1678.

revolucionária em oposição à nobreza, conduzem à monarquia constitucional parlamentar; estabelecida pelo “*Bill of Rights* de 1689” (Morton, 1986).

Morton (1986, p. 115) revela que o “Acordo do Povo”, foi “um programa notável”, que estabelecia eleições de “dois em dois anos e de um Parlamento livremente escolhido por todos os homens acima de 21 anos, à exceção dos assalariados”; absoluta “tolerância religiosa, controle democrático do Exército, abolição de dízimos e de todos os outros impostos, à exceção de um imposto sobre a propriedade”, entre outros pontos que anteciparam em dois séculos o programa Cartista do século XIX<sup>21</sup>. Contudo, o desfecho é desfavorável para os pobres e explorados, pois, “como todas as revoluções burguesas”, o triunfo do “legalismo estreito dos defensores da propriedade, e não a visão daqueles a quem a Revolução fizera lutar pela liberdade humana e pelos direitos dos explorados, constituiu a realidade imediata, prática” (Morton, 1986, p. 116).

Estabelecida a primazia do direito à propriedade, produto do trabalho, segundo Locke, considerado um direito natural assegurado pelo governo civil no âmbito da tradição burguesa protestante, evidencia-se a centralidade do trabalho e da propriedade na sociedade – fundamentos do capitalismo.

A clara determinação de tornar o pobre um homem produtivo passa em Locke pelos diretores de asilos, que deveriam transformar seus estabelecimentos em manufaturas, e pelas autoridades locais (juízes de paz), incitadas a criar estabelecimentos de trabalho forçado nas suas paróquias, atingindo até as crianças de três anos, filhos de desempregados, que deveriam trabalhar para prover o seu sustento, a fim de não serem uma carga para a nação. (BRESCIANI, 1987, p. 83)

A convicção de que o trabalho e a pobreza decorrente da falta dele, atravessa a sociedade inglesa e o pensamento de Locke.

Deus, ao dar o mundo em comum a todos os homens, ordenou-lhes também que trabalhassem; e a penúria da condição humana assim o exigia. Deus e a própria razão lhes ordenavam dominar a terra, isto é, melhorá-la para benefício da vida e nela dispor algo que lhes pertencesse, o próprio trabalho. (LOCKE, 1996, p. 47)

<sup>21</sup> O Cartismo foi um movimento de massas protagonizado pelo proletariado inglês entre as décadas de 30 e 40 do século XIX com o objetivo de ampliar a participação política, direitos e políticas sociais para a classe trabalhadora. Levou este nome pois, as reivindicações do movimento foram expressas na Carta ao Povo entregue ao Parlamento. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/c/cartistas.htm>. Acesso em: 09/09/2019.



De acordo com Bresciani (1987, p. 87-88), “Locke se apoia nos pressupostos do individualismo puritano, que considerava a pobreza uma demonstração de deficiência moral, os pobres merecem ajuda, mas essa era dada de uma posição moral superior”. Nessa perspectiva, o estigma que recai sobre a pobreza e o trabalhador sedimenta a visão enviesada de “objeto de solicitude, de piedade e de escárnio, às vezes, até de temor”.

Do ponto de vista econômico, o liberalismo político foi o modelo mais adequado para atender às exigências da Revolução Industrial. Em Londres, na primeira metade do século XIX, o custo da questão social - manutenção dos pobres - dobrou em três décadas, provocando protestos e mobilizando os trabalhadores. As propostas apresentadas ao Parlamento e as políticas tributárias tinham por objetivo apenas a manutenção da pobreza em que os trabalhadores se encontravam devido ao modo de produção estabelecido pela Revolução Industrial. Isto demonstra que desde o início do século XIX a questão social tornara-se objeto da agenda política na Inglaterra.

A Nova Lei dos Pobres de 1834 mantém o princípio de auxílio aos sem trabalho, mas modifica drasticamente as condições em que é oferecido. Todos os requerentes do auxílio público deveriam entrar nas Casas de Trabalho (Workhouses), cujo sistema de organização também é modificado. São suprimidas as Casas de Trabalho locais, e as localidades (paróquias) agrupadas em associações ("unions") passavam a ter uma única e grande Casa de Trabalho supervisionada por um conselho de comissários, eleitos pelos contribuintes da região abrangida pela Poor Law Union. (BRESCIANI, 1987 p. 100)

A revolução em gestação das classes laboriosas na Inglaterra subsiste em uma "taxa dos pobres exorbitante", ao lado do temor da possibilidade de a quantidade de miseráveis superar qualquer meio de controle repressivo. No século XVIII, a teoria política de Rousseau na França transforma a compaixão em uma virtude política. A política passa a ser vista como um compromisso com o povo, sujeito único de sua soberania e legitimidade - vontade geral universal. Segundo Bresciani (1987), em 1851 Paris atinge 1.226.980 habitantes e Londres alcança um milhão de habitantes já na última década do século XVIII. A explosão demográfica, o surgimento da “*mob*”, a ameaça e o temor das massas, as fábricas, a poluição, a urbanização acelerada e precária, o crescimento

desordenado e espantoso das cidades, o trabalhador explorado e a sua miséria caracterizam essas cidades no século XIX. As soluções previstas à época - caridade, trabalhos forçados, autoajuda, políticas sanitárias -, de caráter profilático, colocam em xeque os postulados liberais do individualismo e do *laissez-faire*, enquanto fortalecem as ideias socialistas entre a classe trabalhadora, fundando os alicerces do Estado Providência (*Welfare-State*) na Inglaterra do século XX.

O trabalho inserido em um contexto de exploração, miséria e revoltas fará com que a política se volte para a “questão social”. De um lado, por meio de políticas de caráter conservador, promovendo o controle, a administração e a repressão da classe trabalhadora e da pobreza; de outro, abrindo espaço para a luta política e a aquisição dos direitos sociais que avançam com a socialdemocracia e o Estado de Bem-Estar Social em diversas nações europeias no século XX.

Pereira (2013) observa que, de acordo com Alcock (1996), os estudos desenvolvidos a partir da legislação dos pobres na Inglaterra promoveram a criação da *London School Economics* e da *Charity Organization Society*, estabelecendo a ligação entre pesquisa e políticas públicas. Assim, a despeito dos estudos que subsidiaram o desenvolvimento das políticas de proteção social, essas entidades, no decorrer do século XX, passaram de espaços de debate e instrumentos de pressão para organizações legitimadoras do padrão de proteção social, fundamental à manutenção do capitalismo e ao controle do proletariado urbano.

## **2.2. Questão social no Brasil e o pensamento político e social brasileiro**

Todos esses pobres seres vivos tristes vivem do cisco, do que cai nas sarjetas, dos ratos, dos magros gatos dos telhados, são os heróis da utilidade, os que apanham o inútil para viver, os inconscientes aplicadores à vida das cidades daquele axioma de Lavoisier; nada se perde na natureza. A polícia não os prende, e, na boêmia das ruas, os desgraçados são ainda explorados pelos adelos, pelos ferros-velhos, pelos proprietários das fábricas [...]. (JOÃO DO RIO, 1904)

De acordo com Netto (1989, p. 91), “o capitalismo é a produção e a reprodução contínua e ampliada da “questão social”. Do ponto de vista marxista, superar a questão social pressupõe a superação do capitalismo, contudo, a tradição do serviço social sinaliza o seu enfrentamento “nos marcos do capitalismo, mais precisamente, o serviço social surge vocacionado para subsidiar a administração da “questão social” nos quadros da sociedade burguesa”.

Considerando que a “questão social” é inerente ao capitalismo, é imperativo compreender o desenvolvimento histórico da burguesia e do modo de produção capitalista no Brasil. Apenas nos parâmetros da nossa formação e do modo de produção típico é possível apreender a “questão social” na nossa tradição cultural e/ou política. Assim, para os propósitos deste estudo, foi importante destacar três processos fundamentais para a ascensão e consolidação da burguesia e do capitalismo no Brasil: a Independência em 1822 (como um desdobramento da transferência da Corte lusitana em 1808), a Lei Eusébio de Queirós (1850) e o Abolicionismo; e finalmente a proclamação da República em 1889.

A autonomia política constituída com a Independência assegurou o poder político e deu certa liberdade econômica para as elites locais, ainda que inserida no âmbito do capitalismo global de modo dependente e periférico. Esse processo, conforme asseguram Caio Prado Junior (1962) e Florestan Fernandes (2006) estabelece as condições para a consolidação do liberalismo econômico e político. A Lei Eusébio de Queirós inaugura o paulatino processo que culminará com o movimento abolicionista e as leis subsequentes que contribuirão para o fim da escravidão. Ela, por sua vez, demanda a Lei de Terras (1850), concebida dias depois, assegurando as bases jurídicas para a propriedade privada – latifúndio - no país. Por fim, a República constitui o regime que consolida o triunfo da “ordem burguesa” sobre a “ordem senhorial” e da sociedade capitalista sobre a sociedade escravocrata.

Do ponto de vista da nossa formação social, porém, o longo período colonial legou-nos características, instituições, tradições, ideais e valores que forjaram a sociedade e as nossas relações sociais e com a natureza. O modo de produção colonial predatório e a monocultura; o latifúndio, a ordem escravocrata e a tradição patriarcal, estamental-senhorial são apenas os traços mais marcantes, legítimos produtos da

colonização. A transferência da Corte lusitana em 1808 para o Rio de Janeiro, decorrente das guerras napoleônicas na Europa, modificara profundamente a sociedade, na medida em que se estabelece o Estado brasileiro com todas as suas instituições políticas, jurídicas, burocráticas, culturais, econômicas, militares, científicas, dentre outras que tal empreendimento exige.

Embora caracterizada pela exploração predatória, a pilhagem, a escravização e a violência, a obra da colonização deu-se de forma distinta pelo continente americano, conforme o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e as características culturais das metrópoles correspondentes. Marx (1989, p. 829), revela, no entanto, que “o segredo da acumulação primitiva”, que caracteriza esse período, nada guarda de “idílico”. Ao contrário, caracteriza-se “pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência”. Em *O Capital*, o modo como deu-se a empresa colonial é bastante claro:

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. Logo segue a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o mundo por palco. Inicia-se com a revolução dos Países Baixos contra a Espanha, assume enormes dimensões com a guerra antijacobina da Inglaterra, prossegue com a guerra do ópio contra a China, etc. (MARX, 1989, p. 868)

Em “As veias abertas da América Latina”, Galeano (1978, p. 11) lembra ainda que “o Papa Alexandre VI, que era espanhol, converteu a rainha Isabel em dona e senhora do Novo Mundo. A expansão do reino de Castela ampliava o reino de Deus sobre a Terra”. Bulas papais, no século XV, já haviam feito do reino de Portugal o senhor de territórios não cristianizados conquistados na África, consignando a exploração e a escravidão perpétua aos pagãos. Por fim, o Tratado de Tordesilhas se encarrega de dividir o Novo Mundo entre portugueses e espanhóis, iniciando a pilhagem e a exploração sistemática dos recursos do continente ao lado da escravização e extermínio dos seus povos originários.

No Brasil, na ordem do pensamento político e social que lança o olhar sobre os fundamentos da nossa formação e modo de produção social, desde os positivistas-funcionalistas, passando pelos materialistas-dialéticos e os weberianos-interpretativos há uma vasta e prolífica produção. Assim, diante da proposta e limitações da pesquisa realizada, abordou-se apenas alguns dos autores clássicos, dentre eles Euclides da Cunha, Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e Oliveira Vianna, sem, no entanto, excluir de modo algum o debate com outros importantes interlocutores dessa tradição.

De fato, na história do ocidente a consolidação do Estado português constituiu-se em um processo que passou à margem das grandes transformações que abalaram a sociedade europeia feudal – Renascimento, Reforma Protestante e as revoluções científicas que indicaram a racionalização das relações sociais. Gilberto Freyre (2003), Sergio Buarque de Holanda (1963), Raimundo Faoro (1989), Caio Prado Júnior (1962) e Florestan Fernandes (2006), dentre outros, destacaram a ordem senhorial como o traço típico da formação social brasileira, derivada da colonização portuguesa.

O primeiro enfatizou a tradição patriarcal da família lusitana. Deste modo, conforme Freyre (2003, p. 80-81), no Brasil, a empresa da colonização se deve a "corajosa iniciativa particular" do colonizador português, que "concorrendo às sesmarias, dispôs-se a vir povoar e defender militarmente, como era exigência real". Desenvolveu-se aqui uma sociedade "defendida menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular". Assentada na família rural patriarcal, constituir-se-ia em uma "força social que se desdobra em política". Assim, argumenta que do século XVI ao XVIII a colonização portuguesa no Brasil se caracteriza pelo domínio quase que exclusivo da família rural organizada em torno da monocultura do Engenho – parâmetro para a produção econômica e organização social. Para ele, a obra da colonização brasileira deveu-se a família e não ao indivíduo e, menos ainda, ao Estado português ou a alguma companhia burguesa de comércio - como se fosse possível à produção da colônia de caráter agroextrativista e a "*plantation*" exportadora, qualquer autonomia em relação as grandes companhias capitalistas e ao mercado na Europa.

O papel central exercido pelas relações familiares na formação social brasileira seria também para Holanda (1963) o que distinguiria a colonização portuguesa das

demais na América. Assim, destaca que a sociedade portuguesa, caracteriza-se por um princípio de autoridade originário da esfera doméstica, que irá constituir-se no “suporte mais estável da sociedade colonial”. Aí estariam as origens da indiferenciação entre público e privado, quando a esfera familiar oferece o parâmetro para as relações sociais e acompanha o indivíduo mesmo quando este já se situa fora dela.

Faoro (1989, p. 20-21), por sua vez, ressalta que a Península Ibérica se caracteriza por constituir a sua sociedade sob a égide da guerra contra os mouros e da conquista do seu território. O período turbulento de consolidação do Estado português, observa o autor, privilegiou o desenvolvimento de uma “concepção ibérica da natureza humana”, uma “cultura da personalidade” que se definia pelo valor dado à autonomia do homem e a ausência de qualquer tipo de dependência. Conforme destaca, privilegia-se, sobretudo, a inexorável centralização do poder na ordem do absolutismo lusitano, de modo que tudo pertencia ao rei, “na verdade, era o senhor de tudo – tudo hauria dele a legitimidade para existir – como expressão de sua autoridade incontestável”.

Temos aí a origem da concentração dos poderes econômicos, políticos e do latifúndio. De acordo com os referidos autores, o centro de toda organização social na colônia seria a família rural patriarcal, assentada nas grandes propriedades e na monocultura escravocrata, estabelecida na ordem do Estado patrimonial português, submetida à força pela tradição senhorial - “na propriedade quem domina incontestavelmente é o senhor”. De acordo com Prado (1962, p. 27), a ordem social na colônia resulta da “simplicidade da infraestrutura econômica - a terra, única força produtiva, absorvida pela grande exploração agrícola - deriva da estrutura social: a reduzida classe de proprietários e a grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida”.

Conforme o modelo português transplantado para a Colônia, as relações sociais estabelecidas caracterizam-se pelo particular e a dependência – vínculos pessoais, subserviência, submissão. Na Colônia e Império, os estratos sociais pobres e livres, situados entre os senhores e os escravos, dependentes da ordem senhorial representam os grupos submetidos a esfera de poder do senhor, à ética da dominação, dependência e violência - no lugar de servidão, submissão; em vez de organização social, coragem individual e vínculos pessoais, no lugar do Estado, a família e o senhor. Desse modo,

assinala Maria Sylvia de Carvalho Franco (1983), a "graça" do fazendeiro era a "alternativa" para o homem livre pobre - todos aqueles que se situavam entre os senhores e os escravos. As suas necessidades mais elementares dependiam sempre das "bênçãos" do senhor a que se submetia e servia. Condicionados pela dependência, a "dominação tradicional" sedimenta os laços de subserviência e lealdade que prende os pobres aos mais poderosos. Portanto, os traços que definem a caracterização da sociedade brasileira estão estreitamente vinculados a ordem senhorial-escravocrata que a organiza e estrutura.

É importante destacar, contudo, algumas observações sobre os respectivos autores do pensamento político e social brasileiro e as suas obras. Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda escreveram na década de 1930, momento de transformações políticas, econômicas e sociais no país, resultado das agitações e lutas que se seguiram no pós-Grande Guerra e durante os anos 1920, culminando com o fim da República Oligárquica. Nesse período, podemos destacar, do ponto de vista cultural, o movimento Modernista, do político, o anarcossindicalismo, o Tenentismo e a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, do econômico, a crescente urbanização e industrialização com a ascensão da classe média urbana, a crise decorrente da Grande Guerra, o desgaste do pacto oligárquico nacional e a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929. O período compreendido entre os anos 1920 e 40 é de modernização do Estado, da sociedade, da economia e da política no país, resultado de intensa ebulição e acirramento da luta de classes, sobretudo entre setores da própria burguesia.

Do ponto de vista objetivo, Caio Prado Júnior foi quem introduziu o método de investigação marxista no país com "Evolução política do Brasil", publicado em 1933. Nessa obra, evidencia-se tanto a primazia do "modo de produção" e a subordinação ao capitalismo exterior, quanto a "luta de classes" na abordagem do processo histórico brasileiro. Embora o livro "Agrarismo e Industrialismo" de Octávio Brandão tenha sido publicado em 1926, a obra de Caio Prado Júnior é a que segue o método materialista-dialético à rigor, não apenas utilizando-se de categorias do marxismo-leninismo na interpretação da realidade. Ambos, porém, a época do lançamento dos seus livros, já eram quadros políticos do PCB.

Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, é o introdutor no país do método interpretativo de Weber. Em “Raízes do Brasil” de 1936, ensaio sobre a formação social brasileira, o autor formula por meio dos “tipos ideais” o conceito de “homem cordial” e analisa os conceitos de “patrimonialismo” e “burocracia”, categorias emblemáticas da sociologia de Weber. Freyre em “Casa Grande e Senzala”, de 1933, aponta o patriarcalismo, o espírito aventureiro e a capacidade de adaptar-se - ao clima, a natureza, a terra e aos nativos - do português; enfatizando o caráter funcional da colonização estruturada na ordem senhorial, conforme a tradição da sociologia “funcionalista”. Eis os fundadores do pensamento político e social brasileiro, aplicando os distintos métodos das Ciências Sociais na abordagem do nosso processo histórico.

Após duas décadas, quando Faoro publica “Os donos do poder: formação do patronato brasileiro” (1958) já existe o Plano de Metas e da CEPAL, as portas dos anos 60 e em meio a Guerra Fria. Nesta obra, o autor aprofunda na tradição da abordagem weberiana o conceito de “patrimonialismo” e as suas origens ibéricas. Em Faoro, porém, não existe um projeto nacional popular, apenas a manutenção do poder estamental-burocrático, responsável pelo atraso e a persistência de instituições arcaicas.

Florestan Fernandes, como Caio Prado Júnior, constrói a sua análise na perspectiva do materialismo dialético, dialogando, porém, com a “Teoria da Dependência”, já entre meados dos anos 1960 e 70 – a Revolução Burguesa no Brasil é de 1975. Assim, para Fernandes (2006, p. 32), antes de mais nada não é possível “associar, legitimamente, o senhor de engenho ao “burguês” (nem a aristocracia agrária à “burguesia”)” – posto que o processo de consolidação da burguesia e do capitalismo no Brasil é distinto do padrão clássico europeu. Dito isto, a aristocracia agrária e escravocrata brasileira surge por fora e por cima dos padrões “históricos-culturais” europeus, que deram origem a burguesia. A classe revolucionária que sentenciou à ruína a sociedade feudal na luta pela “hegemonia” com a nobreza. No âmbito do processo de “mercantilização da produção agrária”, o senhor de engenho ocupava posição periférica como “agente econômico especializado”, cujo objetivo era apenas o de produzir riquezas para a “apropriação colonial”.

Assim, para ele “nada justificaria assimilar o senhor de engenho ao burguês, e é um contrassenso pretender que a história da burguesia emerge com a colonização”.



Trata-se de buscar nos elementos estruturais e operacionais as condições fundamentais para o surgimento e o “desenvolvimento da “burguesia”, à luz do modo de produção típico na ordem do capitalismo dependente e periférico e do “padrão de civilização que orientou e continua a orientar a “vocação histórica” do povo brasileiro” (Fernandes, 2006, p. 33-34).

Considerando o incipiente estágio de desenvolvimento das forças produtivas de Portugal e Espanha no século XVI, Florestan Fernandes (1981) destaca ainda que não eram suficientemente robustas para prover as “atividades mercantis” decorrentes da “descoberta, exploração e o crescimento das colônias”. Por essa razão, associam-se aos capitalistas dos Países Baixos e Veneza em busca da tecnologia, do capital, equipamentos e do mercado internacional, desempenhando meramente o papel de intermediários ou sócios subalternos no negócio.

As transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas na Europa desde o final do século XVIII e início do XIX, sobretudo, em decorrência da Revolução Industrial, corroem as bases da dominação pelo controle econômico das potências centrais e intermediárias nas colônias. Fernandes (1981, p. 16) demonstra como esse processo gradualmente determinou “mudanças nos padrões existentes de dominação externa”, alcançando todas as “esferas da economia, da sociedade e da cultura”. Deste modo, revela como “a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina”.

Considera-se a tradição do pensamento político e social brasileiro, do ponto de vista acadêmico, a partir da chamada geração de 1930, isto é, desde a obra inaugural de Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Utilizando-se rigorosamente de métodos científicos distintos na abordagem do nosso processo histórico de formação – social e nacional -, os respectivos autores fundamentam as suas teses em bases teóricas que assentam as Ciências Sociais. Embora Euclides da Cunha, Silvio Romero, Octávio Brandão, Alberto Torres, José Veríssimo, Manoel Bomfim, Oliveira Vianna tenham se debruçado sobre a história brasileira e questões nacionais, inclusive questões sociais e raciais, não há entre eles o rigor metodológico que caracteriza e define uma tese, do ponto de vista das Ciências Sociais.

Euclides da Cunha, porém, se faz um interlocutor privilegiado, pois, a despeito do ecletismo teórico, denota grande arrojo intelectual e elevado senso de responsabilidade pública e social. A sua obra - além de inaugurar o século XX, lançada em 1902 - destaca-se pela contundente crítica política e social, escancarando as gigantescas diferenças regionais e a “questão social” latente e em estado bruto. Além disso, destaca a despeito das suas limitações e imprecisões, as principais escolas científicas vigentes, utilizadas na abordagem das mais variadas questões das ciências naturais, sociais e humanas.

Por fim, considerando que também era jornalista, anota com acentuado rigor e objetividade os fatos no calor dos acontecimentos. Dialogando com diversas testemunhas, coletando informações e relatos dos mais variados interlocutores, é mais que um aplicado repórter, antes um antropólogo dedicado ao método da observação-participante. Em sua obra temos a denúncia da “questão social”, produto do latifúndio e suas consequências imediatas no campo - exploração, opressão, miséria, violência. Denuncia ainda, as oligarquias locais, o messianismo sertanejo e o autoritarismo da República, exposto sem embargo pelo autor e com zelo e empenho pelos artífices da repressão e do massacre.

### **3. Questão social, luta de classes e movimentos populares**

Mais tarde o notável escritor deixou S. Paulo e eu lá fiquei por mais anos porque os afazeres me obrigavam e os afetos daquele povo progressista me prendiam. Não nos encontramos mais. Segui-lhe de longe a trajetória que todos conhecemos, parábola fulgente que rápido ascendeu ao ápice e que também rápido declinou, findando nessa morte trágica, que a solenidade presente rememora e as minhas palavras não têm como vos significar a mágoa desoladora.

A alma boa, que ele foi e que tão profundamente sabia sentir, merecia certamente do destino outro desenlace na vida que não esse da bala assassina que, matando-o, tisonou-lhe de suspeição até o próprio lar da família. Acima de tudo, antes de tudo, Euclides era um sincero patriota. A nossa natureza ninguém a descreveu com mais verdade nem mais brasileira nem mais legitimamente. O gênio do nosso povo ninguém o compreendeu melhor do que ele. (Teodoro Sampaio, sobre Euclides da Cunha, 1919)<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://horadopovo.com.br/teodoro-sampaio-e-as-recordacoes-sobre-o-amigo-euclides-da-cunha/>>. Acesso em: 13/06/2020.

“Os Sertões” inaugura a tradição das grandes obras interpretativas do Brasil e, ao mesmo tempo, o regionalismo. Publicado em 1902, foi escrito de forma laboriosa por Euclides da Cunha enquanto exercia o ofício de engenheiro civil em São José do Rio Pardo, interior de São Paulo. É nesta cidade que escreve a maior parte da obra, entre 1898 e 1901<sup>23</sup>.

Trata-se de um livro grandioso, em todos os aspectos. Revela a engenhosidade do cientista, a meticulosidade do jornalista crítico, a ética do intelectual positivista e republicano. É uma obra tão complexa e vasta, que pode ser lida como uma epopeia sertaneja, um livro de crônicas-reportagens de guerra, um estudo sociológico sobre o sertão, o sertanejo e os conflitos sociais ou como um trabalho sobre a geografia e a natureza do sertão. Euclides dialoga com a sociologia, antropologia, a história, o jornalismo, geografia, biologia, geologia, filosofia e a literatura universal. Por essas razões, percebe-se que era uma figura de erudição excepcional, metódico, ambicioso, ousado, visionário.

Figura emblemática da República, Euclides foi militar, engenheiro, diplomata, jornalista e teve participação direta na campanha republicana e nos primeiros anos do novo regime. Após o fechamento do Congresso por Deodoro em 1891, o posicionamento inconstitucional de Floriano e a brutal repressão promovida pelo governo às Revoltas da Armada e Federalista no Rio Grande do Sul, Euclides afasta-se do exército e da política desgostoso com a República<sup>24</sup>. Tanta era a expectativa em relação à República, no que diz respeito a transformações políticas, econômicas e sociais, que não foram poucos os que logo se decepcionaram, conforme Rosso (2009) informa:

José Veríssimo, em —“Vida literária” (revista Kosmos, n. 7, 1904), descreve: “Todos se presumiam e diziam republicanos, na crença ingênua de que a República, para eles palavra mágica que bastava à solução de problemas de cuja dificuldade e complexidade não desconfiavam sequer, não fosse na prática perfeitamente compatível com todos os males da organização social, cuja injustiça os revoltava”. Ainda em outubro de 1890, antes do primeiro aniversário do 15 de novembro, desencantava-se Silva

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/turismo/fx1410200214.htm>. Acesso em 22/01/2020.

<sup>24</sup> ROSSO, José Mauro. “Euclides da Cunha, Político”. Baleia na Rede, revista online do Grupo de Pesquisa em Cinema e Literatura da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp. Vol. I, nº 6, Ano VI. Marília, SP: 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/1454-Texto%20do%20artigo-5317-1-10-20111006.pdf>. Acesso em: 06/08/2020.

Jardim, lamentando em carta a Rangel Pestana: — “Comunico-lhe que parto para a Europa, a demorar-me o tempo preciso a que este País atravesse o período revolucionário de ditadura tirânica e de anarquia”. — “Esta não é a República de meus sonhos”; lamentou-se Lopes Trovão, um dos próceres do movimento republicano. — “Foi para isso então que fizeram a República? ”, protestou Farias de Brito. (ROSSO, 2009, p. 260/261)

De formação militar, aluno de Benjamin Constant, positivista convicto e propagandista dos ideais republicanos, anima-se com o fim da “República da Espada” e o início do governo civil. Atuando como jornalista, publica artigos em diversos periódicos, como “Democracia” no Rio de Janeiro – desde 1890 - e, à partir de 1892 em “O Estado de São Paulo”<sup>25</sup>. Em 1897, após escrever o artigo “A nossa Vendéia”, sobre o conflito de Canudos, foi convidado pelo jornal paulista para cobrir os acontecimentos e produzir uma série de reportagens para o periódico.

É dessa experiência que surge a obra. Emblemática na tradição do positivismo, arraigada de ideias deterministas, conceitos evolucionistas e do método funcionalista. Busca Euclides em prosa, ora científica, ora idílica, descrever e analisar em esquema hierárquico a relação entre natureza (“A terra”), humanidade (“O homem”) e sociedade ou história (“A luta”) no sertão baiano. Assim, destaca conceitos e teorias que ligam o homem à terra e ao clima, denuncia o flagelo da seca e o meio inóspito, a nociva mistura entre as três raças que compõe o povo brasileiro, a inferioridade das sub-raças em relação ao europeu e do sertão bárbaro ao litoral civilizado, a brutalidade da repressão estatal contra a “questão social” no interior do país.

Como correspondente do periódico “O Estado de São Paulo”, vai em busca de um movimento “monarquista” contrarrevolucionário, conforme divulgado pelo governo e a grande imprensa; choca-se com a “questão social” sertaneja, entregue ao messianismo e as oligarquias. O choque causado pelo contato com essa brutal realidade, avilta a sua humanidade civilizada e republicana. Assim, chamará sua obra de “livro vingador”, definindo a campanha militar vitoriosa, “na significação integral da palavra, um crime”. Embora não utilize a categoria “questão social”, destaca que o problema do sertanejo é

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1505200508.htm> e <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/>:>. Acesso em 27/01/2020.

“civilizatório”, e cumpre à República levar a civilização, isto é, o liberalismo republicano ao sertão; não canhões, fuzis e baionetas.

A obra “Os Sertões” foi um choque também para a sociedade à época. Causou mal-estar entre os militares, controvérsias com o governo e retumbante impacto na sociedade e intelectualidade urbana e cosmopolita, apresentadas a aviltante realidade do sertão e ao rústico sertanejo. Sobretudo, porque Euclides já era figura polêmica e conhecida do grande público. Após a publicação do livro, foi convidado para o prestigioso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro e eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1903, sendo recebido pelo controverso escritor, historiador e bacharel, Silvio Romero. Celebrado pela crítica e a imprensa da época, Leopoldo de Freitas em 1902 escreve no jornal *Diário Popular*:

Para analisar este livro realmente emocional se precisa de empregar o methodo de Taine, do qual o auctor é observador exacto [...]. O realismo da comprehensão *tolstoiana* da guerra, isto é, a paixão stoica do paisano, que na humildade do seu viver ninguém julgaria capaz de expluir com uma tenacidade tão heroica [...]. (CUNHA, 1904, p. 12)

Araripe Junior, por sua vez, anota no *Jornal do Comércio* em 1903 que os “romancistas russos Dostoiewsky e Maximoff Gorky, o norueguense Hanut Hansen, o belga Mastherlink tem escripto páginas admiráveis analysando esse estado psychico”, referindo-se as observações de Euclides da Cunha sobre Antonio Conselheiro (Cunha, 1903, p. 47. Declara ainda, que “Dostoiewsky foi um dos maiores, senão o maior dos psychologos das multidões”, e que “Euclides da Cunha não é só, como disse antes, uma alma poética e um psychologo, mas também um sociólogo de boa envergadura” (Cunha, 1903, p. 69).

Euclides foi um intelectual do seu tempo, isto é, bastante influenciado pelo positivismo de Auguste Comte, o determinismo de Hippolyte Taine e o evolucionismo de Charles Darwin e Herbert Spencer. Tal qual os grandes intelectuais e homens públicos de sua época, como Silvio Romero, Farias de Brito, Ruy Barbosa, José Veríssimo, Nina Rodrigues - justa exceção a Manoel Bomfim e Alberto Torres, críticos das teorias raciais e deterministas. Enfim, sua obra não fala de outra coisa senão ciência e política, expostas

em sua forma bruta, através da luta entre “civilização” e “barbárie”, “miséria” e “opulência”, “luzes” e “trevas”, “autoritarismo” e “democracia”. Passemos, então à obra.

Ainda em nota preliminar, Cunha (198, p. 01) já nos revela o tom fatalista e trágico de sua obra, conforme a sua visão de mundo positivista-republicana e determinista-evolucionista. Para ele, o destino do sertanejo, entendido como sub-raça, era incontestável e definitivo. Assim, vaticina sobre as “sub-raças” sertanejas, condenadas à extinção próxima “ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra”.

Para ele, a miscigenação, conforme o intenso fluxo migratório que caracteriza o período compreendido a partir da década de 80 do século XIX, liquidando as sub-raças inferiores – negros, mulatos, mamelucos, indígenas – era o destino inexorável que, por sua vez, redimiria esses pobres infelizes da barbárie e do atraso.

O jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas [...]. A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável “força motriz da história [...] no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”. (CUNHA, 1984, p. 01)

Após explicar, no capítulo *A Terra* as características físicas da região, o relevo, o clima e a flora, Cunha (2003) detêm-se nos limites daquelas extensas paragens, contemplando o “desafogo de um horizonte largo”, ao lado do calor extenuante. Assim, explica:

Ao passo que a caatinga o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante. (CUNHA, 1984, p. 23)

Cunha (1984) denuncia o ciclo da seca desde o século XVIII e as privações e sacrifícios a que submete os que lá sobrevivem, buscando demonstrar como tal ambiente

incide sobre o homem e o molda, por assim dizer. Grosso modo, trata-se de explicar a relação entre o meio físico e os sujeitos antropológicos.

Deste modo, no capítulo *O Homem*, chama a atenção para os três elementos étnicos que constituiriam “a gênese das raças mestiças no Brasil”, destacando que o europeu luso seria o “fator aristocrático de nossa gens”, estabelecendo o que se poderia chamar de uma hierarquia entre os tipos humanos. Nesse processo de catalogação, Cunha (1984, p. 39) busca as origens do “homo americanus”, espécie nativa das Américas, segundo ele, e que, portanto, em oposição ao “homo afer” africano, produto de tribos bárbaras e terras inóspitas, cuja seleção natural se dava “pelo exercício intensivo da ferocidade e da força”, seria o elemento nocivo na mistura de raças na comparação entre sertanejos e mulatos. O índio, elemento “inferior” do sertanejo no cruzamento com o português, ainda assim seria superior ao negro, pois era capaz de adaptar-se e dominar a natureza. Entretanto, salienta sem ressalvas:

É o mestiço – mulato, mameluco ou cafuz -, menor que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores (CUNHA, 1984, p. 62).

A questão da mestiçagem mobilizou os meios intelectuais, científicos e políticos brasileiros do último quarto do século XIX até a década de 40 do século XX. É a geração de brasileiros inspirada por Darwin, Spencer, Taine, Gobineau, Agassiz<sup>26</sup>. Trata-se de pensar a síntese do brasileiro a partir de subcategorias raciais, essa foi a grande questão de investigação “científica” para gerações de intelectuais brasileiros. Ao invés de luta de classes, pensava-se a nossa formação no âmbito de uma luta de raças. De modo que a mestiçagem não era vista como uma redução, antes, porém, como um desdobramento – para alguns até como a nossa contribuição à humanidade, caso de Silvio Romero e depois Gilberto Freyre.

Nessa perspectiva, duas questões se sobressaíam em Cunha (1984, p. 41). Para ele, o mulato seria o “tipo mais característico da nossa subcategoria étnica”. Assim,

---

<sup>26</sup> Todos consideravam a evolução como o fundamento das ciências, submetendo as determinações culturais aos processos e procedimentos das ciências naturais. Assim, a raça branca europeia seria superior, considerando o seu estágio de desenvolvimento tecnológico e científico em comparação com os nativos e africanos.

resignava, afirmando que “não temos unidade de raça” e nem a “teremos, talvez nunca”. Numa perspectiva funcional, compreendia que “a nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social”, sentenciando, por fim, num arroubo positivista, que “estamos condenados à civilização, ou progredimos ou desaparecemos”.

Na tradição determinista, Cunha (1984, p. 42) considera que o “meio físico amplíssimo e variável, completado pelo variar de situações históricas, que dele em grande parte decorreram”, seria fundamental para a nossa “heterogeneidade de problemas ancestrais”. Assim, sentencia que nos trópicos, “a seleção natural” (...) firma “inexoravelmente a vitória das expansões instintivas” visando ao “ideal de uma adaptação que tem como consequências únicas a máxima energia orgânica, a mínima fortaleza moral. A aclimatação traduz uma evolução regressiva” (Cunha, 1984, p. 47). A leitura de Montesquieu em “*O espírito das leis*”, sobre a relação entre o clima e os homens, seu temperamento e caráter é bastante clara:

O calor do clima pode ser tão excessivo que o corpo ficará totalmente sem força. Então, o desânimo atingirá o próprio espírito; nenhuma curiosidade, nenhum nobre empreendimento, nenhum sentimento generoso; as disposições serão todas passivas; a preguiça será a felicidade; a maioria dos castigos serão menos difíceis de sustentar do que a ação da alma, e a servidão menos insuportável do que a força do espírito que é necessária para conduzir a si mesmo. (MONTESQUIEU, 2000, p. 242)

Ainda sobre os aspectos geográficos – clima e terra -, Cunha (1984) destaca que a alienação e a apatia entre as longínquas regiões de nosso imenso território, resultam “dinâmicas e processos” variados “marcados pelo clima”, de modo que no Sul dava-se mais heterogeneidade e “subdivisão de atividades”, isto é, trata-se de sociedades mais complexas e desenvolvidas. Para ele, o fator geográfico operava como um “isolador étnico e histórico”.

Para Cunha (1984, p. 01), trata-se de duas civilizações distintas em um mesmo território – dois Brasis. Destaca, porém, que a sociedade litorânea, “sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico e dos princípios civilizadores elaborados na Europa”, não era dado conhecer à outra, aquela dos sertões. Para ele, tal situação resultava tanto da centralização imposta pela Metrópole à Colônia,



quanto da própria natureza, conforme a vastidão do território e as imensas diferenças climáticas e geográficas.

Ao mesmo tempo em que a geografia funcionava como um isolador, destaca que ela favoreceu “o surgimento do tipo étnico sulista, ao contrário do nortista condicionado entre o mar e o sertão. Daí que as bandeiras são típicas do Sudeste e aqui se restringem”. O “paulista”, aponta, tipo “autônomo, aventureiro, rebelde”, “dominador da terra”, “insurrecto da tutela longínqua”, foi o tipo étnico capaz de produzir a “epopeia inédita das bandeiras”. Para ele se trata de uma “raça forte e antiga”, legítimo e único produto “oriundo de “elementos convergentes” de diversos pontos, combinado e forjado pelo meio”. Contudo, não se omite em relatar que foi o “empreiteiro predileto das grandes hecatombes”, como o massacre executado no Quilombo dos Palmares (Cunha, 1984, p. 50).

Cunha (1984) destaca que a fusão do “vaqueiro com o bandeirante” favorece o jagunço, mesclando “atributos essenciais de ambos”. Por sua vez, a sua estreita ligação com a terra, “ampara-o de idêntico modo ante as exigências da vida combatente”, servindo-lhe dos insumos necessários para o combate, “salitre para pólvora, pedras e ossos para projéteis”.

Referindo-se a gênese dos jagunços, destaca que o mameluco, mistura entre o branco e o índio, “faz-se o bandeirante inexorável, precipitando-se ferozmente, sobre as cabildas aterradas” (Cunha, 1984, p. 63). Não negligencia ou tangencia a informação, apontando que a missão das Bandeiras consistia simplesmente na busca de ouro e escravos. Entretanto, Euclides da Cunha (1984, p. 57) mostra que enquanto os nortistas, “desde o século XVII lutavam pela autonomia da pátria, sulistas a alargavam”, ainda que motivados por outros interesses.

Na perspectiva Euclidiana, as determinações econômicas, sociohistóricas e políticas são secundárias, as forças centrais por detrás das questões do sertão são biológicas e geográficas. Assim, pouco fala sobre os “donatários do latifúndio”, os originais grandes proprietários nomeados pela Coroa que dominavam a terra e pouco “toleravam a intervenção da metrópole ou dos padres que incorporavam e subordinavam. Dificultavam assim, a entrada de novos povoadores ou concorrentes e atraíam à volta dos seus domínios mestiços e fazendas de criação” (Cunha, 1984, p. 60).

A colonização do litoral, de tipo distinto, por outro lado, aponta que se trata de “colonização de isolamento”. Deste modo, indica como “índios aculturados, protegidos pela Companhia de Jesus” até o século XVIII, quando foram suas terras tomadas pelo liberal marquês de Pombal, organizaram “povoados sertanejos que se formaram das aldeias de índios”. Até o século XVIII, o idioma predominante em diversos povoados e cidades era o indígena ou uma mistura dele com o português e, “a ocupação do sertão”, ao lado da “conversão dos silvícolas”, ambos eram ofício dos jesuítas. Apenas após os decretos *pombalinos* se oficializou o uso exclusivo da língua portuguesa e se proibiu a utilização de outros idiomas e dialetos.

No tipo de colonização costeira, os “negros bestializados e brutalizados”, estariam concentrados no litoral. Incorporado à cultura canavieira importada, o negro cativo na África “liberou” o indígena da escravidão. O engenho de cana, por sua vez, para ele, “relegou ao esquecimento o sertão”.

A visão Euclidiana sobre o sertanejo é uma mistura complexa e contraditória de idílio com aberração. Se de um lado, inicia a sua narrativa afirmando que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, de outro refere-se aos seus “patrícios retardatários” como “retrógrados, não degenerados”, isto é, um “tipo fisicamente forte de evolução psíquica em desenvolvimento”. Cunha (1984, p. 64) oscila o tempo todo entre a admiração solene e a repulsa, refletindo o duro embate entre as suas teses mais caras e a realidade contraditória em que a questão social se avulta, diante da República, incapaz de compreendê-la fora da repressão brutal. Ao mesmo tempo em que se utiliza e faz a apologia do litoral e do sul, contrasta-os com o sertão e o Nordeste para igualmente desqualificá-los.

Assim, quando destaca a “aparência desengonçada” e “humildade displicente” do sertanejo, “homem permanentemente fatigado”, afirma que ele é “forte e impetuoso”, que “toda a aparência de cansaço ilude”. Convicto no determinismo e evolucionismo social arraigados, bem como no positivismo, Euclides apoia-se sempre na natureza e no clima para justificar os comportamentos e traços humanos. Por isso, sustenta que o sertanejo “reflete a oscilação da própria natureza que o rodeia”, sendo assim, “é inconstante como ela” e trata-se de “um condenado a vida”.

Destacando essa relação simbiótica entre o homem e a natureza, sustenta que em decorrência dela o sertanejo se fez “forte, esperto, resignado e prático”, pois, que “viver é adaptar-se”, de modo que ela “talhou-o à sua imagem: bárbaro, impetuoso, abrupto” Cunha (1984, p. 69). Nota-se nessas passagens, alguma complacência de Euclides com o sertanejo, apesar do “rigor científico”, na medida em que o descreve de forma solene e sem parcimônia nos elogios, enquanto que a natureza é vista como impiedosa e implacável - “A seca não o apavora. Enfrenta-a, estoico” Cunha (1984, p. 76).

Atento as relações sociais, demonstra que os camponeses e vaqueiros “são servos dos fazendeiros”. Insinua, deste modo, a ordem senhorial arraigada naquela sociedade, em que a tradição do engenho ainda persiste, marcada pela exploração do homem e da terra, em que a dominação forja vínculos de lealdade e dependência indissociáveis, assentados na tradição, no poder econômico e na violência.

Submissos, presos ao senhor e a terra – cuidando dos rebanhos e terras que não lhe pertencem. Fiéis, entregam-se à servidão que são incapazes de avaliar – “contrato que ninguém escreveu ou sugeriu. (CUNHA, 1984, p. 71).

O caráter idílico de Cunha (1984) se sobressai, sem prejuízo ao olhar “científico” e jornalístico. Assim, aponta traços heróicos no sertanejo, diante de “tragédias espantosas”. Numa perspectiva funcional, destaca a “fé religiosa” como seu “primeiro amparo” e, que como ele, sua religião é também “mestiça”.

Conforme a geografia que o isola, o sertanejo e a sua religiosidade se caracterizariam pelo forte “misticismo político do Sebastianismo”, que apesar de “extinto em Portugal”, ainda sobreviveria no sertão nordestino. Subordinado a forças da natureza incompreensíveis, onipresentes e inexoráveis, preso a terra, Cunha (1984, p. 81) crê que em “paragens mais benéficas a necessidade de uma tutela sobrenatural não seria tão imperiosa”.

Nesse contexto de isolamento, abandono e meio inóspito, Cunha (1984, p. 83) observa que o fervor da crença do sertanejo “oscila entre o desvario do fanatismo e a

transfiguração pela fé”. Esse fanatismo religioso, ao mesmo tempo displicente e rigoroso, marcado pelo sincretismo que caracteriza a espiritualidade de sociedades menos desenvolvidas, a ausência de subsídios teológicos ou metafísicos compensa-se pelo fervor místico e a crença cega no líder. Assim, constata:

Todas as crenças ingênuas, do fetichismo bárbaro as aberrações católicas, todas as tendências impulsivas das raças inferiores, livremente exercitadas na indisciplina da vida sertaneja, se condensaram no seu misticismo feroz e extravagante. (CUNHA, 1984, p. 86)

Considerando as características inerentes ao sertão, como os conflitos entre famílias locais, Antônio Conselheiro foi um homem marcado pela injustiça e a violência. Em Quixeramobim, Ceará, a família Maciel, à qual pertencia o Conselheiro, vivia em disputa com os Araújo, clã local economicamente poderoso. Por essa razão, Antonio cresceu vendo como em disputas com as elites locais, a justiça sempre os favorecia. Apenas com a chegada do Padre Ibiapina<sup>27</sup>, que foi também juiz de paz local, que o Conselheiro descobriu a sua vocação missionária. O padre José Maria Antonio Ibiapina foi o grande missionário do sertão, inspirando Padre Cícero, Antônio Conselheiro e até mesmo o beato José Lourenço, do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, entre os anos de 1926 e 1937 no Crato, Ceará.

Assim, Euclides da Cunha (1984) constata que “o meio o fortaleceu”, isto é, um ambiente inóspito, violento, miserável e injusto. Por essa razão, o Conselheiro viria a ser o amalgama e catalisador desse povo mestiço, místico, miserável, rústico, disperso e errante. Como o seu inspirador, padre Ibiapina, Conselheiro segue a tradição de padre missionário, articulando o fervor e o misticismo religioso com movimento popular, atuando como líder religioso e social. Deste modo, caracteriza-se por compartilhar tanto as origens quanto os seus flagelos, em tudo se identificando com os sertanejos. Por onde passavam, ambos deixavam obras de caridade que instigavam o temor e a desconfiança entre os

---

<sup>27</sup> Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/526989-os-santos-do-povo-padre-ibiapina-antonio-conselheiro-e-padre-cicero> . Acesso em 21/07/2020.

poderosos locais, conforme o caráter pedagógico da mobilização para o trabalho coletivo – mutirão – e da autogestão.

No que diz respeito ao Conselheiro, Cunha (1984) destaca o seu caráter rebelde contra a “hierarquia eclesiástica” e a própria República, pois, no seu afã messiânico não aceitava o Estado laico e o considerava como uma manifestação do reino do anticristo na Terra, uma afronta à monarquia ordenada por Deus e abençoada pela Santa Igreja. Considerando o exposto, temos um cenário de potencial conflito social, conforme o atrito constante entre elementos antagônicos e latentes, sob a fagulha do fogo da revolta e o capim seco da questão social. Séculos de isolamento, abandono, miséria, mandonismo, messianismo, exploração, violência e atraso estão prestes a confrontar-se com a civilização, a República e a modernidade. “A luta”, capítulo final de “Os Sertões”, nos mostrará como o nascimento da República, inaugurando o século XX, tratará a “questão social”, tal como aquelas expostas ao jornalista-cientista Euclides da Cunha no sertão baiano.

### **3.1. Questão Social e Autoritarismo: terra, pobreza, messianismo e violência**

“A luta” é o ápice da obra Os Sertões. É o seu clímax apocalíptico. Momento em que a tragédia anunciada é consumada e, todas as forças – naturais, humanas e sociais – entram em choque e confronto definitivo. É o grande momento do jornalista, político, historiador, sociólogo, humanista. Aqui a crítica social se impõe em cada linha, e a voz do sertanejo esquecido, humilhado e violentado não se cala. Além de explicar a saga de Canudos, Euclides da Cunha mira a sua pena contra o Exército, as oligarquias, a imprensa e a República, apontando responsabilidades e denunciando a barbárie.

Quando ele vai a Canudos, a luta já está decidida e praticamente acabada. Chega acompanhando a quarta e última expedição ao arraial e passa apenas um mês no campo de batalha, entre 06 de setembro e 05 de outubro de 1897. Ele vai como os soldados e oficiais, conforme a narrativa oficial, convicto de que a missão é para salvar a República de conspiração monarquista financiada por poderosas forças antirrepublicanas

e estrangeiras. Logo, porém, o jornalista e cientista perceberá que se trata de uma farsa e um crime que não hesitará em denunciar, ao contrário, o fará com notável vigor e rigor.

Como jornalista e cientista, constata que está diante de uma oportunidade única, momento histórico singular na recém proclamada República, cuja fragilidade correspondia às poderosas ameaças imaginárias. Assim, desde a chegada a Salvador em agosto, não perde a oportunidade de conversar com soldados, oficiais, comerciantes, prisioneiros, sertanejos e registrar tudo, do clima e natureza ao homem e as relações sociais. Finalmente, não se omite o seu arrojado espírito científico, dialogando, antes da expedição e após ela, com os mais variados interlocutores no campo das ciências naturais e sociais, da engenharia e da estratégia militar. Destacam-se Teodoro Sampaio, Francisco Escobar, Afonso Arinos, Nina Rodrigues, Tenente Coronel Siqueira de Meneses, Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, dentre outros intelectuais e estudiosos da época.

Ao se deparar com Canudos, Cunha (198, p. 110) logo percebe o caráter peculiar do povoado. Assim, afirma que “Canudos era o cosmos” – autossuficiente, mesclava as três raças moldadas pela religiosidade fanática e extravagante”. Canudos era um povoado grande para os padrões da época, consta que fosse a segunda maior população da Bahia, com cerca de 5,2 mil casas e 25 mil habitantes, atrás apenas de Salvador<sup>28</sup>.

As relações sociais em Canudos eram comunitárias, numa espécie de coletivismo místico. Cunha (1984, p. 110) chama de “coletivismo tribal dos beduínos”. Destaca que lá, tudo consistia em “apropriação pessoal apenas de objetos moveis e das casas, comunidade absoluta da terra, dos rebanhos e dos escassos produtos das culturas, cujos donos recebiam exígua cota-parte, revertendo o resto para a companhia”. Todos os seus habitantes lá haviam chegado por adversidades diversas – fome, seca, conflitos de terra, doença, perseguição política, policial ou religiosa, fanatismo religioso, falta de trabalho -; no entanto, a adesão ao povoado e as suas rígidas regras era voluntária, quem quisesse podia partir a qualquer tempo. Eram, nas palavras dele, “voluntários da miséria e da dor”, “venturosos na medida das provações sofridas”. Na arraigada tradição senhorial e escravocrata do sertão em que se impõe o latifúndio, o

---

<sup>28</sup> “Cidade teve 25 mil pessoas e 5.000 casas” – Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1810199918.htm>. Acesso em 01/08/2020

mandonismo, a violência e a exploração brutal da natureza e do homem, a “questão social” e ideias comunitárias afrontam e instigam o conflito em estado bruto e latente.

A despeito do cientificismo enviesado, eivado de preconceitos, ideias equivocadas e idiosincrasias, Euclides não minimiza o seu respeito e admiração pelo caráter resiliente do sertanejo, marcado por um “estoicismo místico e rústico”. Embora houvessem bandidos e bandoleiros no povoado, constata que todos eram fiéis ao Conselheiro e os desvios rigorosamente punidos, embora não se pudesse compará-los nem remotamente aos crimes cometidos e tolerados no entorno.

A polêmica em torno do arraial se dava fundamentalmente por três motivos: razões econômicas, messianismo persistente e desobediência civil. Conforme Cunha (1984) constata, Canudos era autossuficiente e autogestionária, o uso da terra era coletivo, o povoado só crescia e prosperava, e tal experiência, por si só, representava uma ameaça para o *status quo* e os poderosos locais – latifundiários, comerciantes, autoridades públicas e políticas. A autoridade espiritual do Conselheiro, suas obras sociais e de caridade, ofuscavam a igreja e incomodavam sobremaneira as autoridades eclesiásticas. Depois de muitas admoestações e divergências, o prestígio e a autoridade do Conselheiro, porém, só aumentavam, de modo que ele foi se afastando da igreja católica, sem, no entanto, confrontá-la. Por fim, a desobediência civil consiste na resistência e oposição à República:

Pregava contra a República, é certo. O antagonismo era inevitável. Era um derivativo à exacerbação mística; uma variante forçada ao delírio religioso. Mas não traduzia o mais pálido instinto político; o jagunço é tão inapto para apreender a forma republicana como a monárquico-constitucional. Ambas são meras abstrações inacessíveis. É espontaneamente adversário de ambas. Está na fase evolutiva em que só é conceptível o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro. Insistamos sobre esta verdade: a guerra de Canudos foi um refluxo em nossa história. Tivemos, inopinadamente, ressurreta e em armas em nossa frente, uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doido. Não a conhecemos. Não podíamos conhecê-la. (CUNHA, 1984, p.118)

Para o rústico e fanático sertanejo, a “República era a impiedade, a incredulidade e uma afronta”. Era inconcebível para aquele povo simples e místico a separação entre Estado e Igreja, Estado laico e o matrimônio civil, representando uma afronta as leis divinas pela legislação do homem. Entre as diversas ladainhas cantadas pelos

sertanejos, essa registrada por Cunha (1984, p. 120) demonstra essa convicção: “Garantidos pelas leis; Aqueles malvados estão, Nós temos a lei de Deus, Eles têm a lei do cão”.

Diante dessa realidade, o olhar atento e civilizado de Cunha (1984, p. 121) constata que a despeito do misticismo rude, eram “fragílimos àqueles pobres rebelados”. E diante da questão social que se impõe, sentencia: “Requeriam outra reação. Obrigavam-nos a outra luta. Entretanto, enviamo-lhes o legislador “*Comblain*”, e esse argumento único, incisivo, supremo e moralizador – à bala”.

A despeito dos motivos anteriormente explicitados que levaram ao conflito, o estopim para o enfrentamento foi a afronta de um comerciante e autoridade local precipitando às hostilidades. Em outubro de 1896, Antonio Conselheiro adquirira um lote de madeiras em Juazeiro para a igreja do povoado, contudo, sendo a autoridade local antigo desafeto, aproveitou-se da ocasião para provocar o beato, de modo que vencido o prazo para a entrega do material descumpriu o trato, levando o Conselheiro a ameaçar retirá-lo à força. Em 21 de novembro o primeiro ataque ao arraial recua diante da investida ousada e poderosa dos “jagunços”. A despeito das reduzidas baixas entre mortos e feridos, a força militar de 104 homens retira-se em debandada, deixando para trás elevadas baixas entre os sertanejos.

A segunda expedição ao arraial mobiliza “o dobro de homens (243)”, entre forças policiais e militares. De acordo com Cunha (1984, p. 138-139), a ofensiva foi poderosa, dispensando “mais armas – canhões e metralhadoras”. A “tática de “tropas irregulares”, móveis – dividir para fortalecer -, conforme imposto pelo jagunço e a natureza” se estabelece, contudo, não há preparo possível para o soldado ou o policial da cidade diante da surpresa de ambiente tão inóspito e combatente tão hostil e adaptado a ele. Destacando a tática de guerrilhas, herdeira dos “capitães-do-mato” e bandeirantes, que dispensavam as formações militares e as unidades regulares, movimentavam-se livremente adaptando-se ao terreno, favorecendo toda a sorte de emboscadas. Enquanto o território é uma incógnita e um desafio à tropa, ele constata que:

[...] as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu. E o jagunço faz-



se o guerrilheiro-tugue, intangível [...]. As caatingas não o escondem apenas, amparam-no. (CUNHA, 1984, p. 139)

As caatingas constituem um aliado para o sertanejo – no combate elas agridem, dificultam o movimento e esgotam o oponente. Ela oculta e ampara o jagunço. A luta é desigual. A força militar decai a um plano inferior. Batem-na o homem e a terra” (CUNHA, 1984, p. 142).

A crítica de Euclides ao Exército, contudo, não se resume a atributos estratégicos inapropriados por inépcia ou incompetência. Não é uma questão de técnica. Trata-se, sobretudo, de uma questão ética e política. Quando ele aponta a sua pena para a tropa, está mirando a República. Entretanto, de modo algum faz concessão aos homens, pois se trata daquilo que representam diante da sua visão positivista - a civilização e o progresso de que fazem jus e aspiram defender.

Monte Santo lhe parece “povoado triste e de todo decadente”. Um lapso no tempo, local perdido entre os séculos remotos e que “reflete o mesmo abandono, traindo os desalentos de uma raça que morre, desconhecida a História, entre paredes de taipa” (Cunha, 1984, p. 149). Todavia, a despeito das críticas, Euclides ainda permanecia o mesmo republicano positivista convicto e resolutivo. Assim, acreditava que fossem necessários um “grande exemplo e uma lição. Os rudes impenitentes, os criminosos retardatários, que tinham a gravíssima culpa de um apego estúpido às mais antigas tradições, requeriam corretivo enérgico”. De modo que os “rebeldes seriam destruídos a ferro e fogo”. Até aquele momento, a barbárie era apenas o atraso, e não a fúria repressora estatal. Se o atraso, a miséria e o abandono constrangiam, era forçoso “afinal que saíssem da barbárie em que scandalizavam o nosso tempo, e entrarem repentinamente pela civilização adentro, a pranchadas” (Cunha 1984, p. 150).

Ainda assim, Cunha (1984, p. 151-152) previa: “A derrota era inevitável”. Reflexão do homem polivalente e comprometido com as luzes – a ciência e a civilização -, as suas rigorosas observações, dialogando com os mais notórios intelectuais do seu tempo, em diversos segmentos das ciências naturais e sociais, ampliavam a sua vantagem em relação ao melhor dos comandantes militares ali presentes, a despeito da sua experiência, formação e modernos equipamentos bélicos. O desconhecimento da terra e do homem do sertão, ao mesmo tempo que os deslumbrava, enchia-os de

arrogante sensação de superioridade diante do rústico jagunço. Por fim, a recepção durante o percurso, repleta de “festejos militares e o deslumbramento popular em Monte Santo, “antecipara-lhe as honras da vitória” – dada como certa”.

Deste modo, Cunha (1984, p. 152-153) constata a fraqueza do Exército, assentada na ignorância e na soberba, conforme presa a uma “estratégia militar rígida e incompatível com a guerrilha de movimento do sertanejo”. Destaca que a tal estratégia nada mais era que um mero “subordinar-se a uns tantos moldes rígidos de velhos ditames clássicos de guerra”. Por fim, demonstra como o total desconhecimento do terreno pavimentava o caminho da derrota inevitável, na medida em que as “guarnições partiam em colunas, blocos compactos – paquidermes inúteis, lentos e alvos fáceis”. Sem eficácia e frágeis diante investida sorradeira e dispersa. As formações se “rompiam perante os obstáculos do terreno, avançando em desordem e lentamente”.

Até então, a questão que se colocava era de ordem técnica – estratégica e logística -, expondo os limites do Exército e dos seus oficiais. É durante a expedição Moreira César que se impõe o homem militar, o ser bélico, imprimindo sem retoques a face perversa da República fardada. Ainda assim, Euclides contemporiza:

Por mais mecanizado que fique o soldado pela disciplina, tendendo para esse sinistro ideal de homúnculo, feito um feixe de ossos amarrados por um feixe de músculos, energias inconscientes sobre alavancas rígidas, sem nervos, sem temperamento, sem arbítrio, agindo como um autômato pela vibração dos clarins, transfiguram-no as emoções da guerra. (CUNHA, 1984, p. 153)

Moreira Cesar foi um comandante militar exemplar, na tradição dos massacres e atrocidades ilimitadas cometidas contra inimigos militares ou civis pelo Exército brasileiro. Desde o linchamento de um jornalista crítico do Exército em 1883, até as Revoltas da Armada e Federalista, se notabilizava pelo seu caráter denodado. Considerando a tradição do Exército desde a Guerra do Paraguai, e o seu consistente protagonismo político adquirido, pode-se dizer que foi o produto acabado de um período conturbado de instabilidade política e social no país, eivado de revoltas, insurreições e sedições, conforme a nova ordem liberal republicana se insinuava, no esteio da tradição senhorial e escravocrata. Moreira Cesar era a personificação da ordem deste novo regime, herdeiro de Floriano Peixoto, o comandante à altura da “expedição vingadora”.

Ao final da “República da Espada”, ocasião em que o governo civil se inicia, com pouca penetração social em termos de opinião pública, o Brasil era um “país dividido entre vitoriosos e vencidos”. Caracterizado, segundo Cunha (1984, p. 171), por uma sociedade que avança em saltos e sobressaltos, “da máxima frouxidão aos arroubos autoritários extremos”. No seu ímpeto republicano, Floriano Peixoto “destruía e criava revoltosos”. Arrasando a “desordem com a desordem”.

Impetuoso, brutal, disciplinador e “arrogante”, assim definiu Cunha (1984, p. 190), o famoso “coronel corta-cabeças” Moreira César. A frente de uma tropa de homens avessos ao sertão e acostumados ao clima litorâneo, por maior superioridade física, técnica e bélica que tivessem, de modo algum estavam preparados para as agruras do clima, as adversidades do terreno, a impetuosidade e resistência do jagunço. Assim, destaca que “qualquer organização militar” reflete algo do “temperamento nacional”, dito isso, tal “ebriez mental, estonteia o soldado duplamente fortalecido pela certeza da própria força e a licença absoluta para as brutalidades máximas”.

Em síntese, um exército consiste em uma multidão em que milhares de “indivíduos diversos se fazem um animal único, fera anônima e monstruosa, caminhando para dado objetivo com finalidade irresistível” (Cunha, 1984, p. 190). Por isso acredita que um comandante militar necessita “ter algo de psicológico”, pois só a “retidão moral e severa de um líder” é capaz de conter e disciplinar uma tropa, todavia, “não era o caso de Moreira Cesar”.

A morte de Moreira Cesar, segundo Cunha (1984, p. 203), precipita de vez “o caos, o desânimo e se impõe a retirada”. A tropa, após entrada triunfal nos povoados, deslumbrada, soberba e motivada retira-se desmoralizada e aterrorizada. Com a ordem desvairada de Moreira César para atacar o arraial a baionetas, conforme os subestimasse em demasia, não resiste a batalha corpo a corpo e as emboscadas da jagunçada. Ao massacre indiscriminado e humilhante, retira-se a terceira expedição, sob os despojos do “herói” nacional Moreira César, fortalecendo “o mito do Conselheiro e seu exército imbatível de jagunços”.

Oitocentos homens desapareciam em fuga, abandonando as espingardas; arriando as padiolas, em que se estorciam feridos: jogando fora as peças de equipamento; desarmando-se; desapertando os cinturões, para a carreira desafogada; e correndo, correndo ao acaso, correndo em grupos,

em bandos erradios, correndo pelas estradas e pelas trilhas que as recortam, correndo para o recesso das caatingas, tontos, apavorados, sem chefes [...]. Entre os fardos atirados à beira do caminho ficara, logo ao desencadear-se o pânico — tristíssimo pormenor! — o cadáver do comandante. Não o defenderam. (CUNHA, 1984, p. 205)

As consequências de retumbante fracasso da expedição Moreira César, ampliou “o pânico contra resposta à “reação monarquista”. Para os cidadãos urbanos, civilizados, republicanos e ilustrados, era inconcebível que tamanho desastre “fosse obra de simples “brancos e fanáticos”. Deste modo, insistia-se nas formulações hipotéticas e baseadas em boatos de que se tratava de uma conspiração para restaurar a monarquia, orquestrada por forças políticas reacionárias com o apoio de nações estrangeiras.

Fantasiava-se que em Canudos haviam “conhecidos oficiais do Exército e da Armada, foragidos desde a revolta de setembro, além de monarquistas, todos recrutados pelo Conselheiro” (Cunha, 1984, p. 215). A chamada “defesa da República”, beirava a insanidade. O fervor patriótico flertava com a insensatez, tal o caráter escatológico do discurso. Assim, assegura:

Atribuir “a uma conjuração política qualquer à crise sertaneja, exprimia palmar insciência das condições naturais da nossa raça”. Esta “insciência” resultou em desastre maiores que as expedições fracassadas. Por isso o sertanejo apenas podia resistir contra aqueles que pretendiam introduzi-lo à civilização a baioneta, após ignorá-lo por três séculos. (CUNHA, 1984, p. 212)

A quarta e última expedição mobiliza para o combate cerca de 10 mil homens, divididos em duas colunas, comandadas por dois generais, sob o comando geral do general Arthur Oscar de Andrade Guimarães. Em junho de 1897 iniciam-se os combates. A situação era tão desesperadora que em agosto o presidente da república envia o ministro da guerra, marechal Carlos Machado de Bittencourt para providenciar o desfecho do conflito, delegando-lhe plenos poderes para agir.

Embora os sertanejos sofressem pesadas baixas desde o primeiro assalto a Canudos, diante do poder de fogo das tropas regulares e forças policiais, foi apenas na quarta expedição que o conflito se transformou num verdadeiro massacre, nas palavras de Cunha (1984, p. 327), a empreitada “não era uma campanha, era uma charqueada.

Não era a ação severa das leis, era a vingança”. Assim, destaca que a “luta pela República, e contra os seus imaginários inimigos, era uma cruzada” movida pela civilização contra a barbárie. À “inadaptabilidade do povo a legislação superior do sistema político recém-inaugurado”, era preciso se impor nem que fosse na ponta do fuzil e do sabre, de modo a dar uma demonstração de força capaz de intimidar qualquer movimento de resistência ou oposição à nova ordem. Deste modo, revela como o “cataclismo da guerra fundia as camadas superficiais do patriotismo” (Cunha 1984, p. 281). Um patriotismo vulgar, brutal, sem pudor, sem heroísmo e sem glória – qualquer semelhança com os dias que se seguem não deve ser mera coincidência.

Após testemunhar o evento, Euclides passa os próximos cinco anos organizando todo o material de pesquisa que acumulou em campo, digerindo suas impressões, amadurecendo as ideias à luz do tempo e do debate com interlocutores diversos. Depara-se com a incapacidade política de não percebermos “o traço superior do acontecimento. Aquele afloramento originalíssimo do passado, patenteando todas as falhas da nossa evolução, era um belo ensejo para estudarmos-las, corrigirmos-las ou anularmos-las. Não entendemos a lição eloquente” (Cunha, 1984, p. 212). Nesse sentido, compreende que “o que era preciso combater – a todo o custo - e vencer não era o jagunço, era o deserto” (Cunha 1984, p. 293). O deserto da barbárie e da miséria. Um tal deserto “entre duas sociedades, de todo alheias uma à outra”, cuja “separação social completa dilatava a distância geográfica”; criando assim, “a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria” (Cunha, 1984, p. 300). Canudos amalgamava “nove anos de vida em que se adensavam três séculos de barbárie” (Cunha, 1984, p. 302).

O contraste entre o sertão e o litoral, entre a civilização e a barbárie, entre o homem branco e o mestiço, atravessa toda a obra de Euclides da Cunha e esse “choque de civilizações” ou culturas, parafraseando Samuel Huntington, dissimula a “questão social” por detrás do cientificismo e idealismo exacerbados. Intrínseca ao capitalismo, a “questão social” é, contudo, anterior a ele, remonta aos séculos XV e XVI, conforme Marx explica - O Capital, cap. 24, 1996<sup>29</sup>. A “questão social” com que se depara, é algo que

---

<sup>29</sup> Segundo Marx: “Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre como os pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros,

ele identifica como alguma coisa de séculos passados, perdida às portas do século XX. A República, o positivismo, as ciências, o progresso, o liberalismo, o capitalismo, enfim, a civilização ainda não havia chegado ali – a “história” mesmo, para ele, “não iria até ali”. Por isso denunciava:

Decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários. (CUNHA, 1984, p. 302)

Os crimes cometidos pelas forças militares tanto espantavam quanto repugnavam. Para Cunha (1984, p. 324), era inconcebível que a tropa ilustrada de inspiração positivista, a vanguarda da República, o bastião da civilização fosse capaz de tamanhas atrocidades. Assim, resignava, pois apesar “de três séculos de atraso os sertanejos não os alcançava em tamanhas barbaridades”. Destaca, por outro lado, que a postura altiva e serena do sertanejo diante da morte confundia e afrontava a soldadesca. Tratava-se de uma aberração, “uma inversão de papéis. Uma antinomia vergonhosa” (Cunha, 1984, p. 326).

O que aconteceu em Canudos não tem paralelo na história, conforme sentenciava Euclides:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados. (CUNHA, 2003, p. 351)

---

assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e paupers. A legislação os tratava como criminosos “voluntários” e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam”. (Marx, 1996, p. 356).

Talvez apenas a Guerra do Paraguai, ocorrida três décadas antes, seja comparável em ferocidade e extensão das atrocidades cometidas. Em 1868 o exército do Paraguai já estava completamente dizimado, e a guerra vencida pela Tríplice Aliança. Tanto que desde 1867, os principais comandantes da Argentina (Mitre) e do Uruguai (Flores) retiram-se do conflito, mantendo um contingente ínfimo, com oficiais subalternos, apenas para cumprir minimamente as exigências do Tratado da Tríplice Aliança. Apesar disso, o saque de Assunção não foi poupado, tampouco impedidos os massacres de Los Niños e Piribebuy quando crianças, adolescentes, mulheres, idosos e inválidos foram chacinados pelo exército brasileiro. (Maestri, 2013, 2009, Queiróz, 2010<sup>30</sup>).

As denúncias contra as atrocidades cometidas pelo exército brasileiro em Canudos foram amplamente divulgadas, não apenas por Euclides da Cunha no seu “livro vingador”, *Os Sertões*. Foram muitas as testemunhas e os registros das inúmeras violências cometidas pela tropa contra a população de Canudos, sobretudo contra mulheres, crianças e idosos. Na sua sanha brutal e ensandecida, ninguém foi poupado, e todas as formas mais perversas de violência foram utilizadas. Conforme Cunha (198, p. 327) relata, a “repressão tinha dois polos – o incêndio e a faca”.

O historiador José Calasans e o jornalista Júlio Chiavenato<sup>31</sup> – além do próprio Euclides da Cunha – revelam a presença de outros repórteres no campo de batalha,

---

<sup>30</sup> Sobre a obra do jornalista paulista José Júlio Chiavenato, lançada em 1979, “Genocídio americano: A Guerra do Paraguai”, a despeito das diversas polêmicas suscitadas ao longo desses 40 anos, a dissertação “Revisando a Revisão: Genocídio americano: A Guerra do Paraguai de J.J. Chiavenato”, defendida pela pesquisadora Silvânia Queiróz, no Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo em 2010 apresenta um olhar mais justo sobre esse importante trabalho. Nesse estudo, a pesquisadora destaca a relevância da investigação e da releitura feita pelo jornalista em relação a narrativa oficial. Demonstra, sobretudo, a sua importância em um contexto de afirmação e luta de movimentos sociais e populares contra a ditadura militar, a repressão e a censura. Assim, a crítica sobre a influência do “imperialismo britânico”, nos estertores da ditadura brasileira, era uma afronta aos militares e a direita. Além de entrevistar o autor, Silvânia colhe o relato de diversos historiadores, sociólogos, professores, intelectuais, políticos e pesquisadores que podem atestar o impacto da obra naquele momento e que atravessou os anos 80. Por fim, destaca que a onda neoliberal dos anos 90, no bojo da abertura dos mercados e a ascensão das narrativas pós-modernas, revisionistas, nacionais-restauradoras colocaram a obra em uma posição subalterna nos meios acadêmicos. Sem minimizar as polêmicas e os deslizes históricos e metodológicos cometidos pelo autor, sustenta que não se trata de uma obra acadêmica, cumprindo apenas o papel de instigar o debate sobre um assunto até então dado pela historiografia oficial e militar, contestando as versões “patrióticas” que sustentam “mitos” militares e a caserna. Chiavenato foi um jornalista-pesquisador diletante, que durante a década de 70 percorreu parte do interior do Brasil e dos países sul-americanos investigando por conta própria, conversando com interlocutores de outros países envolvidos, trazendo às suas contribuições para o debate.

<sup>31</sup> “Canudos: Canudos, a luta pela utopia real”. Disponível em: <https://monografias.brasilescola.uol.com.br/historia/guerra-canudos.htm>. Acesso em: 28/08/2020 e “Favila

dentre outras testemunhas que registraram de alguma forma as barbaridades cometidas pelas forças militares. Calasans nos fala sobre Júlio Procópio Favila Nunes do jornal “A Gazeta de Notícias” (RJ), Manuel Figueiredo e Alfredo Silva do “A Notícia” (RJ), Lelis Piedade do “Jornal de Notícias da Bahia”, além de Manuel Benício pelo “Jornal do Comércio” também do Rio de Janeiro.

Após a queda de Canudos, há relatos sobre oficiais, soldados e jornalistas – como Favila e Euclides<sup>32</sup> – que se apossaram ou “ganham” crianças, sobretudo as brancas, que foram levadas como *souvenirs*, despojos de guerra ou mesmo para servirem como criadas domésticas ou para finalidades sexuais. Favila Nunes, relata em correspondência com impressionante frieza e preciosismo:

“O general Artur Oscar, que sabe aliar à bravura denodada de um soldado um belo coração de pai, dá gostosamente estas crianças a quem possa tratar, e por isso eu levarei a minha pobre Josefa. Quase todos os oficiais já têm uma desgraçinha destas para proteger, o que faz com o maior carinho e dedicação. Até o general Artur tem uma, e o general Barbosa duas protegidas”. (CALASANS, 1991, p. 07)

Júlio Chiavenato, por sua vez, nos conta que “Lélis Piedade do “Jornal de Notícias”, revela a “sua disputa com a mãe de uma “jaguncinha”, conforme ela se recusasse a entregar-lhe a filha. Assim, ele conta que podia “tomá-la à força com o consentimento do comandante da praça, major Manuel José de Freitas, um oficial correto em tudo”, de modo que ela lhe entregou a menina. Chiavenato atenta-se ao vocabulário zelosamente dissimulado, de modo que nos relatos, os soldados “sequestram”, os oficiais “adotam” e os jornalistas “protegem” essas crianças. Por fim, revela que o escândalo das crianças e moças foi tão chocante na Bahia, que o governo do Estado precisou criar um Comitê de Salvação, incumbido pelo resgate delas. Assim, denunciam em “relatório transcrito” na imprensa local que conseguiram “livrar da verdadeira escravidão em que

---

Nunes, repórter em Canudos”. Disponível em: < <http://josecalasans.com/bibliografiacanudense.html>>. Acesso em: 30/08/2020.

<sup>32</sup> Favila Nunes “ganhou” duas meninas, Josefa e Honória. Euclides um menino, chamado Ludgero, que depois ele entregou ao educador paulista Gabriel Prestes – ex-diretor do Colégio Caetano de Campos e ex-deputado estadual pelo PRP. Ludgero herdou-lhe o sobrenome e a vocação para a educação, tornando-se professor e diretor escolar na cidade de Bebedouro em SP. In: “O jaguncinho que virou professor”. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/19267/19267\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/19267/19267_4.PDF). Acesso em: 29/08/2020.



se achavam e por ventura, da prostituição no futuro”, diversas “mulheres e crianças de ambos os sexos”.

As execuções são descritas por Euclides com precisão e horror, conforme a tradição preservada com zelo pelo exército desde à época da Guerra do Paraguai e a Revolta Federalista. Assim, segue o registro da degola:

Chegando à primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facão. (CUNHA, 1984, p.324)

Por outro lado, Cunha (1984) revela com admirável finura a coragem e a serenidade do sertanejo diante da iminente execução. Deste modo, destaca:

Os prisioneiros feitos revelavam-se de um modo notável. Ainda não consegui lobrigar a mais breve sombra de desânimo em seus rostos, onde se refletem privações de toda a sorte, a miséria mais funda; não tremem; não se acobardam e não negam as crenças ensinadas pelo evangelizador fatal e sinistro que os arrastou a uma desgraça incalculável”. (CUNHA, 2003, p. 154. Caderneta de Campo).

Escandalizado com a selvageria dos representantes da República e da civilização, ele não se omite em relação a crueldade e o sadismo dos soldados:

Como se sabia, o supremo pavor dos sertanejos era morrer a ferro frio, não pelo temor da morte senão pelas suas consequências, porque acreditavam que, por tal forma, não se lhes salvaria a alma. Exploravam esta superstição ingênua. Prometiam-lhes não raro a esmola de um tiro, à custa de revelações. Raros o faziam. Na maioria emudeciam, estoicos, inquebráveis — defrontando a perdição eterna. (CUNHA, 2003, p. 325)

É importante destacar, diretamente do texto, os relatos de Euclides da Cunha. São eles o registro contundente de acontecimentos de passados quase 125 anos. Inserido em uma longa tradição de crimes e brutalidades cometidas pelas forças policiais e militares brasileiras contra o seu próprio povo, no enfrentamento – a bala e faca - da “questão social”, em defesa da propriedade privada da terra e dos meios de produção, à serviço das oligarquias e da manutenção da exploração, acumulação e miséria. Tradição

que persiste e em determinadas épocas recrudescer, sofisticando-se os meios de repressão, métodos de extermínio e desaparecimento. Por isso, algumas vezes, a objetividade deve ceder ao testemunho, pois, o terror que a palavra degola impõe só não é maior que a denúncia corajosa e o registro preciso do fato que não deve permanecer à margem da história - cumpre importante papel na reprodução da dominação das elites sobre as massas pobres e espoliadas, de Canudos a Eldorado dos Carajás. Como diz “J. dos Santos (Medeiros de Albuquerque)” em crítica no jornal “Notícia” de “12 de Dezembro de 1902” sobre “Os Sertões”.<sup>33</sup>

Por fim, Euclides da Cunha (1984, p. 328) sentencia que a “consciência da impunidade”, segura do anonimato da culpa, além da cumplicidade complacente daqueles que podiam reprimi-la, permitiu se avolumar o crime. “Canudos era um hiato, isolada no tempo e no espaço, permitindo um recuo na história da civilização à barbárie”. A “história” não chegaria até ali e, tampouco “a correção dos poderes constituídos. O atentado era público”. Afinal, resigna, a “animalidade primitiva contida pela civilização ressurgiu”.

Diante do desfile hediondo e comovente dos poucos prisioneiros, choca-se com a “marcha verdadeiramente fúnebre” de “uma legião desarmada, mutilada, faminta e claudicante” (Cunha, 1984, p. 349). Atônito, constata que:

[...] a vitória tão longamente apetecida decaía de súbito. Repugnava aquele triunfo. Envergonhava. Era, com efeito, contraproducente compensação a tão luxuosos gastos de combates, de reveses e de milhares de vidas, o apresamento daquela caqueirada humana – [...] longo enxurro de carcaças e molambos [...] (CUNHA, 2003, pág. 349.)

O desfecho de Canudos não poderia ser outro, de acordo com a tradição do exército brasileiro: um verdadeiro massacre. Idêntico ao que ocorreu no Paraguai e na Revolta Federalista pouco antes. E, a seguir, no Contestado e na Revolta de 1924 em São Paulo, no Caldeirão de Santa Cruz em 1937 e na Guerrilha do Araguaia em 1967, sem ignorar as prisões, torturas e desaparecimentos de opositores políticos e sociais ao longo desse período – trabalhadores, estudantes, camponeses, indígenas, sindicalistas,

---

<sup>33</sup> “Seu livro não tem largos comentários. Os factos falam por ele”. (Juízos Críticos: Os Sertões (Campanha de Canudos), Euclides da Cunha, 1904, p. 22).

lideranças populares, etc. É uma longa, sinistra e hedionda história de terror contra o povo brasileiro, pavimentada de sangue e incontáveis cadáveres, sob balas, botas e fardas.

### **3.2. Tradição autoritária e questão social**

Os Sertões é não apenas a grande obra de Euclides da Cunha, como também, a que inaugura o pensamento político e social brasileiro no século XX. É um divisor de águas entre o século XIX e o XX. Nela, iremos nos deparar com elementos estéticos tanto do romantismo quanto do regionalismo e da crônica de guerra. Há o debate robusto entre teorias das ciências naturais, como o evolucionismo e a eugenia, e das ciências sociais como o positivismo e o determinismo.

Castro Alves, Fagundes Varela, Victor Hugo, Lord Byron e os revolucionários e iluministas franceses como Marat, Danton e Robespierre povoam o imaginário do jovem Euclides e sedimentam a sua formação no Colégio Aquino, conforme enfatiza Nathália Sanglard (2013). De acordo com a pesquisadora, a década de 1870 foi determinante para a transformação no pensamento político e social brasileiro. É a década da Escola do Recife, de Tobias Barreto, Farias de Brito, Silvio Romero, Graça Aranha, dentre outros.

Do ponto de vista objetivo, 1870 é o ano do fim da Guerra do Paraguai, quando o Brasil sai vitorioso e o Exército fortalecido politicamente. Na década de 1870 teremos a expansão das ferrovias em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a Lei do Ventre Livre e a ascensão da burguesia cafeeira paulista, ampliando-se a imigração estrangeira, a industrialização, o mercado interno, as obras de infraestrutura urbana e o sistema bancário para canalizar e escoar a expansão financeira. Por fim, temos a criação do Partido Republicano Paulista em 1873 e o fortalecimento dos movimentos Abolicionista e Republicano.

Sanglard (2013) destaca que as teorias científicas europeias da segunda metade do século XIX, passam a ser incorporadas pelas academias militares e “cursos de direito, medicina, nos institutos históricos e geográficos e nos museus”. É a época de formação

de Farias de Brito, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Sílvio Romero, Alberto Torres, Aluízio Azevedo, Nina Rodrigues. Assim, explica:

Nas letras, a introdução do naturalismo propiciava a circulação de postulados científicos deterministas, articulando raça e natureza, em um esforço de expurgar da literatura os artifícios da linguagem, em prol da objetividade e da imparcialidade na representação do real. A literatura naturalista confrontava-se à estética romântica, por considerá-la insuficiente para compreender o país e ditar-lhe os rumos, embora compartisse do mesmo intuito de fundar as raízes da nacionalidade. Assim, forjava-se um ambiente a respirar ciência e almejava-se, por intermédio dela, promover a modernização do Brasil, inserindo-o nos encadeamentos civilizatórios. (SANGLARD, 2013, p. 29)

Euclides da Cunha se forma em um período de rápidas e grandes transformações no país, sobretudo na região sudeste, beneficiada pelos Ciclos do Café das décadas de 70 e 80 do século XIX e a ascensão do capitalismo no Brasil. Acostumado ao ambiente urbano e cosmopolita, a ciência e tecnologia, a modernidade cultural, econômica e política, se choca com o Brasil atrasado e abandonado. Contudo, o impacto maior não será com os seus “patricios retardatários”, mas, com a reação dos representantes da civilização e da república diante da “questão social” latente e em estado bruto. Canudos nunca foi um foco de elementos sediciosos políticos e militares nacionais e estrangeiros com o objetivo de restaurar a monarquia. Logo, o jovem jornalista e cientista perceberá que se trata tão somente de uma comunidade de pessoas miseráveis e ignorantes, vítimas da exploração, do mandonismo e da omissão pública, reféns das oligarquias e do messianismo.

Após a Revolta da Armada de setembro de 1893 a março de 1894, quando atuou como tenente e engenheiro militar, desgostoso com a carreira no exército, afasta-se e cumpre estágio na Estrada de Ferro Central do Brasil até dar baixa definitivamente em 1895. No ano seguinte e até 1904 trabalhará como engenheiro estadual em São Paulo. Essa fase da vida de Euclides o permite ter contato direto com a massa de trabalhadores livres e o surgimento da classe operária, sobretudo nos dois grandes centros urbanos do país, São Paulo e Rio de Janeiro – em São Paulo trabalha inclusive em Santos e no interior, em São José do Rio Pardo. É nessa época também, que instalado em São Paulo, tenta ingressar como professor na recém-criada Escola Politécnica, numa empreitada malsucedida após desentendimentos com Paula Souza, diretor da instituição.

Embora tivesse uma vida um tanto instável e conturbada, bastante condizente com a época que o país atravessava, Euclides foi interlocutor político e intelectual privilegiado, dialogando com os maiores do seu tempo, atento as grandes questões políticas, culturais e sociais da época. Somente como jornalista conhece alguma estabilidade como colaborador do jornal “O Estado de São Paulo”, escrevendo de 1888 até 1909, com alguns intervalos pontuais. Após deixar o cargo de engenheiro estadual em São Paulo em 1904, integra os quadros do Itamaraty como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus na fronteira com o Peru, indicado pelo Barão do Rio Branco para resolver questões de fronteiras naquela região. Da experiência na Amazônia, surgem os livros “A margem da História” e “Contrastes e Confrontos”, este incompleto, após a sua morte trágica em agosto de 1909. Nessas obras fica evidente a preocupação de Euclides com a “questão social”, conforme a denúncia da miséria, exploração e abandono do povo sertanejo na floresta. Assim, não podia ser mais eloquente:

[...] a paralisia completa das gentes que ali vagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril”. (...) “De feito, o seringueiro, e não designamos o patrão opulento, senão o freguês jungido à gleba das “estradas”, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se. Adicionai a isto o desastroso contrato unilateral, que lhe impõe o patrão. Os “regulamentos” dos seringais são a este propósito dolorosamente expressivos. Lendo-os, vê-se o renascer de um feudalismo acalcanhado e bronco. (CUNHA, 1909, p. 24).

O Euclides que chega a Amazônia e escreve “A margem da História”, o prefácio de “Inferno Verde” de Alberto Rangel e “Contrastes e Confrontos” entre 1907 e 1909, é o que em 1º de maio de 1904 já havia publicado em “O Estado de São Paulo” o contundente artigo “Um velho problema”. Entre aquele de Canudos e o da Amazônia, no bojo da “questão social” que se impõe com o desenvolvimento do capitalismo, a urbanização e o antagonismo entre capital x trabalho, a luta de raças cede à luta de classes, conforme o cientista político e social amadurece em contato com a realidade brasileira. A frustração com a República se completa e amplia-se diante da constatação do abandono e da

repressão estatal em relação à “questão social”, tanto no sertão contra camponeses, quanto nas cidades contra a classe trabalhadora.<sup>34</sup>

Batalha (2000) e Goldmacher (2009) destacam, entre outras coisas, a grande frustração da classe trabalhadora com a República em decorrência da Constituição de 1891 negligenciar questões relacionadas ao trabalho e as reivindicações dos trabalhadores. Batalha (2000), por exemplo, explica que desde a segunda metade do século XIX os trabalhadores artesãos mais qualificados organizavam-se em “sociedades de socorro mútuos”, pois a Constituição Imperial de 1824 proibia expressamente a “organização sindical”. Assim, essas organizações dos trabalhadores surgem antes de tudo, com um caráter acentuadamente beneficente conforme as condições dos coletivos de ofício.

Goldmacher (2009) acrescenta que, em 1890, são criados dois partidos operários no Rio de Janeiro, um de caráter parlamentar, que se posiciona contrário as greves e a participação de não-operários nas suas organizações. O outro, com a adesão dos trabalhadores do Centro Artístico do Rio de Janeiro e da Estrada de Ferro Central do Brasil; era mais de caráter assistencial e educativo, buscando formar uma vanguarda operária para a ação política-sindical. Os socialistas buscavam nos primórdios da República se organizarem em partidos e, através das vias parlamentares, alcançarem conquistas políticas e sociais para a classe trabalhadora. Assim, o I Congresso Socialista em 1892 ambicionava organizar um partido socialista único e nacional. Como sabemos, é nessa época que Euclides irá atuar junto aos ferroviários, estagiando como engenheiro na Estrada de Ferro Central do Brasil.

No bojo da sua atuação entre o operariado, Nogueira (1998) e Rosso (2009) chamam a atenção para a aproximação e a adesão de Euclides à círculos socialistas desde fins do século XIX e início do XX. Em “Fatos e ficção na obra de Euclides da Cunha”, Nogueira (1998) fala da influência de Francisco Escobar sobre Euclides, informando que era o seu grande interlocutor, “socialista, prefeito de São José do Rio

---

<sup>34</sup> VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República. Revista Estudos Avançados, 10. USP, 1996.  
FOOT HARDMAN, Francisco. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. Revista Estudos Avançados, 10. USP, 1996.  
BARRETO DE SANTANA, José Carlos. Euclides da Cunha e a Escola Politécnica de São Paulo. Revista Estudos Avançados, 10. USP, 1996.

Pardo e, depois, de Poços de Caldas”, além disso, “um sujeito cultíssimo, dono da maior biblioteca do interior”<sup>35</sup>.

Rosso (2009) vai além. Em “Euclides da Cunha, político”, informa que ele atuou efetivamente junto “ao grupo socialista de São José do Rio Pardo” e que, “com o amigo Francisco Escobar” colaborou na elaboração do “programa de *O Proletário*, órgão do — Clube Internacional Os Filhos do Trabalho”. Entretanto, assinala que há uma série de divergências e “opiniões conflitantes” sobre a “sua atuação e participação como militante”. Assim, anota que:

As interpretações controversas vão de Francisco Venâncio Filho – que assevera ter Euclides fundado na cidade o partido socialista, a 1º de maio de 1901 –, o biógrafo Eloy Pontes – que coloca Euclides à frente de comícios socialistas –, o escritor Silvio Rabelo e o jornalista e político Freitas Nobre – que afirmam ter Euclides redigido o manifesto de fundação do partido socialista riopardense, no qual acentuava — (...) “festa exclusivamente popular, ela se destina a preparar o advento da mais nobre e fecunda das aspirações humanas, a reabilitação do proletariado pela exata distribuição da justiça, cuja fórmula suprema consiste em dar a cada um o que cada um merece” (...) – o escritor e político Abguar Bastos – que sustenta até ter Euclides fundado com Francisco Escobar e Paschoal Artese o “Clube Os Filhos do Trabalho” e reitera sua autoria no manifesto de 1º de maio de 1901 - o poeta e escritor Menotti del Picchia – que retrata — (...) “um cortejo encabeçado por estandartes de corporações de artesãos, grupos de proletários cantando hinos, bandas de música e homens de prol à testa da parada, em que se destaca um orador falando àquele grupo de trabalhadores, Euclides da Cunha, que já no manifesto de primeiro de maio de 1901 marca o encontro de seu autor com ideias que estão imanentes em toda sua obra”. (ROSSO, 2009, p.268)

Em “Um velho problema” publicado em 1º de maio de 1904 no jornal “O Estado de São Paulo”, Euclides nos fala sobre Saint-Simon, Proudhon, Fourier, Blanc e Marx. Após denunciar o “roubo”, isto é, a apropriação pela burguesia dos meios de produção e do trabalho, sentencia:

A fonte única da produção e do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho. Nem a terra, nem as máquinas, nem o capital, ainda coligados, as produzem sem o braço do operário. Daí uma conclusão irreduzível: - a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham. E um conceito dedutivo: o capital é uma espoliação. Não se pode negar a segurança do raciocínio. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1º de Maio de 1904)

<sup>35</sup> Fatos e ficção na obra de Euclides da Cunha. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59701998000400016&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400016&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 05/06/2020

Adiante, explica que a “exploração capitalista é assombrosamente clara, colocando o trabalhador num nível inferior ao da máquina”. Por fim, concorda que a “revolução não é um meio, é um fim”, assinalando que o “triunfo” dos trabalhadores é “inevitável”. A obra de Euclides, embora repleta de controvérsias e equívocos, é ao mesmo tempo inovadora, na medida em que inaugura o regionalismo e a crônica jornalística de denúncia. Assim, ele torna o seu livro o registro contundente da “questão social” nos primórdios do capitalismo brasileiro e dos excluídos da República da “ordem e progresso”, da modernidade e da civilização. Como ousado e astuto repórter, denuncia e expõe as mazelas, violências, injustiças e a miséria enraizada nos confins de um país voltado para o litoral e de costas para o sertão. Euclides da Cunha revelará à nascente República e ao século XX um Brasil que muitos desconhecem e outros tantos ignoram. Um país profundamente fraturado e injusto, arcaico e hostil, cuja tradição autoritária latente se manifesta de forma ambivalente na religiosidade exacerbada e na inclinação a resolução de contradições e conflitos sociais pelas vias autoritárias e a violência desabrida.

#### **4. Modo de produção e luta de classes no Brasil**

A história do subdesenvolvimento latino americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. (Ruy Mauro Marini)

O debate iniciado por Caio Prado Junior em “Evolução Política do Brasil”<sup>36</sup> sobre os movimentos e lutas populares que caracterizam o período imperial, ao lado do modo de produção escravista no âmbito do capital mercantil, conforme o referencial teórico

---

<sup>36</sup> A obra “Evolução Política do Brasil e outros estudos”, escrita por Caio Prado Júnior, foi lançada pela primeira vez em 1933.



materialista-dialético, lança as bases para a interpretação da história e realidade brasileira a partir da abordagem marxista.

Prado (1962) explica o caráter da colonização brasileira destacando que para um país de comerciantes e população reduzida como Portugal, não restava outra alternativa à Coroa senão partilhar o ônus da exploração com a burguesia local, repartindo o território em Capitânicas Hereditárias - processo adotado antes nos Açores e na Madeira -, fornecendo concessões para a exploração do Pau-Brasil. Como em Açores e na Madeira, a utilização de mão de obra escrava também foi transplantada para a América.

Todavia, aponta que o aspecto “mais profundo da colonização”, consiste “na forma pela qual se distribuiu a terra”, isto é, na propriedade privada dos meios de produção. Deste modo, nesse processo, Prado (1962, p. 22) explica que “a grande exploração absorve a terra, o senhor rural monopoliza a riqueza e com ela seus atributos naturais: o prestígio, o domínio”. Conforme “a superfície do solo e seus recursos naturais” eram as únicas riquezas dessas terras, destaca:

Aqui, só uma riqueza: os recursos naturais; daí uma só forma de exploração: a agricultura ou pecuária, subordinadas ambas a posse fundiária. Assim um povo de comerciantes que fazia um século se afastara do cultivo do solo para se dedicar de preferência à especulação mercantil, era novamente arrastado para o amanhã da terra. (PRADO, 1962, p. 14).

Desde a fase extrativista do Pau-Brasil, a economia agrária da colônia sempre privilegiou a “grande exploração rural”. O trabalho na lavoura sempre dependeu do “braço escravo, negro ou índio”. Nessa perspectiva, Prado (1962, p. 18) destaca a primazia do latifúndio na sociedade colonial, na medida em que a pequena propriedade e os pequenos produtores não tinham condições de “concorrer na rude tarefa do desbravamento de uma terra ainda virgem e nas primitivas culturas e produções aqui adotadas com o grosseiro trabalho escravo”. Além disso, não havia meios para realizar o escoamento da sua produção, tampouco acesso aos mercados, tanto o rudimentar interno quanto o externo – o primeiro pela escassez e o segundo pela falta de meios para a produção. Por fim, como destacam também Freyre (1963) e Holanda (1963), as grandes propriedades rurais eram centros autônomos, produziam praticamente tudo o que era necessário para a sua subsistência, algumas possuíam até mesmo pequenas oficinas,

forjas, moinho, capela, entre outros estabelecimentos que asseguravam a independência do mundo exterior.

A inviabilidade da pequena propriedade se dava, sobretudo, pela luta permanente do latifúndio pela terra contra todos ao seu redor. Essas lutas entre “pequenos e grandes proprietários”, Prado (1962) destaca que “enche a história colonial, degenerando não raro em violentos conflitos à mão armada”, dito isso, como Marx explica, “a história se repete duas vezes”, sendo assim, a este respeito, parece que por aqui não se cansa de repetir.

No que diz respeito ao desbravamento, contra os povos indígenas e as invasões estrangeiras, dava-se a preferência da Coroa por donatários que pudessem ocupar e defender militarmente a terra. Por essas razões, a concentração da terra e dos meios de produção entre as classes mais abastadas excluía por completo toda a massa de homens livres e pobres. Situados entre os poderosos e os escravos, acabavam subordinando a sua liberdade e lealdade, prestando favores e servindo, conforme as necessidades do senhor nas grandes propriedades, em troca de meios de subsistência e proteção<sup>37</sup>.

Prado (1962) destaca, que esse tipo de relação de dominação de uma classe sobre as outras, atravessou todo o período colonial, estendendo-se ainda durante o Império, conforme relata Nabuco de Araújo, a respeito dos “moradores dos engenhos pernambucanos” no século XIX e “os direitos dos senhores sobre eles”. Assim, explica:

É assim extremamente simples a estrutura social da colônia no primeiro século e meio da colonização. Reduz-se em suma a duas classes: de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazendas; doutro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres. Da simplicidade da infraestrutura econômica, - a terra, única força produtiva, absorvida pela grande exploração agrícola - deriva a da estrutura social: a reduzida classe de proprietários, e a grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida. Há naturalmente no seio desta massa gradações, que assinalamos. Mas elas não são contudo bastante profundas para se caracterizarem em situações radicalmente distintas. Trabalhadores escravos ou pseudolivres; proprietários de pequenas glebas mais ou menos dependentes, ou simples rendeiros, todos em linhas gerais se equivalem”. (PRADO, 1962, p. 26-27).

---

<sup>37</sup> A este respeito, sobre a relação de subserviência e dependência do homem pobre e livre com os grandes proprietários, a obra “Homens livres na ordem escravocrata”, da professora Maria Sylvia Carvalho Franco, é emblemática.

Há nesse tipo de relação, conforme Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda também sinalizaram, a sobreposição da família no Estado, de modo que a concentração da terra e dos meios de produção, isto é, o poder econômico, assegura o poder político. Deste modo, Prado (1962) destaca que para estes estratos intermediários ou semilivres, na ordem política, de fato, o poder dos senhores rurais ofuscava a própria “soberania teórica da Coroa”, distante um Oceano Atlântico da colônia. Estas circunstâncias engendram a “estrutura política” colonial e elucidam a importância das “câmaras municipais”, que representam tão somente o poder dos proprietários, cujo “raio de ação” é gigantesco, excedendo em escala o “estabelecido nas leis”.

De acordo com a tradição marxista, ao introduzir os conceitos de classes e luta de classes na análise e interpretação do Brasil, Prado (1962, p. 29) destaca que era o “estado colonial, até meados do século XVII”, simples “instrumento de classe desses proprietários”. Na perspectiva crítica, salienta que na “observação de um fato social não podemos nos limitar ao sistema jurídico que teoricamente o rege”, posto que a “realidade objetiva é por vezes muito mais ampla, quando não contraria a ele”. Considerando o fator geográfico, observa que se organizam estruturas praticamente soberanas, orientadas cada qual por uma “organização política autônoma”, posto que em cada “região é a câmara respectiva que exerce o poder”.

No final do século XVII, em decorrência da concorrência estrangeira e a crise do açúcar, o início do ciclo do ouro e a mineração no século XVIII ampliam a política de restrições e controle sobre a colônia pela Coroa, intensificando a canalização “para si de toda a nossa atividade comercial”. A diversificação dos negócios na colônia a partir do século XVIII, funda as bases para o incremento do comércio e do crédito e, com eles, Prado (1962, p. 36) explica que “surge uma rica burguesia de negociantes, que por seus haveres rapidamente acumulados, começa a pôr em xeque a nobreza dos proprietários rurais, até então a única classe abastada e, portanto, de prestígio da colônia”. Essa classe em ascensão, predominantemente portuguesa, afastada da agricultura, é a que irá desenvolver as cidades no litoral, transformando-as em centros de comércio ricos e populosos, conforme assegurassem por decretos reais o monopólio do comércio.

O declínio dos grandes proprietários rurais e a ascensão da burguesia comercial urbana modifica o poder político local, colocando essas duas classes em oposição e

choque. O embate dessas forças antagônicas, no bojo da centralização do poder na metrópole, acabará por fim, precipitando o processo que culminará com a independência, de modo que Prado (1962) assinala a maneira pela qual o processo econômico acarreta em inevitáveis transformações sociais e políticas, de acordo com a mais estrita tradição marxista.

No bojo das guerras napoleônicas precipitadas pós-revolução francesa, chega ao Brasil a Corte portuguesa em 1808, após espetacular manobra diplomática britânica com significativas ambições econômicas. Assim, Prado (1962) explica que por essa razão, o processo de independência brasileiro deu-se de maneira bastante distinta e peculiar, em comparação com as demais nações do continente que mais ou menos à mesma época se emancipavam. Deste modo, destaca:

O primeiro ato do Regente, apenas desembarcado no Brasil, foi justamente franquear os portos ao comércio das “nações amigas”, o que queria dizer – a Inglaterra. Quanto ao Brasil, e é isto que aqui nos interessa, veio a manobra inglesa alterar profundamente suas condições políticas e sociais. A transferência da Corte constituiu praticamente a realização da nossa independência. Não resta a menor dúvida que ela viria, mais cedo ou mais tarde, mesmo sem a presença do Regente, depois Rei de Portugal. Mas também é certo que nossa condição de sede provisória da monarquia foi a causa última e imediata da independência, substituindo, talvez sem vantagem alguma, o processo final da luta armada que foi o das colônias americanas. (PRADO, 1962, p. 44)

A mudança da Corte portuguesa para a colônia, de um lado, exigirá as providências necessárias para um “aparelhamento político e administrativo” mais sofisticado, para além da administração orientada estritamente para a defesa, o controle, a exploração e a transferência de recursos para a metrópole. De outro, precipitará a crise em Portugal, na medida em que a concorrência inglesa prejudica, sobremaneira, os interesses comerciais portugueses. Por fim, explica:

Além disto, os demais proventos que Portugal, sob as mais variadas formas recebia do Brasil cessam bruscamente, levando o Reino a uma situação econômica desesperadora. É contra tal ordem de coisas que em grande parte se dirige o movimento constitucional do Porto; e a atitude das cortes convocadas pelos revolucionários será disto prova cabal: uma de suas preocupações máximas consistirá em reconduzir o Brasil ao antigo regime de colônia. (PRADO, 1962, p. 46)

A chegada da corte lusitana ao Brasil, deflagrará antagonismos e contradições latentes, entre as forças locais e entre estas e os interesses da metrópole. O acirramento das disputas, culminará com a mobilização de forças populares para a inauguração de um “regime constitucional” no país, promovido pelo movimento liberal no Porto em 1820 e a instauração das Cortes constitucionais com representantes populares, inclusive das colônias. Embora heterogêneo e complexo, o movimento passa, a partir de 1821, a ganhar força política e social com a partida de D. João VI e a ascensão de D. Pedro I como príncipe regente. Deste modo, destaca:

Quanto as camadas populares, elas não se encontravam politicamente maduras para fazerem prevalecer suas reivindicações; nem as condições objetivas do Brasil eram ainda favoráveis para sua libertação econômica e social. Daí aliás, a descontinuidade e falta de rumo seguro nos seus movimentos, que apesar da amplitude que por vezes atingem, não chegam nunca a propor reformas e soluções compatíveis com as condições do país”. (PRADO, 1962, p. 48).

Assim, as elites locais, influenciadas pelas ideias liberais, prevalecem sobre as forças reacionárias que pretendiam reconduzir o Brasil à condição de colônia. Prado (1962) destaca, porém, alguns traços marcantes que caracterizam os movimentos e “camadas populares”, que lhes acarretam consequências devastadoras. De um lado, as relações sociais de classe, assentadas na base econômica solidamente estabelecida, de outro, a ordem senhorial capaz de subordinar e anular politicamente amplos segmentos sociais, inviabilizando as condições objetivas para a luta e o amadurecimento das massas. Por isso, aponta o caráter transitório e desorientado nos movimentos de massas e suas ações, incapazes de propor reformas e construir um projeto político que seja compatível com as “condições do país”, rompendo com as suas estruturas arcaicas.

Assim, Prado (1962, p. 49) não deixa dúvidas de que o processo que culminou com a independência política do país, resulta de determinações econômicas. Considerando que “a superestrutura política do Brasil colônia que, já não correspondendo ao estado das forças produtivas e a infraestrutura econômica do país, se rompe para dar lugar a outras formas mais adequadas às novas condições econômicas”.

Do ponto de vista econômico, Prado (1962, p. 50) enfatiza que os interesses da classe em ascensão vitoriosa, tornaram-se hegemônicos, de modo que a independência se deu, simplesmente “à revelia do povo”, através de arranjos de cúpula que envolveram

o Príncipe Regente consagrando o processo como uma “simples transferência pacífica de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro”. Se o processo não mobilizou uma guerra revolucionária contra a metrópole, poupando o povo de grandes sacrifícios, excluiu totalmente a “sua participação na nova ordem política”. Portanto, trata-se de obra “mais de uma classe que da nação tomada em conjunto” – a classe dominante, a elite senhorial, escravocrata e patrimonialista.

A influência da filosofia francesa entre a elite ilustrada nativa, evidencia-se na Constituinte de 1823. Convocada pelo Imperador reunia, Conservadores (partido português) e Liberais (partido brasileiro), mediados pelo ministro imperial José Bonifácio. Tal empreitada, destaca Prado (1962, p. 51), correspondia a ideias de um sistema político adotado na Europa, que visava atender “as reivindicações do Terceiro Estado, especialmente da burguesia comercial e industrial, contra a nobreza feudal, a classe dos proprietários. Até certo ponto, é o contrário que se dá no Brasil. São aqui os proprietários rurais que as adotam contra a burguesia mercantil daqui e do Reino”.

Com o objetivo de superar as restrições econômicas coloniais e erigir as bases de um estado nacional, buscaram estabelecer um certo equilíbrio e autonomia política assentada em parâmetros jurídicos mínimos. A ausência de referências e bases locais, conforme a ruptura com a metrópole, buscou-se inspiração na tradição francesa que após o final do século XVIII espalhava-se pelo continente, ao lado da primazia do liberalismo econômico inglês vigente.

A carta de 1824, afinal, cumpria estabelecer a “soberania nacional” expressa pelo parlamento em oposição a “soberania do monarca” – o poder moderador. Após diversos embates entre os grupos conservadores e liberais, bem como entre eles e o Imperador, foi dissolvida a assembleia constituinte e nomeado um grupo de dez representantes notáveis que redigiram o texto constitucional sancionado pelo monarca. O texto estabelecia os 4 poderes – Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador - e os limites de cada um (o Imperador era o Executivo e o Moderador), os meios e limites da participação política - excluindo a mais remota possibilidade de trabalhadores pobres e livres ou pequenos proprietários e comerciantes participarem -, subordinava o exército ao Imperador, governadores de Província, Senado, Conselho de Estado e Magistrados, estabelecia a religião católica e a monarquia hereditária.

Embora as forças liberais da nascente burguesia em ascensão pressionassem por mais poder Legislativo, não foram capazes de superar as tendências absolutistas do Imperador e; se as conquistas não foram as ideais, foram as possíveis naquela conjuntura, abrindo o caminho para em determinado momento histórico mais favorável lograrem alcançá-las em sua plenitude. No entanto, Prado (1962, p. 53) salienta que ao menos conseguiram suprimir “todas as restrições de ordem econômica – monopólios, privilégios, etc. – alcançando a mais ampla liberdade econômica e profissional”.

Por essa razão Prado (1962, p. 54) destaca que a “ideologia da Assembleia de 1823 – que era a da classe dominante, por ela representada em grande maioria – reflete perfeitamente seus interesses”. Embora houvessem disputas internas entre as elites, o consenso em torno do liberalismo econômico e da autonomia política asseguravam a coesão mínima. A despeito do discurso liberal, tanto econômico quanto político, buscava-se, porém, adaptá-lo as condições nativas – características e interesses. Assim, patenteava o espírito “Contratualista” na afirmação solene de que a “Constituição reconhece os contratos (!) entre os senhores e escravos; o governo vigiará sobre sua manutenção”.

Alcançada a total liberdade econômica, a abertura dos portos e a entrada de estrangeiros no país, modifica-se sensivelmente as relações sociais nas cidades litorâneas, conforme se intensifica o comércio e o acesso a bens de consumo - materiais e culturais. Se esse “progresso” econômico e material beneficiou as cidades costeiras e a nascente burguesia em ascensão, ao mesmo tempo aumentou a cisão entre os conservadores em busca de defender seus privilégios, e os liberais ansiando por mais poder e liberdades. Enquanto isso, o Imperador cumpria jogar com ambos, e desse jogo ampliar o seu poder tanto na luta no Brasil quanto em Portugal. Nesse cenário, as massas pobres e livres em tudo perdiam, pois não tinham acesso ao poder político e tampouco aos meios econômicos para inserir-se nessa nova ordem social cada vez mais competitiva e excludente. A entrada de produtos estrangeiros e a concorrência dos grandes comerciantes destruiu a manufatura e a produção artesanal, de modo que a produção de subsistência local se viu arrasada, e as grandes fazendas voltaram-se totalmente para a produção externa, demandando cada vez mais mão de obra escravizada.

À situação econômica desfavorável para as massas livres, acrescenta-se o temor da possibilidade concreta de recolonização, conforme o gabinete conservador assume o poder, alinhado com as aspirações do Imperador absolutista, no bojo da instabilidade política pela disputa entre liberais e conservadores no Brasil e em Portugal. A volta e o predomínio dos portugueses no comércio, apenas amplia essa sensação de desconfiança e as hostilidades que não cessam, de fato, desde a proclamação da independência como se verifica na Bahia, Pará e na Província Cisplatina. Assim, Prado (1962) destaca:

A estas manobras do partido português respondiam imediatamente os nativistas com agitações, que tomam por vezes um caráter francamente revolucionário. Da primeira vez é assentado o projeto de assassinato do Imperador, e na segunda agita-se a Bahia com a palavra de ordem “morte aos portugueses!”, e depredações de toda ordem, que somente se amainam com a presença do próprio monarca. (PRADO, 1962, p. 57)

É importante destacar a presença estrangeira, sobretudo inglesa, inclusive na defesa da monarquia e da unidade nacional. Assim, o oficial escocês, Thomas Cochrane, Conde de Dundonald, atuaria como mercenário contratado pelo gabinete Bonifácio e, a seguir, pelo Imperador, para assegurar a Independência na luta contra os portugueses e os seus partidários, bem como garantir a ordem e organizar a Armada nacional. Cochrane destacou-se, anteriormente, como mercenário nas lutas de independência no Chile e no Peru, por essa razão, foi laureado com o título de “Primeiro Almirante” tanto pela Marinha chilena quanto pela brasileira. No Brasil, ainda recebeu o título honorífico de Marquês do Maranhão, pelos serviços prestados na repressão aos portugueses e movimentos liberais de resistência no Pará, Bahia, Maranhão e a Confederação do Equador. Para dimensionarmos o tamanho da sua influência no Brasil, Aldo Azevedo<sup>38</sup> relata que em cerimônia na Abadia de Westminster em 1901, devido a coroação de Eduardo VII, o Ministro Joaquim Nabuco, acompanhado de oficiais da Marinha brasileira, prestaram homenagem ao “Primeiro Almirante Brasileiro”. Depositando flores e a nossa bandeira em seu túmulo, proferiu as seguintes palavras:

---

<sup>38</sup> Aldo Mário Cochrane de Azevedo foi um engenheiro, economista e deputado paulista, além de diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) entre 1931-1935.



Senhor Deão, “My Lord”. Depomos estas flores no tumulto de Lord Cochrane em nome da Marinha Brasileira, que ele criou, e da Nação Brasileira, para cuja independência e unidade ele prestou incomparáveis serviços. Logo após a colocação das coroas, Lord Dundonald agradeceu também e, poucas palavras, assim: Excelência, em nome da família do meu avô, agradeço à Marinha brasileira e ao povo brasileiro por este tributo de respeito à sua memória. (AZEVEDO, 1954, p.04)<sup>39</sup>

Segundo Neto (2015)<sup>40</sup>, os preparativos militares para a Independência mobilizaram tanto a Corte portuguesa quanto o Príncipe Regente. As tropas mobilizadas no Brasil estavam bastante divididas, de modo que haviam portugueses ao lado do Príncipe, favoráveis a independência brasileira, e nativos brasileiros partidários dos portugueses contrários à emancipação política. As reformas nas forças armadas lusitanas iniciaram-se no final do século XVIII com o Marquês de Pombal, no entanto, com a invasão napoleônica esse trabalho foi drasticamente interrompido. Por outro lado, com a transferência da Corte para o Brasil, estreitaram-se os laços com os britânicos, favorecendo a aquisição de importantes conhecimentos e equipamentos navais de guerra.

Após o término das guerras napoleônicas em 1815 e no contexto das lutas pela independência no continente americano pelas colônias hispânicas, Portugal reorganiza as suas forças militares enviando um contingente expressivo ao Brasil. Nesse ano, por exemplo, criou-se o Ministério da Guerra, consolidando “a subordinação de todas as Forças Terrestres”, antes espalhadas e descentralizadas, sob os “vice-reis e capitães-generais das capitanias”, a um comando unificado. Deste modo, foram espalhados quartéis, batalhões, academias, regimentos, estaleiros, fortes, paíóis por todo o território.

Assim, segundo Neto (2015) o processo de emancipação brasileiro foi sobretudo militar. Dom Pedro necessitava de forças militares para assegurar tanto a luta contra Portugal, quanto medidas para garantir a unidade do território e a ordem, diante de possíveis insurreições nativistas e separatistas nas províncias. Após contratar os serviços

---

<sup>39</sup> Revista de História da USP, v. 9 nº 19, 1954. Aldo M. Azevedo – Lord Cochrane: Primeiro Almirante Brasileiro. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/2980>. Acesso em: 11/09/2020.

<sup>40</sup> Neto, Hélio Franchini. “Independência e morte: Política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823). Tese apresentada ao Instituto de Ciências Humanas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília em 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20238>. Acesso em: 25/05/2020.

do mercenário francês Pierre Labatut, para combater tropas portuguesas instaladas na Bahia, Lord Cochrane relata a clareza com que D. Pedro explicita contra quem é a guerra, durante inspeção de navios; assim, destaca que:

[...] serviu-se o Imperador várias vezes da expressão 'atacar a força parlamentar portuguesa', e não era coisa menos singular, por dar a entender que o Governo brasileiro não fazia guerra ao Rei de Portugal ou à nação portuguesa, mas às Cortes somente; o que era distinção sem diferença, pelo que tocava a conduta das hostilidades. (NETO, 2015, p. 240)

Este discurso revela sem sombra de dúvidas o caráter absolutista do jovem Imperador do Brasil, conforme estivesse empenhado em desbancar o parlamento liberal lusitano através das forças brasileiras, assegurando os reinos de Portugal e Brasil como os últimos bastiões do Absolutismo. Após a queda de Bonifácio em 1823 e, até a abdicação de D. Pedro, o gabinete absolutista governou o país. Durante este período e até a Guerra da Cisplatina, encerrada em 1828, com a derrota brasileira, D. Pedro enfrentou inúmeras agitações, insurreições e conflitos no território brasileiro. A instabilidade política e social, a morte de D. João VI em 1826 e a crise do absolutismo na Europa com a queda de Carlos X da França em 1830, culminaram com a sua abdicação em 1831.

Nesses diversos conflitos, o Brasil mobilizou mercenários ingleses, americanos, franceses, suíços, austríacos e prussianos. Enquanto muitos brasileiros, sobretudo no Nordeste, tivessem perdido prestígio e poder com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, optaram por lutar ao lado das forças portuguesas. Cochrane, ao lado de Pierre Labatut, foi o responsável pela capitulação da Bahia, após cerco naval bem-sucedido e combates em Salvador – Labatut era o comandante das forças terrestres e Cochrane da naval. Também foi o responsável pela rendição e adesão do Maranhão. No Piauí e no Pará, houveram combates e maior resistência - essas províncias respondiam diretamente a Portugal, mesmo após a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, além disso, haviam apoiado o movimento liberal do Porto de 1820 e jurado a Constituição das Cortes de 1821.

Os combates de Jenipapo no Piauí mobilizaram mais de 4 mil homens de ambos os lados, levando a cerca de 10% de baixas, com derrota para os independentistas.

Apenas três meses após a adesão paraense, em julho de 1823 as tensões entre portugueses e nativos só aumentavam, conforme a insatisfação com a nova Junta Governativa. Em outubro, cerca de 200 soldados do 2º Regimento de Artilharia mobilizaram um protesto com populares contra o governo que foi brutalmente reprimido, levando a centenas de prisões e execuções. Neto (2015) relata:

No dia 17, cinco indivíduos foram fuzilados e 256 soldados, inicialmente recolhidos na cadeia, foram encarcerados no Brigue *Palhaço*. Ocorreu, então, o episódio do confinamento desses presos em uma cela pequena, que gerou tumulto. Tiros da guarnição para acalmar os ânimos teriam provocado ainda maior movimentação, de modo que a cal que estava no porão foi espalhada e fechou as aberturas. No dia seguinte, 52 soldados estavam mortos. Dos 4 sobreviventes, apenas um resistiu. (NETO, 2015, p. 515)

Somente após o reconhecimento da independência brasileira por Portugal em 1825 é que se iniciaria alguma estabilidade e o recuo dos movimentos de resistência no norte e nordeste. Contudo, esse episódio traumático levará a Revolta dos Cabanos apenas uma década depois.

Após o fim da Assembleia Constituinte de 1823 e a Constituição de 1824, a mudança das “Juntas Governativas por Governadores” nomeados por D. Pedro foi o “primeiro sinal de polêmica”, em outras palavras, a gota d’água para a conflagração da Confederação do Equador. Iniciado em Pernambuco o movimento federalista e, a seguir, separatista, logo se espalhou por toda a região, conquistando a adesão da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. No esteio da Revolta Pernambucana de 1817, o movimento confederado tinha ampla adesão popular, de modo que a Corte inicialmente tentou negociar a sua rendição, porém, diante do insucesso, organizou a repressão. Assim, Neto (2015) destaca:

A reação do Rio de Janeiro teve de ser imediata e nela se observa a influência que o processo tinha sobre a conjuntura de 1824, quando se desenrolavam as negociações do reconhecimento. Como aponta Evaldo Cabral de Mello, “na reação da Corte, pesou fortemente a avaliação das repercussões internacionais da Confederação. Ao patentear a fragilidade do Império, elas prejudicavam não só as negociações sobre o reconhecimento da Independência, como também o desembolso das demais parcelas do empréstimo levantado em Londres, para cuja amortização se haviam hipotecado as rendas das alfândegas. (NETO, 2015, p.575)

Novamente foi preciso o apoio de Cochrane para organizar a repressão aos revoltosos. Assim, após o cerco e bombardeio do Recife, perseguiu os revoltosos e debelou insurreições e agitações do Maceió até São Luís, passando por Itabaiana, João Pessoa, Natal e até o Crato no Ceará, cujo comandante havia batido forças pró-Portugal em Jenipapo com uma tropa de jagunços, camponeses, escravos, índios.

Debelado o movimento confederado, presos ou mortos em combate os seus líderes, o jovem Imperador do Brasil percebe e aproveita a oportunidade para inscrever a ferro e fogo na memória do povo o seu caráter absolutista. Assim, ignora as garantias constitucionais da recém promulgada Carta de 1824, com a justificativa de acabar de forma exemplar com a revolta. Após criar uma Comissão Militar para julgar sumariamente os acusados de participação no movimento, aqueles que não conseguem fugir são condenados à morte e executados em 1825, dentre estes, o Frei Caneca, o Padre Gonçalo Albuquerque e Melo “Mororó” e Francisco Miguel Pereira Ibiapina, pai do futuro Padre Ibiapina.

O parêntese em questão cumpre apenas ampliar o debate com Caio Prado, na medida em que há um hiato entre a chegada de D. João VI no Brasil e o Primeiro Reinado, considerando todo o processo político e a “luta de classes” – categoria fundamental do marxismo e que o autor introduz na historiografia brasileira –, que culmina com a emancipação política do país em relação à Portugal. Embora não tenha sido um processo revolucionário como ocorreu nos Estados Unidos, Haiti, Venezuela, Colômbia e na Argentina, por exemplo; nem tenha fracionado o país em uma guerra civil, não foi uma “simples transferência pacífica de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro” como afirmado logo acima – pelo menos não da Bahia até o Pará, atravessando praticamente toda a década de 20 daquele século.

Após esse período de luta e afirmação dos brasileiros e liberais em oposição aos portugueses e a Corte lusitana, o jovem Imperador, com o objetivo de consolidar a sua posição abertamente absolutista, volta-se para os setores conservadores da sociedade, portugueses ou nativos associados à Corte. Por essa razão, impõe a Constituição de 1824 e estabelece o gabinete conservador, até deixar o país, com o objetivo de salvar o antigo regime em Portugal, decaído em praticamente toda a Europa.

Apoiado por aqueles que antes eram contrários à Independência, antiliberais e favoráveis à centralização do poder, conferiram a D. Pedro poderes absolutos, de modo que o parlamento só foi convocado dois anos após a Constituição. Cerceou ainda, conforme Prado (1962, p. 58), “a liberdade de imprensa, encheu os cargos públicos de apaniguados, enquanto abertamente favorecia os interesses que representava”. A crise econômica gerada pelos conflitos militares e o controle do Banco do Brasil por comerciantes portugueses, provocam também imensa insatisfação da oposição e opinião pública, levando a um desgaste da imagem do Imperador, ao ponto de a insurreição espereitar como alternativa, conforme as agitações e hostilidades se avolumassem.

Após a consolidação da Independência e a abdicação de D. Pedro, o absolutismo e a restauração colonial perdem força por completo; contudo, a classe dos opositores, a elite brasileira, que, por sua vez, manipula habilmente os setores médios e populares abaixo de si, assume o protagonismo, passando, assim, à posição reacionária. Prado (1962), a grosso modo, destaca duas características nesse processo: primeiro a capacidade das elites de mobilizar os segmentos médios e populares, conforme o seu ímpeto revolucionário mais radical. Segundo, a incapacidade desses movimentos de avançarem e assumirem o protagonismo na luta, considerando a base material escravocrata dada, a ordem senhorial e a falta de maturidade política - ausentes às condições necessárias para superarem as questões locais imediatas e aglutinar outros movimentos em torno de um projeto nacional. Deste modo, revela:

Quanto à população livre das camadas médias e inferiores, não atuavam sobre ela fatores capazes de lhe darem coesão social e possibilidades de uma eficiente atuação política. Havia nela a maior disparidade de interesses, e mais do que classes nitidamente constituídas, formavam antes simples aglomerados de indivíduos. (PRADO, 1962, p. 63)

O período regencial, isto é, compreendido entre a abdicação de D. Pedro e a maioria de D. Pedro II, é marcado pelo caráter ambíguo, conservador e autoritário de Diogo Antônio Feijó. Com o apoio dos liberais moderados e da Guarda Nacional, criada com grande incentivo das elites rurais, governa reprimindo tanto as agitações urbanas de caráter liberal radical quanto os movimentos nativistas separatistas e conservadores de restauração. Apenas na década de 30, teremos a Cabanagem no Pará (1835 – 1840), a

Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835 – 1845), a Sabinada na Bahia (1837 – 1838) e a Balaiada no Maranhão (1838 – 1841). A despeito dos arroubos autoritários de Feijó, Prado (1962) anota:

Sem querer, talvez, caracterizava bem o ministro da justiça neste documento as classes em luta. De um lado proprietários e industriais que representam bens. De outro os “anarquistas”, isto é, o povo em luta por suas reivindicações, pela melhoria de suas condições de vida. (PRADO, 1962, p. 65)

A revolta dos Cabanos, foi um movimento de massas inserido no contexto pós lutas de resistência à Independência. Aquela região, incluindo Pará, Maranhão, Amapá, Piauí, Rondônia e Roraima foi durante dois séculos uma “unidade administrativa autônoma”, isolada do restante do Brasil, e com contato estreito, bem acima de todas as outras, com a “metrópole portuguesa”. Governado durante muito tempo por “juntas governativas” alinhadas com Portugal, Prado (1962, p. 67) destaca que desde a independência vive em uma situação de instabilidade, conforme as “autoridades da província, ora depostas por sedições populares, ora destituídas pelo governo regencial, que não sabia como resolver a situação, se sucedem ininterruptamente”.

Diante do ambiente propício de insatisfação e instabilidade, a Regência envia um novo governador e chefe de armas para reprimir a agitação após a sublevação na comarca do Rio Negro – Amazonas. Este novo governador inicia brutal repressão, valendo-se de todos os meios – prisões, deportações, recrutamento militar compulsório, perseguições de todo o tipo. Essas ações mobilizam a animosidade popular e de amplos segmentos médios, assim, o periódico “A Sentinela” radicaliza a crítica e inicia um “trabalho intenso de agitação”.

Contudo, Prado (1962) destaca um fenômeno recorrente nesses movimentos: o recuo da classe média e elementos moderados quando há o protagonismo das massas e a radicalização das ações. Após tomarem Belém e executarem o presidente da província e o comandante das armas, entre outras autoridades, com o recuo de elementos mais moderados, os revoltosos acabam divididos entre os que ao assumir o poder da província cedem ao poder central e, aqueles que insistem na oposição reivindicando maior autonomia e até a separação total. Essa divisão enfraquece o movimento, permitindo a contraofensiva feroz do governo central, bombardeando Belém,

os assentamentos Cabanos e dispersando o movimento para a selva. Perseguidos, muitos acabaram capturados, presos, deportados e executados. A esse respeito, Prado (1962) registra:

Estava terminada a sublevação dos cabanos. É ela um dos mais, se não o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas inferiores da população conseguem o poder de toda uma província com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação, apesar da falta de continuidade que o caracteriza, fica-lhe, contudo, a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder. (PRADO JÚNIOR, 1962, p.71)

No Maranhão, como no Pará, um dos núcleos da agitação também era um periódico local, denominado “O Bem-te-vi”, publicado na capital da província. Em torno dele, as ideias democráticas radicais de setores médios contra as oligarquias rurais mobilizam amplos segmentos populares descontentes. Logo que o movimento assume as feições das massas populares, igualmente a classe média recua, abandonando-o à própria sorte. A fragmentação do movimento, disperso pelo sertão, privilegia a “caudilhagem”, além disso, a total indiferença do movimento em relação ao potencial de revolta dos escravos, faz com que o movimento seja mais facilmente enfrentado e derrotado. O futuro Duque de Caixas será o responsável por, em 1840, liquidar de vez com o movimento dos Balaios.

A “Evolução Política do Brasil”, de Caio Prado Junior (1962), nos remete, em diversas passagens, ao “O dezoito de Brumário” e ao “Manifesto Comunista”. Além do protagonismo da luta de classes no processo histórico brasileiro, ele destaca a correlação de forças e o caráter das classes em oposição. Tanto o potencial e o ímpeto radical e revolucionário das massas populares, quanto o caráter ambíguo, pouco homogêneo e contraditório, moderado, pusilânime e reacionário daquele segmento mais próximo do que poderíamos identificar como “classe média” ou “burguesia”, pois não eram nem a massa pobre e trabalhadora livre, tampouco a elite rural ligada à Corte. Embora seja uma obra enxuta, de modo que o autor aprofundará a interpretação marxista sobre o processo histórico brasileiro em outros trabalhos, eis a contribuição fundamental deste livro na historiografia e nas ciências sociais no Brasil na década de 1930.

A despeito do destaque conferido à luta de classes e aos movimentos populares em diversas agitações, insurreições e revoltas, até mesmo com pretensões revolucionárias, Prado (1962) pouco fala sobre a Farroupilha no Sul, o movimento que mais tempo demorou – uma década -, mobilizou mais homens e recursos, teve maiores custos materiais e humanos. Envolveu mercenários estrangeiros, indígenas, escravos, camponeses, vaqueiros e latifundiários, a classe dominante nos pampas, mobilizando forças terrestres e navais, combatendo do Rio Grande do Sul até Santa Catarina. De caráter separatista e republicano, opôs Liberais Republicanos aos Legalistas Conservadores, chegou até a proclamar a República do Piratini em 1836. Embora opusesse duas forças políticas locais antagônicas, a questão econômica seria o elemento fundamental por trás do conflito, na medida em que a Regência resolveu impor taxas abusivas sobre a produção de carne e insumos na região, incomodando, sobremaneira, os grandes fazendeiros locais, que por sua vez, já sentiam-se abandonados e desprestigiados com o governo central, conforme estivessem em área histórica de conflitos constantes entre portugueses e espanhóis, e estratégica na defesa do território nacional<sup>41</sup>.

Da Balaiada, Prado (1962) salta quase uma década até a Praieira pernambucana de 1848. Suscita à reflexão sobre o pouco relevo dado à Farroupilha, uma vez que o movimento reúne todos os elementos descritos por Marx em “O dezoito de Brumário”.

---

<sup>41</sup> É preciso apontar algumas observações. Embora haja muito romantismo na epopeia gaúcha, conforme as narrativas construídas ao longo de décadas atravessando os séculos XIX e XX, de acordo com os interesses e o viés ideológico dos narradores, desde a década de 1970 há um movimento historiográfico rigoroso com o objetivo de superar o idealismo e a falsificação da história. Assim, ao lado do Garibaldi “herói de dois mundos” de Alexandre Dumas, Tristão de Alencar Araripe que foi governador da província no final do século XIX, relata munido de diversos registros e documentos o caudilhismo, a influência Platina e a brutalidade como traço característico do movimento. Ramiro Barcellos e Assis Brasil por outro lado, destacam a coragem do movimento ao enfrentar a tirania do poder central e o seu caráter federativo. A tradição Farroupilha seguiu apropriada e utilizada desde o final do século XIX por Federalistas e Republicanos Liberais até a década de 30 do século XX. Contudo, não há qualquer dúvida na historiografia quanto ao caráter escravocrata e latifundiário do movimento, sobretudo diante da traição infame cometida no episódio conhecido como o Massacre de Porongos, perpetrado contra os soldados negros libertos que lutaram ao lado dos Farrapos e, do fato de que a Constituição Farroupilha não era sequer abolicionista. “Como se narrou a revolução farroupilha: a escrita da história farrapa”. Disponível em: [http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1345729772\\_ARQUIVO\\_Textoanaisanpuh-2012.FabricioSoares.pdf](http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1345729772_ARQUIVO_Textoanaisanpuh-2012.FabricioSoares.pdf). Acesso em: 29/09/2020. “Até quando vamos endeusar a revolução farroupilha”? Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/560071-ate-quando-vamos-endeusar-a-revolucao-farroupilha>. Acesso em: 29/09/2020 e “A guerra dos fazendeiros”. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=834>. Acesso em: 29/09/2020.



Desde o caráter revolucionário da classe dominante, seu poder de mobilização das classes subalternas, até a sua pusilanimidade diante da capitulação ao inimigo em conchavos de paz favoráveis apenas aos poderosos (latifundiários, comerciantes); barganhando como espólio de guerra a massa escravizada e subalternos – segundo Maestri (2005), a “política era monopólio dos fazendeiros”.

Na Praieira, por sua vez, Prado (1962) destaca a notável concentração de terras e riquezas por poderosos senhores de Engenho, ao lado da imensa massa de agregados pobres e escravos. Revela, porém, a ascensão na capital de uma “burguesia comercial rica e poderosa”. Conforme o comércio fosse monopolizado por portugueses, havia um forte movimento local pela nacionalização e franca hostilidade aos lusitanos. A luta contra os poderosos latifundiários e comerciantes é encabeçada pelo periódico “Diário Novo”, situado a rua da Praia, daí o nome do movimento Praieiro. Do outro lado, o segmento dominante denomina-se “Partido da Ordem”. É notável como as forças reacionárias sempre reivindicam a ordem e, dela intitulam-se os legítimos guardiões. Assim, atribuem a tudo aquilo que se lhes opõe, o estigma da desordem e do caos, enquanto naturalizam a desigualdade, a injustiça, a exploração, a concentração da propriedade e da riqueza, a miséria e a opressão. A citação é um tanto longa, mas, muito oportuna, anotada pelo autor, sobre o olhar das oligarquias em relação ao movimento popular:

O mesmo escritor descreve assim o partido da Praia: “composto das classes inferiores e ignorantes da população, que julgando-se deserdados dos bens sociais e oprimidos por leis tirânicas e ofensoras dos seus direitos, nutriam sentimento de ódio, inveja e vingança contra as classes superiores no mais alto ponto de excitação”. Desconte-se nestas palavras o que não poderia faltar na boca de um reacionário consumado – Figueira de Melo foi chefe de polícia em Pernambuco por ocasião da revolta de 1848 – e ter-se-á um quadro perfeito da Praia. (PRADO, 1962, p. 77)

Como na análise dos demais movimentos populares que se seguem a Independência, Prado (1962) destaca a mobilização de setores médios, a utilização da imprensa, a adesão de massas populares e as aspirações republicanas, liberais e até separatistas. Contudo, aponta também a desconexão desses movimentos, desarticulados entre si, conforme buscassem, via de regra, apenas transformações no âmbito local, não contemplando um projeto nacional e de ruptura absoluta com o antigo regime. Assim, falhavam sempre na organização que arranjava elementos com

interesses diversos e até contraditórios, articulando classes antagônicas unidas em torno de pautas pontuais mínimas, cuja coesão era frágil ou mesmo inexistente, colocada em questão e choque na primeira ocasião. Por essa razão, quase sempre que se buscava a solução pelas vias parlamentares ou governamentais, as classes subalternas acabavam derrotadas pela classe média, conforme servisse aos interesses das elites, sendo facilmente cooptada e manipulada.

A despeito do “programa democrático avançado para a época”, Prado (1962) mostra que se não lhe faltou “uma ideologia concreta”, por outro lado, a Praia “fracassou completamente no conteúdo material da insurreição”, pois, não foi capaz de “produzir um levante de massas”, sendo impossível organizar a resistência. O programa da Praia previa voto livre e universal, comércio para os cidadãos brasileiros, liberdade de opinião e imprensa, acesso ao trabalho como garantia da vida, fim do poder moderador, independência dos poderes, dentre outras medidas liberais e progressistas.

Todavia, para Caio Prado (1962) todos esses movimentos se inserem no contexto das agitações decorrentes da Independência, isto é, são revoltas impulsionadas pelo contexto revolucionário vigente. Assim, demonstra como a contrarrevolução reacionária se organizou para barrar o impulso liberal e democrático revolucionário – tese adiante aprofundada por Florestan Fernandes, em 1975. Após a queda de Feijó, o período que vai de 1837 até 1849, é a fase política mais “reacionária” da nossa história. A despeito do caráter autoritário de Feijó, compreende que o “período anterior fora de hesitações”, de modo que prosperavam as agitações em todo o território nacional após a abdicação do Imperador. Apesar de seguir acumulando forças, a reação ainda não podia “considerar-se completamente vitoriosa”, pois a Regência ainda suscitava insegurança. Deste modo, observa:

Com esta constatação, vai desaparecendo a confiança nas regências, embora fossem confiadas, como eram então o caso, aos mais reacionários grupos políticos. É este um caráter comum a todas as reações. Enquanto não se estabilizam, enquanto persiste o espírito revolucionário que combatem mesmo quando em franco declínio, elas procuram cada vez mais se fortalecer. É uma força que vai em continua ascendência, que se revigora de momento a momento, num recrudescimento incessante de energia contrarrevolucionária; energia está que procura haurir onde quer que espere descobrir novas forças. (PRADO, 1962, p. 81)

Sufocada a onda revolucionária e as aspirações democráticas das classes populares, a classe dominante assume definitivamente o protagonismo da cena política. Assim, a reforma eleitoral de 1846 sedimenta de vez o protagonismo da elite no jogo político, excluindo as classes subalternas do acesso ao poder político através da monetarização da participação eleitoral, tornando o seu exercício inacessível à imensa maioria da população.

O segundo reinado, para Prado (1962), inicia-se na segunda metade do século XIX com a Lei Eusébio de Queirós de 1850. Trata-se de um acontecimento cujos desdobramentos repercutirão até o fim do Império, no final daquele século. Foi um acontecimento crucial para o avanço do capitalismo mundial, bem como o triunfo do “liberalismo burguês” no esteio do “problema da substituição do braço servil pelo deste novo escravo que é o assalariado” (Prado, 1962, p. 83).

Caio Prado (1962) destaca três questões fundamentais neste processo: o interesse e pressão da Inglaterra em relação ao fim do tráfico e a abolição da escravidão, a resistência brasileira após três séculos de organização colonial-escravocrata e o fato de que, a despeito da abertura comercial dos portos e do surto econômico decorrente, “o tráfico ainda correspondia ao estado das nossas forças produtivas” pouco desenvolvidas. Revela, contudo, que tal processo não foi imediato e nem pacífico. Deu-se ao longo de muita pressão, negociação e a celebração de tratados para o fim do comércio de escravos e a abolição da mão de obra escravizada. Foi um processo que interessava tanto aos ingleses no que diz respeito à expansão de mercados, quanto aos capitalistas europeus que pretendiam quebrar a concorrência do açúcar produzido no Brasil, barateado devido a utilização do braço servil. Por essa razão, após diversas tratativas pelas vias diplomáticas, desde a década de 10 do século XIX, prevaleceu a força naval e dos canhões para o cumprimento dos tratados ratificados e negligenciados pelo Brasil<sup>42</sup>.

A promulgação da Lei Eusébio de Queirós em 1850 acarretou alguns efeitos imediatos no país, que por sua vez inseriam-se em um amplo movimento de modernização da economia e sua inserção ao capitalismo global. Assim, duas semanas após a assinatura da lei que abolia o tráfico de escravos foi promulgada a Lei de Terras.

---

<sup>42</sup> O uso da força bélica pelos ingleses para impor seus interesses econômicos não foi privilégio do Brasil. Foi assim na Guerra da Criméia (1853 – 1856) e na Guerra do Ópio (1839 – 1860), por exemplo.

Esta lei assegurava as bases da propriedade privada - fundamental ao capitalismo e o processo de espoliação do trabalhador -, monetarizando a propriedade, inserindo-a na ordem do mercado de capitais, restringindo juridicamente o seu acesso aos trabalhadores pobres, estrangeiros e ex-escravos, sedimentando a base fundamental para o capitalismo no Brasil. Esse processo modificou o *status* da terra como mero elemento de prestígio social, acessível apenas por meio de dotes reais, matrimônio ou hereditariedade no âmbito de uma sociedade arcaica, escravocrata e senhorial; transformando a terra em mercadoria e meio de acumulação e lucro.

Essas transformações econômicas e sociais se fizeram acompanhar pela paulatina industrialização do país e urbanização das cidades, ampliação da imigração e dos negócios e do mercado interno. Vieram as ferrovias, o telégrafo, as companhias de navegação, a iluminação urbana a gás e o transporte público por tração animal. Para tanto, houve um incremento do sistema bancário e a expansão das finanças e do crédito. Prado (1962) não deixa dúvidas, é nas cidades, no ambiente urbano, que floresce a burguesia, não no meio rural – conforme Sérgio Buarque de Holanda reitera três anos depois, porém, na perspectiva interpretativa de Weber, em “Raízes do Brasil”. Assim, explica:

A luta destes grupos burgueses, “progressistas” e “conservadores-retrógrados”, enche o cenário político da segunda metade do século passado. Alista-se no primeiro principalmente o comércio, a “finança”, em uma palavra os detentores do capital móvel. No segundo a maior parte da riqueza territorial, os proprietários rurais cuja economia assentava no trabalho servil naturalmente abalado pela supressão do tráfico. A esta distribuição inicial de forças que naturalmente avantajava os “conservadores” vai-se substituindo novas formas que se reduzem a uma sucessiva desagregação deste grupo em benefício do primeiro. A linha política do Império na fase que estudamos é no sentido do desenvolvimento contínuo do elemento progressista. (PRADO, 1962, p. 89)

No esteio dessa ordem de transformações, em que ascende a burguesia urbana e consolida-se o capitalismo e a ordem liberal, Prado (1962, p. 89) observa como a questão abolicionista toma conta do debate político após a década de 60 no país, de modo que a abolição da escravatura se desenrola de forma paulatina e contínua até o 13 de maio de 1888. Do ponto de vista econômico, destaca que o trabalho escravo era pouco

produtivo, “além da grosseira exploração”, inclusive da terra, “degradando o trabalho”, afugentando “o braço livre de que carecíamos”.

Por sua vez, conforme a supressão do tráfico, o custo da mão de obra escravizada aumentou, de modo que apenas culturas altamente lucrativas eram vantajosas à sua utilização. Assim, desde meados da década de 60 o café passou a monopolizar a mão de obra escravizada, sobretudo na região compreendida entre o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Por essa razão, antes mesmo do 13 maio diversas regiões no norte e nordeste foram abolindo o trabalho escravo, como o Ceará e Amazonas em 1884. Enquanto a população livre crescia década após a outra, desde os anos 50 a parcela escravizada decrescia continua e rapidamente. Ao lado da pressão social do movimento Abolicionista organizado nos centros urbanos, atuando através da imprensa, cátedra, clubes e associações, exigindo ações parlamentares, o 13 maio veio apenas decretar um fato consumado do ponto de vista econômico, isto é, a consolidação da ordem liberal capitalista.

Embora prevalecesse os interesses da nova ordem social burguesa competitiva, herdeiros da velha tradição senhorial-escravocrata, a despeito das lutas de resistência dos africanos escravizados desde o século XVII com os inúmeros quilombos nos engenhos no nordeste, não se minimiza a ação abolicionista organizada em frentes político-parlamentares, sociais e de resistência através de figuras notórias como José do Patrocínio, Luís Gama, André Rebouças, Antonio Bento, Francisco José do Nascimento (Dragão do Mar). Florestan Fernandes, adiante, chamará a atenção para o prejuízo à população negra escravizada pela captura do movimento abolicionista pela elite burguesa-liberal, cujo impacto nefasto a questão social expõe até hoje.

Deste modo, as forças políticas e sociais por trás do escravismo, estavam condenadas a sucumbir, eram um anacronismo, grilhões que nos prendiam ao passado e que nos arrastando, emperravam o nosso desenvolvimento rumo à civilização. Assim, Caio Prado Junior (1962) não deixa dúvidas:

A evolução política progressista do Império corresponde assim, no terreno econômico, à integração sucessiva do país numa forma produtiva superior: a forma capitalista. As instituições primitivas como a escravidão, herdadas da antiga colônia, são varridas pelas novas forças produtivas que se vão formando e desenvolvendo no correr do século passado. Não é somente com o trabalho servil que isto se dá. O espírito conservador-retrógrado, que

representava os interesses ligados à reação antiprogressista, tinha-se encastelado numa série de instituições políticas, como o senado vitalício e o Conselho de Estado, onde, seja pela natural imobilidade delas, freava a cada passo a marcha do país. A luta contra estas instituições constitui a evolução democrático-liberal do Império que tão intensa se torna depois de 1868. A reação que se esboça neste ano com a formação do gabinete de 16 de julho, encontra pela frente o partido liberal-radical, formado logo em seguida, e que faz no seu programa tábua rasa de todas essas instituições. Na ala esquerda desta burguesia democrático-liberal vamos encontrar os republicanos que em 1870 se agrupam em partido político. A Monarquia, entrevada pelos escombros do passado, agonizava [...]. (PRADO, 1962, p. 91)

De um modo geral, Prado (1962) destaca que a ruína do Império foi um processo inevitável inserido no fluxo dos acontecimentos determinados pelo capitalismo global, conforme as suas instituições políticas estivessem atreladas a modelos arcaicos, incompatíveis com o desenvolvimento das forças sociais produtivas, de modo que a transformação política se impusesse de forma avassaladora. Cabia ao Império e as forças conservadoras apenas tentar ganhar tempo e atrasar-lhe a marcha. Todavia, após o movimento republicano da década de 1870 que culminou com a organização do Partido Republicano Paulista em 1873 e, a seguir, com o Congresso Agrícola de 1878, no vácuo da expansão do movimento Abolicionista entre amplos segmentos políticos e sociais e a imigração estrangeira para substituição da mão de obra escravizada, a sorte do regime estava decidida, tanto que uma “simples passeata militar foi suficiente para lhe arrancar o último suspiro”.

Se uma “simples passeata militar” bastou para derrubar a monarquia e instaurar a República, conforme relatam outros autores e testemunhas como Lopes Trovão, Euclides da Cunha, Lima Barreto, José Veríssimo, a sua face autoritária e violenta não demoraria a revelar-se. O período de consolidação da República que se estende desde o governo Deodoro até Campos Salles e a “política dos governadores”, se caracteriza, do ponto de vista político e econômico, pela primazia das oligarquias regionais e, do ponto de vista social, pela repressão feroz a qualquer tipo de manifestação social, popular, camponesa ou operária.

## **5. Raízes do Brasil: formação social e tradição autoritária**

Esquematisando o processo que acabamos de reconstruir, a admissão do dependente como pessoa é essencial para sua integração a uma ordem social que aniquila seus predicados de ser humano. Vê-se, por aí, a brutalidade da alienação a que está exposto. Essa dominação implantada através da lealdade, do respeito e da veneração estiola no dependente até mesmo a consciência de suas condições imediatas de existência social, visto que suas relações com o senhor apresentam-se como um consenso e uma complementaridade, onde a proteção natural do mais forte tem como retribuição honrosa o serviço, e resulta na aceitação voluntária de uma autoridade que, consensualmente, é exercida para o bem. Em suma, as relações entre senhor e dependente aparecem como inclinação de vontades no mesmo sentido, como harmonia, e não como imposição da vontade do mais forte sobre a do mais fraco, como luta. Em consequência, as tensões inerentes a essas relações estão profundamente ocultas, havendo escassas possibilidades de emergirem à consciência dos dominados. (Maria Sylvania de Carvalho Franco, 1983, p. 88)

No âmbito da tradição dos grandes intelectuais brasileiros, que desde a República e no bojo do Modernismo, empenham-se em pensar a realidade política, histórica e social brasileira, a partir de teorias e métodos analíticos e interpretativos egressos das Ciências Sociais – recém-chegada ao país -, Sérgio Buarque de Holanda segue o caminho iniciado por Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre alguns anos antes. Em “Raízes do Brasil”, publicado em 1936, inaugura o método de Max Weber na interpretação do processo histórico brasileiro. Nascido em São Paulo em 1902, Sérgio muda para o Rio de Janeiro em 1921 e estuda Direito. Ligado aos jovens modernistas paulistas, atua como editor da Revista Klaxon, participando como correspondente no Rio de Janeiro, da Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, mantendo constante correspondência com Mario de Andrade, tornando-se amigo do escritor de 1921 até a morte deste em 1945. Em 1929, como correspondente do periódico carioca O Jornal, visita a Alemanha, tendo contato com a obra de Werner Sombart e Max Weber<sup>43</sup>. É nesse contexto que se dá a formação do autor de uma das principais obras do pensamento político e social brasileiro.

---

<sup>43</sup> **O Modernismo Marioandradino em Sérgio Buarque de Holanda e as raízes de “Raízes do Brasil”.** Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96300/000917563.pdf;sequence=1> Acesso em: 03/10/2020.

Nas primeiras páginas de “Raízes do Brasil”, Holanda (1963) já explicita ao leitor do que se trata a sua obra: um estudo sobre a nossa formação social, considerando a herança cultural “europeia” – ibérica -, isto é, “formas de convívio” - relações sociais, ideias, instituições transplantadas para cá. Para ele, tanto Portugal e Espanha, como a Rússia e mesmo a Inglaterra, por serem países mais às margens da velha Europa, possuem um traço mais plástico, pois que serviriam de ponte entre outros povos e o coração do Velho Mundo, sendo assim, teriam mais capacidade de cambiar e diluir ideias e tradições.

Considerando a nossa herança ibérica, destaca a “cultura da personalidade” como um dos traços essenciais dessa tradição. Esse aspecto, consiste em um tipo de conduta que promove a autonomia e independência do sujeito como um valor ou qualidade superior absoluta. Tal característica, segundo ele, denota um tipo de individualismo e estoicismo que resulta na lassidão de “formas de organização” que demandam “associações” que estabeleçam “solidariedade”. Por essa razão, Holanda (1963, p. 5) sentencia que em “terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida” – notória referência a Maquiavel em “O Príncipe”.

Holanda (1963) destaca que em uma tradição com essas características, os “privilégios hereditários” não precisaram ser completamente rompidos para que se consolidasse o “princípio das competições individuais”, traço típico das sociedades burguesas. Isto porque a frouxidão das “estruturas sociais” permitiu, antes, a sobreposição de uma a outra ou mesmo a coexistência pacífica de ambas. O status e “prestígio pessoal”, a despeito do “nome herdado”, sempre teve lugar nessa sociedade cuja “indolência displicente das instituições e costumes” servia antes para separar os homens que os unir. Assim, anota:

A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem. (HOLANDA, 1963, p. 06)

Há nesta passagem, uma referência crítica a autores contemporâneos, caso de Oliveira Viana e Cassiano Ricardo, interlocutores da primeira geração de pensadores do



Brasil, tais como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, cuja produção se caracteriza pelo traço conservador, elitista, nacionalista e autoritário. A característica acima citada, para ele, assentada em virtudes de “mérito pessoal”, seria um traço típico de sociedades cuja tradição católica enraizada na contemplação e na escolástica, rejeitava o labor e a dúvida. Segundo a lei das Ordenações Filipinas, aos fidalgos – filhos d’algo -, apenas serão negadas as honrarias àqueles que “viverem de trabalhos mecânicos”. Trata-se de uma sociedade cuja tradição funda-se nas lutas seculares dos reis católicos contra os mouros pela reconquista do território e a expansão pela costa da África. Por essa razão, passa incólume ao Renascimento e a Reforma Protestante, movimentos fundamentais para a consolidação da burguesia e as formas de racionalização das relações sociais que culminaram com o Iluminismo e a Revolução Industrial, segundo a consagrada tese de Max Weber em “A ética Protestante e o espírito do Capitalismo”.

A ascensão do “Reino de Ávis” no final do século XIV consiste em um processo distinto do resto da Europa, que se via às portas do Renascimento e em que florescia uma nova classe, a burguesia comercial, no esteio da decadência do Feudalismo. Conforme não tivesse uma ordem feudal secular, a burguesia mercantil portuguesa não encontra a resistência que a europeia teve que enfrentar ao longo de 2 séculos, até sepultar definitivamente a tradição feudal. Por isso, destaca que:

“[...] a burguesia mercantil não precisou adotar um modo de agir e pensar absolutamente novo, ou instituir uma nova escala de valores, sobre os quais firmasse permanentemente seu predomínio. Procurou antes associar-se as antigas classes dirigentes, assimilar muitos dos seus princípios, guiar-se pela tradição, mais do que pela razão fria e calculista”.  
(HOLANDA, 1963, p. 10)

Dito isso, o modelo aristocrático e o prestígio da nobreza conservaram-se nessa sociedade como *status* e grandeza. Na tradição ibérica, Holanda (1963) demonstra como tanto a aversão ao labor, sobretudo aos ofícios manuais, bem como a repulsa as formas de organização impessoais e racionais, são atributos peculiares desses povos. Assim, relata que:

Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação. E assim, enquanto povos protestantes preconizam e exaltam o esforço manual, as nações ibéricas colocam-se ainda largamente no ponto de vista da antiguidade clássica. O que entre elas predomina é a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor. (HOLANDA, 1963, p. 12-13)

A ética do trabalho, para espanhóis e lusitanos, sempre pareceu uma ideia extravagante, de modo que valores de cooperação e solidariedade também nunca foram sólidos e consistentes. Deste modo, destaca que a solidariedade entre eles é de outra espécie, assenta-se antes em sentimentos e vínculos afetivos – família e amizade - do que em “relações de interesse”. Trata-se, segundo Holanda (1963, p. 12) de relações em que os indivíduos se acham ligados entre si, “por sentimentos e deveres, nunca por interesses ou ideias”, acentuando que nessa lógica, a submissão ou aceitação de algo exterior, uma regra abstrata e impessoal, que não é imposta “por Deus, nada acrescenta a sua glória e não aumenta nossa própria dignidade”. Nessa perspectiva, evidencia-se a aversão a todos os postulados modernos e científicos que caracterizam as sociedades europeias desde o Renascimento - os povos ibéricos recusaram os modelos de organização social que estabeleciam padrões universais, abstratos e formais.

A época da chegada ao Brasil, os portugueses eram um povo de navegadores, comerciantes e guerreiros. Por essa razão, na perspectiva dos “tipos ideais” de Max Weber, Holanda (1963, p. 18) chama a atenção para a ética do “trabalhador” em oposição à do “aventureiro”. Grosso modo, a distinção equipara-se aquela entre os “povos caçadores e coletores” e entre os agricultores, por exemplo. Para uns, trata-se de “colher o fruto sem plantar a árvore”, enquanto que para outros importa antes produzir do que desfrutar. Do ponto de vista objetivo, porém, faz questão de frisar que em “estado puro”, nem um e nem o outro “possuem existência real fora do mundo das ideias”; eis os “tipos ideais” weberianos, construções abstratas que sintetizam atributos típicos de um grupo ou cultura.

Assim, indica que o tipo “aventureiro” que caracteriza o português logrou ser o conquistador destas terras, conforme o ambiente propício para a busca de riquezas e glória sem grandes esforços e engenho, senão aqueles decorrentes da guerra e da

pilhagem. Esse tipo de caráter, consiste em modelos marcados pela adaptabilidade, avessos a formas estáveis, intrínseca à fluidez do padrão lusitano, capaz de incorporar e utilizar-se, sem embargo, de técnicas que fossem úteis e vantajosas para alcançar os seus objetivos. Foi assim que se apropriaram das técnicas de navegação dos mouros na península ibérica e as de sobrevivência dos indígenas na América – “americanizava-se ou se africanizava, conforme fosse preciso”.

Somente o “latifúndio agrário”, segundo Holanda (1963, p. 23), explica que se deu “em grande parte de elementos adventícios e ao sabor das conveniências da produção e do mercado”, embora tenha exigido apenas que se reproduzisse “em grande escala o processo já instituído na Madeira e em outras ilhas do Atlântico, onde o negro da Guiné era utilizado nas fainas rurais”. A “grande lavoura” que se desenvolveu aqui, de “natureza perdulária”, seria irrealizável sem o “braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar”.

O objetivo do aventureiro português não era construir uma sociedade de produtores agrícolas por meio da “plantation” açucareira. Inexistia população para isso tanto quanto interesse. A riqueza que se buscava aqui era aquela construída sobre a “ousadia”, não sobre o “trabalho”, tal como prosperaram anteriormente na Índia com o comércio de especiarias, pedras e metais preciosos.

A ausência de uma ética do trabalho, aprofundava-se na exploração do braço indígena e escravo na colônia. Enquanto na América Espanhola prosperavam organizações de ofícios desde os primórdios da colonização, aqui multiplicavam-se as resoluções e ordens que visavam proteger os brancos de ofícios associados a “trabalhos vis”, destinados a mão de obra escravizada e que “não infamava apenas quem os praticava, mas igualmente seus descendentes”. Assim, quando os índios alcançaram o peso da “liberdade civil”, ainda que “tutelada” ou “protegida”, segundo a sutil discriminação dos juristas”, tratava-se tão somente de buscar afasta-los do “estigma social ligado a escravidão”.

Entre outras ponderações, Holanda (1963) destaca a impossibilidade, nessas condições, de prosperar por aqui tanto o artesanato quanto os ofícios ligados a manufatura, prejudicando assim o desenvolvimento de um mercado interno sólido e robusto e de valores cooperativos e associativos vinculados à produção – Florestan

destacará, adiante, além disso, a aversão à “ordem social competitiva”. Se nas lavouras predominava o braço escravizado, nas cidades prevalecia os “negros de ganho” e os serviçais e auxiliares de todos os tipos – carregadores, limpadores, vendedores, consertadores, etc. Esse tipo de visão de mundo, fundada na escravidão e no privilégio, é o avesso dos ideais de competição e cooperação que caracterizam a burguesia e o capitalismo. Assim, observa que aqui predomina a rivalidade ao invés da competição, posto que enquanto a primeira busca o dano ou o prejuízo de outrem, a outra consiste na superação e no êxito.

Aspecto relevante na nossa formação, segundo Holanda (1963), é o fato de nossa “sociedade colonial” constituir-se toda em meio rural. Assim, observa que até o século XIX, as figuras proeminentes de nossa sociedade eram quase que exclusivamente do campo - fazendeiros, latifundiários, senhores de engenho escravocratas. Semelhante a Caio Prado Junior e, a seguir, Florestan Fernandes, Holanda (1963) destaca que as principais posições políticas na Corte eram ocupadas pelos grandes proprietários e os seus herdeiros, formados nas primeiras faculdades de Direito do país – Olinda e São Paulo em 1827. De acordo com a Constituição de 1824, podiam concorrer aos cargos eletivos ou mesmo fazer eleger quem quisessem, ao mesmo tempo em que monopolizavam os cargos na magistratura, ministérios e gabinetes nas Províncias.

Esse predomínio quase que exclusivo na vida pública, permitia um poder político ilimitado; contudo, a expansão da ordem liberal no país, favoreceria a superação da ordem senhorial. Porém, conforme salienta Fernandes (2006), “dentro da ordem”, de forma paulatina, procedendo a “modernização conservadora”. Holanda (1963) destaca que esse movimento, foi fundamental ainda para a expansão de movimentos liberais que culminariam com a ruína do “principal esteio” que alicerçava essa ordem, isto é, o “trabalho escravo”.

Contudo não se ignora que essas transformações ocorreram no âmbito das Leis Eusébio de Queirós e de Terras – ambas de 1850 -, responsáveis pelo fim do tráfico de africanos escravizados e pela regularização da terra, ou melhor, do latifúndio. Esses marcos primordiais asseguravam ao mesmo tempo a expansão do trabalho livre e o monopólio da propriedade privada, excluindo os trabalhadores pobres e livres - nacionais ou estrangeiros - e os negros libertos do domínio dos meios de produção. Assim, deu-se

“o primeiro passo para a abolição de barreiras ao triunfo decisivo dos mercadores e especuladores urbanos”, ampliando-se as sociedades anônimas, o crédito, o comércio e a monetarização das relações sociais, processo que se completaria apenas em 1888. Todavia, Holanda (1963) observa:

Durante esse intervalo de quarenta anos, as resistências não de partir não só dos elementos mais abertamente retrógrados, representados pelo escravismo impenitente, mas também das forças que tendem à restauração de um equilíbrio ameaçado. Como esperar transformações profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar? Enquanto perdurassem intatos e, apesar de tudo, poderosos, os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas. (HOLANDA, 1963, p. 64)

De fato, as poderosas forças arcaicas desse tipo de poder, assentam raízes nos domínios rurais em que o patriarca era o senhor de tudo e de todos. Na propriedade rural, aponta Holanda (1963, p. 66), “a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante a sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica”. Esse enorme poder, completava-se pela absoluta independência e autossuficiência da propriedade, na medida em que dispunha de “capela”, “escola de primeiras letras”, a alimentação da casa-grande, da senzala e dos agregados era providenciada ali mesmo também, e da mesma forma “montavam-se serrarias” no local que subsidiavam tanto a casa quanto o engenho. Até meados do século XIX, anota que ainda havia fazendeiros que se vangloriavam de precisar “comprar ferro, sal, pólvora e chumbo, pois o mais davam de sobra nas suas terras” (Holanda, 1963, p. 68).

Holanda (1963, p. 68) destaca a preponderância do “direito romano-canônico” na “Península Ibérica”, impondo-se como padrão às famílias, prevalecendo e reificando-se sobre toda a sociedade. Assim, revela como “os escravos das plantações e das casas” como também os “agregados”, ampliavam o seu “círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias”. Adiante, sentencia:

Esse núcleo bem característico, em tudo se comporta como seu modelo da antiguidade, em que a própria palavra “família”, derivada de *famulus*, se acha estreitamente vinculada a ideia de escravidão, e em que mesmo os

filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi*. (HOLANDA, 1963, p. 68)

Sem embargo, Holanda (1963, p. 69) demonstra o quão poderoso torna-se o ambiente familiar na vida dos indivíduos, de modo que “sua sombra” se impõe mesmo quando “fora do recinto doméstico”. Nessas condições, observa que a “entidade privada precede sempre” a “entidade pública”. Essa primazia da família sobre o indivíduo e a sociedade, verifica-se como uma força natural e irresistível que se impõe, de modo que “as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades”. Assim, “a família colonial fornecia a ideia mais normal de poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens”. Por fim, conclui:

O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família. (HOLANDA, 1963, p. 69).

Eis aí a origem da confusão deliberada entre público e privado que caracteriza a nossa sociedade. Conforme dito, trata-se de um modelo de sociedade alicerçado em valores da Antiguidade, em modelos herdados da tradição romana – sociedade rigorosamente hierarquizada em que todos os que se situassem abaixo dos patrícios (senhores) eram plebeus, isto é, praticamente servos. Em “Política e Polícia”, por exemplo, Ranciére (1996) fala sobre o relato feito por Tito Livio a respeito da revolta dos plebeus romanos na região do Aventino, na embaixada de Menenio Agripa, destacando como os patrícios não compreendem como ele podia imaginar que saíssem palavras da boca dos plebeus, quando evidentemente só poderia sair ruídos. A posição dos patrícios consiste em que não há porque discutir com os plebeus pela simples razão de que não falam. E não falam porque não possuem a *persona civil*, são seres sem nome, portanto privados de inscrição simbólica na pólis. Na perspectiva da existência estritamente individual e humana, nada possuem senão a própria vida, limitada a capacidade natural reprodutiva e a sobrevivência.

Em “A sociedade contra o Estado”, crítica a primazia da noção política eurocêntrica, Clastres (1978) aponta que na perspectiva da política fundada no poder coercitivo, falar é antes de tudo, “deter o poder de falar”. Somente o “exercício do poder” garante o domínio da palavra, estabelecendo que apenas “os senhores podem falar”. Assim, “os súditos” e todos os que não estão em igual condição devem submeter-se “ao silêncio do respeito, da veneração ou do terror”. O poder é o meio, cujo o fim, encontra-se no privilégio da palavra. “O desejo da palavra”, afirma ele, “encontra sua realização na conquista do poder”. Em todas as sociedades e em todas as épocas, verifica-se que “o homem de poder”, constitui-se na exclusiva “fonte de palavra legítima”. É nestas circunstâncias que a palavra adquire o *status* de “ordem”, emprestando a autoridade do poder constituído e a ele conferindo. Na ordem senhorial, a palavra do “senhor não tem réplica”, é absolutamente incontestável.

Holanda (1963) revela assim, todavia, aspectos que dizem respeito não apenas a atributos acessórios de dados tipos sociais de uma época, mas, antes a características essenciais que correspondem a forma de organização da produção social – o que a estrutura e define. O senhor de engenho, o grande proprietário e patriarca, é resultado da ordem senhorial escravocrata tanto quanto o homem negro escravizado e, esta ordem, é tão somente a mais adequada para melhor atender as exigências da produção no interior da colônia, no âmbito do capitalismo em sua fase mercantil de acumulação primitiva. Esse tipo de organização social – senhorial-escravocrata - assenta-se em uma sociedade pouco complexa e extremamente centralizada e hierarquizada, em que prevalecem as formas de produção e organização social mais arcaicas e predatórias, assegurando a coesão, antes por meio da tradição, coerção e submissão do que pela razão, cooperação e competição.

Essa visão de mundo, rústica e idílica, despreza por cerca de três séculos qualquer noção de sociedade civil e poder político descentralizado e constitucional. Tanto em Portugal quanto nas colônias, o Absolutismo resulta na única forma legítima de poder político – incontestável, inefável e infalível. Na perspectiva do Estado absolutista católico e patriarcal português, Holanda (1963, p. 73) observa que “o primeiro princípio da economia política”, estabelece “que o soberano de cada nação deve considerar-se como chefe ou cabeça de uma vasta família, e, conseqüentemente, amparar todos que nela

estão”. Tal princípio de organização, tem lugar na Grécia clássica, mais precisamente na obra de Aristóteles.

Na “Política”, Aristóteles (1999) nos oferece um panorama do pensamento político e social grego da Antiguidade - Estado e sociedade. Assim, ele começa afirmando ser “um erro supor que sejam as mesmas as relações entre um estadista e o Estado” ou “entre um chefe de família e sua casa”. “Cada família” – diz ele – “é dirigida por seu membro mais velho”. Apoiando-se nos clássicos, sustenta que essa “regra patriarcal foi mencionada por Homero: cada qual faz a lei para seus filhos e esposas”. Temos aqui uma definição de patriarcalismo, fundada nas tradições e em uma primitiva divisão social do trabalho. O patriarcalismo consiste em um modo de estruturação e organização da sociedade baseado no poder de um “pai”, em que se impõe à autoridade masculina sobre a feminina e o poder dos anciãos sobre os demais. Aristóteles é categórico:

Do mesmo modo, o homem é superior e a mulher inferior, o primeiro manda e a segunda obedece; este princípio, necessariamente, estende-se a toda humanidade. Portanto, onde houver essa mesma diferença que há entre alma e corpo, ou entre homens e animais (como no caso dos que tem como único recurso usar o próprio corpo, não sabendo fazer nada melhor), a casta inferior será escrava por natureza, e é melhor para os inferiores estar sob o domínio de um senhor”. (ARISTÓTELES, 1999, p. 64)

Para ele, o poder, as desigualdades e a dominação assentam-se em determinações “naturais”, pois a natureza estabeleceu a distinção entre a mulher e o escravo. De modo a justificar seus argumentos, ele se utiliza da observação e apoia-se na natureza, assim, aponta que a “natureza distinguiu os corpos do escravo e do senhor”, dotando aquele de força física para o trabalho servil e o outro de forma esbelta, pouco dotado para o trabalho braçal, contudo “útil para a vida política e para as artes e a guerra”. Assim, Aristóteles (1999, p. 65) sustenta que é “evidente, portanto, que alguns homens são livres por natureza, enquanto outros são escravos, sendo esta justa e conveniente para eles”.

Aristóteles (1999, p. 51) destaca que “o poder numa família, é monárquico porque em cada casa há uma só autoridade”. Deste modo, sustenta que a organização da sociedade se inicia pela família, posto que ela seria “a associação estabelecida por natureza para suprir as necessidades diárias dos homens”. Na perspectiva clássica, a



desigualdade que caracteriza as relações de poder, funda-se na suposta superioridade do homem sobre a mulher, resultando em uma relação de dominação perpétua. Aristóteles (1999, p. 94) prossegue afirmando que “o homem é mais talhado para o poder do que a mulher, a menos que as condições sejam completamente anormais”. Para ele “entre homem e mulher a relação superior/inferior é permanente”, de modo que se assenta em pressupostos biológicos ou “naturais”, “porque a faculdade de decisão, na alma, não está completamente presente num escravo; na mulher, é inoperante; numa criança, não desenvolvida”. Assim, tal princípio de organização social – que será assimilado e desenvolvido pelos romanos – consiste em um modelo de dominação assentado em procedimentos de exclusão da vida política. Em contrapartida, o espaço privado constituía-se do necessário e do útil, das mulheres e dos escravos, relacionado com a sobrevivência e a reprodução da vida. Nesse sentido, trata-se de definir e estabelecer o lugar das pessoas na sociedade por meio de determinações “naturais”, revestidas, por sua vez, de fundamentos “racionais”, não apenas assentadas na força bruta ou na ordem divina. Esta racionalidade foi a que orientou todo o pensamento ocidental até o Renascimento.

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social e, portanto, deve ser rigorosamente respeitada e cumprida. (HOLANDA, 1963, p. 74)

Como Caio Prado Júnior antes, Holanda (1963, p. 78) destaca a dominação política pelos senhores. Conforme a “ausência de uma burguesia urbana independente”, as posições políticas no Império eram supridas pelos herdeiros dos “antigos senhores rurais”, imbuídos dos seus costumes, valores, interesses e vícios. Os primeiros “cidadãos” do Império, beneficiários da ordem política, até a segunda metade do século XIX seriam os grandes proprietários - autossuficientes e instalados nas fazendas distantes das cidades e do comércio. Diferentemente, conforme nota, do “cidadão típico da antiguidade clássica” que, embora consumisse os produtos das suas propriedades e da mão-obra escravizada, vivesse na cidade desfrutando da cidadania reservada aos

patrícios, esse tipo de organização social centrado em cidades com amplo comércio, burocracia, serviços e dinâmica cultural, seria crucial para a ascensão da burguesia – conforme Weber. Contudo, com exceção da breve experiência holandesa no Nordeste no século XVII, toda a organização política e social seguiria sob o domínio rural dos grandes fazendeiros, atravessando todo o século XIX.

A despeito da tradição rural e patriarcal, Holanda (1963, p. 129) destaca que o “Estado não é uma ampliação do círculo familiar” ou de quaisquer agrupamentos em que prevalecem “vontades particularistas”, cuja “família é o melhor exemplo”. Não há entre o Estado e a família “uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição”. Na perspectiva de Weber, constata que a constituição do Estado com os seus atributos universais, impessoais, técnicos, estáveis, abstratos é inegavelmente “um triunfo do geral sobre o particular”.

A convicção de que a “lei geral” prevalece sobre a “lei particular” assenta-se no direito natural, alicerce sobre o qual se ergue o edifício da filosofia e da ciência política. Todo o debate posterior sobre as formas de governo, soberania, constituição do Estado e até as teorias Contratualistas tem origem nessa discussão. Por isso, Holanda (1963) resgata a Antígona de Sófocles e o debate entre ela e o tirano Creonte, para conseguir sepultar seu irmão Polinice, que se insurgiu contra ele – Sófocles, precede Platão e Aristóteles.

Esse debate dá lugar à discussão sobre o “patrimonialismo”, conceito que Holanda (1963) inaugura na tradição do pensamento político e social brasileiro acerca da nossa formação social, dialogando com Max Weber. Considerando o processo histórico brasileiro, assentado na ordem senhorial, rural e patriarcal, ele destaca:

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles afluem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem as garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas

capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos. (HOLANDA, 1963, p. 135-136)

É interessante notar, o viés sociológico de Holanda (1963) no trato do processo histórico da sociedade brasileira. Na perspectiva interpretativa de Weber, minimiza as determinações fundamentais da produção subordinada ao capitalismo mercantilista, atribuindo o caráter “patrimonial” do “funcionário público” – o senhor de engenho e/ou seu herdeiro -, à tradição arraigada de nossa formação social arcaica e ibérica. Da mesma forma, quando fala da burocracia e especialização das funções, negligencia a ampliação e complexificação da divisão social do trabalho decorrente do modo de produção capitalista. Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes - este de maneira mais rigorosa – destacarão, a manutenção da tradição arcaica patrimonialista na organização do Estado, como fundamental para otimizar a exploração e a acumulação primitiva capitalista na ordem do capitalismo brasileiro tardio, dependente e periférico.

Por outro lado, Holanda (1963) dará outra contribuição fundamental para a análise do processo histórico da formação social brasileira a partir desse esquema de interpretação, qual seja, o “homem cordial”. Assim, na mais estrita tradição weberiana, constrói o “homem cordial”, tipo ideal que se caracteriza por relações estabelecidas em “grupos primários”, isto é, círculos de formação social familiares ou circunscritos aos clãs e/ou estamentos, conforme assentado em vínculos afetivos de lealdade, confiança, obediência.

Deste modo, Holanda (1963, p. 137) explica que se trata “antes de tudo de expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”, posto que na “civildade”, antes “há qualquer coisa de coercitivo”, na medida em que “ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças”. Todavia, destaca que justamente por ser “cordial”, as relações sociais que caracterizam o brasileiro, embora deliberadamente associadas a “bondade” ou a “lhaneza”, candura, gentileza, “sentimentos positivos e de concórdia”, nascendo da “esfera do íntimo” e da emoção – *córdis*, raiz de coração – resultam em afetos desabridos e ambíguos, oscilando entre o amor e o ódio, sendo,

portanto, passionais e irracionais. Incompatíveis, portanto, com as exigências da ordem pública, burocrática, racional, impessoal, universal, abstrata e transparente.

Holanda (1963) salienta que a “cordialidade” perpassa toda a sociedade, atravessa todas as instituições e relações sociais. Assim, aponta “valores cordiais” em espaços religiosos, comerciais e nas relações públicas e estatais. Destaca o olhar de estrangeiros comerciantes, diplomatas, viajantes que acostumados com relações liberais e capitalistas, estranhavam a ordem senhorial e cordial, avessa aos formalismos – “ritualismo social” – e a impessoalidade que caracterizam as relações sociais nas sociedades de classes no âmbito do Liberalismo. Por isso, essa necessidade de construir vínculos afetivos forçados ou consensuais, pois, a gentileza “epidémica do indivíduo”, consiste em uma “organização de defesa”, diante da “sociedade”, um meio de “resistência” as relações burocráticas, impessoais e a universalidade.

Outro traço importante da primazia do indivíduo sobre a sociedade consiste no apreço exacerbado pelo “bacharelismo”. Holanda (1963) aponta que tal característica, porém, não constitui exclusividade nossa, pois, os Estados Unidos também padecem da “praga do bacharelismo”:

E aos que nos censuram por sermos uma terra de advogados, onde apenas os cidadãos formados em Direito ascendem em regra às mais altas posições e cargos públicos, poder-se-ia observar que, ainda nesse ponto, não constituímos uma singularidade: advogados de profissão foram em sua maioria, os membros da Convenção de Filadélfia, advogados são ainda em nossos dias, metade dos elementos das legislaturas estaduais e do Congresso dos Estados Unidos; advogados têm sido todos os presidentes da República norte-americana que não foram generais, com as únicas exceções de Harding e Hoover. Exatamente como entre nós. (HOLANDA, 1963, p. 148)

De um modo geral, destaca que esse apreço arraigado à formação jurídica em nós, consiste em uma marca típica da formação ibérica, profundamente personalista e individualista. Contudo, trata-se de um individualismo de outro tipo, diverso do liberal, caracterizado pelo viés protestante, como o ianque, cujo princípio é a ética do trabalho, sacrifício, parcimônia, livre iniciativa, diferente do espírito aventureiro, perdulário, contemplativo e patrimonialista lusitano. Além do acesso aos altos cargos na Corte e as funções públicas mais prestigiadas, a formação em Direito garantia o poder político no

recém-criado Estado brasileiro com a transferência da família real portuguesa. Por fim, destaca Holanda (1963, p. 149), o “vício do bacharelismo”, jaz na “tendência para exaltar acima de tudo a personalidade individual como valor próprio”, a “dignidade e importância” atribuída ao “título de doutor”, que confere ao sujeito “discreta compostura” e prestígio, de modo que ele pode, assim, atravessar a existência com alguma respeitabilidade.

O culto às letras, não à ciência, mas, a retórica e aos modismos da Europa, também caracterizam essa recém-constituída elite ilustrada nativa. Todavia, a “velha nobreza de senhores agrários”, cedendo espaço à “citadina” e “das letras”, o faz sem ruptura, dentro da ordem vigente, apenas procedendo à manutenção do poder por outros meios. Trata-se dos herdeiros dos senhores de engenho, formados em Coimbra ou nas recém fundadas Faculdades de Direito de São Paulo e Recife. São os jovens oligarcas com diploma de bacharel e pensamentos, conhecimentos, experiências mais cosmopolitas, racionais e liberais.

Esse tipo de postura consiste em mero verniz que não ultrapassa a superfície, simples apego a “frase lapidar”, às sentenças definitivas e fórmulas infalíveis, em oposição ao “fluído”, à dúvida sistemática e a tudo que “obriga à colaboração, ao esforço e, por conseguinte, a certa dependência” tanto de outros indivíduos quanto de outras ideias. Simples adornos, segundo Holanda (1963, p. 159), “que se destinam a deslumbrar o leitor como se fosse uma coleção de pedras brilhantes e preciosas”. É uma aversão exacerbada à sociedade, ao coletivo e ao debate, às contradições, à ruptura e ao conflito, portanto, a democracia.

Assim, Holanda (1963) chama a atenção para o fato do triunfo do “Positivismo entre nós”, exatamente por estabelecer postulados definitivos, racionais, abarrotados de convicções na infalibilidade da ciência e do progresso decorrente da indústria. Era o sistema capaz de reformar a sociedade, o homem e o capitalismo. Em tudo dissemina o gosto pelo arbítrio e a ordem. Pela simplificação, pelo superficial e o apreço às ideias importadas.

Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade

incômoda, confirmando nosso instintivo horror as hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos. (HOLANDA, 1963, p. 153)

O que se depreende disso tudo é a quase convicção de que toda a história não foi senão uma sucessão de conchavos de cúpula e caprichos das oligarquias rurais, em que as massas sempre, ou quase sempre, estiveram à margem. Dos senhores de engenho aos bacharéis, da aversão ao trabalho e a sociedade ao pedantismo e deslumbramento com ideias importadas, da cordialidade ao patrimonialismo, temos uma história contada e escrita sem povo e luta de classes. Em que segundo a “célebre carta de Aristides Lobo sobre o 15 de Novembro”, o povo brasileiro “assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”. Ou como registrou o notório biólogo francês, em passagem pelo Brasil:

Saint-Hilaire, que por essa época anotava suas impressões de viagem pelo interior brasileiro, observa que, no Rio, as agitações do liberalismo anteriores ao 12 de janeiro foram promovidas por europeus e que as revoluções das províncias partiram de algumas famílias ricas e poderosas. A massa do povo – diz – ficou indiferente a tudo, parecendo perguntar como o burro da fabula: Não terei a vida toda de carregar a albarda?”. (HOLANDA, 1963, p. 154)

As inúmeras revoltas nativistas, as rebeliões dos escravos, as lutas pela Independência, as diversas insurreições e agitações populares, liberais, separatistas que ocorreram entre a Inconfidência e a Praieira, atravessando o país, dos Pampas até o Pará, parece que inexistiram ou simplesmente foram meras manifestações manipuladas por uma elite nativa mais ou menos esclarecida, ou simplesmente estrangeiros sediciosos com as suas ideias extravagantes. O movimento Abolicionista e o Republicano, tudo nos parece que se deu por vontade expressa e exclusiva das elites sem que houvesse no decorrer dos acontecimentos qualquer disputa pela hegemonia ou mesmo choques entre frações da própria burguesia e/ou interesses contrários atravessados por forças sociais antagônicas.

A ausência de movimentos de massas e diante do liberalismo ocidental, sem sociedade civil ou base incipiente, há o apego desabrido a “leis ou regulamentos” que se supõem infalíveis e capazes de “influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo”<sup>44</sup> (Holanda, 1963, p. 172). Essa crítica, persistirá anos depois ainda entre os antiliberais e anticomunistas autoritários, nacionalistas e conservadores, sobretudo, em Oliveira Vianna, conforme veremos adiante.

A legitimidade da crítica ao legalismo exacerbado em detrimento da realidade das massas, assentada em sofisticado e exótico arcabouço jurídico sem bases sociais e empíricas, puramente ornamental, dissimula o caráter elitista e autoritário da burguesia brasileira, alheia a própria realidade. Por outro lado, coexiste e ajusta-se a ordem senhorial e patrimonial, baseada em “valores cordiais”, avessa ao universal, impessoal, burocrático, científico. O que se depreende, é que esse era o liberalismo possível aqui, mediado por mais de três séculos de forças sociais arcaicas que se desdobram em forças políticas – triunfo do “elemento emotivo sobre o racional”. Todavia, a crítica ao legalismo pictórico, caracterizado pelo apego desabrido as tendências gestadas em sociedades extremamente diversas da nossa tradição, também revela algum desencanto com os limites do liberalismo; maturado e cozido desde Sílvio Romero e Alberto Torres até Oliveira Viana e os Integralistas.

Do ponto de vista objetivo, a tradição cordial-patrimonial está em “franca oposição com o ponto de vista jurídico e neutro em que se baseia o liberalismo”. Esta aparente incompatibilidade, contudo, não chega a ser algo intransponível no âmbito dos objetivos fundamentais da acumulação primitiva, nem mesmo durante os primórdios da fase industrial e monopolista em que se consolida o capitalismo no Brasil, no esteio do liberalismo político e econômico do II Reinado – pós-1850. Por essa razão, a despeito da Constituição de 1824 e da Lei Eusébio de Queirós, o trabalho escravo resistiu por quase quatro décadas, sem prejuízo à expansão dos negócios capitalistas – ampliação da indústria, mercado financeiro, comércio interno e subsidiárias estrangeiras, ao lado da urbanização e incremento do Estado. Pelo contrário, a utilização da mão de obra escravizada na segunda metade do século XIX nas grandes lavouras de café – conforme

---

<sup>44</sup> Tal convicção, era compartilhada por Euclides da Cunha e os positivistas de seu tempo. Embora tempos depois, tenha destacado esse descompasso, considerando mesmo um hiato histórico entre o homem e a civilização do sertão em relação ao cidadão e o litoral urbano.

a Lei de Terras - é que foi essencial para a acumulação primitiva que favoreceria o avanço à fase industrial nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX.

Esse liberalismo manietado ou amorfo revela-se através da tibieza da sociedade civil representada por meio de partidos políticos, sustentados em “círculos restritos”, antes organizados em torno de “conveniências particulares” do que em “ideais teóricos” ou em quaisquer “interesses econômicos”, em que se espera que se apoie “um grande partido”. Tal resistência encontra razão não apenas nas determinações jurídicas que coíbiam ou pouco incentivavam as associações civis e políticas, mas, sobretudo, nas relações de produção arcaicas e no subdesenvolvimento das forças produtivas. Por fim, a secular ordem senhorial-escravocrata atravessava toda a sociedade, subordinando os homens livres e pobres por meio da sujeição econômica – terra, lavoura e pasto – e política – poder legal e coercitivo. Por isso, quando deplora o “personalismo”, Holanda (1963) destaca que com “a simples cordialidade não se criam os bons princípios”. Assim, aponta:

É necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas ilusões da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar. É certo que a presença de tais ilusões, não constitui em si argumento contra o liberalismo e que existem outros remédios além da tirania para a consolidação e estabilização de um conjunto social e nacional. (HOLANDA, 1963, p. 182)

Nessa perspectiva, Holanda (1963) vislumbra o fascismo como uma possibilidade no horizonte brasileiro. De um lado pelas suas pretensões morais, a despeito da apologia da violência, conforme prenuncie a “instauração de uma reforma espiritual abrangente”, assentado nos valores de Deus, Pátria e Família. Por fim, se posiciona não apenas como o guardião dos valores conservadores da sociedade, mas, ainda como defensor da pátria numa perspectiva nacionalista, antiliberal e anticomunista. Embora não seja mais do que uma “sutil contrarreforma” com um verniz de “reforma”, apresenta-se como o último bastião contra “supostos fermentos de dissolução” da sociedade, fomentados pelo agravamento da questão social e o acirramento da luta de



classes no bojo da crise política – fim da República Oligárquica – e econômica – *Crash* de 1929.

O desencanto latente com o liberalismo não entusiasma; por outro lado, há a adesão a “outras elaborações engenhosas”, no âmbito do apego a doutrinas e tendências importadas. Contudo, o apelo conservador e autoritário do fascismo versão brasileira – Integralismo -, mesmo sem a “truculência desabrida e exasperada” dos italianos e alemães, empenhado “no fortalecimento das instituições sociais, morais e religiosas de prestígio indiscutível”, não deixa de ter a sua utilidade diante do esgotamento do liberalismo do pacto oligárquico e ascensão do proletariado urbano, como instrumento de agitação e mobilização de setores conservadores contra as organizações dos trabalhadores, suscitando a instabilidade social apropriada ao “golpe dentro da ordem”, capaz de reorganizar as forças burguesas, conforme os interesses do capital monopolista estrangeiro – tal como se veria logo no ano seguinte, com a instauração do golpe que culminou com o “Estado Novo” (Holanda, 1963, p. 184).

## **6.A Revolução Burguesa Brasileira: origens da burguesia e do capitalismo brasileiro**

Estou um pouco saturado de tudo isto e de uma luta sem fim que não conduz a nada, como se eu fosse uma reedição empobrecida do herói mais quixotesco da pobre cena histórica latino-americana e brasileira. Nem me resta dizer; fiz o que pude. O que se deve fazer depois disso? Não pense que se trata de pessimismo. Acho que transcendi aos quadros de uma atuação que foi devorada pela condição periférica do intelectual brasileiro. A sociologia crítica pode servir para a pose de alguns felizardos europeus e norte-americanos. Para nós ela não é nem o sucedâneo de um envelope de cafeaspirina [...]. Mas a história tem os seus ritmos e a sua direção; pior para os lúcidos ou para os honestos ou para os inquietos e pior ainda para os que são isso tudo de uma vez. (Florestan Fernandes em carta a Barbara Freitag de 19.03.1976)

“A Revolução Burguesa no Brasil<sup>45</sup>” se inscreve entre os grandes clássicos do pensamento político e social brasileiro. É um livro denso, intenso, vigoroso, elaborado com grande sofisticação e rigor teórico e metodológico. É a obra prima de Florestan Fernandes, aquela que o inscreve entre os grandes nomes da sociologia brasileira – quiçá mundial. Escrita no período mais sombrio da ditadura brasileira, sob o Ato Institucional número 5, primeiramente como um conjunto de ensaios, dialogando com a tradição crítica e os teóricos da “dependência”, Florestan constrói a sua teoria sobre a Revolução Burguesa no Brasil.

Do ponto de vista objetivo, a “análise da Revolução Burguesa” é fundamental para a reflexão sobre o desenvolvimento e a formação “do capitalismo no Brasil”, na medida em que a “economia exportadora” prospera e constitui o esteio em que organiza, “estrutural e dinamicamente”, o percurso para essa “revolução socioeconômica e política”. Assim, compreende-se que o elemento burguês, o protagonista da revolução burguesa, será o artífice do capitalismo brasileiro. Será o sujeito histórico que deverá organizar a ordem burguesa-capitalista em oposição à senhorial-escravocrata vigente nos últimos três séculos.

Fernandes (2006) destaca, antes de tudo, que o “burguês” ou a “burguesia” não são herdeiros do “senhor de engenho”, embora estejam ligados ao desenvolvimento da “grande lavoura exportadora”, pois o papel demandado pela dinâmica global do capitalismo competitivo, as “funções socioeconômicas” e a maior complexidade dos negócios ligados ao grande comércio, subordinado a “economia mercantil europeia”, eram incompatíveis com o grande proprietário rural e rústico. No âmbito do desenvolvimento da “*plantation*”, o senhor de engenho, no interior do processo de “mercantilização da produção agrária”, cumpria a tarefa de dinamizar a acumulação primitiva circunscrita à esfera de agente econômico especializado; porém, marginal e dependente.

Quando se fala em “burguês”, “burguesia”, “espírito burguês”, Fernandes (2006, p. 37) demonstra que se trata de pensar em um “padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura”, porém inserido em uma tradição

---

<sup>45</sup> Lançada pela primeira vez por Florestan Fernandes em 1975, “A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica”, se trata segundo o autor, de um acúmulo de escritos iniciados em 1966.

refratária aos valores da “universalização do trabalho assalariado”, a “ordem social competitiva” e ao “livre mercado”. Estamos em terra de senhores e capitães-mores:

O típico senhor de engenho da era pioneira era, de um lado, agente humano da conquista (daí precisar ser “nobre” e “militar”) e, de outro, agente potencialmente econômico (servindo, nessa qualidade, à Coroa, as companhias comerciais e a si próprio). A respeito dele, seria difícil escolher as palavras exatas, pois arriscava, ao mesmo tempo, os cabedais, a honra e a vida. “Lucro”, “ganho”, “risco calculado”, nada disso exprime o que ele perseguia (e se sentia com o direito de perseguir), que deveria ser o equivalente econômico, pelo menos, da grandeza e da audácia. Nesse sentido, era um autêntico soldado da fortuna [...]. (FERNANDES, 2006, p. 41).

O tipo de agente especializado e capaz de dinamizar esse novo padrão de desenvolvimento econômico, estabelecido nos centros urbanos litorâneos - cidades portuárias -, sobretudo a capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro -, é um sujeito que vive no ambiente urbano, mais cosmopolita e próximo das grandes casas de comércio, bancos e das representações comerciais estrangeiras. Diferente do grande fazendeiro acostumado à Casa Grande, distante da cidade e do mundo dos negócios, mobilizava recursos técnicos, culturais, sociopolíticos e econômicos inacessíveis – e mesmo desprezíveis - ao mundo onipotente dos domínios rurais do senhor rural.

Duas características se sobressaiam: primeiro a convicção dessa nova classe de intermediários dos grandes negócios “que operavam, política e comercialmente, a partir de fora”, isto é, os centros de decisão eram externos. Segundo que nessas condições, via-se diante de certa autonomia operando entre dois mundos distintos, um autossuficiente e estanque - embora fosse uma “empresa exportadora” - e o outro competitivo e dinâmico, entretanto, subordinado a ambos. Essa condição heteronômica da Colônia, demandando tipos cada vez mais especializados e dinâmicos, polivalentes e ecléticos, coadunava-se com modelos de produção arcaicos que atendiam as exigências do mercado externo, funcionando ao mesmo tempo como um meio para limitar a efetivação de “processos socioeconômicos” capazes de ampliar a autonomia e subverter a ordem senhorial-escravocrata ao ponto de “conduzir à Independência”.

Na tradição lusitana, antiliberal e antiburguesa, Fernandes (2006, p. 44) destaca que “iniciativas econômicas arrojadas, de teor capitalista, suscitavam desconfiança,

temor e desaprovação”. Assim, apenas o paulatino e perene “crescimento econômico interno, permitindo o esforço concentrado da fundação de um Estado nacional”, seria capaz de intensificar, ao lado do “desenvolvimento urbano e a expansão de novas formas de atividades econômicas”, gerando o ambiente propício para a ascensão da burguesia e a consolidação da ordem capitalista, promovendo a cisão da “homogeneidade da “aristocracia agrária”, conforme a ampliação da divisão social do trabalho e o surgimento de novos “agentes econômicos”.

Nesse processo, ao lado dos senhores e dos seus herdeiros que assimilaram o papel de homens de negócios associados ao mercado externo, assumindo funções econômicas e sociopolíticas, Fernandes (2006, p. 46) destaca os imigrantes como protagonistas das maiores “transformações do cenário que mudou o padrão de relação dos capitais internacionais com a organização da economia interna”, favorecendo a “expansão e universalização da ordem social competitiva”.

De um modo geral, Fernandes (2006) destaca que o processo de Independência, por si só, já guarda fundamentos “socialmente revolucionários”, na medida em que assenta bases para a “formação da sociedade nacional”. Assim, enfatiza o caráter radical desse processo:

É nesta conexão que está o aspecto verdadeiramente revolucionário e que transcendia os limites da situação de interesses da casa reinante. Em contraste com o que ocorria sob o estatuto colonial e, mesmo sob a ambígua condição de Reino, o poder deixará de se manifestar como imposição de fora para dentro, para organizar-se a partir de dentro, malgrado as injunções e as contingências que iriam cercar a longa fase do “predomínio inglês” na vida econômica, política e diplomática da nação”. (FERNANDES, 2006, p. 49-50)

A “internalização” dos “centros de poder”, e o domínio das elites nativas sobre eles, implicava na “dominação em todos os níveis da ordem social”. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que continha um caráter revolucionário, a Independência também trazia um traço notadamente conservador, marcado pela manutenção da escravidão, conforme, segundo Fernandes (2006, p. 51), fosse o modo de produção adequado à exploração em escala da lavoura e mineração, favorecendo ainda a “extrema concentração da renda, o monopólio do poder por reduzidas elites, com a marginalização

permanente da enorme massa de homens livres”, incapazes de encontrar lugar na ordem estamental.

Nesse sentido, o Estado aparecia como um “meio” e um “fim” – “meio para realizar a internalização dos centros de decisão política”. “Fim”, pois era a “única entidade” suscetível a manipulação a partir dos interesses das elites dominantes associadas ao mercado externo, cujo controle lhes escapava por completo, no esteio da “progressiva adaptação à filosofia política do liberalismo”. Integrado ao “sistema mercantil”, o liberalismo impulsionava novos padrões econômicos, culturais e políticos, instigando uma nova “ordem social nacional autônoma”, contudo, “heteronômica (ou dependente) ”.

Constrito pela ordem senhorial, o ímpeto revolucionário da Independência, embora tenha impulsionado diversos movimentos e lutas sociais, preparado o campo para o liberalismo prosperar, logrou organizar-se para a garantia da “Monarquia constitucional”, a manutenção da escravidão e a “democratização do poder político no âmbito de sua camada social”. Assim, Fernandes (2006, p. 57) anota que “ele só se constituiu em realidade histórica para as minorias atuantes dos estamentos senhoriais, o liberalismo foi a força cultural viva da revolução nacional brasileira”. Dito isto, a “ideologia liberal” constitui-se “historicamente”, como “ideologia da emancipação dos estamentos senhoriais da “tutela colonial” e, apenas tangencialmente, assume contornos de “emancipação nacional”.

Nesse processo, o “elemento senhorial” constitui-se no “cidadão”, revestido pelo Estado nacional e o poder político. Em outras palavras, através do liberalismo, encontra meios de mesclar e plasmar os “estamentos sociais dominantes” em “sociedade civil”, conforme a composição da “ordem estamental, constituída racial, social e economicamente na Colônia”. A transformação do papel político-social do “senhor” em “senhor-cidadão”, de acordo com Fernandes (2006, p. 60), “possui significado estrutural-funcional (para não dizer dialético), porque ela pressupõe uma nova dimensão do poder” – trata-se de um poder que transcende e excede os seus domínios locais, alcançando o poder político propriamente dito, para além do mandonismo nos domínios rurais. Eis o grande salto na dominação senhorial e na transformação política das elites dominantes.

O *status* político converte privilégios comuns e inerentes a um determinado grupo, no caso os senhores rurais, em “fonte de solidariedade social e de associação política”, isto é, por meio do poder político é que se amplia a visão limitada do senhor e seus domínios para uma visão nacional e coletiva de dominação. Se antes do poder político era, cada senhor com os seus domínios, por si só e contra todos, agora são os senhores enquanto bloco político dominante contra todas as demais forças sociais e políticas. Os desdobramentos políticos naturais ampliam a burocratização da esfera pública, permitindo que a dominação senhorial se expanda e especialize-se. Isso tudo favorece a integração da dominação senhorial no âmbito político nacional. Por outro lado, restringia o liberalismo à ordem senhorial, posto que se trata de relação entre iguais na esfera da sociedade civil capturada pelas elites dominantes.

Quando a ordem senhorial se converte na ordem política, no poder político, a vontade das elites torna-se a vontade nacional “em função da equivalência entre “nação” e “sociedade civil”. Além disso, Fernandes (2006, p. 64) enfatiza que no âmbito político, a “ordem legal perdia sua eficácia onde ou quando colidisse com os interesses gerais dos estamentos senhoriais”, muito embora “as funções normais do governo e do Estado” tenham colaborado para “a criação e a expansão de estruturas administrativas, jurídicas e políticas de extensão nacional”. Nessa perspectiva, destaca o estatuto político-jurídico que fundava bases nacionais de um projeto de dominação burguês. Na medida em que para efetivar-se politicamente, conforme seus “interesses gerais”, era imprescindível aos “estamentos dominantes” manipular o todo o aparato burocrático-militar-jurídico em âmbito nacional, não apenas privado e local.

O aparecimento de um Estado nacional, a burocratização da dominação senhorial no nível político e a expansão econômica subsequente à Abertura dos Portos colocavam em novas bases, contudo, as funções econômicas e sociais dos estamentos intermediários e superiores. De um lado, o “senhor rural” deixava de ser um “agente econômico na Colônia” e passava a entender-se, pelo menos, como “agente econômico independente”. Podia inserir-se pessoal ou institucionalmente no fluxo de comercialização das exportações e devia preparar-se para isso, garantindo através da ordem legal as condições jurídicas e políticas de que necessitasse para preencher seus papéis econômicos na plenitude possível. (FERNANDES, 2006, p. 67).

Contudo, Fernandes (2006) salienta que uma “revolução” que alcançou teores e “consequências sociais por sua natureza política” não podia escapar a necessidade de combinar “estruturas arcaicas” com novos arranjos políticos. Assim, essa “correlação entre o “velho” e o “novo”, corresponde à mudança da “sociedade colonial brasileira”, em diversos níveis de organização, em uma “sociedade nacional” em que tanto a escravidão quanto a dominação senhorial se dão à margem, acima e contra os princípios do liberalismo, de modo que a “estrutura do patrimonialismo” subsiste assentada na “escravidão e na dominação tradicional”.

Embora construa a sua tese apoiado nos pressupostos do materialismo-dialético, Fernandes (2006) não ignora a contribuição da sociologia de Max Weber, como se percebe na utilização de categorias e conceitos como dominação tradicional, patrimonialismo, ordem estamental, dentre outros. Quando escreve em 1975, Florestan Fernandes continua a obra de refletir e interpretar o processo histórico brasileiro, iniciada pela geração de 1930 com Caio Prado Júnior, Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Assim, além de dialogar com esses autores e os seus respectivos interlocutores metodológicos e teóricos, vai além, trazendo para o debate contribuições tanto da CEPAL quanto da Teoria da Dependência.

A medida que se dava a expansão interna do capitalismo, Fernandes (2006, p. 70) demonstra que se demandava “soluções políticas” que estabeleciam ou “ampliavam a modernização do Estado se sua intervenção construtiva na criação do substrato econômico, social e cultural requerido por uma nação integrada e independente”, subordinava-se, por sua vez, aos interesses das elites dominantes e a dinâmica do capital exterior. Contudo, cumpre destacar, que as “motivações ideológicas do liberalismo” eram explicitamente econômicas e apenas “implicitamente políticas”. Empenhadas em manter o “monopólio social do poder”, as elites nativas asseguram a dominação estamental política, conforme as exigências da primazia do mercado externo ao qual se submetem.

Nesse processo, Fernandes (2006) mostra como era impossível abolir o “estatuto colonial sem construir-se uma ordem social nacional”. Assim, ele é categórico:

Ao combinar na mesma composição ou no mesmo amalgama forças que defendiam a perpetuação do passado no presente e forças que defendiam alguma espécie de ruptura com o passado (inclusive forjando-se um presente que o negasse e idealizando-se um futuro exclusivamente

vinculado as determinações históricas de semelhante presente), as elites dos estamentos senhoriais colocavam-se à sérvio da inovação cultural e se comprometiam, axiologicamente, com os processos histórico-sociais que transcendiam às situações e aos papéis sociais que elas viviam. Nesse sentido, as adaptações econômicas, sociais e políticas – através das quais a burocratização da dominação patrimonialista foi divorciada de seus modelos tradicionais e projetada quer aos interesses e às formas de solidariedade coletivos dos estamentos dominantes, quer aos requisitos materiais, jurídicos e políticos da existência positiva de uma nação, quer à implantação de um determinado tipo de Estado nacional independente – constituíram o fulcro da formação e do desenvolvimento da ordem social nacional no Brasil. Não é difícil inferir-se por que os ajustamentos históricos assumiram essa direção. Graças e através da Independência, nação e Estado nacional independente passaram a ser “meios” para a burocratização da dominação patrimonialista e, o que é mais importante, para a sua transformação concomitante em dominação estatal típica. (FERNANDES, 2006, p. 75)

O que se evidencia, é que o “regime colonial” não podia criar por si só uma nação, mas favoreceu “estamentos em condições econômicas, sociais e políticas” capazes de “identificar o seu “destino histórico” com esse processo”, rompendo com o “estatuto colonial” e estabelecendo uma nova “ordem social nacional” a partir da “herança colonial (ou seja, de uma “revolução dentro da ordem”)”. Enquanto que na ordem senhorial o mando “dividia e separava os iguais”, limitava o poder ilimitado aos círculos locais, a autonomia política, por sua vez, realizava a união, gerava um “fator de solidariedade” que repousava “na comunidade de interesses dos senhores”, ultrapassando a estrutura “interna do domínio” (Fernandes, 2006, p. 78).

Considerando as implicações culturais decorrentes do surgimento de um Estado nacional independente, Fernandes (2006, p. 86) destaca que “tanto as tendências de desenvolvimento político e econômico quanto as tendências de crescimento urbano imprimiam à modernização um caráter desordenado difuso e intenso”. Trata-se de “organizar o espaço econômico, social e político de uma forma peculiar”. Assim, torna-se imprescindível estabelecer determinados serviços com alguma “regularidade e eficácia”, tais como de “comunicação e contato”, integrando instituições no “âmbito nacional”. Isto é, se trata de estabelecer as ações na esfera da racionalidade e do cálculo, promovendo a previsibilidade, a segurança e o controle de processos econômicos.

Assim, Fernandes (2006, p. 90) enfatiza a necessidade da “reorganização interna do fluxo da renda introduziu o elemento competitivo nas relações econômicas” no meio



rural e entre “outros agentes econômicos”. Todavia tais processos, inerentes ao Estado nacional nos marcos do liberalismo econômico para impulsionar o capitalismo interno, esbarravam no dilema das elites locais, que ao mesmo tempo que necessitavam manter padrões arcaicos sob risco de “regressão econômica e perda do controle do poder e da inviabilidade do Estado nacional”, cumpriam adotar “ideais do modelo” de organização liberal, fundamentais para sedimentar uma base sociocultural, ideológica e material para sua consolidação como “realidade histórica”.

A combinação de elementos arcaicos e modernos, demandada pela produção no âmbito do capitalismo competitivo, Fernandes (2006, p. 94) destaca que a “autonomização política processou-se em condições que pressupunham a preservação e o fortalecimento dos padrões coloniais de organização da produção”. Ao lado de papéis e encargos assumidos pelo Estado, que asseguravam as “estruturas econômicas requeridas para uma sociedade nacional”, isto é, as condições materiais objetivas para a dinamização, crescimento, integração e diferenciação do mercado interno.

O paradoxo está no fato de que a “revolução nacional não resultou de uma “revolução econômica” nem concorreu para forjar ideais de autonomia econômica que implicassem ruptura imediata, irreversível e total com o passado recente. Antes, consolidou e revitalizou as funções da grande lavoura, como polo dinâmico da economia interna, servindo de base a referida expansão limite das estruturas econômicas coloniais”. (FERNANDES, 2006, p. 95)

De acordo com Florestan Fernandes (2006, p. 100), o “primeiro grande salto que se deu na evolução do capitalismo no Brasil é antes de natureza sociocultural que econômica”. Diferentemente da Europa, em que controlada pela aristocracia agrária, a produção rural se destinava ao mercado interno, no Brasil ela se destinava à exportação e subordinava-se ao mercado externo. Assim, a despeito da expansão paulatina do mercado interno, a “autonomização econômica” se fez de forma gradual e restrita aos grandes fazendeiros, na medida em que inexistia uma “ordem econômica integrada” e mesmo os meios necessários à dinamização do fluxo interno, bem como mecanismos e agentes econômicos capazes de impor-se no mercado externo. Eis a raiz da questão econômica, isto é, sua razão de ser e existir.

Nesse processo, a ampliação do comércio exterior e de imigrantes nos centros urbanos, suscitaram as “atividades de crédito, financiamento ou de comércio que foram internalizadas em consequência da extinção do estatuto colonial” (Fernandes, 2006, p. 101). Esse elevado comércio, conforme sinalizado por Caio Prado e Sergio Buarque, consistia em representações de empresas estrangeiras nos centros urbanos, sobretudo na capital do Império ou outros centros urbanos portuários de grande movimentação de mercadorias e capitais.

Fernandes (2006, p. 103) chama a atenção para o fato de que a “expansão da economia urbana” e da “produção rural destinada ao consumo interno”, promovia um “sentido histórico novo”, pois o “crescimento econômico local ou regional assumiu, em tal contexto, as funções de aumentar o grau de autonomia econômica relativa do país”. Deste modo, explica:

Nessa conjuntura, o tipo de ordem econômica associado ao padrão de civilização do mundo ocidental moderno, absorvido com os ideais de Independência e de organização de um Estado nacional, encontrava condições materiais e morais para desenvolver-se internamente. Onde semelhante conjuntura conseguiu concretizar-se historicamente, acomodando-se às estruturas econômicas preexistentes ou impondo-se a elas e assimilando-as, o capitalismo emergia segundo os requisitos estruturais e dinâmicos daquele padrão de civilização. Assim, a implantação do capitalismo em novas bases econômicas e psicossociais constitui um episódio de transplantação cultural. Ele não “nasceu” nem “cresceu” a partir da diferenciação interna da ordem econômica preexistente (o sistema econômico colonial). Mas vincula-se a um desenvolvimento concomitante de tendências de absorção cultural, de organização política e de crescimento econômico, que tinha seus suportes materiais ou políticos na economia colonial, sem lançar nela suas raízes. (FERNANDES, 2006, p. 103)

O que é notável, é que Fernandes (2006, p. 104) apreende a coexistência entre o “velho” e o “novo”, na medida em que o “setor velho” da economia não se transformou nem se destruiu para gerar o “setor novo”. Há um “paralelismo econômico estrutural, tão orgânico e profundo quão persistente”, que se caracteriza pela articulação funcional entre arcaicas formas de produção e novos arranjos políticos e a “reelaboração societária da dominação patrimonialista”. Isto é, apenas como “senhor agrário” e não como “empresário rural”, era possível as oligarquias rurais manter a posição estamental nas

idades, ao lado do padrão de produção e acumulação, a despeito da inserção no ambiente urbano e dos negócios.

Por outro lado, não deixa dúvidas de que essa “autonomização política”, apenas estendeu a “autonomia política aos estamentos senhoriais”, somente para a manutenção do “equilíbrio do sistema econômico existente”, isto é, a otimização da “*plantation*”, fundamental para a “continuidade do suprimento do mercado externo”. Conforme fosse uma economia “periférica e dependente”, assimilava de acordo com as “possibilidades socioeconômicas e culturais” padrões e ritmos econômicos “predominantes nas economias centrais”, porém, articulando a ordem senhorial-patrimonialista com a ordem burguesa-capitalista numa perspectiva funcional.

Florestan Fernandes (2006) aponta que diferente da tradição burguesa e capitalista europeia, no Brasil, não havia lastro econômico, social ou político para a consolidação de uma ordem competitiva, dinâmica e livre, por isso, apenas no alto comércio ligado diretamente aos centros externos mais desenvolvidos foi possível fundar bases. Por essa razão destaca:

Era um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões – uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em via de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de “capitalismo dependente. (FERNANDES, 2006, p. 113)

Deste modo, explica que foi no setor do grande comércio de exportação e importação ligado ao capital estrangeiro, pois, era esse segmento vinculado ao mercado financeiro e de crédito, o único capaz de institucionalizar os novos processos econômicos que racionalizavam e secularizavam “os nexos de dependência diante do exterior”. Assim, embora introduzisse inovações e demandasse maior autonomização interna, era unilateral e incapaz de impulsionar mudanças capazes de “provocar ou de acelerar uma nova espécie de desenvolvimento econômico (que permitisse aumentar a autonomia econômica, através da expansão da produção agrícola, artesanal ou manufatureira que pudesse ser consumida internamente) ”.

Fernandes (2006, p. 120) não deixa dúvidas de que a “autonomização política não resultou de e nem conduziu a nenhuma transformação econômica de natureza

revolucionária”. Nesse sentido, destaca que deu-se tão somente um salto qualitativo com a “absorção sociocultural e econômica de novas técnicas, capitais e modelos de ação econômica”, que lograram organizar a “vida econômica em novas bases”. Assim, surgia no cenário histórico brasileiro, “o verdadeiro palco do “burguês”: uma situação de mercado que exigia, econômica, social e politicamente, o “espírito burguês” e a “concepção burguesa de mundo”.

Nesse processo, Fernandes (2006) constata três transformações fundamentais: a mudança do senhor rural para o fazendeiro (produtor) de café – aqui dá-se a ruptura com o status senhorial, pois, o fazendeiro assume funções de agente econômico associado a “acumulação comercial ou financeira de capital”. Do ponto de vista político, em “novo contexto histórico-social”, essa transformação condiciona a “ruptura da ordem senhorial”, produzindo a “metamorfose do senhor agrário em cidadão da República”. Em segundo lugar, a transformação da fazenda não mais apenas em fonte de “status”, mas, de riqueza – antes de tudo, agora a fazenda devia “dar lucro”. A mercantilização da terra e a utilização capitalista da fazenda passa pela absorção de “papéis econômicos” fundamentais para a “expansão do capitalismo comercial e financeiro”. Assim, se as “pressões do mercado mundial sobre os custos sociais da produção agrária” colocavam em causa a escravidão e a sua produtividade, o “monopólio do poder” e o “controle do aparato estatal” permitiam aos grandes fazendeiros de café “diluir socialmente os custos negativos da produção escrava sob regime senhorial”, intensificando o “trabalho escravo” e/ou combinando-o com o “trabalho livre” subsidiado pelo Estado, promovendo a substituição gradual e paulatina de um pelo outro. A fazenda era o lugar em que se deveria “produzir café, na maior quantidade possível, pelo mais baixo preço”, ofertando ao “proprietário condições vantajosas ou seguras de barganha”. Por fim, diferente dos “barões do café”, o fazendeiro-produtor não vivia mais isolado na Casa Grande, não se dava mais ao estilo de vida rural e tampouco se submetia ao seu “código de ética”, que rejeitava solenemente “atividades econômicas especulativas ou lucrativas” do escopo das ações “decorosas ou respeitáveis”.

Assim, Fernandes (2006) explica que quando o “burguês” surge do “senhor agrário”, o “fazendeiro de café” já não era parcial ou “preponderantemente, “homem de

lavoura”, se convertendo tão somente em “agente econômico” associado – e subordinado – do capitalismo financeiro e comercial. Portanto, sentencia:

Graças à consolidação da situação de mercado, sob a influência de fatores externos e internos (nos casos, preponderam os primeiros), os componentes de um arcabouço social que sufocavam ou restringiam os móveis propriamente capitalistas do comportamento econômico foram selecionados negativamente e eliminados. Em consequência, o agente econômico foi sendo progressivamente ajustado à categoria econômica a que deveria pertencer em virtude do tipo de capital com que operava. Nesse sentido, filiar o fazendeiro de café ao capitalismo comercial e financeiro seria uma explicação do tipo “Ovo de Colombo”, se o começo e o fim do processo não se contrapusessem, como uma *economia colonial pré-capitalista* se opõe a uma *economia nacional em integração capitalista* e se o aburguesamento final do senhor agrário não envolvesse a própria desagregação da ordem escravocrata e senhorial. (FERNANDES, 2006, p. 138-139).

O que se constata é que a transformação, paulatina e gradual do senhor agrário em fazendeiro-produtor, dissimula forças que impulsionavam a ordem burguesa sobre a ordem senhorial, isto é, a evolução de uma sociedade senhorial-escravocrata em uma sociedade de classes. Aqui cabe duas observações: evolução, pois, se trata de uma força condicionante externa inexorável e, depois, porque não há uma ruptura propriamente dita, na medida em que persistem traços de um no outro, há antes ajustamentos, desdobramentos e adaptações de forma paulatina e perene até o ponto de desenvolvimento final e a superação de uma ordem por outra. Por outro lado, evolução não se enquadra na perspectiva funcionalista, antes na dialética, posto que se trata de uma totalidade na medida em que as condições objetivas sociais de produção compõe um todo em que a superestrutura é determinada pela infraestrutura<sup>46</sup>. Assim sendo:

A estrutura social e o Estado decorrem constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas destes indivíduos não como eles poderão parecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são realmente, ou seja, como agem, como produzem materialmente, como trabalham, portanto, em determinados limites, premissas e condições materiais, independentes de sua vontade.

<sup>46</sup> Assim, depreende-se o postulado marxista contido na Ideologia Alemã, de que “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”. Isto por duas razões: primeiro porque os homens, quando “começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir os seus meios de vida, passo este que é condicionado pela sua organização física. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material”. Em segundo lugar, porque o que os homens são “coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, com o modo como produzem”.

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. (MARX, 1977 p. 36)

A centralidade do homem e da realidade na tradição marxista, estabelece o trabalho (práxis humana) como o fundamento do ser social. Segundo Lukács (2013, p. 84), trata-se, porém, do homem concreto, não “o ídolo abstrato do homem isolado, em geral, que nunca e em nenhum lugar existiu, mas, ao contrário, o homem na sua concreta práxis social, o homem que com suas ações e nas suas ações encarna e faz realidade o gênero humano”. Assim, diante das múltiplas relações sociais “imbricadas” e “categorias” que perpassam o trabalho, tais como “divisão do trabalho”, “cooperação”, competição e “linguagem”, implicam no surgimento de novos parâmetros de consciência do mundo, de si mesmo e do outro. Essa constatação verifica-se em Marx e Engels (2012), quando questionam:

Será necessário um exame mais profundo para compreender que, ao mudarem as relações de vida dos homens, suas relações sociais, sua existência social, mudam também suas representações, suas opiniões e suas ideias, em suma, sua consciência. (ENGELS; MARX, 2012, p. 57)

Considerando que a fazenda de café se modificava de acordo com os “padrões econômicos fornecidos pela variante subcapitalista da plantação tropical”, invariavelmente, o produtor “deixava de possuir controle pessoal, direto e permanente sobre o seu funcionamento e tendia, inevitavelmente a ocupar-se, de modo predominante ou exclusivo, com as questões comerciais e financeiras que ela suscitava”. Situação atípica, em que necessitava buscar em “controles impessoais e indiretos”, dos quais era avesso e ignorava, “de eficácia desconhecida ou incerta, os fatores de estabilidade econômica e da continuidade do seu poder de mando”.

Estabelecida a autonomização política, no esteio da superação de uma “*economia colonial pré-capitalista*” a uma “*economia nacional em integração capitalista*”, Florestan (2006, p. 140) revela como o fazendeiro (produtor) de café “apegou-se ao poder político” para nesta nova “ordem competitiva”, onde o seu “valor social” e a sua “influência

política” se davam pela “extensão de sua riqueza”. Por outro lado, essa nova ordem social e econômica era “vulnerável e flutuante”, suscetível a oscilações de mercado e favorável a maior mobilidade social, portanto, para resistir a esse risco, “passaria a cultivar crescentemente formas compensatórias de preservação do status”, buscando novos meios de “mobilidade social, econômica ou profissional para os filhos, parentes ou dependentes”, ampliando a exploração do “nepotismo, não mais como requisito normal da burocratização da dominação patrimonialista, mas como mecanismo de luta pela sobrevivência nos estratos sociais dominantes”).

A estratégia de garantir a estabilidade social e a “continuidade ou intensidade à concentração de capital comercial e financeiro “dentro da ordem”, inseria-se na etapa de “desagregação da ordem senhorial e de implantação do regime republicano”. Nesse sentido, Fernandes (2006, p. 142) sustenta que havia o temor por parte das oligarquias de que a “desagregação da ordem senhorial” implicasse tanto na extinção da escravidão, quanto se desdobrasse em uma “convulsão social incontrolável e revolucionária”. Assim, enfatiza que esse “desenlace foi impedido, no plano político, graças à orientação prática assumida na conjuntura pelos fazendeiros “homens de negócios”, que contrários a ordem senhorial e se opondo aos escravocratas, buscaram politicamente minar os alicerces do “movimento abolicionista”, retirando dele todo o “seu sentido revolucionário”.

Percebe-se que embora não tenha sido a nossa revolução burguesa uma revolução econômica, no sentido estrito, mas, política, conforme o processo que culminou com a independência política e a monarquia constitucional; as transformações políticas que preservaram as relações de produção arcaicas para atender as exigências do mercado exterior foram as mesmas que germinaram as forças que impulsionaram o mercado interno – burguesia -, para que no momento adequado de desenvolvimento do capitalismo global, suplantassem a sociedade senhorial pela de classes. Embora o movimento abolicionista, como destaca Ângela Alonso (2012), seja o primeiro movimento social brasileiro, com bases sólidas na sociedade civil, objetivos e articulação política, a ascensão política dos grandes fazendeiros-capitalistas consegue enquadrar lideranças abolicionistas e conter o seu ímpeto mais radical, neutralizando-o política e socialmente, assegurando uma derrota sem prejuízos ou com mínimo impacto aos escravocratas e a lavoura e, uma vitória sem conquistas aos escravos, a despeito da luta de destacados

líderes abolicionistas – como os irmãos Rebouças (André e Antônio), José do Patrocínio e Antônio Bento.

Ao assumir posições de controle político, convertendo-se de “senhor” em “cidadão” e de “senhor agrário” em “fazendeiro-capitalista”, assumindo caráter de agente econômico privilegiado, logo as elites dominantes convergem os seus interesses enquanto classe proprietária e dirigente em “interesses nacionais”, conforme sejam a expressão acabada da nascente “sociedade civil”. Assim, Fernandes (2006) destaca que com a consolidação da política de “defesa permanente do café” – de uma classe e do poder político que ela domina -, consolida-se a revolução burguesa no Brasil, pois, desde então o “capital comercial e financeiro” podia ser manipulado a partir de dentro, de acordo com “interesses e decisões dos agentes econômicos internos”.

Embora assumissem novos papéis econômicos, políticos e sociais que rompiam com a velha ordem senhorial dos grandes proprietários rurais escravocratas, Fernandes (2006) mostra que certas características herdadas dos antigos colonizadores – conquistadores e aventureiros –, apenas permaneciam encobertas pelo verniz da modernidade. Assim, na sanha expansiva do mercado:

Invadiam terras, subjugavam ou destruíam pessoas, esmagavam obstáculos e colhiam avidamente os frutos dessa manifestação de pioneirismo, que combinava audácia, aventura e espírito empreendedor com os móveis do capitalismo comercial, presentes no processo através das relações com as companhias que operavam com a venda de terras, com financiamento da produção do café, etc. Embora fossem homens de origem rural e almejavam o destino de “potentados” da aristocracia agrária, tinham um passado recente de comerciantes, negociantes, de agenciadores e de trabalhadores por conta própria. Por conseguinte, os freios da tradição senhorial não pesavam nem sobre suas vontades, nem sobre suas consciências, nem sobre suas ações. Ao inverso, a liberdade, a autoridade e o poder quase ilimitado de decisão ou de punição, que aquela conferia, eram usados com extremo rigor. (FERNANDES, 2006, p. 149)

Fernandes (2006, p. 150) revela que da “casca do senhor rural de uma economia colonial brota um *homo economicus* tosco, mas que se notabilizava por uma ambição sem freios”, uma aberração até mesmo para os “representantes autênticos da mentalidade senhorial”. Foram os grandes “fazendeiros paulistas” de café, da década de 1870 em diante que cumpriram com zelo e empenho esse papel. Assim, no seu “afã de riqueza”, geraram “crueldades raras ou ignoradas” no “mundo escravista da casa-grande



tradicional”, promovendo massacres, extermínios e devastações inomináveis contra indígenas e camponeses em seu avanço pelo interior do Estado com as plantações e os trilhos das ferrovias.

As funções econômicas emergentes, conforme a ampliação do mercado interno – comercial e financeiro -, do Estado e a urbanização, apenas poderiam ser aproveitadas pelas elites tradicionais e os “imigrantes prósperos”. Deste modo, destaca que dessas “duas categorias sociais seriam recrutados os “homens de negócios” da época”, capazes de aproveitar o surto de desenvolvimento econômico e urbano repentino e acelerado. Contudo, permanecia “senhor” – o fazendeiro - ainda sob os olhos da sociedade, da família e na sua propriedade, embora o seu poder e prestígio não viessem mais do “status senhorial”, mas, do capital que permitia expandir as bases da sua dominação social, política e econômica. Portanto, Fernandes (2006, p. 151) enfatiza que a “ruptura com o passado constituía uma contingência irreversível e a preservação de símbolos estamentais apenas concorria para tornar opções inevitáveis menos dolorosas e dramáticas”.

Ao incorporar – de forma objetiva e subjetiva - o “homem de negócios”, o novo fazendeiro-capitalista realizou a façanha de fundar a sua “independência econômica” em sua “liberdade política”. No âmbito da ordem competitiva de mercado, buscará os meios de racionalizar cada vez mais as suas ações, “movido por motivos puramente econômicos”. Assim, vai incentivar a ciência e a técnica, buscando “técnicos e especialistas”, investindo em inovação e pesquisas, sobretudo, através do Estado, para colocar em ação uma política de longo prazo que assegure e fortaleça os seus interesses econômicos de classe. O “cálculo racional” do agente econômico”, para Fernandes (2006, p. 166), ainda que “tivesse uma conexão capitalista específica e característica, só podia corresponder à racionalidade adaptativa das fases de instauração e universalização de um novo regime econômico”.

Por outro lado, a notável contribuição de Fernandes (2006, p. 168) consiste em apreender no processo histórico, que embora se posicionasse como “cidadão” e representante último da “sociedade civil”, convertendo os seus interesses de classe em interesses nacionais por meio do monopólio do poder político, o fazendeiro das elites emergentes - e imigrantes prósperos -, atuava de forma zelosa, impetuosa e “construtiva”

apenas no âmbito restrito de sua “situação social de interesses”. Assim, eximem-se de “projetar tais interesses em planos mais amplos”, recusando “associar” tais “atividades econômicas (e mesmo o crescimento econômico) a ideais coletivos de autossuficiência econômica ou de independência nacional”. Em outras palavras, as elites econômicas, conforme a sua torpeza política, ignoram o que seja, de fato, um projeto político nacional.

Ao mesmo tempo, o imigrante seria o agente econômico mais adequado para o momento de expansão autossuficiente do capitalismo, pois, excluídos dos estamentos e “intermediários da ordem senhorial”, ele “será movido por motivos puramente econômicos”. Valendo-se da sua experiência e conhecimentos, conforme procedesse de “economias capitalistas mais avançadas, nas quais o trabalho livre, o contrato, a livre competição” prevaleciam e “organizavam as relações econômicas”, buscará “substituir certos padrões obsoletos da vida econômica”, explorando as possibilidades “econômicas abertas pela mobilidade horizontal e vertical”, demonstrando imensa versatilidade e/ou desenvoltura “ocupacional ou econômica”, ao ponto de ampliar, significativamente o “seu horizonte econômico”. Assim, Fernandes (2006) observa:

O imigrante não transplantou apenas, como se pensa vulgarmente, uma mentalidade capitalista para o Brasil. Isso não seria, em si mesmo, muito relevante, pois nas regiões do país onde essa mentalidade não encontrou situação propícia para medrar ocorreu regressão econômica, social e cultural (fenômeno conhecido como caboclicização, que chegou a ocorrer mesmo nas proximidades de cidades como São Paulo). O importante é que a mentalidade capitalista se impôs e cresceu internamente, através de atividades econômicas sucessivas, desempenhadas pelo imigrante no meio social ambiente, se se introduzir alguma relativização em tal afirmação, poder-se-á dizer que essa mentalidade surgiu e se difundiu, aqui, como um processo histórico-social e econômico da sociedade brasileira, condicionado por instituições, valores e padrões econômicos absorvidos das metrópoles hegemônicas. (FERNANDES, 2006, p. 161-162)

Conforme o crescimento da oferta de capitais gerado pela “proliferação de agências financeiras ou bancárias estrangeiras”, ao lado da ampliação das atividades econômicas – comerciais e financeiras -, dilatava-se as bases para a “diversificação do comércio interno e o fluxo de capitais”. Assim, o imigrante destacava-se pelo “trabalho próprio”, não pela exploração do trabalho alheio, “sob a forma de apropriação do trabalho escravo”. Restrito pela ordem estamental e por outras limitações de caráter cultural e/ou

econômico, o imigrante usava a “solidariedade doméstica e formas tradicionais de dominação” para ampliar a “produtividade do trabalho” e para otimizar a “apropriação individualista do excedente econômico”, produzido no ambiente familiar. Finalmente, a terra não tinha a finalidade de status ou prestígio para ele, antes meio de acumular riquezas.

O imigrante introduziu no Brasil maneiras de ser, de pensar e de agir em que o “cálculo econômico” e a “mentalidade racional com relação a fins” acabaram alcançando, pela primeira vez em nosso país, a consistência estrutural e funcional requerida pelo padrão capitalista de organização da personalidade, da economia e da sociedade. Isso é evidente em todas as comunidades que receberam colonização prolongada intensa. (FERNANDES, 2006, p. 169).

Do ponto de vista objetivo, Fernandes (2006, p. 179) destaca que nos países de “origem colonial, o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva”. Assim, se depara com “estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob o regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustadas aos padrões capitalistas de vida econômica”. No Brasil, tais estruturas da “sociedade colonial”, não apenas forjaram a “sociedade nacional”, determinaram ainda a escala e os limites da dinâmica econômica absorvida pelo mercado global.

Todavia esse não foi um processo sereno, a Fernandes (2006, p. 181) explica que a “ordem social escravocrata e senhorial não se abriu facilmente aos requisitos econômicos, sociais, culturais e jurídico-políticos do capitalismo”. A resistência pode ser avaliada, por exemplo, pelas medidas enérgicas que os ingleses precisaram tomar com relação ao tráfico de escravos, muito embora o império britânico costumasse abrir mercados mundo afora por meio de canhões e baionetas.

Assim, a ascensão e o desenvolvimento da “ordem social competitiva ocorreram paulatinamente”, conforme o esfacelamento da “ordem escravocrata e senhorial” fornecia alicerces sólidos para a “reorganização” da produção e do mercado “em bases genuinamente capitalistas”. Esse tipo de resistência à transformação é típico da “situação periférica” e “marginal” das economias capitalistas dependentes de origem colonial,

suscetível aos impactos e “reflexos estruturais e dinâmicos sobre a ordem social competitiva correspondente”.

Se a revolução política, desencadeada pela emancipação nacional, fosse também uma revolução econômica e social, as coisas teriam se passado de outro modo. Então, a ordem social competitiva teria nascido juntamente com o Estado nacional independente e com o surto de modernização, provocado pela incorporação direta da economia brasileira no mercado mundial. (FERNANDES, 2006, p. 183)

Considerando que se trata de uma “sociedade organizada em castas e estamentos”, capaz de manter e ampliar seu “padrão de equilíbrio e de desenvolvimento”, Fernandes (2006, p. 184) aponta que os “focos de tensão social” mais problemáticos para a manutenção da ordem estabelecida estavam entre os “estratos sociais privilegiados e dominantes”. Trata-se dos grupos sociais que dispõe de meios para “fazer história” e para alterar “o rumo normal das coisas”. Portanto, trata-se das tensões internas e das transformações no âmbito dos senhores agrários – e não da luta entre as classes privilegiadas e as subalternas – que se desenvolveram os “germes da desagregação e da destruição da ordem social escravocrata e senhorial”. A constatação de que as transformações – ou rupturas – apenas ocorrem ao nível das classes dominantes ou elites dirigentes, se assemelha ao tipo de “teoria das elites” desenvolvida por pensadores do porte de Pareto, Mosca, Michels, dentre outros celebrados pelos intelectuais do autoritarismo brasileiro, conforme veremos adiante.

Assim, se evidencia, segundo Fernandes (2006, p. 184) um processo intenso de atritos e embates que vai da “negação da condição burguesa, em favor do status senhorial (na época da emancipação nacional), à negação do status senhorial, em favor da condição burguesa (na época da desagregação final do escravismo e da sociedade imperial)”. Nessa disputa, setores intermediários ligados ao grande comércio e as atividades econômicas (mercado financeiro, agências estrangeiras, comércio exterior) e político-administrativas ou liberais (burocracia, magistratura, alfândega, educação, ciências, imprensa, advocacia, engenharia, militares, etc), alcançam posições privilegiadas no âmbito da hierarquia das carreiras burguesas, alçando-se à condição de associados e/ou intermediários das elites dominantes no exercício do poder,

subordinados através de vínculos de “lealdade estamental e de solidariedade familiar-patriarcal”, como um meio de “compensação e de suplementação de prestígio” – distante séculos daquilo que se poderia chamar de igualdade democrática mínima entre os estratos sociais.

Nesta relação de dependência-subserviência, os poderosos senhores dissimulavam uma espécie de “igualdade” com os estratos médios-intermediários, a partir de vínculos de caráter senhorial-patriarcal, por um “código de honra provinciano”, fortalecendo as bases da ordem estamental, suprimindo qualquer “probabilidade de autonomização e de “rebelião dentro da ordem”. Além disso, aproveitavam ao máximo os efeitos práticos de todo o aparato legal, administrativo, burocrático de que dispunham, mobilizando recursos jurídicos, técnicos, científicos, administrativos conforme seus interesses mais mesquinhos e imediatos. Por outro lado, Fernandes (2006, p. 191) salienta que os “estamentos sociais intermediários concentravam-se na defesa obstinada dos privilégios, aos quais se sentiam com direito ou que não queriam perder”. Define-se assim, o “circuito fechado” em que os setores intermediários identificando-se com as elites que servem com fervor e zelo, reproduzem a lógica do privilégio como direito, procedendo a manutenção do status quo com o qual associam-se “material e moralmente (e por consequência também politicamente)”, posto que o “privatismo” – uso privilegiado do público na defesa de interesses privados – dos estratos intermediários servia de “contraponto ao do estamento senhorial”. Nesse sentido, é implacável:

De uma ponta a outra, jamais almejaram sequer a revolução dentro da ordem, o reino do tipo de equidade que é consagrado pela ordem social competitiva, porque sempre se mantiveram medularmente presos ao *antigo regime*, embora combatendo-o em sua ordenação e na sua superfície. Ficaram entregues a uma obscura missão histórica, de fiadores da perpetuação crônica do “poder conservador” e dos privilégios estamentais mais odiosos, que sobreviveram ao desaparecimento histórico tanto da *sociedade colonial* quanto da *sociedade imperial*. (FERNANDES, 2006, p. 192-193)

Florestan Fernandes (2006) chama a atenção para o fato de que não foi a “estrutura estamental e de castas da sociedade” o objeto das contradições “em torno do status de cidadão”, sendo nelas, aliás, que se encontrava o grande “obstáculo à formação de uma autêntica identidade nacional” – que fosse capaz de incorporar homens pobres e

livres, mulheres, ex-escravos, libertos, sem contar a massa de pessoas escravizadas, todos “banidos da ordem legal”. Assim, essa foi uma das razões para a contenção do Abolicionismo enquanto “movimento social”, pois, ao mesmo tempo em que expressava “formas mais radicais e avançadas do pensamento liberal”, não se admitia de forma alguma a “eliminação da supremacia dos “brancos” e a igualdade entre as “raças”. Dito isso, o “protesto utópico” dos abolicionistas cumpria “girar a roda da história” dentro de certos limites capazes de suscitar “transformações nas estruturas de poder” sem, no entanto, efetivá-las. Evitando-se, assim, a menor possibilidade de “irrupção da violência e do conflito”, sobretudo, de “massas contestadoras” saídas do povo ou “a guerra entre raças”, abalando a estabilidade necessária ao recém-inaugurado e pujante “mundo dos negócios” ao qual pertenciam. Depreende-se dessa constatação, que a despeito do caráter radical e revolucionário do movimento Abolicionista nos seus últimos dias, a tradição estamental não admitia sequer a ordem competitiva nem “mesmo nas “relações entre iguais”, temerária em relação “as bases do equilíbrio social” e a manutenção do status quo.

De fato, Fernandes (2006, p. 209) revela como a ordem social senhorial e escravocrata acabou gradativamente absorvida pelo padrão racional e competitivo da sociedade capitalista. Esta constatação se evidencia pelo fato de que o “excedente econômico da produção agrária” foi “canalizado para o comércio e o mundo dos negócios urbanos”. Além disso, ela não tinha meios de incorporar esse “novo setor econômico” - complexo, dinâmico, racional e altamente competitivo, conforme a intensificação e diversificação do comércio e serviços nas cidades, e a expansão dos mercados financeiro e bancário. Assim, o “circuito dessa absorção” se encerra com a paulatina “mercantilização do trabalho”, no bojo da substituição da mão-de-obra escravizada, a ampliação da imigração e da modernização da produção. Entretanto, essa absorção, embora tenha levado a ruína da ordem escravocrata e senhorial, não logrou superar o “seu substrato social e político: a base oligárquica do poder autocrático dos “ricos” e “privilegiados”.

Nesse sentido, Fernandes (2006) explica que perante a “emergência e expansão do capitalismo como uma realidade histórica interna”, deu-se uma “acomodação” de

modelos econômicos opostos e específicos. Diante dessa constatação, desenvolve a ideia central da sua teoria sobre características essenciais do capitalismo brasileiro:

Dessa acomodação resultou uma economia “nacional” híbrida, que promovia a coexistência e a interinfluência de formas econômicas variavelmente “arcaicas” e “modernas”, graças à qual o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do “moderno” com o “arcaico”, uma descolonização mínima, com uma modernização máxima). Sob esse aspecto, a mencionada acomodação tanto pode ser encarada como “historicamente necessária” quanto como “economicamente útil”. (FERNANDES, 2006, p. 209)

Para Fernandes (2006, p. 213), inexistiu uma mudança do “padrão colonial de crescimento econômico para o padrão de desenvolvimento capitalista”. Segundo sua interpretação, deu-se um giro do “crescimento colonial para o neocolonial” e, deste, de forma célere, para o “padrão capitalista de crescimento econômico dependente e de subdesenvolvimento”. Para ele, “o mundo capitalista não era o universo histórico dos estamentos sociais dominantes”, assim, foram incapazes de vislumbrar o estilo de vida capitalista como aspiração e futuro, pois, seguiam na sua cruzada em defesa da “escravidão e da dominação senhorial”, avessos ao “espírito burguês” e a “racionalidade capitalista”. Contudo, as forças que iriam romper com a velha ordem e “construir a economia capitalista e sua ordem social competitiva” só poderiam surgir desse meio.

A despeito da resistência em relação à economia de mercado e a ordem social competitiva, em que “o homem”, elemento central da nova organização econômica, não penetrava nela por completo, prevalecia como objetivo supremo “a conquista de um status senhorial que coroasse o êxito econômico”. Assim, Fernandes (2006, p. 216) constata que a “socialização econômica”, como um processo pedagógico, era “marginal à ordem social escravocrata e senhorial”, de modo que o sujeito que “não aprende a estimar o valor do seu trabalho através do mercado também não sabe medir suas necessidades através dele”.

Nesse sentido, os imigrantes ligados ao comércio e grupos econômicos estrangeiros destacavam-se. Isto porque, conforme Fernandes (2006, p. 217) até o “fim do século ele seria o setor verdadeiramente inovador e avançado da economia”, o grande

impulsionador e a base de toda a nova atividade econômica, mobilizando avanços em termos de transportes, comunicação e “modernização industrial”. Por outro lado, explica que tal posição “estratégica no processo de modernização institucional e de crescimento interno do capitalismo”, estreitamente ligado ao mercado externo, suscetível a influência, oscilações e aos “nexos de dependência, sem nenhuma consciência crítica das consequências nefastas”, a médio e longo prazo, em termos de disposições que pareceriam excelentes de imediato ou em “curto prazo” – secularizando a dependência e o subdesenvolvimento no médio e longo prazo.

No âmbito da ordem social escravocrata e senhorial, buscava-se na mobilidade social e, sobretudo, “na dignificação estamental a solução” para problemas decorrentes do mercado competitivo, assim, os agentes econômicos preferiam acomodar-se a essa situação intensificando “esforços pessoais” do que lutar contra ela. Deste modo, Fernandes (2006, p. 223) observa que “o agente humano” que melhor assimilava a “condição burguesa não tramava contra aquela ordem social”, antes com ela se identificava. Produto do “comércio neocolonial”, o “setor mercantil” tanto quanto o “setor agrário” podia definir segundo seus interesses e suas condições objetivas e subjetivas, uma compreensão específica da “iniciativa privada” e da natureza da “competição” em padrões estamentais: “como um privilégio, ou seja, como a faculdade de influenciar ou de estabelecer as condições dentro das quais as relações e os processos econômicos deveriam ser adaptados à situação de interesses do agente econômico”.

Deste modo, tal “representação puramente instrumental” da “iniciativa privada” e da “competição” deturpava a ação econômica, pois a privilegiava e a potencializava independentemente das “forças de mercado”. Para Fernandes (2006), esse foi o legado que a “ordem social escravocrata e senhorial” inscreveu na tradição do “espírito burguês” da sociedade brasileira. Ao lado desse “pragmatismo” enviesado, prevalecia uma visão deturpada e depreciativa do trabalho na sociedade, conforme a tradição ibérica destacada por Sergio Buarque de Holanda, na medida em que “a noção de trabalho” se ajustava apenas “às tarefas “mecânicas”, ao labor a mando e para gaudium de outrem”, pressupondo, inexoravelmente, “a perda de dignidade social e de liberdade”.

O que se evidencia é que “a mercantilização do trabalho” não estava apenas tolhida pela escravidão; havia ainda imposições de ordem cultural que depreciavam por



completo qualquer ofício manual, bem como recusava aos “homens bons” a mercantilização do trabalho, subtraindo-lhe a dignidade, posto que o que “se definia como mercadoria, através do mercado” fosse o escravo. Assim, Florestan Fernandes (2006, p. 226) a “mercantilização do trabalho não só era incipiente e segmentária, mas ainda ocasional e marginal, resistindo a transformar-se, como tal, numa relação normal, impessoal e desejável”. Todavia, de acordo com a expansão capitalista do mercado interno, a incorporação e avanço do trabalho livre dar-se-á “como um processo de incorporação ao mercado mundial, mediante a imigração estrangeira e a implantação de “núcleos de colonização”. Nesse processo, destaca a alteração do “padrão demográfico” de acordo com as exigências de “um sistema econômico fundado sobre o trabalho livre”. Esse padrão altera-se rapidamente em regiões de expansão econômica e urbana e, esse é o ambiente propício em que florescem as bases para a “revolução da ordem”, as “lutas abolicionistas” ou “republicanas” contra o *antigo regime*”.

Fernandes (2006, p. 230) salienta ainda, a dificuldade de amplos segmentos da população livre ou semilivre em “separar o trabalho, como mercadoria, da pessoa do trabalhador” – como se vender a sua força de trabalho equivalesse a renunciar a própria liberdade e dignidade. Deste modo, destaca que tal situação prejudicou o desenvolvimento do processo histórico da classe trabalhadora, retardando a ascensão de “uma consciência operária e debilitando o uso legítimo da competição e do conflito em relações tipicamente contratuais (largamente representadas pelos brasileiros como se fossem relação tradicionais de lealdade ou como relações tipicamente patrimonialistas)”. Constatação verificada por Goldmacher (2009) e Batalha (2000) em seus estudos sobre o movimento operário, conforme veremos adiante.

Por outro lado, tampouco o antigo senhor, agora convertido em patrão capitalista, compreendia de forma clara e burocrática a relação entre patrão e empregado, capital e trabalho. Na perspectiva secular do mandonismo estabelecido na ordem social senhorial escravocrata e do patrimonialismo estamental, o trabalhador também “vendia de algum modo a sua pessoa com o trabalho, criando vinculações e obrigações que ultrapassavam as relações de mercado”. Assim, destaca:

Algum tempo e muitos conflitos depois reeducativos foram necessários para que o universo do contrato e do trabalho livre se impusesse com relativa lentidão e muita irregularidade nesse polo da “relação salarial”. O imigrante, aqui e ali, impunha-se com maior ímpeto, como o agente de trabalho favorecido pelo curso da história, contribuindo fortemente para difundir as novas categorias do comportamento operário. (FERNANDES, 2006, p. 230)

Por outro lado, Fernandes (2006, p. 231) evidencia como a “descolonização” foi irrisória, conforme a manutenção da ordem social senhorial e escravocrata e a “produção colonial” requeriam, transformou-se facilmente a “dominação senhorial” em “dominação oligárquica”, constringendo econômica, social e “politicamente a formação das classes e dos mecanismos de solidariedade de classe, impondo o *controle conservador* e o poder autocrático das elites das classes dominantes como o fio condutor da história”. Dito isso, as noções de “paz social”, “dimensão humana do trabalho”, entre outras “figuras de retórica” não passam de “mistificação burguesa”, ilusões para as massas trabalhadoras, que logo se dissipam quando o “mandonismo e o paternalismo tradicionais cedem seu lugar à repressão policial e à dissuasão político-militar” – como se vê, o caráter autoritário latente sempre se impõe. Não se trata de opção, pois a repressão é a conversão do mandonismo e paternalismo, igualmente autoritários.

Para Fernandes (2006, p. 239), a Revolução Burguesa se caracteriza por um “conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial”. Nesse sentido, o fim do Império e o início da República ainda não são a “consolidação do poder burguês e da dominação burguesa”, mas, os eventos fundamentais que estabelecem as bases para esse processo. Entretanto, considera que a crise das oligarquias, não se trata de um “colapso”, como alguns estudos e autores supõe, “mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas de poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa”, estabelecendo o declínio da “era senhorial” e o princípio da “era burguesa” (ou a sociedade de classes) ”.

Todavia, destaca duas características típicas da revolução burguesa no Brasil: a primeira é que a “dominação de classe”, propriamente dita, diferente de outras burguesias

europeias, não se dá no campo social por meio de instituições e nem no econômico, mas no plano político, por meio do Estado. Assim, a “nossa burguesia converge para o Estado e faz a sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica, no que Weber entendia como “poder político indireto”. A segunda é que recusa a função de “*paladina da civilização*” ou de “*instrumento da modernidade*”, inobstante de “forma universal” e como consequência dos seus “interesses de classe”. Deste modo, resume:

Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora. (FERNANDES, 2006, p. 241)

Assim, cumpria a missão mais de abrandar a “mudança social espontânea” da revolução burguesa, decorrente da Abolição e universalização do trabalho livre, cuja marcha, a despeito da sua tímida colaboração era inevitável, do que aprofundá-la e dilatala até setores rurais e urbanos mais ou menos “retrógradas” e estáveis”. Florestan Fernandes (2006, p. 242) enfatiza que havia mesmo “duas nações”, tal como Euclides da Cunha registrara no final do século XIX, “a que se incorporava a ordem civil (a rala minoria, que realmente constituía uma “nação de mais iguais”), e a que estava dela excluída, de modo parcial ou total (a grande maioria, de quatro quintos ou mais, que constituía a “nação real”)”. De fato, as “representações ideais da burguesia”, proclamava os mesmos princípios do eloquente padrão francês da “Revolução Burguesa nacional e democrática”, contudo, como mero ornamento, “símbolo de modernidade e civilização”. Na prática, quando outros estratos sociais, sobretudo, populares e proletários, buscavam ampliar os espaços de poder, pressionar ou questionar a ordem estabelecida, a burguesia sempre reagiu de forma deliberadamente “reacionária e ultraconservadora”, no espectro da “tradição do mandonismo oligárquico (que nos sirva de exemplo o tratamento das greves operárias na década de 1910, em São Paulo, como puras

“questões de polícia”; ou, quase meio século depois, a repressão às aspirações democráticas das massas)”.

Considerando que desde a Abolição e a República, a “oligarquia não dispunha de base material e política para manter o padrão de hegemonia elaborado no decorrer do Império” (Fernandes, 2006, p. 245). Buscou renovar-se, recompondo tais bases a partir da “ordem social emergente em expansão”. No bojo desse processo de crise, os conflitos e desentendimentos que apareceram entre setores radicais das “classes médias” – conforme o tenentismo seja “forte expressão” – e segmentos insatisfeitos da “grande burguesia”, encerraram-se com o deslocamento do poder decisivo da oligarquia tradicional para a moderna. Através de sucessivas acomodações entre “conflitos de interesses da mesma natureza ou convergentes”, cumpre-se a “*consolidação conservadora* da dominação burguesa no Brasil” – por meio dela a oligarquia tradicional transmutada em oligarquia moderna logra forjar a mentalidade da burguesia e, “mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa”.

Fernandes (2006, p. 246) observa que, via de regra, busca-se explicar a Revolução Burguesa pela queda de uma “aristocracia decadente ou reacionária, variavelmente anticapitalista” e a ascensão de uma burguesia industrial moderna, uma classe média cosmopolita e o proletariado urbano – em expansão desde o final do século XIX. Contudo, salienta que o fator decisivo, invariavelmente negligenciado, consiste na imposição do padrão burguês de dominação à classe operária e, na escolha pelas elites dominantes da “luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil”.

Do ponto de vista objetivo, se tratava de engendrar meios modernos de “acumulação de capital” – como acontecera desde as transições do período colonial ao neocolonial e imperial. A expansão interna do capitalismo comercial e, adiante, do capitalismo industrial exigia a articulação de novos agentes econômicos com os velhos oligarcas rurais, capazes de introduzi-los no nexos da “dominação burguesa” dos grupos “oligárquicos dominantes” e, assegurar a estabilidade – econômica, social e política – necessária a esses setores intermediários – imigrantes do mundo dos negócios – durante a transição do “mundo pré-capitalista” para o “mundo capitalista”. Nesse processo, cumpria garantir a prevenção à “desordem da economia”, a “dissolução da propriedade”

ou o “desgoverno da sociedade”. Assim, Fernandes (2006, p. 247) destaca que também se definia o “inimigo comum: no passado, o escravo (e, em sentido mitigado, o liberto); no presente, o assalariado ou semi-assalariado do campo e da cidade”. Nesse sentido, evidencia-se a opção pela via da “oposição consentida” (que só envolveria disputas manipuláveis “a partir de cima” e de interesse concreto para as “forças da ordem”). Dito isto, percebe-se a notória insegurança corroborada pela burguesia diante dos “movimentos demagógico-populistas ou da pressão sindical”, manifesta através da repressão brutal e da judicialização e militarização da política.

Isso faz que a intolerância tenha raiz e sentido políticos; e que a *democracia burguesa*, nessa situação, seja de fato uma “democracia restrita”, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa. (FERNANDES, 2006, p. 249)

O fato da burguesia brasileira ser refratária ao caráter radical da tradição burguesa – revolucionária e nacionalista -, dissimula certa debilidade ou inviabilidade que Fernandes (2006, p. 250), por sua vez, destaca como uma característica do tipo de dominação burguesa estabelecida. Assim, demonstra como as “ameaças à hegemonia burguesa nunca chegaram a ser decisivas e sempre foram exageradas pelos grupos oligárquicos, como expediente de manipulação conservadora do “radicalismo” ou do “nacionalismo” das classes médias e dos setores industrialistas” – qualquer semelhança com os dias atuais não é mera coincidência. Considerando o seu estilo de dominação e a sua atuação histórica, a composição entre a “velha” e a “nova” oligarquia transformou “a burguesia em uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária”.

Desse ângulo, a redução do campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da “revolução nacional democrática”, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe. Ao fechar o espaço político aberto à mudança social construtiva, a burguesia garante-se o único caminho que permite conciliar sua existência e florescimento com a continuidade e expansão do capitalismo dependente. (FERNANDES, 2006, p. 251)

Fernandes (2006, p. 252) destaca que a questão primordial sobre a “crise do poder burguês”, situa-se na “transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista”, representada pela passagem do “capitalismo comercial para o capitalismo industrial”. Esse processo, considerando as transformações decorrentes da “autonomização do desenvolvimento capitalista interno” – ampliação do comércio e da indústria – e o fortalecimento da burguesia, levariam conseqüentemente a “uma forte orientação democrática nacionalista”. Tal suposição era compartilhada tanto pelos liberais radicais quanto pelos anarcossocialistas e comunistas, que consideravam o desenvolvimento da produção e da sociedade de classes como consequência imediata e irreversível desse processo. Contudo, a transição do capitalismo de uma fase à outra, não se deu pela “vontade revolucionária” da nossa burguesia, tampouco pela dinamização do mercado interno, mas, por sua adesão associada e dependente ao imperialismo, conforme o grau de desenvolvimento e potencialidades do capitalismo brasileiro.

Considerando que a dominação burguesa seja heterogênea, diferente da senhorial – monolítica -, diante das diversas forças em ação (nacionais e estrangeiras), ela identificou as pressões populares e operárias como o seu inimigo primordial. Assim, edifica-se o princípio norteador autoritário e conservador do “desenvolvimento com segurança”, capaz de assegurar “garantias econômicas, sociais e políticas ao capital estrangeiro, às suas empresas e ao seu crescimento” (Fernandes, 2006, p. 254). Portanto, as pressões internas tanto do proletariado quanto das massas populares, insinuando um “novo *pacto social*”, eram contidas “nos limites da “revolução dentro da ordem”, que a dominação burguesa devia (e também prometera) ao Brasil republicano”.

A reorganização do Estado, a concentração e a militarização do poder político estatal, bem como a reorientação da política econômica sob a égide do Estado, foram a mola mestra de todo o processo de “recuperação” e de volta à “normalidade”. Todavia, nada disso foi posto a serviço de uma transição independente e não ocorreu nenhuma ruptura nas relações de dependência: ao contrário, atrás da crise política (a partir de dentro), havia uma crise econômica (de fora para dentro), e esta se resolveu através da reorganização do padrão de dominação externa (que é o que significou a passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista: uma nova forma de submissão ao imperialismo). Coerente com sua lógica econômica e política, o poder burguês fez da iniciativa privada e de seu sistema um verdadeiro bastião, que protege e une os interesses privados

internos e externos (agora associados ao poder público também no nível econômico). (FERNANDES, 2006, p. 257)

Para Fernandes (2006), é nesse momento – capital monopolista – que a burguesia se consolida e alcança a sua maturidade, através do “recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento”, aprofundando-se o “caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa”. Portanto o “desenvolvimento capitalista”, monopolizado pelos “estamentos ou pelas classes dominantes”, conforme padrões “egoísticos e particularistas” tornaram-se inerentes, exigindo “a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não-possuidora do mercado e do sistema de produção especificamente capitalistas”. Assim, o padrão capitalista de desenvolvimento é colocado em ação, “primeiro em termos de dominação estamental”, a seguir, de “dominação de classes, como se ele fosse uma simples técnica econômica e não uma política de alcance nacional, que afeta a totalidade do processo histórico” (Fernandes, 2006, p. 263).

O que se evidencia, conforme Caio Prado Júnior já observava, é a articulação subordinada ao mercado externo desde a colônia, injetando na economia “dinamismos externos bastante fortes”. Assentado no âmbito do capital monopolista, os meios para concentrar e redirecionar o “impacto modernizador”, exportava-se “desenvolvimento econômico capitalista” – e não apenas de empresas, “controles econômicos e produtos acabados”; como artifício para a aquisição de um arranjo hegemônico no comércio exterior do país e de “apropriação indireta da maior parcela possível do excedente econômico gerado” (Fernandes, 2006, p. 264).

A transição da “economia escravista-capitalista neocolonial” para a “economia urbano-industrial avançada”, no esteio da intensificação do “esquema de exportação-importação”, estabelece o “mercado capitalista moderno” e a sua propagação interna. Por outro lado, o processo acelerado de urbanização deu-se de forma extremamente seletiva e excludente, conforme a imensa massa de mão de obra escravizada e “livre” ou servil disponível, promovendo a expansão do capitalismo comercial a partir da “expropriação do escravo” como suporte concreto do “crescimento urbano-comercial”. Assim, a cidade tornava-se um “polo dinâmico” do desenvolvimento “capitalista interno”,

descolada ou alheia à necessidade de levar ao campo qualquer “desdobramento da revolução urbana”.

A “superposição da economia urbano-comercial e da economia agrária”, pressupunha pelo mercado estrangeiro, a organização da economia de exportação-importação promovendo a sua “posição de agente privilegiado no rateio do excedente econômico” (Fernandes, 2006, p. 278). A primazia do setor urbano-comercial demanda transformações significativas na infraestrutura urbana, dinamizando a economia interna e a ampliação da máquina estatal, em termos de políticas e serviços públicos, servidores técnicos e órgãos estatais para o planejamento, execução e fiscalização de obras e relações de produção que favoreçam a expansão do mercado capitalista.

Nessa etapa, o mercado capitalista moderno põe os homens uns diante dos outros em termos do valor dos seus bens e serviços. Classifica-os fora e acima da ordem estamental e de castas da sociedade escravista, erguendo forças muito ativas contra esta e forçando os homens livres a “passar pelo mercado” para fins de estratificação social. Isso significava o fim da escravidão, pois esta não poderia manter-se a partir do momento em que o mercado era visto e aceito como uma fonte legítima de classificação social. E também significava o começo de uma nova era, que irá consolidar-se no trabalho livre”. (FERNANDES, 2006, p. 280)

Destaca que no Brasil, a “formação e a expansão do sistema de produção capitalista” foi um processo “tardio”, e que o “mercado interno se associou estrutural e dinamicamente à importação de bens e serviços”. Assim, naturalizou-se a ideia de que a “articulação às economias centrais”, de forma dependente e aprofundada, seria o “melhor” ou a “única” saída para a “industrialização e a concomitante aceleração do desenvolvimento econômico interno” (Fernandes, 2006, p 284-285).

Após o final da Grande Guerra e a crise de 1929, no bojo das agitações proletárias e Tenentistas, o “intervencionismo” econômico do Estado Novo” se consolida o “padrão brasileiro de desenvolvimento econômico sob o capitalismo dependente”, por meio da modernização do Estado e do surto industrial. Essa expansão da indústria estabelece as bases para a ampliação da “produção de bens de produção”, setores estratégicos estatais (mineração, petróleo, hidrelétricas) responsáveis pela criação e dinamização do pólo industrial nacional e o capitalismo interno. Assim, surgem a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce, a Petrobrás, o Senai,



a Confederação Nacional da Indústria, as Federações das Indústrias de São Paulo e Rio de Janeiro – FIESP e FIRJAN. Deste modo, Fernandes (2006) salienta:

Mas igualmente marcantes são o grau de penetração do capitalismo no campo e o novo estilo de associação das oligarquias agrárias com o capital financeiro. Essa associação, que remonta à política de defesa dos preços do café e envolve, por igual, interesses financeiros nacionais e estrangeiros, pressupõe melhores condições de autoproteção do “produtor” e de comercialização dos produtos (nos mercados interno ou externo). Por fim, a partir de várias influências (de pressões políticas das classes médias, especialmente através do “tenentismo” ou de movimentos ditos “nacionalistas”, da pressão de grupos da direita; ou da pressão de alguns círculos empresariais, da qual é típica a posição assumida por Roberto Simonsen), desencadeia-se uma forma de intervencionismo econômico estatal, que se caracteriza pela saturação de certas funções de sustentação ou de reforço do desenvolvimento capitalista mediante empresas públicas (ou semipúblicas). (FERNANDES, 2006, p. 286-287)

Assim, Fernandes (2006, p. 287) explica como “a infraestrutura de um complexo sistema de produção industrial” não se realizaria “pelos esforços da iniciativa privada, estrangeira ou nacional”. Contudo, evidencia-se ao mesmo tempo como “interesses privados, nacionais e/ou estrangeiros” lograram “destituir o Estado de real autonomia de ação” no campo econômico, tornando-se os “grandes beneficiários diretos e indiretos do “intervencionismo” econômico estatal”.

De fato, do ponto de vista objetivo, fortalecer o poder de decisão e de controle das burguesias nativas e dos “governos pró-capitalismo” nos países periféricos era imprescindível às nações hegemônicas. Por essa razão, buscavam não apenas fortalecer as burguesias nativas, mas, sobretudo, formar as lideranças empresariais, sociais, culturais, militares, governamentais, políticas e jurídicas, ampliando e intensificando a dominação e a dependência em bases materiais e psicossociais. Assim, as transformações inevitáveis e devastadoras, da passagem do capitalismo competitivo para o monopolista, nas nações periféricas, exigem uma burguesia sólida e robusta, em bases objetivas e subjetivas, de modo a reprimir a resistência e as revoltas contra as desigualdades e a opressão política, econômica e social.

Nesse contexto impõe-se a ideia do “desenvolvimento com segurança”, no bojo do famigerado “perigo comunista”<sup>47</sup>, negligenciando deliberadamente padrões democráticos mínimos, igualitários, humanitários, fundamentais à sociedade liberal competitiva, mas que na prática, converter-se-iam em obstáculos à “transição para o capitalismo monopolista”. O novo padrão de desenvolvimento capitalista, impõe “novas relativas formas de subdesenvolvimento” de forma permanente e, “medularmente identificado com o fortalecimento da iniciativa privada” - isto é, com os interesses privados externos e das elites dominantes. Dito isso, Florestan (2006) constata:

Apesar do apregoado “nacionalismo” dos industrialistas e das classes medias, eram pouco expressivos e influentes os círculos de homens de ação que defendiam objetivos puramente nacionais ou nacionalistas. O grosso das classes possuidoras e de suas elites econômicas, militares e políticas, já sob o Estado Novo e nas lutas contra o ultimo governo de Vargas, via o “capitalismo de Estado” como instrumental ou funcional apenas para os interesses privados (nacionais e estrangeiros). Ao lograr o controle completo da máquina estatal, colocaram-na a serviço da revolução econômica requerida pela “captação da poupança externa” e pela “internacionalização” da economia brasileira, sob o capitalismo monopolista. Essa experiência histórica comprova que o Estado não tem nem pode ter, em si e por si mesmo, um poder real e uma vocação inflexível para o nacionalismo econômico puro. Ele reflete, historicamente, tanto no plano econômico quanto no plano militar e político, os interesses sociais e as orientações econômicas ou políticas das classes que o constituem e controlam. (FERNANDES, 2006, p. 305-306)

Conforme Marx e Engels sentenciam no Manifesto de 1848, por meio da “grande indústria e do mercado mundial” a burguesia alcançou a “dominação política” no “Estado parlamentar”, de modo que um “governo moderno é tão somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Desse modo, Florestan Fernandes (2006, p. 307) destaca que o padrão de “dominação da burguesia” expressa sobremaneira, “a situação comum das classes possuidoras e privilegiadas que a presumível ânsia de democratização, de modernização ou de nacionalismo econômico de algum setor burguês mais avançado”. Dito isso, a “solidariedade de classe, expressa

---

<sup>47</sup> Otávio Ianni irá destacar ainda, em “Classe e Nação”, o perigo do “populismo” e “caudilhismo” na América Latina, propalado pela demagogia imperialista ianque, bem como a tese pervertida sobre a “instabilidade política congênita na região”, “imaturidade política”, “propensão à violência”, etc.; de modo a justificar a intervenção e a tutela do Tio Sam sobre o continente.

na defesa pura e simples do status quo” – propriedade privada e iniciativa privada - bastava, para efeitos de reorganizar os “arranjos e as composições dos setores oligárquicos “tradicionais” ou “modernos” com os demais setores”. Nesse contexto, o proletariado e as massas despossuídas surgem como o “inimigo natural” e o alvo privilegiado da “agressão autodefensiva”. Assim, observa:

A defesa da “ordem”, da “propriedade privada” e da “iniciativa privada” congregou o grosso da minoria dominante em torno de interesses e de objetivos comuns, fazendo com que todos os setores dessa minoria e suas elites econômicas, militares, políticas, judiciárias, policiais, profissionais, culturais, religiosas, etc., evoluíssem na mesma direção. Em consequência, elevaram-se as potencialidades dos toscos interesses e objetivos comuns, enquanto, paralelamente, as divergências e os antagonismos setoriais de classe ou de partido eram bloqueados, de modo automático ou coercitivo. (FERANDES, 2006, p. 311)

Essa espécie de “solidariedade de rapina”, destaca, organiza-se sob “privilégios” que galvanizam a dominação burguesa, caracterizada pela sistemática exclusão “econômica, cultural e política das massas”. Por outro lado, o aumento no “padrão de vida médio dos assalariados”, diluindo a classe operária nos “dinamismos da economia de consumo em massa”, promove a ampliação da “negativa” e ameaçadora “condição burguesa” junto ao proletariado, instigando o individualismo exacerbado e o deslumbramento pelo consumo e a ostentação. Entre os trabalhadores mais qualificados, há o risco ainda de promover o elitismo profissional e o corporativismo, a despeito do antagonismo essencial entre capital e trabalho. Contudo, é importante destacar duas questões: primeiro que mesmo essa mobilidade social decorrente da elevação “constante do padrão de vida” dos trabalhadores, tem “enorme importância em uma sociedade tão fechada as práticas democráticas como é a sociedade brasileira” (Fernandes, 2006, p. 326). Segundo, que melhorando sua “base material de vida”, os trabalhadores podem ampliar seu “poder de barganha”, ainda que na perspectiva mais estrita do “sindicalismo economicista”. Todavia essa elevação, ao lado do aburguesamento, também incita a resistência de outras classes quando que estão ameaçados o “equilíbrio da ordem” e/ou a perda de poder econômico e político.

A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a conseqüente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sociocultural e política produzem, isoladamente e em conjunto, conseqüências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (quer em sentido autodefensivo, quer numa direção puramente repressiva). Criaram-se e criam-se, desse modo, requisitos sociais e políticos de transformação capitalista e da dominação burguesa que não encontram contrapartida no desenvolvimento das nações centrais e hegemônicas (mesmo onde a associação de fascismo com expansão do capitalismo evoca o mesmo modelo geral autocrático-burguês). Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político. (FERNANDES, 2006, p. 341)

Deste modo, constata-se que quanto mais se intensifica a “transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia “dependente e subdesenvolvida”, capazes de sustentar todos os mecanismos políticos defensivos e repressivos da “dominação burguesa”. Esse padrão de dominação burguesa, de caráter autocrático e propensão à adesão a procedimentos explícitos e sistemáticos de “ditadura de classe”, conforme o apoio externo “para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão”, impossibilita politicamente as pressões e/ou conflitos “dentro da ordem”, restringindo o espaço político através da “ordem legal”, assegurando o controle social por meio da tutela ou repressão (Fernandes, 2006, 345).

A propensão irredutível e deliberada em “empregar a violência” desabrida e “institucionalizada na defesa de interesses materiais privados” ou de objetivos “políticos particularistas”, identificando-se com padrões autocráticos de “autodefesa e autoprivilegiamento”, consolidam o “nacionalismo burguês”, articulando a “república parlamentar com o fascismo”. Deste modo, observa:

Isso nos coloca, certamente, diante do poder burguês em sua manifestação histórica mais extrema, brutal e reveladora, a qual se tornou possível e necessária graças ao seu estado de paroxismo político. Um poder que se impõe sem reboços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional e

democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva. (FERNANDES, 2006, p. 345-346).

A constatação que segue, é a de que o que a burguesia se mostra incapaz de realizar no plano privado, busca alcançar usando como “base de ação estratégica”, a indústria, a infraestrutura, os “recursos e o poder do Estado”. Por isso deslocou o Estado – ou o fundo público, conforme Lênin demonstra em “Imperialismo: fase superior do capitalismo” - para o foco das ações capitalistas, o que ajuda a entender a atração das elites dominantes pela associação com setores militares e jurídicos, e por fim, “pela militarização do Estado e das estruturas político-administrativas”, consolidando esse padrão em “uma constante das nossas “crises” desde a Proclamação da República” (Fernandes, 2006, p. 357).

No âmbito do Imperialismo ianque, conforme a tradição das Doutrinas Monroe e do Destino Manifesto, impõe-se as teses do “desenvolvimento com segurança” e da “modernização dirigida” e/ou “conservadora”, ajustando-se a burguesia e o capitalismo brasileiro as “ideologias e utopias” das nações hegemônicas. A “solidariedade” entre as “nações democráticas”, a “unidade do hemisfério” e a “defesa da civilização ocidental e cristã” apresentam-se como os “pilares da ordem mundial do capitalismo” e como os “interesses gerais da nação”, a despeito das “correntes burguesas “nacionalistas”, “democráticas” e “revolucionárias”. Nesse processo, Fernandes (2006) constata:

Os conflitos com as classes antagônicas, ao serem estigmatizados, postos “fora da ordem” e sufocados por meios repressivos e violentos, perderam a sua conexão com a revolução nacional democrático-burguesa, sendo capitalizados, também por sua vez, pela própria burguesia. Ao “defender a estabilidade dentro da ordem”, portanto, as classes e os estratos de classes burgueses aproveitaram aqueles conflitos para legitimar a transformação da dominação burguesa em uma ditadura de classe preventiva e para privilegiar o seu poder real, nascido dessa mesma dominação de classe, como se ele fosse uma encarnação da ordem “legitimamente estabelecida”. É claro que a *nação burguesa* era, assim, sobreposta e passava a imperar sobre a *nação legal*. (2006, p. 369)

A intensificação da indústria no bojo da expansão do capitalismo monopolista ampliou, sobremaneira, “as influências externas sobre o desenvolvimento capitalista interno”. Este processo exigiu da dominação burguesa novos arranjos e meios de

“ajustamento e controle daquelas influências”, bem como das demais classes, conforme a dinamização do mercado, o incremento do Estado e o desenvolvimento do proletariado. Havia a necessidade de manter as questões políticas de pressão “dentro da ordem”; pois, o “poder burguês” se esgotaria perdendo o “monopólio do poder estatal”. A “associação com os capitais estrangeiros” cumpria uma dupla função, servia tanto como apoio à dominação burguesa no âmbito interno, quanto como impulsionador da modernização e do fluxo de “capitais externos”.

As “pressões dentro da ordem”, impulsionadas pelas classes subalternas – proletariado, camponeses, movimentos populares -, associadas ou não a setores da classe média mais progressistas e radicais, ensejavam transformar-se em um movimento revolucionário “contra a ordem”. A reação do “consenso burguês”, pouco suscetível às pressões, considerando a desigual “distribuição da riqueza e do poder” em uma sociedade de classes “dependente e subdesenvolvida”, é sempre extremamente hostil e brutal. A inexpressiva presença de estratos “dentro da ordem” e a imensa massa de excluídos situados à margem ou “fora da ordem”, suscita o temor da radicalização em situações de instabilidade e crise do “regime de classes”. Diante da possibilidade de alteração do “padrão de hegemonia burguesa”, manipulada por “setores intermediários” ou até mesmo pela “alta burguesia”, acirra-se o terror, tornando “a inquietação social algo temível”, diante do “obscurantismo intelectual e político” e do “padrão de reação” inflexível e intolerante que caracteriza a dominação burguesa brasileira, considerando os meios de “opressão e repressão” que dispõe e abusa.

Doutro lado, uma filosofia militante e agressiva de defesa da ordem impõe correlações mais ou menos rígidas entre “crime, punição” e “formas de punir”. É nesse plano, que muitos consideram policial-militar, mas que é jurídico e político também, que a autocracia burguesa coloca seu ideal de Estado em conexão histórica com o fascismo e o nazismo. O Estado não tem por função essencial proteger a articulação política de classes desiguais. A sua função principal consiste em suprimir qualquer necessidade de articulação política espontânea nas relações entre as classes, tornando-a desnecessária, já que ele próprio prescreve, sem apelação, a ordem interna que deve *prevalecer e tem de ser respeitada*. (FERNANDES, 2006, p. 400)

Nesse processo, o que se evidencia é que o “consenso burguês concilia a “tradição brasileira”, de *democracia restrita* – a democracia entre iguais, isto é, entre os poderosos, que dominam e representam a sociedade civil – com a “orientação modernizadora”, de *governo forte*”. Manipulado pelo setor privado, o Estado “adquire estruturas e funções capitalistas, avançando, através delas, pelo terreno do despotismo político, não para servir aos interesses “gerais” ou “reais” da nação, mas, tão somente para “satisfazer o consenso burguês, do qual se tornou instrumental, e para dar viabilidade histórica ao *desenvolvimentismo extremista*, a verdadeira moléstia infantil do capitalismo monopolista na periferia” (Fernandes, 2006, p. 406).

Por fim, Fernandes (2006) destaca que a burguesia brasileira continua tão encastelada em suas torres, apartada da “realidade política de uma sociedade de classes”, submetida a partir de fora, como há 30 ou 40 anos – considerando que sua obra é de 1975, devemos pensar nas décadas de 1930 e 40. Assim, constata que as elites dominantes “se alienam das demais classes, da nação e da “revolução brasileira” pelo mesmo particularismo de classe cego”, situação que alimenta a desconfiança e o temor em relação “as classes operárias e as classes destituídas em função de uma alternativa estreita: ou meros *tutelados*; ou *inimigos irreconciliáveis*”. Afinal, não possuem uma “base material de poder para se auto afirmarem e se autoprivilegiarem, de modo pleno, a não ser para dentro, pois seu famoso Estado autoritário (eufemismo que circula, reveladoramente, no exterior) não produz os mesmos efeitos para fora”, sobretudo diante da primazia dos interesses das multinacionais e “das nações capitalistas hegemônicas ou de sua superpotência e da comunidade internacional de negócios” (Fernandes, 2006, p 411).

Essas constatações evidenciam a vocação histórica autoritária da sociedade brasileira, isto é, as classes dominantes – elites e burguesia -, desde os seus primórdios estamentais-senhoriais. Da colônia ao Império, da República oligárquica ao Estado Novo, do Populismo autoritário à Ditadura cívico-militar tecnocrática até a Democracia liberal e neoliberal seguimos subordinados à ordem do capital externo como associados dependentes e marginais ou periféricos. No âmbito da “modernização conservadora” e da “revolução dentro da ordem”, assegurada a dominação política e estatal, se estabelece o “consenso burguês” que captura a sociedade civil e constrói a hegemonia.

Fecha-se o circuito das classes dominantes, na passagem do regime ditatorial à democracia representativa de massas, sem que haja rupturas estruturais ou fissuras no bloco de poder, capazes de estabelecer forças progressistas ou socialistas internas, de modo a projetar as bases para a superação da vocação à dependência e ao arbítrio.

## **7. Autoritarismo, proletariado e luta de classes no Brasil**

O Rio tem também as suas pequenas profissões exóticas, produto da miséria ligada às fábricas importantes, aos adelos, ao baixo comércio; o Rio, como todas as grandes cidades, esmiúça no próprio monturo a vida dos desgraçados. (João do Rio, Gazeta de Notícias, 06.08.1904)

Conforme discutido até agora o autoritarismo, a luta de classes e a repressão a questão social são traços que caracterizam o nosso processo histórico. Caio Prado Júnior em “Evolução Política do Brasil”, além de inaugurar o método materialista-dialético na interpretação do país, destaca os movimentos e lutas populares – e a brutal repressão - como impulsionadores do processo político no esteio do desenvolvimento das forças produtivas subordinadas à ordem capitalista global, no vácuo da independência da América hispânica e brasileira. Assim, embora destaque o povo e as suas lutas como protagonistas em nosso processo histórico, tanto quanto a burguesia em ascensão, não negligencia que tais movimentos, surgindo das massas ou por elas organizados e dirigidos, estivessem condicionados pelo estágio de desenvolvimento do capitalismo no país. Por essa razão tais movimentos – insurrecionais, separatistas, republicanos, nativistas - não possuíam a maturidade política correspondente à consciência de classe, conforme o postulado marxista, de modo que as ideias da classe dominante predominavam sobre os estratos inferiores. Por fim, no bojo do liberalismo incipiente e do nascente capitalismo brasileiro, inexistiam as condições para a consolidação da



sociedade de classes e da sociedade civil, que caracteriza os movimentos sociais como forças políticas para além dos partidos políticos.

A questão social, por sua vez, destacada em “Os Sertões” de Euclides da Cunha, evidencia problemas inerentes ao capitalismo ao mesmo tempo em que denuncia características típicas de modos de produção e relações sociais arcaicas, incompatíveis com padrões republicanos, liberais e a sociedade competitiva de classes. Assim, expõe o antagonismo entre a cidade (o litoral) e o sertão (o campo). A cidade civilizada e o bárbaro sertão, a ciência e a tecnologia em oposição ao messianismo e o coletivismo tribal, a universalização da lei e a República diante do misticismo e da tradição senhorial e o mandonismo local.

Embora destaque tais antagonismos e as suas contradições, Euclides não coloca a questão na perspectiva da luta de classes do materialismo-dialético. Para ele, na tradição do Positivismo-Evolucionismo, trata-se de uma luta de raças - questão ecológica-racial. Considerando tais perspectivas, o desenvolvimento dos povos e das civilizações estaria condicionado por questões ambientais – clima e natureza – e não por determinações econômicas, políticas e culturais. Os homens, estabelecidos em uma hierarquia arbitrária de raças, em que a raça branca-europeia estaria no topo, conforme a perspectiva evolucionista predominante de Darwin e Spencer. Apenas preservando a sua própria raça, em um esquema de reprodução endógena, seria possível “evoluir” enquanto espécie, pois, a miscigenação era nociva e uma perversão.

Deste modo, os problemas brasileiros não passavam por determinações socioeconômicas, mas pela questão climática e a miscigenação que degradaria a pureza das raças, sobretudo a branca, pois, indígenas e negros eram considerados inferiores. Por fim, o produto da miscigenação – branca e negra, branca e indígena, negra e indígena - era ainda considerado inferior as suas matrizes, isto é, qualquer mestiço está abaixo dos tipos de raça pura. É interessante notar, como a questão da miscigenação e do racismo avançam como um desdobramento - no esteio do desenvolvimento do capitalismo e as correspondentes relações de produção - dos debates do século XVI – a controvérsia de Valladolid entre Sepúlveda e Las Casas -, sobre a natureza do índio, se ele possuía alma ou não – o fundamento do Homem - e, assim, podia ser considerado

“humano” e livre da escravidão ou se seria apenas um simulacro de homem, espécie inferior situada entre os primatas e os humanos.

A questão social exposta por Euclides, à margem do capitalismo e do liberalismo, dissimula, por sua vez, a ideologia da classe dominante estamental, racista e autoritária. É a questão social arcaica e do campo, organizada no âmbito da exploração do latifúndio e da luta de classes mobilizada por seitas e movimentos messiânicos – radicalmente diversa da urbana, construída por meio de movimentos sociais como associações, sindicatos e partidos políticos na luta contra as contradições do capitalismo, a opressão, a exploração e a miséria. Embora a primeira não traga bases que a organize em torno de um projeto político, construído na luta e por meio da consciência de classe, enquanto sujeito histórico e político, conforme as estruturas arcaicas das relações sociais de produção, revela, porém, o ímpeto e a capacidade de se organizar para construir alternativas, resistir e enfrentar à opressão e a miséria.

Na tese “A “Greve Geral” de 1903: O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910”, Marcela Goldmacher (2009) revela que no Rio de Janeiro em 1903 trabalhadores das fabricas de tecidos iniciaram uma greve que duraria longos 26 dias. Com a adesão de outras categorias, passou a ser denominada “greve geral”. Embora não tivesse uma pauta unificada, muitas reivindicações eram comuns, como a redução da jornada de trabalho para 8 horas e 40% de aumento salarial, dentre outras.

Iniciada em 11 de agosto na fábrica Cruzeiro, mobilizou alfaiates, chapeleiros, sapateiros, dentre outras categorias que foram aderindo, tais como pedreiros, estivadores, marceneiros, carpinteiros, charuteiros. Os trabalhadores das fábricas de tecidos Bangu e da Empresa Industrial Brasileira também pararam a produção. De acordo com informações do Sindicatos dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos, a paralisação mobilizou cerca de 40 mil operários, sendo 15 mil apenas da indústria de tecidos. Essa imensa mobilização foi documentada pelos jornais da época, bem como registrada nas Atas do II Congresso Operário Brasileiro (1913), de acordo com relatório dos trabalhadores tecelões. A repressão foi brutal e não dispensou aparato bélico, mobilizando forças policiais e militares.

A “greve geral” de 1903, embora pouco abordada em estudos sobre o período e o movimento operário, senão de forma mais ou menos accidental, no bojo da formação da

classe operária e das revoltas populares, decorrentes das grandes transformações políticas, econômicas, sociais e urbanas que caracterizam a capital federal entre fins do século XIX e início do XX, foi um movimento emblemático. Posto que mobilizou diversas categorias, organizações e interlocutores ideológicos em confronto com patrões, a burguesia e o aparato repressor estatal. A paralisação de muitas categorias, aderindo ao movimento em solidariedade aos trabalhadores textéis, é um indício de como se iniciava a formação e a organização das diversas entidades da classe operária brasileira.

Os desdobramentos desse movimento culminariam com a criação da Federação Operária Regional Brasileira, que por sua vez daria origem ao I Congresso Operário Brasileiro em 1906, consolidando em seguida, a Federação Operária do Rio de Janeiro em 1907. Neste Congresso foi aprovada em votação a criação da Confederação Operária Brasileira nos moldes da Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa, criada em 1895.

Em 1903, a classe trabalhadora, em seu processo de formação e construção das suas organizações de luta, conseguiu estabelecer cerca de 40 greves, mobilizando diversas categorias e dialogando com amplos interlocutores proletários, políticos e populares. A influência de trabalhadores europeus, com experiências e conhecimentos adquiridos no processo de consolidação do capitalismo e do proletariado, incidiram sobre às formas de organização e estratégias capazes de atender as necessidades, etapas e limites da realidade brasileira. Consolidada a industrialização e proletarização dos trabalhadores nos grandes centros urbanos, predomina o Anarcossindicalismo e a Ação direta como estratégia de organização e luta durante a década de 10.

As greves no Rio de Janeiro, no período que vai dos anos 1890 à 1910, coincidem com as transformações de ordem econômica, política, social e urbanística na cidade que estabelecem a República e o capitalismo, incidindo sobre a vida dos trabalhadores e a sociedade em geral. Assim, nesse estudo, Goldmacher (2009) destaca como a classe trabalhadora forja a sua consciência e se vê, bem como é vista pela sociedade, os patrões, a imprensa e o Estado.

Goldmacher (2009) destaca com base em Thompson (1987) atributos culturais na formação da classe trabalhadora, ampliando o foco para além dos padrões burocráticos organizacionais. Trata-se de considerar também, os seus valores e

tradições, posto que o trabalhador enquanto ser social interage em outros espaços de socialização para além da produção. É importante destacar esse aspecto, porém, quando se observa a heterogeneidade da classe trabalhadora em formação no Brasil - composta de estrangeiros europeus, migrantes do campo, homens brancos pobres, mulheres, crianças e negros libertos – há um salto imenso entre a noção de “trabalhador” e “classe trabalhadora”. Somente através da sua organização em associações e sindicatos, da consolidação dos seus espaços de representação, formação e luta, entidades construídas para a atuação organizada na defesa dos interesses coletivos dos trabalhadores, é que surgirá a “classe trabalhadora” enquanto identidade social diferente da ética burguesa, isto é, como sujeito histórico e político posicionado na luta de classes.

A proclamação da República, seguida pelo seu turbulento período de consolidação, se destaca pelo forte traço repressor às diversas manifestações populares e operárias. Assim, a expectativa de assegurar através da Constituinte de 1891 a regulamentação do trabalho e conquistas políticas e sociais para os trabalhadores, logo se vê frustrada, apontando o anarquismo e o socialismo no horizonte do proletariado como única possibilidade de oposição e superação da sua situação precária e miserável. A ausência de expectativas em relação à participação política do proletariado urbano, favoreceu a estratégia do Anarcossindicalismo e da Ação direta, em detrimento da organização partidária e parlamentar como meio de resistência e luta. A expansão econômica, sobretudo, no Rio de Janeiro – capital federal -, decorrente do novo regime político e das obras de infraestrutura urbana na cidade, movimentam o mercado interno, favorecendo a ampliação do operariado urbano e, conseqüentemente, dos seus meios de organização e luta sindical.

De acordo com o Censo de 1872, o Brasil possuía cerca de 10 milhões de habitantes, sendo que 15,2% da população ainda era escrava e a taxa de analfabetismo 82,3%<sup>48</sup>. Dito isto, fica evidente o cenário pouco favorável para a industrialização do país no último quarto do século XIX, considerando a baixa qualificação da mão-de-obra disponível – isto explica o protagonismo imigrante nos negócios e nas fábricas, conforme destacam Florestan Fernandes (2006) e Cláudio Batalha (2000).

---

<sup>48</sup> FERRARO, Alceu Ravanello, KREIDLOW, Daniel. **Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. Educação e Realidade.** 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25401>. Acesso em: 11/04/2020.

Após a Lei Eusébio de Queiróz proibindo o tráfico de escravos no país em 1850, o fim da Guerra do Paraguai em 1870, a inauguração da ferrovia e a iluminação pública à gás nas cidades em 1854, telégrafo em 1857, amplia-se a circulação de mercadorias, trabalhadores e a comunicação, favorecendo o comércio, serviços e a indústria nas cidades. Contudo, a concorrência do monopólio inglês prejudicava, sobremaneira, a incipiente indústria brasileira durante a primeira etapa de industrialização no país. Após a Independência em 1822, a expansão do comércio e serviços favorecem, porém, o acúmulo de capitais e o cenário institucional adequado para a expansão da burguesia industrial e do capitalismo nacional.

Segundo Goldmacher (2009), se em São Paulo “o capital industrial” tem origem na “acumulação cafeeira”, na capital federal - Rio de Janeiro -, ele surge da “acumulação do grande comércio”. O incremento no setor de comércio e serviços – ligado a importação nas grandes cidades e na capital -, estimulou a ampliação das comunicações e transportes, concorrendo para a “integração de mercados”, facilitando a “chegada de migrantes” e imigrantes, aumentando a disponibilidade de trabalhadores, barateando a mão-de-obra. A Abolição e a República apenas ampliaram e aceleraram esse processo, conforme as transformações sociais, políticas e econômicas estabeleciam novos arranjos produtivos, no esteio das exigências do capital monopolista ou imperialista da virada do século XIX.

Cláudio Batalha (2000) destaca que em Santos, trabalhadores do Porto organizam em 1889 o Círculo Socialista e que entre 1891 e 1897 foram deflagradas diversas greves e manifestações na cidade. Contudo, em relação a sua maturidade ideológica, enfatiza:

Como ideologia, professavam um socialismo eclético, marcado por um forte viés cientificista e positivista que caracterizava o socialismo do período da Segunda Internacional, cuja proximidade com a matriz original marxista, era, por vezes, mais simbólica que real – ainda que não deixasse de se remeter a Marx” (BATALHA, 2000, p. 22).

Assim, explica que os socialistas buscavam reformas políticas e sociais que pretendiam concretizar através da pressão e da “eleição de seus representantes”. No entanto, o sistema eleitoral da República Oligárquica, manipulado e controlado pelas elites locais, impediu qualquer avanço político dos trabalhadores. Por fim, revela que o

incipiente movimento operário do final do século XIX era bastante disputado, tanto por anarquistas - desde a Colônia Cecília em 1890 -, passando pelos positivistas e o sindicalismo católico, conforme a doutrina social da Igreja, “expressa na encíclica *Rerum novarum* lançada pelo Papa Leão XIII em 1891” (Batalha, 2000, p. 27).

A crise do café, a desvalorização da moeda brasileira com a proclamação da República, a exigência de substituição da mão-de-obra escravizada, o crescimento das cidades e a urbanização fortalecem a ascendente burguesia e a classe média urbana, mais cosmopolita e próxima dos centros políticos, financeiros e das subsidiárias estrangeiras. São Paulo era o último bastião pró-escravidão, conforme a pujante economia cafeeira prevalecesse sobre as demais atividades – comércio, serviços, indústria.

Representante da oligarquia paulista, Antonio Prado barganha a Abolição, assegurando a substituição da mão-de-obra escravizada pela estrangeira subvencionada pelo governo. Prado foi advogado, deputado paulista, senador, Conselheiro Imperial e Ministro dos gabinetes Cotegipe e João Alfredo, além de prefeito de São Paulo, fazendeiro, industrial e banqueiro. Figura notória da geração de cafeicultores-capitalistas, com grande espírito empreendedor, incentiva a ciência e tecnologia, aproveitando-se da acumulação providenciada pelo ciclo do café para exportação, cultivado pelo trabalho escravo e imigrante no último quinto de século. Assim, esses novos capitalistas mobilizam-se para incentivar melhorias no Porto de Santos e a criação da Escola Politécnica de São Paulo (1893), Instituto Agrônomo de Campinas (1887), Escola Agrícola “Luiz de Queiróz” em Piracicaba (1901), Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (1899), Instituto Butantã (1901), investem em ferrovias e na Companhia Light de Energia<sup>49</sup>. Diferentemente do café do vale do Paraíba de origem escravocrata - os “barões do café” da Corte -, os cafeicultores paulistas desde 1870 ampliavam a mão-de-obra estrangeira, investiam em ciência e tecnologia e faziam uso capitalista da propriedade, não mais apenas como meio de prestígio e status, antes para ampliar a acumulação e o lucro – conforme indicado por Florestan Fernandes em “A Revolução Burguesa”.

---

<sup>49</sup> MOLINA, Sarruge Rodrigo. **Primeiras Escolas Agrícolas no Brasil: limites e falências (1877 – 1936)**. Revista HISTEDBR on-line nº 46. Unicamp – Campinas, jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640088>. Acesso em: 12/05/2020.

A industrialização brasileira tardia consolida o capitalismo no país na sua fase monopolista ou Imperialista. Assim, diante da inserção do incipiente capitalismo brasileiro no mercado global, dividido pelas grandes potências econômicas e os seus conglomerados industriais-financeiros, o Estado busca incentivar a produção local, aumentando a circulação da moeda, do crédito e das tarifas alfandegárias para elevar a arrecadação. A lei bancária de 1888 também favorecia a produção industrial, na medida em que expandia o acesso ao crédito, enquanto o Estado taxava produtos importados, incentivando o mercado interno.

De acordo com Goldmacher (2009), as organizações industriais brasileiras, embora remontem à década de 20 do século XIX, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de 1827, apenas em 1904, após a greve geral de 1903, é que ela se une ao Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão para fundarem o Centro Industrial do Brasil, organização que deu origem à Federação das Indústrias do Rio de Janeiro em 1931. Considerando que as organizações industriais brasileiras surgem no vácuo das operárias - como as associações, partidos e federações socialistas e operárias criadas entre 1889 e 1903 -, poderíamos questionar as razões pelo desinteresse do patronato em unir-se e criar mecanismos para a defesa conjunta dos seus interesses. Contudo, talvez, seja porque nesse período, o incipiente proletariado brasileiro ainda não representasse tão grande ameaça quanto a concorrência estrangeira.

Em 1892, grupos socialistas organizam no Rio de Janeiro o I Congresso Socialista Brasileiro. Dentre esses grupos, estava a Liga Operária fundada em 1872 e o Partido Operário fundado em 1890, por Luís França. Em 1881 é criada a Associação Industrial, contudo, esse coletivo de capitalistas buscava antes de tudo lutar contra a concorrência estrangeira, defender os direitos dos empresários e apoiar-se nos estudos das leis econômicas e da ciência e tecnologia para fins econômicos - Goldmacher (2009) expõe esses objetivos que constavam no manifesto e fundação da entidade. Para o patronato brasileiro o grande problema, até o início do século XX, era a concorrência desleal exterior e a falta de condições objetivas para o desenvolvimento da indústria, e não o antagonismo entre capital e trabalho e o surgimento do proletariado enquanto sujeito histórico e político na sociedade de classes.

O Porto do Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do XX, segundo Goldmacher (2009), era o terceiro mais importante do continente americano, assim, ao lado do grande comércio, as reformas urbanas e sanitárias do governo Pereira Passos favoreceram o incremento da indústria na cidade. Campos Salles, por sua vez, consolida a “política dos governadores” e inaugura a República Oligárquica, favorecendo os interesses dos Estados e oligarquias locais. Foi um período de afirmação do governo civil e da República brasileira, na medida em que privilegia o modelo empreendedor norte-americano de “administração pública”, nomeando técnicos e afastando militares do Executivo. Negocia ainda a dívida externa, conseguindo a suspensão do seu pagamento e parcelamento, contudo, ao promover uma política de combate à inflação e valorização da moeda, acaba barateando produtos importados prejudicando a indústria local.

Como capital federal, o Rio de Janeiro, com todo o aparato político-burocrático, por si só já representava um mercado interno expressivo. Era também sede do Porto, da Estrada de Ferro Central do Brasil e de grandes indústrias, sobretudo, do segmento têxtil; grandes bancos, companhias de comércio estrangeiras e da Bolsa de Valores. Assim, segundo Goldmacher (2009, p. 22), a cidade reunia os elementos essenciais “para a localização industrial, a proximidade do mercado consumidor, do mercado de capitais e da fonte de matérias primas”.

Somente a segunda geração de empresários, de acordo com a pesquisadora, composta por figuras como Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi, Jorge Street, Guilherme Guinle foi capaz de pensar a indústria brasileira em torno de um projeto nacional, considerando a política e o Estado como parceiros no âmbito interno e estrangeiro – evidencia-se, assim, a convicção pela burguesia do Estado como seu instrumento de dominação de classe na ordem do capital industrial periférico e dependente. Com a ascensão da burguesia urbana e industrial e do proletariado, surgem as entidades patronais (Associação Comercial de São Paulo em 1894, precursora da FIESP de 1931 e a Confederação da Indústria do Brasil no RJ em 1904, precursora da Firjan em 1931) comandadas por grandes empresários, com forte inserção política como os já citados Roberto Simonsen, Guilherme Guinle e Jorge Street, ao lado de José Carlos Macedo



Soares, Francesco Matarazzo, Rodolfo Crespi, Giuseppe Martinelli, Percival Farquhar, Antônio Prado - os barões da indústria<sup>50</sup>.

Na década de 1920, a ascensão dos trabalhadores leva o empresariado a criar mecanismos próprios, reivindicar leis e o apoio estatal no controle e repressão do proletariado. Assim, surgem as famigeradas “listas negras”, mecanismo de registro dos trabalhadores de modo a identificar os “indesejáveis” – subversivos, agitadores, lideranças operárias - e os isolar e perseguir. Além disso, se impõe as “leis Adolfo Gordo”, para cercear as publicações operárias e criminalizar os trabalhadores sindicalizados<sup>51</sup>.

As leis Adolfo Gordo foram um conjunto de propostas feitas pelo deputado e senador da República por São Paulo, Adolfo Afonso da Silva Gordo, que se tornaram leis nacionais. Inserem-se em um amplo debate no contexto pós-Abolição, com o intuito de enquadrar os trabalhadores livres estrangeiros de formação anarquista, socialista e experiência sindical – os “indesejáveis”, segundo a opinião das elites e do governo à época. As leis que levaram o nome do parlamentar paulista são a Lei de Expulsão de Estrangeiros de 1907 (modificada em 1913), a segunda Lei de Expulsão de Estrangeiros de 1919, a Lei de Acidentes do Trabalho de 1919, e por fim, a Lei de Imprensa de 1923. A lei de 1907, por exemplo, resulta da discussão de projetos apresentados ao Congresso em 1894, 1902 e 1906.

A Lei de Expulsão de Estrangeiros previa, inclusive, a expulsão por “vagabundagem” e “mendicância”. Com o objetivo de endurecer a repressão, Adolfo Gordo argumentava, por exemplo, que o estrangeiro que estivesse no país há mais de dois anos poderia ser até mais perigoso e nocivo que o recém-chegado, posto que o artigo terceiro da lei anterior dispusesse que o estrangeiro que estivesse no país por mais de dois anos não poderia ser expulso, sobretudo, se tivesse constituído família.

O debate político acerca das lutas proletárias era intenso, mobilizava o Congresso Nacional à época, conforme se verifica nos Anais do Senado Federal. Assim, após o movimento grevista de 1917, as atas dos debates e discursos dos senadores não

---

<sup>50</sup> Roberto Simonsen foi engenheiro, economista, empresário, deputado federal e senador. Foi presidente FIESP, fundador do Senai e da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Todos os outros nomes foram grandes industriais, empresários, banqueiros, fazendeiros, empreiteiros. Com exceção dos estrangeiros, todos também ocuparam cargos públicos, como políticos ou gestores.

<sup>51</sup> Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>. Acesso em: 07/06/2019.

deixam dúvidas quanto à forma como os congressistas brasileiros viam as reivindicações e lutas dos trabalhadores. O discurso do senador Paulo de Frontin é emblemático:

[...] não podemos permitir que no funcionalismo público ou no operariado venha a “greve”, procurando resolver à questão em detrimento da autoridade. É preciso, entretanto, que essas medidas sejam encaminhadas em tempo oportuno, e acho que é tempo oportuno o momento actual, em que a situação geral mostra que há um fermento anarchico, muito importante que procura se estender por todo o paiz.

Vê-se que falhou a explosão: em lugar de terem preparado as minas e recorrido a uma explosão electrica, serviram-se do estopim e o estopim não queimou uniformemente: de modo que começou em S. Paulo para depois propagar-se pelo interior e depois por aqui. A explosão falhou: mas isso não impede que amanhã ella se possa produzir homogeneamente, de modo simultâneo e com consequências muito mais graves.

Ser-me-há permitido dizer que considero indispensável que o Governo tome medidas muito serias em relação ao que constitue esse fermento anarchico.

O operariado brasileiro, na sua grande maioria, conhece perfeitamente, como patriota que é, (apoiados) quaes são os meios e empregar para poder, em uma situação difficil, como é a actual situação financeira internacional, corrigir os inconvenientes que possam haver e determinar que os poderes atendam aos reclamos que sejam justos.

O elemento estrangeiro, que é aquelle que tem tomado parte mais activa neste fermento anarchico, ao contrário não só é indesejável, mas ainda perigoso, e sendo perigoso e nocivo, está nas mãos do Governo expulsá-lo (Apoiados).

É preciso que o governo tenha a energia necessária para prevenir factos que amanhã podem ser de consequências muito graves, quando se sabem que essas agitações podem ter atraz de si elementos internacionaes (apoiados), que fornecem os capitaes necessários para essa propaganda perturbadora, tanto mais quanto esses elementos são de paizes neutros, conhecidamente germanóphilos.

Penso que é necessário recebermos de braços abertos todos que vem aqui para trabalhar, mas que não podemos absolutamente deixar de eliminar os elementos que procuram quando a nossa situação financeira tende a melhorar e quando situação internacional offerece a gravidade da situação actual, perturbar a ordem, desmantelando todos os princípios em que está organizada a situação brasileira (Muito bem, apoiados). Basta que se chame a atenção dessa gente para isto: o lemma inscrito na nossa bandeira é - “Ordem e Progresso”. E si elles não querem se submeter ao que alli está estatuído que não venham para cá”. (Congresso Nacional, annaes do Senado Federal, Sessões de 2 a 31 de julho de 1917, volume III).

Do ponto de vista objetivo, evidencia-se que “a história” – sempre - se “repete duas vezes”, como nos ensina Marx no Dezoito de Brumário, “primeiro como tragédia, depois como farsa”. Sempre em nome da “ordem e progresso” no Brasil e a serviço da exploração e miséria, da manutenção da ordem e acumulação, apelando à retórica da

defesa contra o “inimigo estrangeiro”, mobiliza-se a repressão contra as organizações e as reivindicações dos trabalhadores, perpetuando a lógica de que “a questão social é caso de polícia”. Desde a greve da Estrada de Ferro Central do Brasil de 1891, passando por Canudos e adiante, se repete *ad infinitum* o mesmo discurso sórdido e repugnante que estabelece a classe trabalhadora e os movimentos populares como suscetíveis a manipulação, sem consciência – embora “patriotas” - e incapazes de identificar as suas demandas, organizar-se e construir as suas reivindicações e estratégias de luta. Daí necessita da proteção e tutela estatal ou do corretivo, afinal, não se desenvolvem, seguem imaturos e vulneráveis ao assédio de poderosas e subversivas ideias extravagantes estrangeiras que insistem em perturbar a nossa paz, “os princípios em que está organizada a situação brasileira”, a proclamada “ordem e progresso”.

O que se percebe na leitura de Goldmacher (2009), por sua vez, é que há uma preocupação em identificar as diferentes concepções e formas de luta do movimento operário que surge desde o final do século XIX e início do XX. Assim, mostra como os socialistas já buscavam nos primórdios da República, organizarem-se em torno de partidos políticos e as vias parlamentares, diferentemente dos anarquistas que privilegiavam a ação direta promovida pelo sindicato e a associação dos trabalhadores. O Partido Operário de 1890 fundado por Luís França, por exemplo, mostra-se desfavorável a greve e a participação de não-operários nas suas organizações, conforme considere a atuação político-parlamentar a única via para a classe trabalhadora, em uma franca inspiração socialista.

Por outro lado, o Partido Operário ligado ao Centro Artístico do Rio de Janeiro e a Estrada de Ferro Central do Brasil, também fundado em 1890, pelo tenente da Armada, José Augusto Vinhaes, possuía o Centro do Partido Operário (C.P.O.), destinado a formar um staff dirigente de operários de diversas categorias e organizar ações assistenciais, recreativas e educativas, além de considerar a greve como legítima manifestação de luta, numa perspectiva mais anarquista e mutualista. É importante destacar, porém, que entre 1890 e 1893, são fundados diversos Partidos Operários regionais espalhados pelo país, como em Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, São Paulo.

Deste modo, um dos principais objetivos do I Congresso Socialista em 1892, era construir um partido socialista único e nacional. De acordo com Goldmacher (2009),

foram elaborados o estatuto e o programa do Partido Operário do Brasil e o seu periódico, chamado “O Socialista”. Influenciado pela Segunda Internacional, o programa estabelecido, embora traga elementos do marxismo, denota um forte caráter reformista, conforme a diversidade de concepções e tendências do campo socialista que compunham as diversas organizações operárias no país.

Em 1902 é organizado o II Congresso em São Paulo, com a participação de representantes da Bahia, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e São Paulo. Segundo Goldmacher (2009, p. 30), no jornal “O Amigo do Povo”, ficou registrado que “desse congresso foram excluídos todos os indivíduos que não concordassem com a luta política, a conquista dos poderes públicos pela via eleitoral, o que é dizer: foram excluídos os anarquistas”. Nessa ocasião, fundou-se o Partido Socialista Brasileiro e, segundo a autora, consta em seu manifesto a convicção de que tanto a República quanto a monarquia pertencem à ordem capitalista, portanto, incompatíveis com o socialismo. Por fim, diferente das agremiações de 1890 – os Partidos Operários -, o partido legitima a greve como ferramenta de luta na conquista de direitos sociais, melhores salários e condições de trabalho para além das vias parlamentares, admitindo o regime republicano fora da perspectiva positivista-evolucionista, como um desenvolvimento “natural” do Estado, cujo o fim seria a igualdade e a emancipação humana.

Ainda em 1902, foi fundado o Centro das Classes Operárias (CCO) no Rio de Janeiro. A organização socialista, atuou na capital federal até 1905 e, conforme as agremiações da época, também tinha convicção quanto a “evolução” do Estado em oposição à perspectiva revolucionária. Assim mesmo envolveu-se em greves e agitações, como a Revolta de Vacina em 1904, de modo que a repressão brutal acabou desmantelando a organização.

De acordo com Goldmacher (2009), a expectativa dos trabalhadores e setores populares com a República logo converte-se em decepção. Esse fato se constata não apenas pelas divergências e resistência inicial à República, conforme as revoltas da Armada e Federalista, mas, deu-se inclusive entre antigos entusiastas republicanos como Euclides da Cunha, Silveira Martins, Farias de Brito, Lopes Trovão, Aristides Lobo, Olavo Bilac, José Veríssimo, dentre outros.

Do ponto de vista político e social, o trabalho não foi regulamentado e os trabalhadores não alcançaram os direitos políticos e sociais que reivindicavam. Além disso, o caráter elitista, autoritário e repressivo da República, logo se tornaria evidente. Nesse contexto é que possibilidades que ultrapassam o horizonte republicano, como o socialismo e o anarquismo se impõem e adquirem força entre os trabalhadores. Por fim, o descontentamento com a política, exige outras organizações de luta para além dos partidos políticos, estabelecendo, assim, outras estratégias e táticas de mobilização e enfrentamento para além das vias parlamentares.

Goldmacher (2009) destaca duas importantes questões sobre esse período – início do século XX e consolidação da República. A primeira consiste na política econômica voltada para a industrialização e a rápida urbanização. Em decorrência disso, há a percepção entre o jovem operariado brasileiro de que a luta sindical seria mais decisiva e vantajosa, nesse contexto de crescimento da indústria e centralização política na primeira República. Deste modo, dá-se a primazia do anarcossindicalismo e do anarcossocialismo entre a classe trabalhadora, em detrimento das vias parlamentares e socialistas.

De acordo com Goldmacher (2009, p. 32), o primeiro Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro em 1906, sob essa orientação, reuniu 23 organizações proletárias – inclusive partidos - que “decidiram pela organização dos trabalhadores em sindicatos independentes de partidos políticos”. Decidiu-se ainda, pela criação da Confederação Operária Brasileira (C.O.B.), inspirada pela C.G.T. (Confédération Générale du Travail) francesa fundada em 1895. Contudo, sua fundação deu-se apenas em 1908, abandonando por completo a ideia de se criar um partido político operário, defendida pelos socialistas. Como órgão de divulgação das suas propostas, ideias e ações foi criado o jornal “A voz do trabalhador”.

Em 1913, no esteio da perseguição conduzida pela Lei Adolfo Gordo de 1907, que previa a expulsão de estrangeiros envolvidos em atividades subversivas – organização dos trabalhadores, agitação e propaganda, greves e manifestações -, foi convocado através do jornal “A voz do trabalhador” o II Congresso Operário. Também no Rio de Janeiro, segundo Goldmacher (2009, p. 32), o evento mobilizou “duas confederações estaduais, três federações locais, cinquenta e um sindicatos, quatro

jornais operários, congregando um total de cento e dezessete delegados”. Esse evento, não deixa dúvidas do quanto os trabalhadores haviam amadurecido em tão pouco tempo, e de como as suas organizações cresciam e se fortaleciam.

Ao lado do fortalecimento do papel do sindicato na organização operária e como ferramenta privilegiada de luta, a pauta dos trabalhadores no evento centrava-se na luta pela jornada de oito horas de trabalho diário, criação do salário mínimo e a organização dos trabalhadores do campo. Thompson (1987) destaca que a formação da classe operária se dá tanto pelo desenvolvimento da consciência de classe, quanto pelas suas formas de organização política, ao lado do avanço das forças produtivas e as mudanças nas relações de produção. Trata-se da articulação de condicionantes econômicos, políticos e culturais. A formação da classe trabalhadora na Europa, sobretudo na Inglaterra, França e Alemanha é tributária do Iluminismo, do Liberalismo político, do Socialismo utópico e, sobretudo, da Revolução Francesa.

O surgimento da classe trabalhadora na Europa está imbricado com as revoluções burguesas e industrial, a ascensão da burguesia e o modo de produção capitalista. Assim, logo os trabalhadores europeus deram-se conta de que ao lado da exploração e opressão econômica, estava a política, pois, de acordo com Marx e Engels, o Estado burguês não passa de um comitê administrativo dos negócios da burguesia.

O processo de formação da classe trabalhadora no Brasil, por sua vez, deu-se de modo bastante diverso, tanto no que diz respeito à nossa tradição colonial ibérica, quanto no desenvolvimento da burguesia e do capitalismo na sociedade. Goldmacher (2009) sinaliza que a despeito do longo período de utilização da mão-de-obra escravizada por aqui, atravessando todo o período colonial e o Império, somente após a lei Eusébio de Queiróz que baniu o tráfico de africanos para a escravização, foi que o setor ferroviário se constitui, utilizando apenas trabalhadores livres. Segundo a pesquisadora, a regulamentação do empreendimento ferroviário se deu através de uma lei de 1852, que vedava a utilização de mão-de-obra escravizada na construção de ferrovias – talvez, por pressão inglesa, detentora da tecnologia e maquinário.

É importante destacar, contudo, que o empreendimento ferroviário se realizou no país justamente na zona cafeeira – região entre o Rio de Janeiro e São Paulo -, pelas mãos de poderosos empresários ligados ao grande comércio exterior e a lavoura para

exportação. Trata-se de figuras destacadas na ascendente burguesia brasileira pós-Independência de 1822. Pessoas ligadas à aristocracia agrária, à alta burocracia estatal e à classe média urbana, envolvida com o comércio exterior e as profissões liberais. Isto é, estamos falando de novos atores políticos e sociais ilustrados, empreendedores, burgueses entusiastas do liberalismo econômico e político, diferentes dos senhores de engenho ultraconservadores de outrora.

Foi na região do café – área geográfica que perfazia desde o sul de Minas Gerais, passando pelo Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo -, sobretudo, na capital do Império, que se deu a possibilidade de ascensão para essa classe de pessoas com caráter burguês-liberal, acostumadas ao cosmopolitismo urbano, o acesso às informações, às ideias e ao fluxo de capitais e negócios. Em “A Revolução Burguesa no Brasil”, Florestan Fernandes evidencia a ascensão da burguesia e do capitalismo no país exatamente nessa região, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, dependente e subserviente ao mercado externo, se deu pelas mãos da segunda geração de poderosos cafeicultores – pós-1860 -, mais próximos à corte e a capital do Império do que da Casa Grande e do latifúndio, atentos às oportunidades de negócios no âmbito da ampliação de mercados e no Estado na esfera política. Assim é que, Irineu Evangelista (Barão de Mauá), a família Prado (Martinho e Antônio), Roberto Dias Baptista, Benedito Antônio da Silva, Eduardo Guinle, Antonio Carlos de Arruda Botelho (Conde do Pinhal), Luís Mateus Maylasky (Visconde de Sapucaí), Antonio de Queiróz Teles (Visconde de Parnaíba), Francisco de Paula Mayrink (Conselheiro Mayrink) notabilizaram-se como grandes homens de negócios – banqueiros, comerciantes, industriais, cafeicultores - no Império, além de políticos influentes nos assuntos públicos e econômicos do país.

Amaral Lapa (1998, p. 28) destaca que até cerca de 1860, o Rio de Janeiro produzia 78% do café no país contra 12% em São Paulo. Contudo, “nas duas últimas décadas do século XIX, a produção do Oeste paulista rapidamente superaria a do Vale. São Paulo ultrapassa a produção de Minas Gerais em 1881 e a do Rio de Janeiro em 1889”. Desde 1850, até 1910 as diferenças entre o café do Vale (Província do Rio de Janeiro) e o do Oeste Paulista acentuam-se e se distanciam, em termos de qualidade e produtividade. Se na década de 50 do século XIX o café respondia por 48,1% das

exportações, em 80 salta para 54,6% e 64,7% em 90. O valor das sacas, a partir da década de 1870 também dá um salto significativo, ainda que o volume de produção não acompanhasse o avanço dos preços, o que demonstra a valorização qualitativa do produto brasileiro no mercado.

De acordo com D'Arbo (2014, p. 40), o “Mappa das Fábricas Agrícolas de S. Paulo”, publicado “em 1852, pela Secretaria do Governo de São Paulo já havia registrado 395 engenhos de beneficiar café”, espalhados pelo interior do Estado, sobretudo, nas regiões de Campinas e Jacareí. Segundo a autora, parte do maquinário instalado nas fazendas paulistas vinha de representantes estrangeiros instalados na capital do Império ou em São Paulo e Santos, outras, porém, eram fabricadas por colonos estrangeiros ou empreendedores brasileiros como o fazendeiro de Campinas, Antonio Carlos Sampaio Peixoto. Assim, explica que:

[...] o imigrante alemão Johan Ludwig Benjamim Faber foi o fundador da primeira fundição instalada em Campinas, em 1858, denominada “Grande Fundição Brasileira”. Na década de 1870, essa empresa importava produtos sob encomenda da Inglaterra, produzia peças de ferro e bronze para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, produzia ventiladores para matar formigas, descascadores de café e moendas de cana além de fabricar e consertar máquinas para a lavoura e a indústria [...]. (D'ARBO, 2014, p. 46).

De acordo com Amaral Lapa (1998), desde a década de 1860 o destino do café estará inextricavelmente ligado às ferrovias. A linha Santos-Jundiaí foi criada em 1867. Em 1868 foi fundada a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, inaugurando o ramal Jundiaí-Campinas em 1872 e Campinas-Itu em 1873. A Companhia Mogiana, fundada também em 1872 ampliaria o trecho até os limites do Rio Grande em Minas Gerais, passando por Ribeirão Preto. A Companhia Sorocabana em 1875 ligaria toda a região de Botucatu e, em 1877 alcançaria a Estrada de Ferro D. Pedro II no Rio de Janeiro.

A expansão cafeeira na década de 1850, na região de São Paulo, favoreceu a ampliação da malha ferroviária e a demanda por equipamentos agrícolas. O contingente de imigrantes, no esteio das leis Eusébio de Queiróz e de Terras, ambas de setembro de 1850, dá-se de acordo com a progressiva política de substituição da mão-de-obra escravizada até 1888, de embranquecimento da população e da mercantilização da terra para fins de concentração da propriedade privada e acumulação. Assim, no vácuo da



imigração alemã, austríaca e suíça da década de 20 no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a partir do final dos anos 1860 virão para São Paulo levadas de italianos, espanhóis, portugueses e até alguns veteranos confederados dos Estados Unidos.

D'Arbo (2014, p. 43) relata que na década de 1860, o engenheiro dos Estados Unidos "William Van Wleck Lidgerwood instalou-se com uma representação no Rio de Janeiro" da empresa Lidgerwood MFG Co. Ltda. Nos anos seguintes montou "depósitos e oficinas em São Paulo, Campinas, Santos e Taubaté, atuando inicialmente como importadora e no suporte técnico as máquinas importadas". Quando passou a fabricar suas máquinas de beneficiamento para atender a expansão cafeeira. "Em 1884, com apenas dez operários, começou associando-se a "fundição de João Miguel Bierrenbach". Dois anos depois já tinha 85 operários e instalações próprias, conforme a proximidade com a Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

A proximidade com a capital do Império e o porto, favorecem o comércio e o surgimento da burguesia urbana, da indústria e serviços. Na medida em que estabelece a ligação entre produtor e consumidor, o escoamento de mercadorias incentiva e abastece o mercado interno. É nesse contexto que se expandem as indústrias têxteis, o transporte público e as ferrovias, o fornecimento de água e iluminação pública, o sistema bancário e financeiro, as subsidiárias estrangeiras, os meios de comunicação e informação e, conseqüentemente, o trabalhador livre e urbano.

Ao lado dos imigrantes estrangeiros que chegavam desde meados do século XIX, em substituição paulatina e subsidiada da mão-de-obra escravizada, compunham as fileiras do jovem proletariado brasileiro, artesãos incapazes de concorrer com os novos produtos industrializados e trabalhadores pobres e livres, sobretudo, mulheres e crianças. Batalha (2000, p. 12) revela que em 1901, em São Paulo, os trabalhadores imigrantes eram "amplamente majoritários", havendo até quem dissesse que "nove de cada dez trabalhadores na indústria paulista eram estrangeiros". Até os anos 20, após a "grande onda imigratória, os estrangeiros representavam 51% dos trabalhadores industriais em São Paulo e 35% no Rio de Janeiro".

As condições para os operários eram as piores possíveis, sobretudo, para mulheres e crianças. No final do século XIX e início do XX, as jornadas de trabalho alcançavam até 14 horas no Distrito Federal e 16 horas em São Paulo. Havia ainda

distinções quanto às regiões, conforme a organização dos trabalhadores fosse ativa e o seu maior poder de pressão entre a classe política e os patrões. Deste modo, um operário têxtil ganhava cerca de  $\frac{1}{4}$  a mais no Distrito Federal do que em São Paulo, enquanto que no Nordeste esse salário correspondia à metade. Assim, conforme Batalha (2000) informa:

No município de São Paulo, segundo os dados do censo populacional de 1920, as mulheres representavam 29% do total de trabalhadores empregados em todos os ramos da indústria, mas, no setor têxtil essa participação saltava para 58%. Já no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a participação das mulheres entre os trabalhadores da indústria era ligeiramente inferior à de São Paulo, 27%, mas no setor têxtil era de apenas 39%. (BATALHA, 2000, p. 10).

Muitos trabalhadores estrangeiros, conforme viessem inicialmente para trabalhar na lavoura, não possuíam experiência anterior de fábrica ou de centros urbanos, submetendo-se, assim, a situações de trabalho degradantes que dificilmente até mesmo brasileiros pobres ou ex-escravizados se submeteriam. Batalha (2000) cita como exemplo desse tipo de situação a crônica “Fome negra” do jornalista carioca João do Rio, sobre a situação de trabalhadores portugueses e espanhóis de carvão e manganês na Ilha da Conceição na Baía de Guanabara. O texto de João do Rio publicado na “Gazeta de Notícias” em 1904, fala por si:

Quando chega vapor, de novo removem o pedregulho para os saveiros e de lá para o porão dos navios. Esse trabalho é contínuo, não tem descanso. Os depósitos cheios, sem trabalho de carga para os navios, os trabalhadores atiram-se à pedreira, à rocha viva. Trabalha-se dez horas por dia, com pequenos intervalos para as refeições, e ganha-se cinco mil réis”.

É uma espécie de gente essa que serve as descargas do carvão e do minério e povoa as ilhas industriais da baía, seres embrutecidos, apanhados a dedo, incapazes de ter ideais. São quase todos portugueses e espanhóis, que chegam da aldeia, ingênuos. (...) Só têm um instinto: juntar dinheiro, a ambição voraz que os arrebenta de encontro às pedras inutilmente. Uma vez apanhados pelo mecanismo de aços, ferros e carne humana, uma vez utensílio apropriado ao andamento da máquina, tornam-se autômatos com a teimosia de objetos movidos a vapor. Não têm nervos, têm molas, não têm cérebros, têm músculos hipertrofiados. O superintendente do serviço berra, de vez em quando:

- Isto é para quem quer! Tudo aqui é livre! As coisas estão muito ruins, sujeitemo-nos. Quem não quiser é livre!.

Vivem quase nus. No máximo uma calça em frangalhos e uma camisa de meia. Os seus conhecimentos reduzem-se à marreta, à pá, ao dinheiro; o

dinheiro que a pá levanta para o bem-estar dos capitalistas poderosos; o dinheiro, que os recurva em esforços desesperados, lavados de suor, para que os patrões tenham carros e bem-estar". (JOÃO DO RIO, 2008, p.169-170).

Esse relato de João do Rio (2008) revela, sem retoques, a situação aviltante à que estava submetida setores mais vulneráveis da classe trabalhadora. Estrangeiros pobres, camponeses rústicos, analfabetos, iludidos, homens sem família e vínculos no país eram a mão de obra perfeita para a exploração mais atroz e brutal possível. Esses tipos os encontraremos aos montes nas crônicas dos periódicos da época e nos registros de João do Rio e Lima Barreto, os grandes escritores-jornalistas da época, como Machado de Assis e Euclides da Cunha.

De fato, o surgimento do proletariado urbano e as transformações sociais não passaram indiferentes à imprensa e aos cronistas brasileiros da época. Machado de Assis, por exemplo, escreve basicamente sobre as transformações sociais do seu tempo, fazendo a crítica à burguesia ascendente em oposição a ordem senhorial decadente. Entre romances, contos e crônicas desfilam todos os tipos sociais que o Brasil escravocrata e senhorial, liberal e burguês, monarquista e republicano, ao longo do século XIX, encontra-se pelas ruas da capital do Império e a seguir da República.

A segunda metade do século XIX vê surgir um tipo de literatura, sobretudo, poesia, atenta as questões sociais. Da geração de Românticos, Castro Alves projeta-se como o grande poeta lírico e social denunciando a infâmia da escravidão, é o grande propagandista da causa Abolicionista. Bacharel em Direito em Pernambuco, é da mesma geração de Tobias Barreto e Ruy Barbosa, assim, teve uma sólida formação na tradição romântica, liberal e positivista da época. Castro Alves é o grande responsável pela visão idílica e humanista do negro escravizado, em uma sociedade em que o homem negro era tão somente uma propriedade, tal qual uma ferramenta, um utensílio doméstico ou uma besta de carga - a sua poesia liberta e enaltece o homem negro.

Castro Alves eleva o homem negro a um patamar superior. Inscreve-o na história como um ser trágico que afronta a humanidade e a civilização, revelando ao mesmo tempo a miséria do homem branco e a nobreza do negro que luta e resiste. Da sua pena transborda a repulsa pela injustiça e a violência, o drama e a utopia do século herdeiro das Luzes que aspira a modernidade.

O jovem baiano segue a trilha de Victor Hugo, Charles Baudelaire, Edgard Allan Poe, Johann Wolfgang von Goethe, Percy Shelley, Walt Whitman, Charles Dickens, influenciado tanto pelo romantismo quanto pelo realismo. Os grandes nomes da literatura e poesia do século XIX, que em suas obras exprimiam a sua visão romântica, bucólica e melancólica do século das Luzes, das fábricas e da ciência. Ao mesmo tempo em que denunciam as mazelas, o cinismo e a perversidade da sociedade burguesa e capitalista.

Nas crônicas de João do Rio (2008) encontraremos os estivadores, cocheiros, ambulantes, prostitutas, pedintes – inválidos, mulheres, crianças, velhos -, tatuadores, músicos de rua, carregadores de malas, vendedores de jornais, engraxates, mágicos, punquistas, todos os tipos que compunham o mosaico social do Rio de Janeiro do final do século XIX e início do XX. Tipos que, se muito, apareciam apenas em grandes agitações sociais, mobilizados em manifestações pontuais, quando assumiam o protagonismo na convulsão social e eram brutalmente reprimidos, caso das Revoltas do Vintém e da Vacina. Pessoas que não pertenciam ao operariado urbano organizado, embora fizessem parte, à margem, do ambiente social cotidiano – igualmente produtos do capitalismo, lumpemproletariado e exército industrial de reserva.

Lima Barreto, por sua vez, em “Cemitério dos Vivos” denunciará a profilaxia social, estabelecida em pressupostos racistas, registrando a repressão aos marginais, desviantes ou descartáveis pela sociedade burguesa-capitalista – mendigos, andarilhos, alcoolistas, doentes mentais, inválidos, deficientes físicos -, internados compulsoriamente em asilos ou manicômios. Ele mesmo, mestiço e alcoolista foi internado duas vezes, em 1914 e 1919, embora jornalista e escritor conhecido. E é dessa experiência traumática que surge a obra citada.

Grande jornalista, ao lado de João do Rio e na tradição de Machado de Assis, fará a crônica política e social dos primeiros anos do século XX. Assim, registrará as transformações da cidade e a profilaxia social, as remoções forçadas e a exclusão dos pobres do centro da cidade, enviados para os morros e subúrbios devido a especulação imobiliária motivada pelas reformas urbanas promovidas por Pereira Passos e Carlos de Campos. As agitações sociais como a Revolta da Vacina e a da Chibata, as greves e manifestações operárias – inclusive a Revolução Bolchevique -, as contradições da burguesia e a vida nos subúrbios estão em suas crônicas e reportagens. Livros como

“Recordações do escrivão Isaias Caminha” e “Triste fim de Policarpo Quaresma” são obras contundentes, marcadas por críticas à burguesia ascendente, as oligarquias políticas e ao caráter autoritário da República.

Na crônica “Greve Inútil” de 22 de maio de 1920, Lima Barreto (1995, p. 53-54) comenta sobre a paralisação dos bancários em Berlim. Considerando-a de pouca importância, sustenta com refinada ironia que nunca teve “a mínima ideia da serventia de um banco” e, portanto, está “sempre muito admirado que toda a gente peça bancos para o desenvolvimento do país”. Adiante, destaca que os trabalhadores, “por terem aderido ao socialismo, anarquismo ou coisa que o valha, estão empregando também a malsinada greve”. Por fim, sentencia que resultará “inútil”, não concorrendo “para a solução da questão social”. Como se vê, numa crônica enxuta, o autor destaca a luta de classes, o movimento sindical, as estratégias de luta – greve, embora discorde ou duvide dela -, as tradições ideológicas presentes à época - anarquismo e socialismo -, e por fim, a questão social.

## **8. Questão social, movimento operário e luta de classes no Brasil**

Em suma, para não me alongar. O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social. Precisamos combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na “Casa Grande” ou no Rio ou em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaria de o “Problema Vital. (Lima Barreto, Bagatelas, 22.02.1918)

Batalha (2000), ao estudar o movimento operário na primeira República, aponta a primazia de estrangeiros na indústria e organizações proletárias no país; sobretudo, na cidade de São Paulo. Assim, de orientação socialista, destaca o Círculo Socialista, fundado em Santos em 1889, como o pioneiro; seguido dos Partidos Operários em 1890, ambos na capital federal e de orientação socialista e anarcossocialista. Apesar das organizações dos Congressos Socialistas de 1892 e 1902, o autor revela que a pouca

coesão dessas organizações, fragmentadas em disputas pessoais e correntes ideológicas, no ambiente político desfavorável da República Oligárquica, levaram tais movimentos a experimentar curta duração, de modo que o anarquismo de ação direta e luta sindical acabou ganhando mais projeção entre os trabalhadores.

Sobre os anarquistas, Batalha (2000) aponta ser também um movimento pouco coeso e homogêneo, pois havia diversas correntes no movimento, inclusive se enfrentando em disputas acirradas nos Congressos supracitados. Havia os mutualistas, os anarcossocialistas – ou anarco-comunistas - e os individualistas. Por fim, como já foi dito, o campo de disputa entre os trabalhadores abarcava o sindicalismo católico, os positivistas-republicanos e os socialistas. Sobre o caráter anarquista, aponta:

O ideário comum dos anarquistas passava, entre outros aspectos, pelo antiestatismo, pelo federalismo, pela recusa da luta político-parlamentar, pelo anticlericalismo e pela rejeição de qualquer forma de opressão sobre o indivíduo. Em sua maioria, os anarquistas no Brasil eram seguidores das posições do russo Piotr Kropotkin e do italiano Errico Malatesta, representantes da corrente que se convencionou chamar anarco-comunista e que dominou o anarquismo internacional a partir de 1880. (BATALHA, 2000, p.24)

A estratégia dos positivistas-republicanos, destaca, consistia no simples apelo às autoridades para intermediarem as suas reivindicações aos patrões, sem de forma alguma propor ações de paralisação ou outras formas de luta comprometendo a ordem e a produção. Consistiu em algo próximo daquilo que poderia se chamar de operário-cidadão, incorporando-o e canalizando as suas reivindicações pelas vias institucionais, colocando em prática a máxima de Auguste Comte da “incorporação do proletariado à sociedade moderna”.

O sindicalismo católico, por sua vez, orientado pela doutrina social da Igreja de 1891, estabelecida pelo Papa Leão XIII, buscava combater a influência anarquista e socialista entre os trabalhadores e conciliar patrões e operários, condenando as greves e outras manifestações, denunciando de forma sutil e irrisória as mazelas da indústria e do capitalismo. O Centro do Operário Católico de 1899 atuava em São Paulo através de ações sociais e de periódicos cristãos. Essa organização, em 1907, viria a ser o Centro Operário Católico Metropolitano, espalhando-se por vários bairros da cidade de São Paulo e pelo interior.

Goldmacher (2009), por sua vez, destaca o caráter típico da indústria têxtil: reunia os trabalhadores em vilas operárias muito próximas às fábricas, de modo que o trabalho perfazia toda a sua vida e a da sua família. Considerando que muitos desses industriais também fossem cafeicultores ou herdeiros dessa linhagem, não causa espanto que houvesse essa “cultura”, digamos assim, de reunir em um mesmo local, ou bastante próximo, espaço de moradia e convivência com o ambiente de trabalho, seja na lavoura como na fábrica, conforme os engenhos de outrora.

A crise do ciclo do café no Rio de Janeiro mobilizou grandes massas de trabalhadores livres e ex-escravizados para a capital, favorecendo a ampliação da indústria, conforme aumentava a oferta de mão-de-obra e barateavam-se os salários. Citando Nicolau Svecenko, Goldmacher (2009) destaca que no final do século XIX, o afluxo de trabalhadores para a cidade levou às mudanças urbanas de forma drástica e contundente, pelo então prefeito Pereira Passos, conforme a vida dos trabalhadores se tornava cada vez mais difícil e precária. Problemas habitacionais e de ordem sanitária, insalubridade, epidemias, moléstias e a alta mortalidade caracterizavam a vida urbana, ao lado da carestia, miséria, baixos salários, desemprego, problemas de abastecimento e fome. As reformas urbanas serviram apenas para ampliar a especulação imobiliária e afastar os trabalhadores e pobres do novo centro da capital da República.

Essa situação favoreceu a adesão dos trabalhadores às vilas operárias e, esse convívio, por sua vez, privilegiou o fortalecimento de vínculos de solidariedade entre eles. De acordo com Goldmacher (2009), além das vilas, os patrões buscavam constituir Associações de Fábrica<sup>52</sup>, com o objetivo de controlar os trabalhadores e monitorar suas atividades, de modo a ampliar a participação de não-operários junto aos operários e desestimular a sindicalização e as organizações autônomas de trabalhadores. Isto é, trata-se de proporcionar a extensão da disciplina e do controle fabril à vida familiar e comunitária, no interior da vila operária. O fato de residir em terreno da fábrica, por fim, tornava a família do operário uma espécie de agregado, privilegiando relações paternalistas, ao mesmo tempo em que reproduzia a relação de dominação e

---

<sup>52</sup> De acordo com a autora, as normas dessas Associações eram idênticas aos regulamentos das fábricas, conforme os interesses dos patrões e, muitas delas, extrapolavam as questões laborais impondo regras de conduta em relação a questões políticas, culturais, sociais, econômicas, etc.

subserviência, fortalecendo os vínculos de obediência, lealdade e dependência entre uns e outros.

De um modo geral, as reivindicações operárias priorizavam a redução da jornada e melhores condições de trabalho, aumento de salários, regularização do trabalho infantil e das mulheres, sobretudo, no que diz respeito às questões ligadas ao assédio, abusos e maus tratos. Contudo, Goldmacher (2009) destaca a carestia, direito à folga e férias remuneradas, greve e organização sindical, como reivindicações permanentes dos trabalhadores no período compreendido entre 1890 e 1917.

Fundada no início de 1903 no Rio de Janeiro, a Federação dos Operários e Operárias das Fábricas de Tecidos - de inspiração francesa -, segundo relatório apresentado no II Congresso Operário de 1913, aponta que essa organização foi a principal força mobilizadora e organizadora no movimento e que deflagrou a greve geral naquele ano. Por ser de matriz socialista, essa organização privilegiava a cotização dos seus membros, a defesa dos seus “interesses morais e materiais, econômicos e profissionais”, bem como assegurar a independência da luta sindical fora da esfera de partidos políticos. Assim, segundo a autora, por essa razão os trabalhadores têxteis foram a grande força à frente do movimento grevista de 1903, capaz de mobilizar 25 categorias de trabalhadores em um espectro de 40 mil paralisados durante 26 dias, ao largo de quase toda a cidade do Rio de Janeiro.

A greve geral de 1903, segundo a autora, foi uma referência para a classe trabalhadora não apenas por alcançar parcialmente os seus objetivos, mobilizando dezenas de milhares de operários e diversas categorias, em vários bairros da cidade; mas, sobretudo, por ser dirigida por associações dos trabalhadores<sup>53</sup>. De forma inédita, este fato foi amplamente registrado tanto pela imprensa operária quanto pelos jornais de grande circulação. Disso resultou não apenas o fortalecimento dessas organizações, como ainda suscitou o surgimento de entidades operárias de diversas outras categorias ainda não organizadas, como os estivadores, por exemplo.

---

<sup>53</sup> A autora destaca que nem a redução da jornada de trabalho ou o aumento de salário foram alcançados de acordo com a reivindicação, mas, conseguiram negociar ambos e isso foi considerado uma vitória parcial. Contudo, destaca que em seguida, vieram as represálias com a demissão de diversos trabalhadores envolvidos na greve.



O relatório sobre a greve apresentado no Congresso Operário chama a atenção para os diferentes posicionamentos das associações e, a despeito dos objetivos comuns, “não necessariamente seguiam uma mesma forma de organização e nem tinham as suas ações orientadas pelos mesmos princípios” (Goldmacher, 2009, p. 52). Ou seja, cada associação respondia conforme a tendência política predominante entre a direção da organização – anarquistas ou socialistas. Por essa razão, enquanto uns atribuem as dificuldades da greve a aceitação de não-operários no movimento, podendo agir como infiltrados e sabotadores, outros supõe que as divergências táticas entre as diversas associações dividiram e desmobilizaram o movimento, o que o enfraqueceu e levou ao desmantelamento da Federação dos Operários e Operárias das Fábricas de Tecidos meses depois.

O relatório, apesar das divergências explicitadas, revela a maturidade da classe trabalhadora na capacidade de analisar a situação e proceder a autocrítica, destacando a necessidade da profissionalização sindical e de se autodefender contra a repressão policial. Assim, a profissionalização consiste na maior consciência dos sindicalizados, de modo que os trabalhadores possam ser ao mesmo tempo “soldados” e “generais”, que todos saibam o seu papel e como conduzir e atuar a luta contra a “exploração da burguesia”.

O uso de termos como operários e burguesia como opostos nos indica uma noção mais clara quanto à oposição de interesses, oposição esta que é o ponto de partida da construção da consciência de classe. (GOLDMACHER, 2009, p. 56).

De um modo geral, não havia o predomínio de uma corrente propriamente socialista ou anarquista, haja visto que a imensa maioria das associações de trabalhadores nesse período constituíam-se como organizações de auxílio mútuo. Possuíam tanto caráter beneficente, quanto de resistência e reivindicação. Aspiravam contemplar as necessidades morais, intelectuais e materiais dos trabalhadores. Enfim, buscavam reformar o homem, o capitalismo e a sociedade. Era comum que organizassem cooperativas, bibliotecas, cursos profissionalizantes, caixas de auxílio para desempregados ou para pessoas temporariamente impossibilitadas de trabalhar.

Nos “Escritos Políticos” de Antonio Gramsci, produzidos entre 1916 e 1926, mais especificamente no texto “Socialismo e Cultura”, de 29 de janeiro de 1916, publicado em “*Il Grido del Popolo*”, refletindo sobre a cultura, se destaca:

A cultura é uma coisa bem diversa. É organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres. Mas isto tudo não pode acontecer por evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade, como acontece na natureza vegetal e animal, em que cada coisa seleciona e especifica inconscientemente os próprios órgãos, por lei fatal das coisas. O homem é, sobretudo espírito, isto é, criação histórica e não natureza. (GRAMSCI, 2010, p. 53)

As palavras de Gramsci, captam na essência, o ponto de ruptura e o processo de transformação de uma “classe em si” em outra “para si”. Percebe-se, porém, no texto de Goldmacher (2009), que a preocupação com a formação intelectual e política do trabalhador não era de forma alguma negligenciada, a despeito de certo ecletismo político e ideológico entre os trabalhadores, no bojo das disputas entre anarquistas e socialistas, mutualistas, republicanos, reformistas ou partidários da ação direta.

O Primeiro Congresso Operário estabeleceu que todas as organizações dos trabalhadores deveriam se denominar “sindicatos”, e o foco da atuação sindical deveria ser a resistência. Deste modo, todas as antigas associações, uniões, ligas operárias passaram a se chamar “sindicato”, correspondente à respectiva categoria. As demais funções dessas organizações, seja de caráter assistencial, recreativo ou cooperativo, deixaram de ser prioritárias, enquanto que a resistência e a luta na defesa e ampliação de direitos assumiram o protagonismo. Após o Congresso, segundo Goldmacher (2009), houve um consenso de que embora atraíssem mais trabalhadores para a organização, o faziam por interesses que não dizem respeito à resistência e a luta. Por fim, compreenderam que as ações de caráter beneficente, assistenciais e cooperativistas favoreciam a interferência e manipulação patronal no interior das organizações dos trabalhadores.

Esse caráter polivalente dos primórdios das organizações proletárias, articulando ações mutualistas, beneficentes, culturais e de luta e defesa dos interesses dos

trabalhadores, tanto por meio de greves e agitações como pelas vias parlamentares, privilegiou a ampliação do sindicato sobre as massas operárias, entre outros interlocutores intelectuais e a maturação de vanguardas esclarecidas. Assim, a explicação de Gramsci a respeito da consciência operária é didática:

E esta consciência formou-se não sob o ferrão brutal das necessidades fisiológicas, mas pela reflexão inteligente, primeiro por alguns, depois por toda a classe, sobre a razão de certos fatos e sobre os meios considerados melhores para os converter de ocasião de vassalagem em insígnia de rebelião e de reconstrução social. Isso quer dizer que cada revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeabilização de ideias através de agregados de homens, primeiro refratários e somente virados para resolver dia a dia, hora a hora, o seu problema econômico e político, sem laços de solidariedade com os outros que se encontram nas mesmas condições. (GRAMSCI, 2010, p. 53).

É interessante notar como, segundo Goldmacher (2009, p. 69), havia uma preocupação maior em torno do consenso que da divergência ou debate na organização sindical, supondo que o debate e a divergência instigam o divisionismo e enfraquecem o coletivo. Nesse sentido, ela destaca que muitos sindicatos formalizavam em seus estatutos a proibição a “discussões políticas”, no sentido partidário-eleitoral, e a “opção por um sindicato livre de qualquer definição política” – além de debates religiosos de qualquer tipo. Assim, percebe-se um incômodo ou mal-estar com a política, entendida como lugar do consenso, de modo que o dissenso e a disputa seriam prejudiciais à mobilização, organização e unificação dos trabalhadores. Talvez esse seja um traço do caráter antipartidário e apolítico, avesso ao debate, presente na sociedade até hoje, mobilizado com zelo e empenho pela elite antidemocrática.

A admissão de não-operários no sindicato, como mestres e contramestres, chefes ou gerentes era outro ponto a ser discutido no Congresso. Conforme os elementos intermediários entre os operários e os patrões identificavam-se com estes, aqueles decidiram pela aceitação de não-operários apenas em casos excepcionais. Nota-se, assim, avançada clareza e coerência dos trabalhadores em relação à consciência de classe, definida em termos práticos na identificação com a ideologia operária, além de compartilharem as mesmas condições materiais. Embora os intermediários, do ponto de

vista material, como assalariados estivessem alinhados com o proletariado, ideologicamente compartilhavam as ideias e valores burgueses do patronato.

No II Congresso, Goldmacher (2009, p. 70) demonstra que essa discussão amadurece, prevalecendo à tendência manifesta já no Primeiro, de orientação anarquista, conforme defendida pela Federação Operária de Santos. Esse debate avança até a Confederação Operária Brasileira, sugerindo que ela assumisse posicionamento favorável à orientação anarquista, como princípio para as organizações operárias. Contudo, termina derrotado em favor da “ação direta de pressão e resistência contra o capitalismo, para a garantia e conquista dos seus direitos econômicos que ligam diretamente os trabalhadores, divididos pelas suas opiniões políticas, religiosas ou sociais”, conforme a contundente influência de Astrojildo Pereira, Edgar Leuenroth e José Romero, dentre outros notórios anarquistas na vanguarda do movimento.

A estratégia vencedora foi a de aceitar o livre debate de ideias políticas, religiosas e quaisquer outras no sindicato. Na medida em que isso não significa, de modo algum, adesão ou subordinação a qualquer uma delas. Assim, pretendia-se dar mais liberdade aos trabalhadores e ampliar a adesão às suas fileiras na luta primordial contra o capitalismo, conforme seja este o enfrentamento fundamental para o proletariado deliberado no II Congresso Operário de 1913. As tarefas do proletariado, já não se tratam mais de “uma luta por simples melhorias da situação econômica, nem apenas contra o patronato, mas sim pela sua “completa emancipação” (Goldmacher, 2009, p. 70).

Assim, é pertinente destacar algumas observações: a primeira é o notável avanço da consciência de classe do incipiente proletariado urbano, manifesta pela lucidez com que determina seu principal adversário e suas estratégias; isto é, o capitalismo e a resistência, ação direta e agitação. A segunda, diz respeito à maturidade política do proletariado ao incorporar o debate político e social ao sindicato, sem cercear a livre circulação de ideias, de modo a ampliar a sua base e sedimentar a direção através do enfrentamento ideológico e ações decorrentes.

Após o Congresso Operário de 1913, ações de caráter beneficente assumem contornos estratégicos políticos, como a bolsa-trabalho, encarregada por recolocar operários desempregados de volta ao mercado. A perspectiva da assistência atraía apenas trabalhadores desesperados e motivados pelo emprego. A estratégia de

resistência, porém, adquiria contornos de controle do mercado da mão-de-obra qualificada disponível, privilegiando operários mais conscientes e comprometidos com a luta. Esta tendência apenas se acentua, pois, diversas categorias, como os pedreiros e estivadores, já estabeleciam em seus estatutos o “direito” dos trabalhadores associados ao sindicato de terem acesso à bolsa-trabalho para recolocação, evidenciando o caráter beneficente em declínio.

O caso dos trabalhadores estivadores é emblemático, pois, demonstra aspectos da sociedade recém-saída da ordem escravocrata que repercutiam sobre o proletariado urbano. Assim, ao estabelecerem o *closed shop* (mercado fechado), a União dos Estivadores fecha o mercado para a livre contratação pelos patrões, assegurando que o emprego na estiva fique garantido exclusivamente aos estivadores organizados. Tal fato é importante por duas razões: por não ser qualificada, a mão-de-obra na estiva era bastante disponível e sem ser garantida por legislação trabalhista. Apenas a organização dos trabalhadores assegurava uma relação mais respeitosa, formal e digna em relação aos patrões, distanciando o estigma do trabalhador braçal vinculado a escravidão ou a vadiagem prevista em lei.

Goldmacher (2009) destaca, contudo, que a despeito da tese da ação sindical, voltada prioritariamente à resistência e agitação, diversos sindicatos “combinavam” ações de “resistência com o mutualismo”. Condenado como prática perniciosa desde o I Congresso Operário em 1906, o mutualismo era sistematicamente atacado pela imprensa operária, como “A voz do trabalhador”, que destaca em artigo de 1913, assinado por Neno Vasco, “o reconhecimento da legitimidade e justiça das condições impostas pelo patrão” (Goldmacher, 2009, p. 74).

A argumentação do periódico “A voz do trabalhador”, assenta-se em sólidas bases teóricas do anarcossocialismo, na medida em que coloca o debate na perspectiva estrita da ação política e econômica – recusando os postulados éticos e morais da prática do auxílio mútuo. Vasco sustenta que a contribuição para o auxílio mútuo retira do trabalhador uma parte do mínimo que ele recebe pelo seu trabalho, atirando sobre os ombros das organizações dos trabalhadores a manutenção de situações que deveriam ser garantidas politicamente, por meio de direitos mínimos assegurados pelo Estado. Além disso, apenas atraíam trabalhadores interessados na possibilidade de auxílio,

resignados e sem qualquer interesse ou compromisso com a luta. Por fim, a contribuição à caixa de auxílio, retirando parte do que o trabalhador recebe, provocaria impactos no consumo e na produção, de modo que promoveria o desemprego e a redução de salários.

A despeito das deliberações e orientações, muitos sindicatos não rejeitavam as cooperativas e caixas de auxílio. O apelo sedutor ao cooperativismo, entre amplos setores da classe trabalhadora, daria um estudo à parte. É pertinente, no entanto, registrar algumas observações.

A história do cooperativismo remonta à época dos *trade unions* na Inglaterra, ligada ao desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa em meados do século XIX, “como expressão de um movimento operário, reagindo às condições de extrema exploração então existentes” (Rios, 1987, p. 19). A “liberdade do trabalho”, fundamento do liberalismo econômico, no século XIX, proibia as associações de trabalhadores e a repressão era tão brutal quanto a exploração – na Grã-Bretanha, apenas em 1826 o direito a associação é reconhecido, na França somente em 1884. Assim, segundo o autor:

O cooperativismo europeu surge, pois, como uma reação proletária ao liberalismo do capitalismo competitivo, como parte de uma estratégia de sobrevivência, constituindo também um projeto político. Não se pretendem superar apenas os males do capitalismo: pretende-se eliminar o próprio regime econômico que os provoca. (RIOS, 1987, p. 21)

Na perspectiva do socialismo utópico, inspirado, sobretudo, nas ideias de Charles Fourier e Robert Owen, em 1844, vinte e oito tecelões de Rochdale na Inglaterra criam uma cooperativa de consumo, lançando os pilares daquilo que se tornaria os princípios universais do cooperativismo e do associativismo. Por essa razão, de acordo com Rios (1987, p. 22), se num primeiro momento o “cooperativismo na Inglaterra não superou o capitalismo”, contudo, “inegavelmente mudou a sua face”, na medida em que ampliando a sua esfera de atuação, surgiram cooperativas de crédito, agrícolas, habitacionais, de produção, aliadas aos princípios de caráter socioassistencial e de gestão, educação e formação democráticas.

Talvez isto explique – ou pelo menos ajude a compreender - o encanto pelo cooperativismo até hoje, a despeito das inúmeras críticas, como as que “A voz do trabalhador” já fazia no início do século XX. Grosso modo, Neno Vasco chamava à

atenção para três aspectos fundamentais: desviar o foco primordial do sindicato que é a luta e a resistência para ações assistenciais, inserir a organização nas tramas e meandros do mercado capitalista, despertar o espírito empreendedor no trabalhador a partir da experiência de mercado. Contudo, sob certas circunstâncias, considera positiva a ação cooperativa no interior do sindicato, reconhecendo determinadas potencialidades e virtudes. Assim, reconhece que:

[...] ao agrupar os trabalhadores, podem desenvolver o “espírito de solidariedade” e as habilidades administrativas, destacando que “não faltam anarquistas (como Tcherkesoff) que lhes atribuam valor, mesmo em períodos de crise revolucionária, para a pronta organização comunista da produção”. (GOLDMACHER, 2009, p. 76).

Nota-se nesse debate, o nítido posicionamento contrário à socialdemocracia parlamentar de um lado, e de outro, a opção pelo anarcossindicalismo como instrumento revolucionário, não apenas para a luta econômica e social dos trabalhadores em oposição à corrente anarquista da “propaganda pela ação”, tendência em evidência no campo operário naquele período. A esse respeito, cumpre destacar que se trata de um período de intensa perseguição e repressão ao anarquismo no mundo, criminalizando as suas lutas e organizações. Conforme a virada na estratégia do movimento anarquista após a brutal repressão a Comuna de Paris de 1871, ocorre a mudança da primazia da linha mutualista e coletivista para a da “propaganda pela ação”.

É nesse contexto que a estratégia se impõe, radicalizando as ações na luta anticapitalista como reação a violência burguesa, promovendo as ideias anarquistas por meio de atos de violência e terror, como atentados, assassinatos, sabotagens, assaltos, dentre outros meios. Entre 1890 e até a Grande Guerra, o anarcoterrorismo será o pesadelo da burguesia e das elites no mundo todo. Inspiradas em organizações anticlericais e antimonarquistas, como a *Carbonária* do início do século XIX e a *Naródnaya Vólya* (Vontade do Povo) - organização anarquista russa responsável pelo assassinato do Czar Alexandre II em 1882 -, serão responsáveis pela disseminação de inúmeras ações terroristas<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Nesse clima, florescem a “Mão Negra”, o “Bando Bonnot”, e se multiplicam os atentados terroristas na Europa, sobretudo, na França, contra prédios públicos e estabelecimentos capitalistas, nobres, burgueses,

No Brasil, o senador gaúcho Pinheiro Machado foi assassinado com duas punhaladas nas costas por um padeiro em 1915, no saguão do Hotel dos Estrangeiros no Rio de Janeiro. Segundo Diego Devincenzi (2018, p. 189), o assassino, Francisco Manso de Paiva, alegou que o senador era “um tirano” e por isso era um dever “acabar” com ele. Conforme, porém, trouxesse “uma nota que pretendia justificar sua atitude no caso de morrer; a linguagem do texto, que enfatizava o sofrimento do povo brasileiro com Pinheiro, parecia ser de um homem de maior cultura que Paiva”. Considerando que o senador tivesse muitos inimigos e fosse constantemente atacado pela imprensa carioca, o seu assassinato suscitou animosidades e suspeitas sobre muitos, favorecendo a repressão e a censura contra inimigos reais e imaginários – imprensa e sindicatos anarquistas e socialistas.

Por fim, a Revolução Mexicana de 1910, com forte influência anarquista dos irmãos Flores Magón e camponesa de Emiliano Zapata, coloca a burguesia em estado de alerta máximo. As constantes agitações proletárias, políticas e sociais da década de 10, até a Greve Geral de 1917, seguida da Revolução Russa, impulsionam a repressão estatal burguesa contra qualquer tipo de contestação à ordem, venha de onde vier.

Os debates em “A voz do trabalhador”, segundo Goldmacher (2009), após os Congressos da Confederação Operária do Brasil, davam-se com o objetivo de enfatizar o “sindicalismo revolucionário” ou anarcossindicalismo em oposição ao “socialismo” de caráter socialdemocrata e reformista e a “propaganda pela ação”. Sempre defendendo a liberdade individual, a autonomia do sindicato e a emancipação do trabalhador como fundamentais para a superação do capitalismo no âmbito da luta de classes. Os estatutos, entre outros documentos e registros, revelam esse debate, o comprometimento

---

militares, policiais e autoridades políticas, praticados por anarquistas como François Ravachol, Émile Henry, Auguste Vaillant, Sante Geronimo Caserio, Manuel Buíça, Alfredo Costa, Gavrillo Princip. Além do Czar Alexandre II, são também assassinados por anarquistas ou antimonarquistas republicanos o presidente francês François Carnot (1894), o rei Umberto I da Itália (1900), o presidente estadunidense William McKinley (1901), o rei de Portugal Carlos I e o príncipe herdeiro D. Luís (1908), o arquiduque do Império Austro-Húngaro Franz Ferdinand e sua esposa (1914), dentre outras autoridades políticas, militares, magistrados e policiais. Na Espanha, Antonio Del Castillo em 1897, José Canalejas em 1912 e Eduardo Dato em 1921, são algumas das autoridades mais representativas assassinadas por anarquistas.



e a preocupação dos trabalhadores com a organização e a luta. Pois, não se tratava apenas de uma disputa orgânica entre vanguardas proletárias, mas, de estratégias adequadas que poderiam significar o sucesso ou a esfacelamento da resistência e da luta.

O início do século XX marca processos políticos, econômicos e sociais expressivos para a sociedade brasileira, e em especial para a classe trabalhadora. É o momento de consolidação da República, de amplas reformas urbanas na capital federal (Rio de Janeiro), aumento da imigração europeia e de expansão e transformação da indústria manufatureira para a mecanizada. Todas essas transformações implicam mudanças nos arranjos produtivos e nas relações sociais, ampliando a presença do proletariado no ambiente social, econômico e político. Talvez esse fato nos ajude a entender o sincretismo ideológico e organizativo do proletariado à época - disputavam os corações e mentes do proletariado emergentes correntes sindicais anarquistas, socialistas, católicas e positivistas republicanas. Assim, Goldmacher (2009) destaca:

O ano de 1890, por ser o ano inicial da república e dos debates em torno das formas de adesão dos trabalhadores ao novo sistema político, é um ano rico em produção de artigos sobre a necessidade de criação e a forma que deveria assumir um partido operário. (GOLDMACHER, 2009, p. 82)

Trata-se, como se vê, não apenas de um momento de disputa política entre classes, mas, sobretudo, de afirmação do proletariado enquanto classe - em si e para si. Momento de assumir o protagonismo na construção da identidade e da narrativa, em torno do ser social e político "proletário" brasileiro, a despeito da universalidade e tradição do conceito. Tarefa árdua e complexa, considerando a tradição escravocrata e senhorial, o elevado índice de analfabetos entre as massas e a sistemática oposição da classe dominante.

Novamente é importante reiterar o notável avanço da consciência operária em tão pouco tempo, a despeito do ecletismo que caracteriza a classe, o sincretismo político e as inúmeras adversidades enfrentadas decorrentes das condições precárias e desvantajosas dos trabalhadores em relação ao patronato. A propósito da débil e imprecisa identidade - e repertório ideológico - dos trabalhadores, a obstinação das vanguardas proletárias em organizar, mobilizar e formar a consciência da classe operária

por meio de organizações, associações, eventos e publicações, em 1903 já evidencia resultados positivos. Assim, Goldmacher (2009) destaca que entre 1899 e 1903 o avanço da consciência e identidade se faz acompanhar pelo recrudescimento das ações da classe trabalhadora organizada, conforme demonstra o boletim elaborado pelos carpinteiros em 1903:

De acordo com a resolução tomada por grande número de membros da classe em assembleia geral, convida-se todos os carpinteiros desta Capital declaram-se em greve, como dever de solidariedade com as demais classes operárias, tomando assim parte na greve geral.  
É necessário que os companheiros abandonem imediatamente o trabalho a fim de reunidos resolverem as bases que devem apresentar aos seus patrões. A postos, pois, companheiros, caminhemos para a luta entre capital e trabalho. (GOLDMACHER, 2009, p. 87)

Nestas poucas linhas, chama a atenção a maturidade, a coerência, a lucidez e a ousadia dos trabalhadores carpinteiros. Revelam o domínio do vocabulário combativo marxista e proletário, bem como a necessária identidade-unidade de classe manifesta pela solidariedade proletária e a oposição entre capital e trabalho.

A medida que amadurece a consciência de classe do proletariado, fica cada vez mais claro quem são os seus inimigos – o capital, a burguesia e os seus representantes. Goldmacher (2009) demonstra, deste modo, como as organizações dos trabalhadores avançaram desde a última década do século XIX, considerando as suas resoluções e estatutos. Conforme algumas rejeitassem a greve como mecanismo de luta, outras insistiam na organização de partidos para avançar na luta por direitos, poder político e melhores condições de vida através das vias parlamentares.

Uma tal transformação se dá a partir da experiência forjada nas lutas e, sobretudo, após a greve geral de 1903, culminando com os Congressos Operários de 1906 e 1913, havendo um salto qualitativo esplendido em um espaço de uma década. O boletim publicado durante a greve geral de 1903 pela Sociedade de Classe União dos Marceneiros, não deixa dúvidas quanto ao amadurecimento do proletariado:

[...] quando protestamos a burguesia pede auxilio a soldados para espingardear e se nos calamos morremos à fome, pois eles entendem que nos devemos sujeitar às suas arbitrarias imposições, pois que a justiça publica só está ao lado da burguesia e disposta a subjugar aqueles que como nós operários tudo produzem e nada possuem, tomando assim às

suas mãos a nossa liberdade somos obrigados a abandonar o trabalho embora que jogue-mo-nos ao caminho da fome e da morte; mil vezes a morte que tão medonho sofrimento: portanto, à luta companheiros marceneiros, procuremos por todos os meios ao nosso alcance obter a vitória a que temos direito – Avante! (GOLDMACHER, 2009, p. 88).

Aqui percebemos a oposição entre proletariado e burguesia, para além do antagonismo entre capital versus trabalho. E o mais notável é a percepção da miséria, que subjuga o proletariado em oposição à opulência da produção acumulada pela burguesia. Ao mesmo tempo, destaca-se a utilização pela classe dominante do direito como meio de opressão e dominação contra os trabalhadores, conforme Marx e Engels indicam no Manifesto Comunista de 1848:

Por sua vez, o operário moderno, em vez de elevar-se com o progresso da indústria, decai cada vez mais, abaixo das condições da própria classe. O operário transforma-se em indigente, e a miséria cresce mais rápido do que a população e a riqueza. [...]

Vossas ideias são o produto de relações burguesas de produção e de propriedade, da mesma forma que vosso direito é apenas a vontade de vossa classe erigida em lei, vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições materiais de vida de vossa classe. (ENGELS, MARX, 2012, p. 44-53)

Por fim, Goldmacher (2009) informa que entre 1890 e 1920, apenas no Rio de Janeiro, capital federal da República, aconteceram 316 greves, sendo que 42 destas foram coletivas, isto é, organizadas por mais de uma categoria. Destes movimentos grevistas, a autora destaca que os trabalhadores das empresas que mais se mobilizaram foram os do *Lloyd Brasileiro*, envolvidos em 14 greves nesse período. Em seguida vieram os trabalhadores da Companhia de Gás (*Light*) e da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Entre as categorias, os tecelões foram os que mais se mobilizaram ao lado dos cocheiros, pedreiros, gráficos, estivadores e sapateiros. É de se notar, por sua vez, que os trabalhadores que mais mobilizaram-se foram aqueles ligados à grande indústria, capaz de aglutinar mais operários e mão-de-obra fabril, ao contrário de outras categorias cuja produção ainda se encontrasse em estágio predominantemente manufatureiro ou semi-industrial.

Embora o ano de 1903, segundo Goldmacher (2009), tenha sido o que mais os trabalhadores paralisaram as suas atividades, as 82 greves realizadas entre 1918 e 1920 dão uma média de 27,3 paralisações ao ano, superando a média de 8,6, correspondente às 234 greves ocorridas entre 1890 e 1917. De acordo com a autora, a imensa maioria das greves desse último período aconteceram por reivindicações de melhores salários e redução na jornada de trabalho – muitas das reivindicações eram alinhadas as deliberações do I Congresso Operário.

A despeito dos motivos expostos, não se ignora que o volume expressivo de mobilizações dos trabalhadores ocorra a partir dos últimos anos da Grande Guerra, e após a Revolução Russa, no bojo da crise do Imperialismo e do liberalismo. Três fatores, no contexto brasileiro, podem ser considerados decisivos nesse processo: o sucesso econômico do café (principal produto de exportação), o amadurecimento das organizações dos trabalhadores e o esgotamento do pacto oligárquico nacional.

Cano (2012) explica que apesar da estagnação econômica e da crise de exportação em outros produtos como o açúcar, a borracha e o algodão, o café conseguiu apresentar um desempenho muito satisfatório em termos de preços e produção. Amaral Lapa (1998) revela que a produção entre 1910 e 1920 aumentou, e, embora não tenha sido um aumento expressivo, o valor da saca no mercado cresceu e parte dessa redução de mercado deu-se mais em função da ampliação da concorrência de outros países – em 1910 o café correspondia a 42,3% da nossa exportação e em 1920 a 49%. Enquanto a produção aumentou apenas 18,5% nesse período, é verdade, o valor da saca alcançou 27,5%.

Assim, Cano (2012, p. 901) destaca que nesse contexto apenas “São Paulo concentrava cerca de 2/3 dessas exportações”, de modo que “o crescimento do excedente e dos lucros” crescentes no Estado ampliam a “sua capacidade de crescimento e diversificação capitalista ganhando colossal dianteira econômica sobre as demais regiões do país”. Por essa razão, a “dinâmica de crescimento de São Paulo foi muito mais intensa e diversificada que no restante do país, consolidando, a partir daí uma concentração industrial que só perderia seu ímpeto a partir da década de 1970”. Dito isto, o crescimento econômico e o amadurecimento do proletariado culminariam com o esgotamento do pacto oligárquico, no entanto, não por crise econômica, mas, pelo

contrário, a ampliação das forças produtivas demandando uma reconfiguração dos arranjos produtivos e da superestrutura política. Assim, Cano (2012) anota:

Essa expansão gerou maior complexidade social e econômica, ampliando os conflitos e interesses obrigou o Estado a se fortalecer institucionalmente. O conservadorismo das elites propiciou-lhe o aumento considerável também do aparelho repressor. É justamente em decorrência dessa diversificação social e econômica e não da resolução democrática desses conflitos, que os movimentos reivindicatório e o revolucionário chegaram a ruptura de 1930". (CANO, 2012, p. 901).

Entre 1890 e 1920, Goldmacher (2009) destaca as seguintes greves: a dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1891/92, a dos tecelões de 1903, a dos sapateiros de 1906, a do *Lloyd* de 1913 e a dos gráficos de 1917.

De acordo com o jornal "O Paíz", de 29 de dezembro de 1891, a greve da Estrada de Ferro Central do Brasil iniciou-se motivada por uma confusão, devido a prisão de trabalhadores e a negativa do chefe de polícia local em soltá-los. Após pedido de comissão conduzida por operários ligados ao Partido Operário, alguns trabalhadores resolveram se reunir na estação para discutir a situação, fato que alarmou as forças policiais e os levou a tomar medidas para dispersar a mobilização, momento em que se precipitou o confronto. Iniciado o confronto, foram mobilizadas tropas policiais para conter os trabalhadores no local – a estação do Riachuelo. Ao tomarem conhecimento dos acontecimentos, os trabalhadores de diversas estações se concentraram na Central do Brasil com o objetivo de "paralisar o movimento dos trens e o recebimento de cargas" (Goldmacher, 2009, p. 102). Diante da mobilização dos trabalhadores, a polícia foi incapaz de conter o movimento, iniciando brutal repressão no local, não havendo outra saída para os trabalhadores a não ser entrincheirar-se e resistir à ofensiva policial com o que estivesse à disposição – pedras, paus, garrafas, ferramentas e algumas armas de fogo. Cercados, os trabalhadores foram forçados a se render diante do poder de fogo da repressão.

À noite, porém, injuriados com a repressão policial, os trabalhadores retomaram a ação após a retirada das tropas. Desta vez a repressão foi ainda mais brutal e sistemática, mobilizando uma força de 300 homens de cavalaria e infantaria para reprimir os trabalhadores. O confronto avançou noite adentro e até pela manhã, quando trens de

passageiros chegavam a estação e a feroz repressão policial descambou em violência generalizada contra trabalhadores, passageiros, carregadores e até mesmo transeuntes no entorno. Entre mortos e feridos, cerca de 200 trabalhadores foram detidos.

Goldmacher (2009, p. 102) destaca que nem mesmo a imprensa “chapa branca” da época furtou-se a denunciar a brutalidade e a incompetência das forças policiais em resolver a questão de forma pacífica e ordeira. O “Jornal do Brasil”, classificou a ação policial como “sanguinolenta” e “O Paiz”, destacou que a polícia “cumprir deveres regulamentados por lei”, portanto, não pode agir à margem, motivada por razões passionais e, que poderia, se quisesse, ter se utilizado de “recursos legais para tornar efetiva a prisão dos delinquentes, sem ter necessidade de apelar para violência”. Após a repressão, no dia seguinte, os trabalhadores paralisaram as suas atividades. As autoridades e diretores da Ferrovia realizaram um comício na Estação Central, na noite do dia 31/12/1891, ocupada por força policial de 400 homens.

O envolvimento de representantes do Partido Operário nas negociações para libertação dos trabalhadores, fato que mobilizou a indignação da categoria, foi amplamente explorado pela imprensa na ocasião. Assim, aproveitaram-se da repercussão para explorar as disputas entre as organizações dos trabalhadores, na medida em que o Partido Operário de orientação socialista e parlamentar, fundado por Luís da França e Silva, posicionou-se contrário ao movimento operário exigindo que a imprensa local não vinculasse a sua legenda ao ocorrido. Na aurora da República, prevalecia entre segmentos de orientação socialista da classe trabalhadora a expectativa de que a organização através de partidos políticos e ação parlamentar seria mais efetiva para os trabalhadores, de modo que condenavam com rigor a agitação, protestos e greves. Aproveitando-se da situação o jornal vai além, exigindo em suas linhas a extinção do partido.

Goldmacher (2009) destaca, porém, o oportunismo e a torpeza da imprensa, absolutamente parcial e manipuladora. Conforme houvesse imenso fluxo de imigrantes motivado por incentivos governamentais, havia a crença à época, de que existia “escassez” de trabalhadores para a indústria, portanto, os salários eram elevados, de acordo com a lei da oferta e procura. Assim, sustenta que não se justificaria nenhuma

mobilização e tampouco organização dos trabalhadores, senão com o intuito político e criminoso. Deste modo, segundo noticiado pelo periódico *Jornal do Brasil* em 02/01/1892:

[...] não se agrupam homens, armam-se e dão combate à força pública sem um pensamento comum, próprio ou alheio, que os ligue, é esse pensamento [...] que é preciso conhecer em seus recessos mais íntimos, em suas ramificações, se existem, para prover de remédio afim de que não se fortifique. (*JORNAL DO BRASIL*, 1892 Apud *GOLDMACHER*, 2009, p. 104).

Cabe muitas observações nessas poucas linhas. A autora destaca, por exemplo, que o referido “pensamento” que o jornal faz alusão, refere-se muito provavelmente ao “socialismo” e, como ideia possivelmente “alheia” aos trabalhadores, cumpre a organização operária – sindicato ou partido –, o papel de manipulação das massas operárias. Contudo, pode-se ir além, pois, sugere-se que a ação dos trabalhadores foi premeditada para o enfrentamento armado e, ao exigir que se investigue seus “recessos mais íntimos” e “ramificações”, destila insinuações que instigam dúvidas e medo em relação às organizações operárias. Além disso, afronta-se deliberadamente a liberdade de pensamento, assegurada pela Carta de 1891 (Art. 72, § 8 e 12), pleiteando a repressão ao movimento operário “afim de que não se fortifique”, evidenciando-se o seu papel de propagandista - cumprido com destreza - das classes dominantes contra o jovem proletariado urbano.

Goldmacher (2009), contudo, salienta que havia à época, um clima de tensão generalizado em relação à consolidação da República, de modo que qualquer agitação ou distúrbio social despertava preocupação exagerada no sentido de abalar a confiança, sobretudo, dos mercados, em relação à estabilidade do regime. Segundo a autora, este fato acirrou a disputa entre os partidos operários – o socialista-parlamentar fundado por França e Silva, e o outro organizado pelo tenente Augusto Vinhaes, de tendência anarcossindicalista e com base entre os ferroviários. Entre outras consequências, destaca que o aprofundamento dessa cisão apenas dificultou a criação de uma organização unificada dos ferroviários, independentemente das suas diversas organizações mutuais e ofícios. Somente em 1915, foi fundado o Centro União dos Empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil, mais maduro, sólido e coerente para a luta contra o patronato, assentado na premissa da união da categoria a despeito da

diversidade de ofícios, e na exclusão dos administradores da empresa na organização sindical.

É digno de nota, porém, um fato que revela o tamanho do ecletismo do proletariado nessa época – não que hoje seja de todo coeso e homogêneo. Embora o Partido Operário fundado pelo operário Luís França reivindicasse o socialismo e fosse de orientação parlamentar, e o outro Partido Operário, organizado pelo Tenente José Augusto Vinhaes, ambos fundados em 1890, tivesse caráter anarcossindicalista, privilegiando a greve e o mutualismo, deu-se um fato inusitado nas eleições para a Constituinte de 1890<sup>55</sup>. Vinhaes, embora fosse de um partido de orientação anarcossindicalista acabou eleito deputado constituinte nas eleições de setembro de 1890, conforme registrado por Machado de Assis em crônica publicada na “Gazeta de Notícias” de 21 de agosto de 1892:

Já bastou a aborrecida incumbência feita ao Sr. deputado Vinhaes para comunicar ao povo a parede dos boiadeiros. Por fortuna recaiu a escolha que em pessoa que tomou sobre si os interesses e o bem-estar da classe proletária; mas supõe que recaía em mim, cuja repugnância aos estudos sociais é tamanha, que não a pode vencer a natural e profunda simpatia que essa classe merece de todos os corações bons. (ASSIS, 1994 p. 33)

O desfecho da participação operária na constituinte de 1891, por sua vez, não surtiu qualquer avanço para o proletariado, de modo que o anarcossindicalismo prevaleceu entre a classe trabalhadora, talvez confirmando aquilo que o representante parlamentar dessa corrente, paradoxalmente já soubesse. Assim, as greves de 1903 e 1906 demonstram essa opção pelo proletariado, e foram movimentos bastante articulados com outras categorias, alcançando mesmo longa duração.

A greve dos sapateiros, por exemplo, estendeu-se de agosto até novembro do ano de 1906. A despeito da enorme repressão policial, foi muito organizada e combativa, mobilizando 4 mil trabalhadores em uma manifestação em 11 de outubro, colhendo cerca de 3 mil assinaturas no livro de presença da União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros. Segundo Goldamcher (2009), tal mobilização foi bem-sucedida durante todo esse tempo

---

<sup>55</sup> Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSEMBLEIA%20NACIONAL%20CONSTITUINTE%20DE%201891.pdf>. Acesso em: 12/09/2020.



porque os sapateiros foram capazes de levantar o apoio de outras categorias, como os estivadores, chapeleiros, marinheiros, alfaiates, trabalhadores em trapiche e café, marmoristas, dentre outros que colaboraram com doações para o fundo de greve.

Entre as reivindicações constavam o tabelamento de preços por serviços e o registro do serviço contratado, firmado entre trabalhador e patrão. A tabela estabelecida com o custo de serviços, deliberada em assembleia da União, foi firmada com o objetivo de determinar um valor mínimo a ser pago aos trabalhadores, pois à época, muitos serviços eram feitos em casa, de modo que os patrões podiam barganhar com cada família e baixar os valores pagos. Trata-se, portanto, de estratégia de defesa coletiva contra a exploração e o abuso dos patrões. O registro, por sua vez, forçava os patrões a reconhecerem a organização coletiva da categoria, isto é, o sindicato como órgão de representação e defesa dos seus interesses.

De acordo com Marx e Engels (2012, p. 35), a estratégia dos patrões, assenta-se na seguinte premissa: “o desenvolvimento” do capital, e, portanto, da burguesia, equivale ao “desenvolvimento do proletariado”, isto é, das forças produtivas. Contudo, os proletários, “só sobrevivem à medida que encontram trabalho, e só encontram trabalho à medida que seu trabalho aumenta o capital”. Assim, sentenciam:

Esses operários, compelidos a venderem-se a retalho, são uma mercadoria como qualquer outro artigo do comércio e, portanto, estão igualmente sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado”. (MARX; ENGELS, 2012, p. 35)

As estratégias do patronato, como se vê, mobilizam diversos meios e recursos, de modo a intimidar, assediar, desmobilizar, explorar e ao final reprimir os trabalhadores. Diante da negativa dos patrões em atender as suas reivindicações, foi organizada a greve que se iniciou no dia 24 de agosto de 1906, conforme deliberado em assembleia. O movimento grevista acarretou duas consequências imediatas: de um lado, a aceitação das reivindicações por parte dos patrões, de outro, a organização do empresariado em torno da Associação Comercial do Rio de Janeiro com o objetivo de resistir ao movimento, criando o Centro dos Industriais e Classes Correlativas – é interessante notar, como somente após a organização dos trabalhadores o patronato resolveu organizar-se.

Conforme a consciência e maturidade dos trabalhadores, a despeito de reconhecerem-se antes de tudo como “artistas”, segundo o ofício fosse predominantemente artesanal, os sapateiros identificavam-se como pertencentes à classe operária, portanto, dignos da solidariedade que lhes foi prestada por outras categorias. Assim, Goldmacher (2009) destaca a fala do sapateiro Antonio Rossi:

Cada um convencido dos seus direitos, firmes no lugar que a solidariedade nos obrigar com a consciência interna dos próprios direitos, do direito dos humildes, dos exploradores saberemos chegar à derrubada de suas obras como convém a trabalhadores honestos e civilizados. Demonstraremos ao nosso carrasco que sabemos impor o direito à força, que a nossa luta é maior e mais nobre, porque é a luta para a emancipação do proletariado, as reivindicações sociais o triunfo do trabalho sobre o egoísmo capitalista e destruição de todos os privilégios burgueses.  
Companheiros! Sejamos unidos e tenhamos na memória sempre a frase sublime, consciente e imorredoura do grande mestre do socialismo, Carlos Marx: - Proletários de todo o mundo, uni-vos! (GOLDMACHER, 2009, p. 109)

É notável o amadurecimento deste movimento grevista em relação ao dos ferroviários, ocorrido pouco mais de uma década antes. Tal desenvolvimento pode-se perceber tanto pelo posicionamento político-ideológico dos trabalhadores, quanto pela sua organização – estratégia e táticas de luta. Se em 1891, o movimento dos ferroviários se mobilizou, por assim dizer, de forma espontânea, ampliando-se a seguir em reação à brutal repressão policial, conduzido pelo Partido Operário do tenente Vinhaes, a greve dos sapateiros foi uma ação sindical profissional, conduzida pelo sindicato com ampla mobilização pelas bases, reivindicações concretas deliberadas em assembleia, articulação com outras categorias e ações direcionadas exclusivamente pela organização sindical sem a interferência de partidos.

A diferença entre a greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1891/92 e a dos sapateiros de 1906, evidencia o amadurecimento da organização dos trabalhadores, em que o lapso temporal de quase década e meia entre uma e outra, demonstra a superação de fatores de ordem objetiva e subjetiva que concorriam mais para dividir a classe trabalhadora que para unificá-la. Por essa razão, não se pode negligenciar a importância do I Congresso Operário, ocorrido em abril de 1906 e as suas deliberações, estabelecendo a organização sindical como a legítima ferramenta de luta

dos trabalhadores, órgão de representação e defesa, resistência e ação direta como meio de enfrentamento aos patrões e ao capital.

A greve do *Lloyd Brasileiro*, por sua vez, ocorrida em 16 julho de 1913 mobilizou cerca de 800 trabalhadores de diversas profissões. A mobilização aconteceu em razão do atraso do pagamento dos trabalhadores em dois meses, após decisão em assembleia realizada no dia anterior na sede da Federação Operária do Rio de Janeiro. Segundo Goldmacher (2009, p. 111), no dia seguinte os trabalhadores organizaram uma comissão para discutirem as reivindicações com a direção do *Lloyd*, enquanto a paralisação seguia em “assembleia permanente na Federação Operária e no Círculo Operário Fluminense, durante todo o período de greve”.

A resposta não podia ser outra. A direção da empresa simplesmente se recusa a reconhecer a comissão, composta por representantes dos trabalhadores e da Federação Operária. Rejeitando qualquer diálogo, demite sumariamente todos os trabalhadores em greve. Após o ocorrido, a comissão apela ao governo, dirigindo-se ao Ministro da Viação, sendo recebidos pelo mesmo e ouvidos em suas reivindicações, que agora incluíam a garantia do emprego aos grevistas e a regularidade no pagamento dos salários. Como forma de assegurar a unidade na luta, a organização dos trabalhadores decide pela demissão coletiva, caso algum grevista seja demitido ou punido. Redigem ainda um manifesto, conclamando a união para que nenhum trabalhador rompa a greve, caso os operários desta ou daquela função tenham o seu salário pago integralmente, com o objetivo de dividir e desmobilizar o movimento.

Após tratativas entre os trabalhadores e os Ministérios da Viação e Fazenda, todos os operários foram readmitidos, os salários pagos, as atividades retomadas em 1º de agosto e toda a direção do *Lloyd* substituída. É interessante notar, que o diretor presidente do *Lloyd Brasileiro* à época, era o General Severiano Carneiro da Silva Rego, que havia sido comandante do Primeiro Batalhão Ferroviário em 1893, isto é, um ano após a greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil<sup>56</sup>.

A greve teve ampla cobertura e enorme repercussão na imprensa da época. Assim, sem posicionar-se ao lado dos trabalhadores, o jornal “Correio da Manhã”

---

<sup>56</sup> PRADO, Emauel Marcos Cruz. **1º Batalhão Ferroviário (Batalhão de Engenheiros/1855)**. Lages, SC. Clube de Autores: 2003. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=NslxDwAAQBAJ&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books?id=NslxDwAAQBAJ&redir_esc=y). Acesso em: 29/06/2020.

aproveitou-se da situação para responsabilizar a direção da empresa pela “anarquia administrativa” que motivava as greves, tal qual ocorria na Central do Brasil. Isto porque o governo brasileiro havia assumido a direção do *Lloyd*, assim, segundo o jornal, o que se passava na direção da empresa era reflexo da “desorganização governamental”.

As críticas na grande imprensa ao governo do Marechal Hermes da Fonseca, ecoavam aquelas produzidas pelo jornal “A voz do trabalhador”, em função da “greve dos trabalhadores empregados na construção da vila operária Marechal Hermes”, ironizando o fato dele se apresentar como “pai dos operários” (Goldmacher, 2009, p. 114). Por outro lado, a consciência dos trabalhadores se manifesta não apenas através da atuação dos seus importantes órgãos de imprensa, mas, notavelmente pela solidariedade e coesão da classe, na medida em que operários de outras fábricas recusaram-se a realizar o trabalho dos seus pares em greve quando solicitados pelo *Lloyd*.

O governo Hermes da Fonseca foi emblemático na tradição autoritária e no protagonismo dos militares na política, no velho apelo à “moralização da política”, “combate a corrupção”, “restauração da ordem social” e a “renovação política” - contra o situacionismo dos Estados, o “salvacionismo” da nação. Com forte apoio militar, conforme tenha promovido amplas reformas modernizadoras no Exército quando Ministro da Guerra, valorizando as forças armadas, guardava ainda grande popularidade por ser militar de carreira, prestigiado desde a proclamação da República e com valorosos serviços prestados à época da Revolta da Armada.

É nesse contexto que o descontentamento com a situação política se acirra, tanto quanto a luta de classes, ampliando as greves e manifestações dos trabalhadores, sobretudo, em Santos, São Paulo e Rio de Janeiro entre 1906 e 1910. Os militares, por sua vez, ressentem-se desde o fim da “República da Espada”, conforme aumentam as agitações sociais, a influência externa na política, a crise econômica e as fissuras no pacto oligárquico. A morte repentina de Afonso Pena durante o mandato e, a sua substituição pelo vice, Nilo Peçanha, no bojo da disputa pela sucessão, acirram a crise, despontando a oportunidade para o retorno dos militares ao poder por meio da candidatura do marechal Hermes da Fonseca, apoiado pelo senador Pinheiro Machado, “eminência parda” da Primeira República.

Sobrinho do marechal Deodoro, primeiro presidente da República, Hermes se notabilizou na repressão as Revoltas da Vacina e da Chibata no Rio de Janeiro e do Contestado no Sul país – a “Canudos do Sul” -, além do Cariri no Nordeste. Assim, surgia como o nome mais apropriado para as oligarquias descontentes com a política do “café com leite” e a ascensão do movimento operário no período. Contudo, a sua candidatura desencadeou a campanha “civilista”, tendo à frente o civil Rui Barbosa apoiado pela oligarquia paulista, baiana, carioca e pernambucana, conforme o pacto de sucessão entre mineiros e paulistas fora rompido pelos primeiros. A pauta civilista, embora a principal reivindicação fosse à manutenção de um governo civil – por isso o nome civilista -, levantou bandeiras que depois foram incorporadas pelos “tenentes”, como o voto secreto, sufrágio feminino, reforma do Estado, educação pública, muito atraentes aos segmentos médios urbanos e a classe trabalhadora.

Paralelo ao avanço dos trabalhadores recrudescem o assédio e a repressão estatal. O IV Congresso Operário de 1912, por exemplo, teve como presidente honorário o presidente da República Hermes da Fonseca, posto que o governo patrocinou o evento. Na ocasião, o deputado federal Mário Hermes, filho do presidente, organiza o evento, e todos os delegados inscritos são transportados gratuitamente em navios do *Lloyd* e, as instalações do Palácio Monroe, disponibilizadas para as atividades. Na ocasião, deliberou-se pela criação da Confederação Brasileira do Trabalho, tendo sido aclamado presidente de honra o próprio deputado Mário Hermes – desnecessário dizer que tal evento foi visto com um misto de desconfiança e absoluto repúdio pelas diversas organizações dos trabalhadores que se recusaram a participar<sup>57</sup>.

Em 1913, perto de dez mil pessoas foram às ruas no Rio de Janeiro para se manifestar contra as deportações de sindicalistas imigrantes, dentre eles estavam o espanhol Everardo Dias e o italiano Gigi Damiani<sup>58</sup>. Assim, o presidente decretou o

---

<sup>57</sup> Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Hermes%20da.pdf>. Acesso em: 30/06/2020.

<sup>58</sup> Dias foi um notório militante e agitador anarquista. Atuou como gráfico em São Paulo e desempenhava papel de jornalista na imprensa operária, colaborando nos jornais “O livre pensador”, “A Plebe”, “A Vanguarda” e “A Obra” em São Paulo, dentre outros Brasil afora. Era da maçonaria e foi candidato a vereador em São Paulo em 1928, pelo Bloco Operário Camponês articulado pelo PCB. Luigi Damiani foi militante e jornalista anarquista, amigo de Errico Malatesta, colaborou com diversos periódicos anarquistas, dentre eles “A Plebe”, “La Battaglia”, “Germinal”, “Amigo do povo” e “La barricata”. Foi ainda organizador do movimento anarquista “Pensiero e Azione” e, uma das lideranças na Greve Geral de 1917, como membro do “Comitê de Defesa Proletária”.

estado de sítio para conter as manifestações. Esse tipo de procedimento, governar em regime de exceção, foi utilizado por Hermes da Fonseca e Arthur Bernardes, ambos governaram em “estado de sítio”. A “política das salvaçãoes”, que pretendia salvaguardar a pureza dos ideais republicanos do “situacionismo” das oligarquias locais, apenas cumpriu substituir grupos oligárquicos por outros leais ou mesmo oficiais militares. Essa política intervencionista levou a crises, instabilidade e até mesmo conflitos em alguns Estados com forças políticas regionais.

Segundo Goldmacher (2009), a mobilização diária dos trabalhadores do *Loyd* deliberando sobre as táticas, incidiu de forma ousada sobre o movimento demonstrando elevada consciência e coesão da organização operária. Conforme dispensassem interventores policiais, políticos e gerenciais - qualquer um que não fosse operário – para negociação com a empresa, mobilizavam-se constantemente em assembleias para decidir os rumos do movimento, constituindo uma nova comissão diariamente com o objetivo de resguardar as “lideranças” de eventual demissão após a greve. Ao mesmo tempo, a estratégia protegia o movimento dos trabalhadores de saírem divididos em caso de derrota, acusando os seus representantes por ela, posto que nesse caso muitos estivessem envolvidos nas decisões pelos rumos da luta.

Essa tática demonstra que o acúmulo de lutas operárias favorecia o amadurecimento da práxis proletária, ampliando a sua consciência em relação à necessidade de união da classe trabalhadora e as suas organizações no desenvolvimento de ações coletivas de enfrentamento à resistência e repressão patronal-estatal e, o divisionismo e desmobilização da classe. Por essa razão, segundo Goldmacher (2009, p. 116), essa tática operária “passou a ser aconselhada pelos anarquistas para a atuação sindical no Brasil”. Tal recomendação, pode ser verificada no relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro, apresentado no II Congresso Operário:

[...] para elas (as greves) se ganharem é preciso que cada operário por si, seja soldado e general ao mesmo tempo, é preciso que quando os operários declaram uma greve saibam que se hão de conduzir sem precisar comandantes, para que quando sejam presos os companheiros mais influentes eles continuem a lutar com a mesma coragem até vencer. (GOLDMACHER, 2009, p. 116)

A greve dos gráficos de 1917 ocorreu em meio a greve geral iniciada em julho, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Mobilizados pela “Associação Graphica do Rio de Janeiro”, segundo a autora, os trabalhadores construíram em assembleias da categoria uma extensa pauta de reivindicações aos patrões, que passava pelo reconhecimento da entidade como órgão representativo da classe, melhores salários, proteção aos aprendizes, garantias a Associação e gestão das oficinas, fortalecendo, assim, o seu papel como sindicato.

A pauta de reivindicações, estabelecida como um manifesto da categoria, não apenas como uma reivindicação dos trabalhadores desta ou daquela região, buscava ampliar as conquistas da classe, suas bases de negociação com os patrões e dar uma demonstração de força ideológica e organizativa. Conforme ampliasse as reivindicações e os limites das possibilidades de negociação e conquistas, demonstrava que possuía maior capacidade de mobilização, consciência e organização para pressionar o patronato. Esse posicionamento, por sua vez, resulta de um processo de resistência ao brutal assédio e repressão à luta sindical pelos patrões. Forjado, portanto, no acirramento da luta de classes. Desde a sua fundação em 1915, a Associação e os trabalhadores a ela filiados sofriam perseguições e represálias. Contudo, a resposta do patronato sempre foi a repressão e o fechamento de oficinas, de modo a prejudicar a mobilização e intimidar os operários.

Goldmacher (2009) destaca que, diante do fortalecimento da Associação, apoiada na luta por outras categorias, inclusive pela Associação Brasileira de Imprensa, os patrões resolveram criar a sua própria organização, de modo a tentar seduzir alguns trabalhadores, dividindo e enfraquecendo a organização sindical. Todavia essa tentativa foi um retumbante fracasso, rejeitada prontamente pelos trabalhadores. Por isso, foi proposto um novo acordo para pôr fim à greve, assinado por alguns patrões no Rio de Janeiro, atendendo as principais reivindicações dos trabalhadores, encerrando assim, a greve naquelas oficinas, enquanto que nas demais o movimento continuou. Em Campinas (SP), por exemplo, três trabalhadores acabaram mortos e 16 feridos pela polícia em manifestação contra a deportação de um líder sindical em julho de 1917<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> Disponível em: <https://ihggcampinas.org/2017/07/09/a-chacina-dos-operarios-na-greve-geral-de-1917-em-campinas/>. Acesso em: 06/07/2020.

No balanço do movimento operário, para Goldmacher (2009), o movimento grevista desde 1903 foi bem-sucedido porque em pouco mais de uma semana, entre os dias 11 e 19 de agosto, mobilizou quase todas as fábricas de tecidos no Rio de Janeiro - somente aquelas que os patrões resolveram fechar à fábrica antes de se iniciar a greve não foram paralisadas pelos operários. Essa greve, por sua vez, conduzida pela Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro, daria origem a Federação Operária do Rio de Janeiro e a Confederação Operária do Brasil. Assim, destaca que nesse curto período os trabalhadores conseguiram surpreender tanto a polícia quanto os patrões com a sua imensa capacidade de mobilização, organização e articulação com outras categorias, de modo que conseguiram apoio e adesão de diversas delas à luta – como Chapelheiros, Alfaiates, Sapateiros, Tintureiros, Pedreiros, Carpinteiros, dentre outros.

Antes mesmo do final da greve, destaca que trabalhadores de diversas fábricas de tecidos alcançaram os seus objetivos ou parte deles, como aumento de salário, folga uma vez por semana, diminuição da jornada de trabalho, horas-extras, etc. Ainda assim, a repressão policial cercou inúmeras fábricas, proibiu assembleias ou manifestações públicas de trabalhadores, prendeu operários em ação de agitação e propaganda, invadiu e fechou sedes de associações e sindicatos. A repressão, se fazia com o apoio de autoridades políticas, como ministros, secretários e o próprio presidente da república, sempre com a cumplicidade e a simpatia da imprensa – qualquer semelhança com o que acontece ainda hoje não é mera coincidência, considerando que “a história se repete duas vezes”, antes “como tragédia, depois como farsa”, conforme Marx em “O dezoito de Brumário”.

É importante destacar, porém, que todas as paralisações não se faziam espontaneamente, apenas no vácuo da iniciativa de outra categoria. Elas aconteciam em razão da intensa mobilização e grande organização da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro e de outras associações, tais como a dos Alfaiates, Chapelheiros, Pedreiros, Sapateiros. Por isso, uma categoria “desorganizada”, sem entidade constituída, como os estivadores, conseguia aderir, paralisar o porto e construir uma pauta de reivindicações que entre outras coisas, afirmava que “apenas se retirarão da greve e retomarão o trabalho quando “forem todos



os operários igualmente atendidos”; finalizando o documento com a seguinte frase: “Viva a solidariedade do operário”!<sup>60</sup> (Goldmacher, 2009, p. 145). Fica nítido, assim, o trabalho político construído pelas diversas associações e federações, pela imprensa operária, capaz de edificar a consciência de classe entre os diversos trabalhadores, de modo a assegurar a unidade, a coesão e a solidariedade proletária na luta.

De acordo com Goldmacher (2009), portanto, o ano de 1903 foi emblemático para a classe trabalhadora não apenas pela greve geral, mas também pela intensa movimentação político-parlamentar em torno das questões operárias – jornada de trabalho e proteção social. A jornada de trabalho de 8 horas reivindicada em quase todas as paralisações havia sido apresentada ao parlamento tanto pelo deputado Barbosa Lima, quanto pelo presidente Rodrigues Alves, a pedido de Vicente de Souza do Centro das Classes Operárias, representando apenas operários das oficinas do Estado, isto é, neste momento a regulamentação caberia somente ao setor público.

Segundo a imprensa operária, conforme Goldmacher (2009), a mobilização oficial em torno dos interesses dos operários do setor público, precipitou a agitação entre o proletariado urbano na defesa dos seus interesses mais caros e comuns. Contudo, não fosse a organização dos trabalhadores, seus instrumentos de formação, agitação e propaganda, tamanha mobilização não seria possível e capaz de articular milhares de trabalhadores de inúmeras categorias em torno de pautas mínimas, a despeito das diversas reivindicações e divergências.

Goldmacher (2009, p. 152) se utiliza, além da imprensa operária e de relatórios sindicais, reportagens da grande mídia da época. O jornal “O Paiz”, por exemplo, embora possuísse uma postura editorial pró-governo, não minimiza as críticas, inclusive as forças policiais na condução da greve. Denuncia que em momento algum pretendiam os operários atacar as fábricas ou “promover desordens”, na medida em que tais ações não fossem o seu objetivo, comprometendo a sua causa. Assim, a repressão policial cumpria apenas o objetivo de impedir que os trabalhadores organizados em greve tivessem acesso aos operários de outras fábricas, ampliando a mobilização e adesão à greve. Afirma ainda, que havia por parte das forças policiais, “uma clara tentativa de reduzir a importância do lado reivindicativo do movimento, tentando tornar esta greve “em um caso

---

<sup>60</sup> Jornal do Brasil, 26/08/1903, Ed. Manhã, p. 03.

de perturbação da ordem”<sup>61</sup>. Segundo a autora, essas afirmações sustentam-se no fato de que o Chefe de Polícia à época, abriu processo contra os trabalhadores presos durante a greve, acusando-os de serem “líderes de motim”.

A ausência de regulamentação das relações de trabalho e de representantes dos trabalhadores no parlamento favorecia a luta sindical, como única ferramenta possível de defesa dos seus interesses frente aos abusos dos patrões e a repressão policial. A despeito das divergências estratégicas e teóricas entre anarquistas e socialistas, desde a Constituinte de 1891, impôs-se a desilusão entre os operários quanto à resolução das suas demandas pelas vias institucionais, conforme a mesma não interferisse nas relações produtivas, entregando à sorte dos trabalhadores aos patrões. Por essa razão, à resistência de diversas associações ou sindicatos, expostas tanto em publicações operárias quanto em relatórios, à participação de políticos ou agentes estatais em negociações entre patrões e operários, a despeito dos trabalhadores organizados.

Por fim, é notável, segundo a autora, que as principais figuras do movimento grevista de 1903 não fossem dirigentes políticos nem “intelectuais” da imprensa operária. A mobilização dos trabalhadores não se dava de cima para baixo, mas, ao contrário, eram os operários que após decidirem pela paralisação, buscavam a orientação e o apoio das entidades de resistência e luta. A greve de 1903 pode ser avaliada como um movimento positivo não apenas pelas conquistas dos trabalhadores e a sua longa duração, revelando imensa capacidade de mobilização e organização, mas, sobretudo, pela maturidade das organizações dos trabalhadores, capazes de articular inúmeras categorias, superando divergências ideológicas em torno de uma identidade e pauta comuns, colocando acima de tudo a classe trabalhadora como interlocutor político frente ao Estado e o capital.

Foi decisiva para a consolidação do modelo sindical de resistência e luta em oposição ao beneficente, bem como para o reconhecimento das organizações dos trabalhadores na defesa dos seus interesses. A construção das Federações Operárias, Confederação Operária Brasileira e dos Congressos Operários a seguir, não deixam dúvidas quanto ao salto qualitativo em direção à consciência de classe do proletariado brasileiro.

---

<sup>61</sup> Jornal “O Paiz”, datado de 20 de agosto de 1903, pág. 1.

A este respeito, Boito (2003, p. 239) destaca que “a luta de classe do operariado”, no âmbito das relações de produção, conduz à “formação do operariado como classe”. Tal salto qualitativo, por sua vez, demanda a organização de classe para si, no sentido de estabelecer a “formação do agente político capaz de dirigir o processo revolucionário de substituição do capitalismo pelo socialismo”. Todavia, como vimos, não se trata de um processo linear e perene, há duas questões fundamentais: o estágio de desenvolvimento das forças produtivas no âmbito do capitalismo global e, conseqüentemente, a coesão e a correlação de forças entre as classes em disputa, isto é, a burguesia e o proletariado.

No Brasil, deu-se o desenvolvimento tardio das forças produtivas, conforme o capitalismo dependente e periférico, combinado à exploração em larga escala do escravismo na tradição senhorial. Esta situação, em tudo difere da Europa e dos Estados Unidos. A história da burguesia na Europa, por exemplo, acumula cerca de quatro séculos de forças desde o Renascimento até o Iluminismo em sua luta contra o antigo regime e a nobreza. Enquanto na Europa os trabalhadores já acumulavam quase um século de maturação na construção das suas organizações e lutas – a Liga dos Justos é de 1836, o Partido Social Democrata alemão é de 1863 e a Associação Internacional dos Trabalhadores é de 1864. No Brasil ainda vivíamos sob o chicote, o tronco e a *plantation*.

A tradição ianque, por sua vez, se assenta na ordem liberal-protestante inglesa, marcada por um elevado apreço à ética do trabalho, das liberdades naturais, civis e da sociedade civil organizada em grupos de pressão, conforme apontado por Tocqueville em “A democracia na América”. Assentada em um tipo de colonização de ocupação e permanência no território, divergia do modelo ibérico predatório e aventureiro, com o objetivo de explorar o máximo possível, com o mínimo esforço e custo, para o rápido enriquecimento e retorno à metrópole.

Por outro lado, Boito (2003) salienta fatores relevantes que desfavoreceram a “adesão do operariado estadunidense ao socialismo”, a despeito do desenvolvimento das suas forças produtivas e do liberalismo. Assim, aponta os seguintes fatores:

[...] perspectiva de ascensão do trabalhador imigrante, fronteira agrícola móvel, individualismo exacerbado e a existência de um sistema bipartidário rígido, que dificultava a formação de qualquer terceiro partido, operário ou não. (BOITO, 2003, p. 241)

Tais constatações, revelam que foram amplamente debatidas, desde Marx e Engels, até os principais teóricos da II Internacional e dirigentes da socialdemocracia alemã. O chamado “paradoxo estadunidense”, resultava do “fato de o país ter o capitalismo mais avançado e o operariado mais numeroso e, a despeito disso, não possuir um movimento socialista de massa” (Boito, 2003, p. 241).

Essa perspectiva, por sua vez, assenta-se no postulado que estabelece a “classe social como um fenômeno econômico” e que, segundo Boito (2003, p. 242), foi a partir da Segunda Internacional que se desenvolveu “essa visão estritamente econômica das classes sociais”. De modo que a luta de classes tem lugar apenas no campo econômico, portanto “aí estão dadas todas as condições para a organização e a luta de classes”. Assim, nos explica:

Para esses autores e dirigentes socialistas, a “consciência de classe” passou a ser apresentada como um resultado mais ou menos espontâneo da posição ocupada pelos operários na produção. A Segunda Internacional consolidou a ideia de que a consciência de classe seria resultado do crescimento sociodemográfico da classe operária e do suposto processo de homogeneização e simplificação da situação socioeconômica dessa classe, processo esse que seria um resultado natural do desenvolvimento do capitalismo. (BOITO, 2003, p. 242)

O que se percebe, é que se supõe natural que haja um desdobramento que conduz da consciência em si para si, decorrente do desenvolvimento do capitalismo e as suas consequências nefastas. Contudo, desde o Manifesto Comunista de 1848, Marx e Engels (2012, p. 23) já indicam que “a história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes”. Isto é, a história da luta entre oprimidos e opressores é anterior ao modo de produção capitalista, de modo que a burguesia, ao suplantar o antigo regime, “não suprimiu a oposição de classes”, apenas substituiu as antigas por outras e “novas condições de opressão”, demandando “novas formas de luta”, que por sua vez, exigem que a “existência objetiva” seja “complementada pela existência subjetiva”, dada pela “consciência de classe”. Consequentemente, não se subestima as organizações proletárias e as suas tarefas históricas no processo de formação do proletariado, no bojo da luta de classes no interior do capitalismo periférico e da “autocracia burguesa”.

Isto se dá, sobretudo, pela organização sistemática e contundente das vanguardas operárias – trabalhadores que aquela época conheciam as experiências da

Primavera dos Povos, da Comuna de Paris e da Internacional Comunista. Ao lado da organização em associações, sindicatos, federações e confederações, os trabalhadores construindo seus meios de comunicação, agitação, propaganda e formação das bases. O jornalista Astrojildo Pereira, um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro em 1922, fez um levantamento da imprensa operária em fins do século XIX e início do XX.

Assim, apenas no Rio de Janeiro, entre 1890 e 1910 ele destaca os seguintes: Voz do Povo (1890); O Operário (1895), O Operário Italiano (1897), O Mensageiro (1898), O Protesto (1899), Tribuna Operária (1900), Gazeta Operária (1902-1903), Brasil Operário (1903), O Libertário (1904), A Voz do Trabalhador (1906). Em São Paulo temos A Plebe (1917), A Lanterna (1909), La Bataglia (1904), Amigo do Povo (1902), Terra Livre (1905), A Questão Social (1895) – alguns deles resistirão até os anos 1960. Esses periódicos das organizações dos trabalhadores contribuíam com a formação política da classe, colaborando na agitação e propaganda das suas bandeiras. Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho, Neno Vasco, José Romero, José Oiticica, Luigi Damiani, Oreste Ristori, Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Everardo Dias foram alguns dos intelectuais e militantes que se destacaram no processo de formação e consolidação da classe trabalhadora nesse período. Isto porque não se limitavam apenas aos gabinetes e redações, participando ativamente de comícios e greves, sendo perseguidos e condenados pelo aparelho repressivo do Estado. A imprensa operária – anarquista, socialista e comunista –, representava uma ameaça à ordem burguesa e capitalista, tanto que a repressão estatal se incumbiu de, ao lado das leis de imigração e trabalhista, criar em 1923 a lei de imprensa para criminalizar os periódicos dos trabalhadores.

Quando o pedagogo espanhol anarquista Francisco Ferrer Y Guardia, o grande nome da “Escola Moderna” foi fuzilado em 1909, os jornais “Terra e Liberdade” e “A Lanterna” divulgaram os protestos realizados em São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, bem como em Madri, Paris, Nova Iorque, Chicago, Buenos Aires, Londres, Roma, entre outros países, reunindo milhares de trabalhadores. Igualmente os protestos se repetiram em 1927, quando os anarquistas Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti foram executados nos EUA.

De fato, no Brasil, a burguesia gestada no seio de forças reacionárias de três séculos, isto é, a ordem senhorial e escravocrata, em menos de meio século no vácuo do Iluminismo francês e do Liberalismo inglês, surgiria como uma síntese da “modernização conservadora”, instaurando a substituição de uma classe dominante por outra sem rupturas, acomodando e adequando modelos arcaicos e modernos numa “revolução dentro da ordem”. Tais forças, embora se opusessem a marcha do progresso e da civilização proclamada pelo evolucionismo positivista e a força irresistível da “mão invisível” do mercado, não enfraquecem a burguesia ascendente, antes a fortalecem, conforme destaca Florestan Fernandes (2006). Isto porque é a partir desta luta, travada em diversas frentes, mobilizando forças econômicas, políticas e sociais, que se estabelece a base hegemônica sobre a qual se assentaria a dominação burguesa no âmbito do capitalismo dependente, cujos efeitos deletérios, através da “questão social”, se asseguraria a reprodução ao longo do século XX.

## **9. Ocaso da República Oligárquica: ascensão do proletariado, Tenentismo e reação burguesa.**

Para essa revolução, aproveitemos os esforços de todos os democratas descontentes, mas subordinando-os sempre à nossa vontade, à nossa direção. [...] Prestes ficou em meio caminho: bateu-se pelo povo e pela liberdade, mas não foi além. [...]. Temos que completar o movimento de Isidoro e Prestes. Eles, a pequena burguesia, dispensam nosso concurso. Temos nós os proletários, de nos fazer com eles e com os camponeses pobres (é a palavra de ordem de Lenine) para a revolução proletária. Para essa revolução o sufrágio universal e o parlamento são panaceia. O essencial é a sindicalização revolucionária do proletariado, é a greve geral combinada com a insurreição armada”. (Jornal A Nação, janeiro de 1927).

As grandes agitações políticas que caracterizariam os anos 20 e 30 do século XX no Brasil, protagonizadas por militares de baixa patente, passariam à história como movimento Tenentista. Essas agitações, por sua vez, inserem-se em um amplo contexto de lutas políticas e sociais que caracterizam a República Oligárquica, sobretudo, as primeiras duas décadas do século XX.

Os movimentos Tenentistas, do ponto de vista externo, situam-se no bojo da Revolução Mexicana (1910) no continente, no espectro da Grande Guerra (1914 – 1918) e da Revolução Bolchevique (1917) na Europa. Trata-se de um momento de crise econômica, política e extrema agitação em que o proletariado é protagonista. Por essa razão, destacamos os antecedentes do Tenentismo que remontam à proclamação da República, no esteio do Liberalismo e do movimento Abolicionista, cenário político e socioeconômico que proporciona a expansão da indústria e a ascensão da burguesia e do proletariado urbano.

Segundo Alonso (2014), o Abolicionismo foi o primeiro movimento social brasileiro, mobilizando amplos segmentos da sociedade, sobretudo, a burguesia urbana (intelectuais, militares, profissionais liberais, jornalistas, empresários). Tal movimento se assenta na consolidação do Liberalismo no Brasil, de modo que a sociedade civil, isto é, a burguesia urbana, torna-se importante interlocutor político na disputa do poder com as elites oligárquicas. Assim, podemos dizer que com a transformação no modo de produção (do trabalho escravo ao assalariado) e, no regime político (do Império à República), temos a consolidação da burguesia e do capitalismo no Brasil.

No contexto do início do século XX - duas primeiras décadas - dá-se a consolidação da classe operária enquanto classe para si – momento de reconhecimento dos trabalhadores como classe social, cujos interesses estão em oposição aos da burguesia, constituindo-se como sujeito histórico e político. Em 1907, havia aproximadamente 140 mil operários no país, entre ferroviários, trabalhadores da construção civil, portuários, padeiros, sapateiros, gráficos, tecelões, têxteis, estivadores, dentre outros. A maioria concentrava-se na capital federal; todavia, a partir de meados da década de 1910, São Paulo assume o protagonismo na indústria<sup>62</sup>.

Assunção (2015, p. 37) destaca que a ascensão do movimento operário, ampliando as expectativas dos trabalhadores e a apreensão das elites, ao lado da crise econômica decorrente do fim da Grande Guerra, leva a insatisfação e ao desgosto de setores médios militares com o pacto oligárquico. Esse desgaste chega ao limite com a crise gerada pela candidatura de Arthur Bernardes, na sucessão de Epitácio Pessoa e a

---

<sup>62</sup> Recenseamento de 1920. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>. Acesso em: 15/09/2020.

polêmica contra Hermes da Fonseca e o Clube Militar, culminando com a prisão do ex-presidente militar e o fechamento da agremiação, baseados em “legislação que previa o encerramento de atividades de entidades anarquistas e bordéis”.<sup>63</sup> Este fato, foi considerado uma afronta pelos militares, culminando com o movimento de 5 de julho na Vila Militar, Escola de Realengo e o Forte de Copacabana. Essa insurreição, organizada por jovens tenentes, levou 18 homens – 17 militares e um civil – a bater-se contra soldados legalistas “em frente a unidade militar” na praia de Copacabana. Destes, 16 foram trucidados e os demais presos, entre outros conspiradores, organizadores e simpatizantes.

Os principais movimentos protagonizados pelos Tenentes pré-Revolução de 1930 são, respectivamente: o Levante dos “18 do Forte” de Copacabana em 1922, a Revolta Paulista de 1924 na cidade de São Paulo e a Coluna Prestes.<sup>64</sup> A Coluna Prestes foi a maior marcha militar de guerrilha da história – maior que a de Alexandre Magno, Simon Bolívar e Mao Zedong -, influenciando movimentos similares ao longo do século XX.<sup>65</sup>

Embora propusessem reformas políticas e sociais que acabariam com a velha ordem – República Oligárquica -, os movimentos Tenentistas notabilizaram-se pelo seu traço revolucionário no sentido de buscar alcançar os seus objetivos através da ruptura institucional por meio das armas. Segundo Meirelles (1995) e Assunção (2015), a despeito do aspecto revolucionário, as agitações Tenentistas foram na sua imensa maioria movimentos reformistas de caráter conservador e autoritário, com inexpressiva ou nula adesão do proletariado e das massas populares.

Os levantes Tenentistas perfazem o período de 1922 até 1935. Segundo alguns autores, porém, estende-se até 1938, com o assalto ao Catete promovido pelos

---

<sup>63</sup> O jornal carioca “Diário da Manhã” em outubro de 1921 publicou cartas atribuídas a Bernardes em que ele atacava o marechal Hermes da Fonseca, ex-presidente da República e atual presidente do Clube Militar. Por essa razão o Clube Militar resolveu apoiar a candidatura de Nilo Peçanha e a exigir a renúncia de Bernardes.

<sup>64</sup> Marcha militar de guerrilha que percorreu cerca de 36 mil quilômetros atravessando 13 estados brasileiros de norte a sul, enfrentando as tropas federais e as polícias estaduais entre 1925 e 1927, encerrando as suas atividades na Bolívia após 53 combates, vencendo 18 generais e um marechal, no caso, o Marechal Rondon – segundo Assunção (2015) e Meirelles (1995).

<sup>65</sup> Segundo Meirelles (1995), Mao na China, Nguyen Giap no Vietnam e Fidel Castro em Cuba são alguns dos que declararam terem sido influenciados pela Coluna Prestes.



Integralistas, posto que alguns dos protagonistas desse movimento fossem tenentes mobilizados desde os anos 20.<sup>66</sup>

Dentre as insurreições protagonizadas pelos tenentes pós anos 20 destacam-se: 1) a Revolução de 1930, que pôs fim a República Oligárquica; 2) a Revolta Constitucionalista de 1932 em São Paulo, mobilizada pelas elites paulistas ressentidas com a derrota na Revolução de 1930 e, 3) a Insurreição Comunista de 1935, organizada pelo Partido Comunista e a Ação Nacional Libertadora<sup>67</sup>, apoiados pela III Internacional Comunista. Este fato revela o sincretismo ideológico que caracterizava o movimento Tenentista, aglutinando desde liberais conservadores e progressistas, a socialistas, comunistas e fascistas.

Desde março de 1922 o presidente eleito Arthur Bernardes decreta o “estado de sítio”, governando assim até o final do seu mandato. Em 1923, os conspiradores que não foram presos já estão em São Paulo, pois, era uma cidade estratégica do ponto de vista político, econômico e militar, considerando ainda a proximidade com a capital federal. Entre os dias 5 e 28 de julho tomam a cidade de São Paulo e sofrem o assédio da brutal repressão legalista. De acordo com Assunção (2015, p. 38), dados da Prefeitura apontam “a morte de 503 pessoas e ferimentos em outras 4.846” durante os combates e bombardeios.

São Paulo, à época com cerca de 700 mil habitantes, vê algo próximo de 250 mil pessoas abandonarem a cidade devido ao confronto e os ataques legalistas. Os prejuízos materiais entre casas, edifícios e fábricas ultrapassam 1.800 edificações. Assunção (2015) destaca alguns aspectos fundamentais nesse conflito, além das perdas humanas

---

<sup>66</sup> Caso do tenente Severino Sombra, fundador da Legião Cearense do Trabalho e do general Olímpio Mourão Filho, membro da AIB – Ação Integralista Brasileira - desde a sua fundação, em 1932. Mourão Filho era militar de carreira, havia combatido os revoltosos paulistas em 1924 e em 1932. O general Euclides Figueiredo e o tenente Severo Fournier também eram veteranos de 1932, porém lutaram ao lado dos paulistas. O almirante Arnaldo Hasselmann, ao lado de outros destacados membros da Marinha, também era quadro ativo da AIB. Mourão Filho, inclusive, junto com Juarez Távora e Eduardo Gomes, foram protagonistas do golpe de 1964 que instaurou a ditadura civil-militar até 1985. Por fim, Mourão Filho foi ainda o responsável pelo “Plano Cohen”, documento forjado por militares que apoiavam o endurecimento do regime e que justificaria o golpe de 1937 que culminaria com o “Estado Novo”.

<sup>67</sup> A Ação Nacional Libertadora (ANL) surge em 1935, após uma série de mobilizações no ano anterior, com o objetivo de aglutinar forças democráticas e progressistas em oposição à expansão da Ação Integralista Brasileira, fundada em 1932. Em linhas gerais, a organização propunha a suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária e a proteção aos pequenos e médios proprietários, a nacionalização das empresas estrangeiras, a garantia de amplas liberdades democráticas e a formação de um governo popular.

e materiais: a correlação de forças materiais e ideológicas entre os antagonistas, o ataque do governo federal sem precedentes a um território urbano e industrial como São Paulo e o papel das elites e do proletariado no movimento.

Após o rápido assalto à cidade e a tomada do governo, com a fuga do governador no dia 9 de julho, logo, as forças da União iniciam o cerco e os bombardeios de artilharia à capital paulista. Conforme o Quartel General dos rebeldes foi à Estação da Luz e, as suas forças se concentraram na região central, toda essa área e o seu entorno foram duramente castigadas pelos ataques legalistas. Assunção (2015) destaca que os ataques indiscriminados do tipo “bombardeio terrificante”, de inspiração germânica, conforme utilizado pelos alemães na Grande Guerra, cumpriam estabelecer o terror entre a população civil, de modo a jogar o povo contra os rebeldes, instaurando o caos e o pânico generalizados. Com esse objetivo, o governo Bernardes não poupou armamentos e munição, mobilizando artilharia pesada, tanques de guerra e até aviões para bombardeios aéreos contra áreas densamente povoadas e industriais da cidade. Esse fato foi condenado pela opinião pública nacional e estrangeira, políticos e juristas, conforme violasse as normas internacionais estabelecidas pelo Tratado de Haia (1919) que o Brasil era signatário. Dentre vários registros feitos por jornalistas, escritores, políticos, religiosos, militares, entre outras testemunhas, segue o relato abaixo:

No dia 17 de julho, pela tarde, caiu uma granada na frente da casa do Sr. De Giani, justamente quando estavam lá brincando seus filhos. Foi um espetáculo desolador! Uma menina de 12 anos, Lúcia, ficou completamente despedaçada. Três outros filhos, gravemente feridos, foram transportados para a Santa Casa. Um deles, Pedro, faleceu dias depois. O outro, uma criança chamada Vitor teve um pé amputado. O maior foi levado para o Liceu, onde continuou o tratamento até ficar bom. (ASSUNÇÃO, 2015, p. 45)

O relato acima foi registrado pelo padre Luiz Marcigaglia, diretor da escola Liceu Sagrado Coração de Jesus no bairro Campos Elísios, uma das mais tradicionais de São Paulo. Esse bombardeio que vitimou as crianças, deu-se na rua Aimorés no bairro do Bom Retiro, região próxima à Estação da Luz, com grande concentração de imigrantes e operários.

De acordo com Assunção (2015), os ataques concentravam-se nos bairros da Luz, Campos Elísios, Centro, Bom Retiro, Brás, Mooca, Belenzinho, alcançando até a

Aclimação, Cambuci, Ipiranga e Vila Mariana, na zona sul, Barra Funda e Lapa na zona oeste. É importante destacar, que esses bairros, na sua imensa maioria eram operários, conforme concentrassem inúmeras indústrias, sendo, assim, densamente povoados. Não havia alvos militares neles, tampouco concentração ou instalações ocupadas por rebeldes. Assim, segundo o autor:

No Brás, Mooca e Belenzinho vivia uma população formada por imigrantes italianos, espanhóis, portugueses e húngaros – muitos recém-chegados ao Brasil -, além de trabalhadores brasileiros pobres. Eram trabalhadores das várias indústrias instaladas na região e moravam, em geral, em vilas operárias próximas às fábricas. O Belenzinho era território das indústrias de vidrarias, como a Germânia, a Santa Marina, a Itália, a Paraíba e a Nadir Figueiredo, quase todas de propriedade de estrangeiros imigrados. (ASSUNÇÃO, 2015, p. 70).

Nos bairros do Brás e da Mooca, concentravam-se ainda, diversas indústrias têxteis, com destaque ao “Cotonifício Crespi, do conde Rodolpho Crespi” e a “fábrica Mariângela, do conde Francisco Matarazzo”. Apenas no Cotonifício Crespi, por exemplo, “trabalhavam 6 mil operários”. Nessa região, ainda se concentravam a Companhia Antártica de bebidas, os moinhos Gamba e Paulista, a “Companhia de Tecidos de Juta, de Jorge Street”, além de “armazéns da Estrada de Ferro Central do Brasil e São Paulo Railway” (Assunção, 2015, p. 71).

Matarazzo e Crespi, segundo Assunção (2015, p. 74-75), conforme registrado por Warren Dean em “A industrialização de São Paulo”, eram industriais que se opunham e combatiam com zelo e rigor os movimentos operários na cidade. Assim, afirma que o conde Matarazzo, “havia se convertido ao fascismo em 1923, quando visitou a Itália e conheceu Benito Mussolini, que o recebeu por duas vezes”. Matarazzo, embora o Brasil não fosse mais uma monarquia desde 1889, recebeu o título de “conde” do rei Vitor Emanuel III da Itália, por seus esforços em apoio ao país durante a Grande Guerra. Na década de 30, quando morreu, Matarazzo era o quinto homem mais rico do mundo.

Crespi, por sua vez, era tanto mais entusiasta do Duce e nem um pouco discreto. Assim, citando Warren Dean, Assunção (2015) destaca:

Crespi foi publicamente identificado com a causa do fascismo com maior vigor ainda que Matarazzo. O governo de Mussolini agraciou-o com a Ordem do Trabalho, fê-lo Comendador da Coroa da Itália e Crespi tornou-se membro do Partido. Em seu testamento, deixou 200 contos (18 mil dólares) a obras de caridade italianas e 500 contos (o equivalente a 45 mil dólares) pessoalmente a Mussolini. Especificara também que deveria ser sepultado em seu uniforme” – a farda fascista. (ASSUNÇÃO, 2015, p. 75).

Como se verifica, não se tratava de mera simpatia ou entusiasmo pelas alternativas autoritárias, como um desdobramento natural à crise impulsionada pela Grande Guerra. Havia a certeza – e o temor – entre as burguesias capitalistas no mundo todo do horizonte revolucionário que surgia para a classe trabalhadora com a Revolução Bolchevique e a expansão do movimento operário. Com o fim da guerra, impérios se esfacelaram, como o Russo, o Austro-Húngaro e o Otomano. A velha Prússia, a grande potência econômica, militar e colonial europeia, capaz de fazer frente ao império Britânico também ruiu. É nesse cenário de instabilidade política e crise econômica que o fascismo surge como alternativa à burguesia para a contenção do proletariado e manutenção da ordem capitalista.

No Brasil, empresários, políticos, jornalistas, juristas, intelectuais, amplos setores das elites e da classe média não apenas se entusiasmaram, mas, engajaram-se no movimento fascista que tomava conta da Europa como resposta ao bolchevismo e a expansão do proletariado. No bojo do capitalismo periférico e dependente, Meirelles (1995, p. 98) destaca que o cônsul britânico Francis Patron temia não apenas os prejuízos à propriedade privada decorrentes da insurreição, mas, “a posição política dos rebeldes”. Assim, “acha que São Paulo está no limiar de uma rebelião popular como a que derrubou o czar Nicolau II, da Rússia, em 1917”. Deste modo, observa ainda:

A França e os Estados Unidos têm também muitos interesses no Brasil, mas nada se compara ao volume de negócios controlados pelo capital inglês, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, negócios que vêm do tempo do Império. Em São Paulo, os ingleses são de cerca de três milhões de pés de café, através das empresas The São Paulo Coffe Ltd. Comp., Cafeeira Britânica e Agua Santa Coffe Comp. São também os principais financiadores da maior riqueza do estado – o café, responsável por 80% das exportações de São Paulo. Além de controlar politicamente o Instituto do Café, são acionistas e os maiores credores do Banco do Estado. Têm ainda outro trunfo importante nas mãos: a hipoteca da maioria das fazendas de café do Vale do Paraíba. Pertence-lhes a mais importante

estrada de ferro, a São Paulo Railway, principal via de acesso para Santos. Como se não fosse pouco, são ainda senhores da produção e exportação de frutas, por intermédio da Companhia Brasileira de Frutas, que possui imensas plantações de bananas, laranjas e abacaxis em Campinas. A companhia de navegação Blue Star, também de capital inglês, é dona do Porto de São Sebastião, em Santos. Através da Cia Sudan Plantation, os ingleses controlam toda a produção de algodão, além de ter participação em quase todas as grandes empresas de fiação e tecelagem. São deles os maiores frigoríficos de São Paulo, são eles os principais credores do Governo do estado. São Paulo parece uma colônia inglesa do século XIX. (MEIRELLES, 1995, p. 98-99).

É no âmbito destes pontos fundamentais que se insere a brutal repressão, apoiada por bombardeios de artilharia e aéreos, aos bairros operários na cidade de São Paulo, a despeito de alvos rebeldes em outras áreas da capital – cumpria destroçar o movimento operário por meio de incontestáveis demonstrações de força. Além disso, de acordo com Assunção (2015, p. 92-93), o presidente Bernardes entendia que a Constituição de 1891 era branda demais, impossibilitando o governo de “defender convenientemente a ordem, que é o supremo bem, para fazer respeitada a lei e obedecida a autoridade”. Apelava-se ainda, ao mito do “agitador estrangeiro pago para matar brasileiros”, escorando-se nas leis Adolfo Gordo de expulsão de estrangeiros, de modo a criminalizar a influência de imigrantes estrangeiros no movimento operário e “desqualificar os tenentes, que se valeram de estrangeiros incorporados às suas forças durante a Rebelião de 1924”. Os rebeldes de 24 organizaram batalhões de estrangeiros alemães, húngaros, espanhóis e italianos veteranos da Grande Guerra para enfrentar os tanques e a aviação legalista durante os ataques a cidade de São Paulo. Alguns, como o italiano Ítalo Landucci, acabaram juntando-se a Coluna Prestes.

Assim, para enfrentar os inimigos reais e imaginários, o governo federal e o governo estadual paulista, além de outros estados da federação, construiriam aos poucos um poderoso aparato de repressão que se encarregaria de manter “sob rédeas fortes” a questão social. (ASSUNÇÃO, 2015, p. 96).

O temor diante da ascensão do movimento operário e o compromisso com as elites eram tão grandes, que poucos dias após tomar posse, Bernardes cria em novembro

de 1922 a 4º Delegacia Auxiliar, ligada a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, organizada em torno de objetivos claros:

[...] com uma seção especializada, a Seção de Ordem Política Social que deveria “zelar pela segurança interna da República, empregar os meios preventivos à manutenção da ordem, assegurar o livre exercício dos direitos individuais, desenvolver a máxima vigilância contra as manifestações anárquicas e agir prontamente com relação à expulsão de estrangeiros perigosos. (ASSUNÇÃO, 2015, p. 96)

Em 1924, cria a Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), com o objetivo de “investigar e reprimir os chamados “crimes de subversão da ordem”. Finalmente, ainda haviam questões de ordem prática, ligadas à nossa história recente e que assombravam a decadente República Oligárquica. Trata-se das guerras do Contestado e Canudos, conflitos que mobilizaram durante longo tempo forças militares e policiais, incorrendo em elevados prejuízos financeiros, materiais e humanos – sem contar as retumbantes derrotas militares nestes conflitos. O temor de que o enfrentamento terrestre e a tentativa de ocupação de São Paulo, resultassem numa longa e sangrenta batalha como aconteceu no Contestado e em Canudos, assombrava o Exército Brasileiro. Não sem razão, conforme se constatou logo em seguida com a batalha de Catanduvas (PR) e a Coluna Prestes. De acordo com Assunção (2015), em 1924, Abílio de Noronha, Duarte de Aleluia Pires, Setembrino de Carvalho, Eduardo Sócrates, Tertuliano Potiguara, protagonistas militares da luta, eram também veteranos das revoltas da Armada e da Vacina, da sedição de Juazeiro e da guerra do Contestado.

Em julho de 1924, após o início do levante em São Paulo, o temor à classe trabalhadora pelo governo era tanto que aproveitando-se do “estado de sítio”, foram detidos e “levados à Casa de Correção, no Rio de Janeiro, o diretor do jornal Correio da Manhã, Edmundo Bittencourt, o advogado Evaristo de Macedo e o político de oposição Maurício de Lacerda”. O professor anarquista “José Oiticica e o advogado Benjamin Mota passavam a amargar, logo após a decretação da revolta em São Paulo, uma temporada forçada na Ilha Rasa” (Assunção, 2015, p. 200).

Mesmo sem qualquer participação efetiva no movimento, a repressão aproveitou-se da oportunidade para perseguir opositores reais e imaginários, sobretudo,

trabalhadores e agitadores anarquistas e socialistas, considerados “inimigos do Estado” pela polícia política recém-criada pelo presidente Arthur Bernardes” (Assunção, 2015, p. 212). Diversos foram encarcerados sem direito a *habeas corpus*, detidos aleatoriamente para interrogatório e submetidos ao isolamento e a tortura durante dias, semanas e até meses seguidos. Muitos cumpriram anos na Casa de Detenção, Ilha Rasa, Ilha das Flores, Ilha das Cobras, Ilha Grande e em Clevelândia no Oiapoque. Inúmeros jamais voltaram desta prisão que ficou conhecida como “inferno verde” – os prisioneiros de Catanduvas foram todos enviados para lá.

Embora houvesse simpatizantes, e até algumas expectativas em relação à insurreição dos Tenentes na capital paulista em 1924, as organizações dos trabalhadores, anarquistas e socialistas, bem como o partido comunista não aderiram ao movimento. Assim mesmo, Assunção (2015) destaca que no jornal “A Plebe” de 15 de julho, os anarquistas publicaram um manifesto assinado por muitos militantes e operários apoiando o levante. Meirelles (1995) relata que até mesmo contataram o líder dos Tenentes, general Isidoro Dias Lopes, mas, este sequer os recebeu, enviando um subordinado para ouvir as propostas dos trabalhadores, que consistia basicamente em organizar pelotões operários armados, sem interferência militar, porém, foram prontamente dispensados.

Octávio Brandão em “Agrarismo e Industrialismo”, obra de 1926, critica e denuncia o caráter “pequeno-burguês” e deslumbrado do movimento e, Everardo Dias em “História das lutas sociais no Brasil” registra:

Mais tarde, o “chefe”, que era o general Isidoro Dias Lopes, desculpou-se em suas memórias, publicadas no Correio da Manhã, de não ter tido tempo de avistar os elementos conjurados do operariado, pela precipitação com que houve de agir, o que me parece fraca desculpa e erro de grandes proporções. Mas teve a oportunidade, durante os atropelados e febris dias de combate na capital de São Paulo, de receber em seu quartel-general o presidente da Associação Comercial e outros magnatas das finanças e da indústria, e que o aconselharam a retirar as suas forças da cidade, evitando um iminente levante do proletariado.

Ora, dirigentes operários, por várias vezes, procuraram avistar-se com ele, sem o conseguir, recebidos com displicência por qualquer oficial inferior, que os mandava apresentar-se aos postos de recrutamento [...]. (MEIRELLES, 1995, p. 217).

O ponto de vista dos Tenentes sobre o operariado era tanto pior, conforme o posicionamento de diversos dos seus líderes naquele momento e mesmo muitos anos depois, caso de Juarez Távora, Filinto Müller e Eduardo Gomes. Assim, Assunção (2015, p. 218) enfatiza o discurso do tenente “Nelson Tabajara de Oliveira” sobre “qual deveria ser o papel reservado aos líderes operários na “revolução de 1924”:

A revolução sempre fez questão de manter seu caráter nacionalista e democrático. Isidoro, com grande indignação, repelira, em São Paulo, a tentativa de aproximação de líderes proletários que vinham prometer total adesão de classe, se a revolta adquirisse caráter extremista. Recusou-a, com firmeza, porque isso descaracterizaria o movimento original do movimento, que buscava a renovação dos processos políticos vigentes, estando sempre os chefes rebeldes dispostos a acatar e prestigiar qualquer estadista de valor a quem fosse passado o governo federal, ante o que deporiam armas. Não lhes interessava, portanto, a presença de esquerdistas nos quadros combatentes, mesmo que viessem reforçar a revolução, até fazê-la vitoriosa. (ASSUNÇÃO, 2015, p. 218).

Embora se considerassem “revolucionários”, a pauta política dos Tenentes era apenas um tanto progressista, e os seus posicionamentos muitas vezes contraditórios e abertamente elitistas, conservadores e autoritários. Não se pode negligenciar que ocorrem ainda na época da República Oligárquica, e que a formação dos militares, que se insurgiam desde 1922, era mesmo de tradição Positivista, conforme o regulamento de Benjamin Constant. Na década de 10, com a reforma de Hermes da Fonseca, houve uma valorização e renovação no intercâmbio com a Alemanha, a grande potência bélica em ascensão na Europa. Após a Grande Guerra há a Missão Francesa, escolhida tanto devido ao fim do conflito, quanto pelo seu trabalho desde 1905 com a Força Pública paulista. Meirelles (1995) indica que:

Na verdade, existem vários exércitos num só, com ideias próprias não só sobre o papel que os militares devem exercer na sociedade como também sobre o tipo de governo que consideram o mais adequado para o país. A oficialidade divide-se entre os *bacharéis fardados*, em sua maioria positivistas, formados pela Escola Militar da Praia Vermelha, e *tarimbeiros*, voltados exclusivamente para a profissionalização, que estudaram na Escola Militar de Realengo, sob a orientação da Missão Francesa. (MEIRELLES, 1995, p. 115)



Enfim, se havia algo de progressista na pauta dos Tenentes, como o voto secreto e a obrigatoriedade do ensino primário gratuito, por outro lado viam-se como “salvadores da pátria”. Segundo Meirelles (1995, p. 116), sentiam-se “no dever de participar da vida pública por se considerarem, na maioria das vezes, mais bem-preparados intelectualmente para o exercício do poder do que a maioria dos civis”. Achavam, todavia, que apenas através da tomada do poder à força e da centralização do Estado, seria possível de cima para baixo, moralizar a política e construir a nação. Imbuídos de um patriotismo romântico, falavam em democracia, mas, rejeitavam as vias institucionais, discorriam sobre o povo, mas dispensavam a participação das massas e rechaçavam o seu potencial revolucionário e transformador. Para eles, as massas eram um perigo e precisavam ser vigiadas e tuteladas, conforme tivessem uma visão autoritária e paternalista. Assunção (2015, p. 219) destaca “como o Exército de então”, eles compartilhavam “uma visão negativa em relação aos civis, chamados pejorativamente de “casacas”. Desejavam, de acordo com os seus manifestos, retroagir o Brasil ao regime de 1889:

O Exército quer a pátria como a deixou o Império, com os mesmos princípios de integridade moral, consciência patriótica, probidade administrativa e alto descortino político. (MEIRELLES, 1995, p. 95)

A despeito do interesse e até entusiasmo de alguns segmentos operários anarquistas e comunistas, o caráter vago, genérico e a incerteza dos tenentes em relação às suas demandas e apoio do movimento operário dificultam o diálogo e a mobilização efetiva das organizações proletárias. Embora o líder dos tenentes, o “general Isidoro” tivesse “estabelecido, um ano antes, no Rio de Janeiro, tímido contato com alguns dirigentes comunistas, com o objetivo de obter apoio da classe operária para o levante” e, as principais lideranças do “recém-criado Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922”, estivessem comprometidas em “cerrar fileiras contra o inimigo comum, o presidente Arthur Bernardes”, a “falta de clareza política dos conspiradores” e o receio em mobilizar os operários, impediram o processo de avançar (Meirelles, 1995, p. 131).

Por outro lado, o temor das elites diante do interesse do proletariado pelo movimento, justifica-se pelas constantes greves organizadas por anarquistas e socialistas na década anterior. A “greve dos tecelões da Fábrica Crespi, no início do ano”, mobilizou cerca de “120 mil operários, em várias fábricas da cidade”, deixando em pânico as classes conservadoras e os dirigentes da Associação Comercial. Em correspondência enviada ao general legalista Eduardo Sócrates, o presidente da Associação Comercial, Macedo Soares, semeia o terror:

Os operários agitam-se e as aspirações bolchevistas manifestam-se abertamente. Será mais tarde, pelos sem-trabalho, tentada a subversão da ordem pública. (...) A continuação da luta (...) acarretará por certo a falência do país, além da morte de muitas dezenas de milhares de civis inermes e de valorosos militares de parte a parte. (MEIRELLES, 1995, p. 176)

É digno de nota que as elites paulistas, representadas pelo dirigente da Associação Comercial de São Paulo, dialogando tanto com rebeldes quanto com legalistas, manipulavam lá e cá, em favor dos seus interesses de classe, instigando o “pânico comunista”, conduzindo ambos os lados incessantemente contra o movimento operário. De fato, o que se pode constatar, é que o “terror comunista”, é anterior até mesmo à fundação do Partido Comunista em 1922, tem origem nas leis Adolfo Gordo contra anarquistas e socialistas, ainda que tenha recrudescido com o Estado Novo e durante a Guerra Fria.

Meirelles (1995) sublinha que embora os Tenentes controlassem “militarmente a cidade”, o “poder político e econômico” permanecia inalterado nas mãos da administração municipal e das elites – industriais, fazendeiros, banqueiros, exportadores, estrangeiros. Se a “revolução manda nas ruas e nos quartéis, porém o mundo dos negócios continua sob o controle da oligarquia e dos seus parceiros comerciais” (Meirelles, 1995, p. 144). Deste modo:

Através da Associação Comercial, as elites policiam o comportamento político do Alto-Comando revolucionário, procurando sempre dificultar a sua aproximação com a classe trabalhadora. Alardeiam os perigos da agitação social, da subversão e da guerra civil, sempre que os rebeldes tentam atrair a massa operária para uma participação mais atuante na rebelião. (MEIRELLES, 1995, p. 144).

Além disso, Meirelles (1995, p. 145) revela a imaturidade política dos rebeldes ao recusar apoio de outras cidades e organizar focos de mobilização e resistência no interior. Por outro lado, ao não deflagrarem o movimento no interior, as administrações municipais seguiram independentes, “sem subordinação ao comando da revolução”, de modo que essa cegueira política favoreceu que o “interior, dominado pelas oligarquias, se reorganize em torno das lideranças locais, que logo se mostraram hostis à revolução”.

Subordinadas ao capital estrangeiro, as oligarquias nacionais, representadas pelo governo Arthur Bernardes, aceitam a missão econômica inglesa para “avaliação das contas oficiais do Governo”, como exigência do capital financeiro inglês para renegociar a dívida externa e contrair créditos. Considerada uma afronta pela oposição e um atentado a soberania nacional pelos militares rebeldes, os técnicos ingleses ligados a instituições financeiras, ao Tesouro e ao *Economist*, emitem um relatório com suas “principais recomendações”, publicado no Diário Oficial de 29 de junho de 1924.

Em linhas gerais, de acordo com Meirelles (1995, p. 241-242), o relatório aconselhava para “combater o déficit fiscal” com rigor e “equilibrar as contas públicas”, evitar a “emissão de dinheiro”, que “o Governo enxugasse, drasticamente, o quadro de funcionários públicos, com o maior número possível de demissões, a fim de tornar a máquina administrativa menos onerosa e mais eficiente”. Atacava ainda despesas com “o pagamento de pensões; o país gastava dinheiro demais com aposentadorias”, segundo o capital monopolista britânico. Para eles, “o melhor caminho para o Brasil reduzir a sua dívida externa” seria “a venda ou arrendamento de bens de propriedade do Estado” ao lado de “facilidades para estimular a entrada de investimentos externos”, isto é, privatizações e subsídios para o capital estrangeiro, transferência do patrimônio e recursos públicos para os bolsos ingleses. Assim, Meirelles (1995) revela:

Os membros da comissão defendiam a privatização das principais empresas estatais, como o Lloyd Brasileiro e a Estrada de Ferro Central do Brasil, por entenderem que era a única forma de o Brasil acabar, de uma vez por todas, com o déficit crônico, além de fazer caixa para honrar compromissos assumidos com credores internacionais. Os técnicos ingleses aconselhavam Bernardes a mudar a Constituição, não só para se livrar mais rapidamente das estatais como para que o Governo pudesse

vender ações do Banco do Brasil aos bancos estrangeiros que operavam em território nacional. (MEIRELLES, 1995, p. 242)

Por fim, o relatório recomendava de forma categórica que o governo renunciasse as pretensões de implantar uma indústria siderúrgica estatal, pois, apenas uma “economia de livre mercado”, por meio da aliança do “capital privado nacional” e “recursos externos”, asseguraria o desenvolvimento econômico, industrial e social brasileiro. Enfim, a panaceia é escancarar de uma vez por todas “as suas portas ao capital estrangeiro sem qualquer tipo de restrição”. Embora se apresentasse como o suprassumo “da modernidade e do progresso”, escorava-se fundamentalmente nos velhos “postulados do liberalismo inglês do século XVIII” (Meirelles, 1995, p. 243).

Diante do exposto, cabe algumas observações. A subordinação do capitalismo brasileiro ao capital estrangeiro demonstra como a nossa burguesia não possui caráter nacional, pois, os seus interesses econômicos diretos identificam-se e se fundam em bases estrangeiras. Florestan (2006) chama atenção para esse traço essencial da nossa burguesia, em o processo de consolidação do capitalismo brasileiro e sua ascensão enquanto classe. A ingerência do capital imperialista, ora inglês, ora ianque, há um século, segue impondo a agenda liberal-conservadora e neoliberal-autoritária ao país. Associados as elites dominante, procuram apropriar-se do patrimônio, recursos naturais e do fundo público. Promovem ataques sistemáticos à classe trabalhadora e as suas organizações, reivindicações e conquistas – direitos e políticas sociais. Ao lado disso, a classe dominante brasileira apela a um suposto “patriotismo” antidemocrático e antinacional, contra o internacionalismo proletário. Isto é, o saque da “mão invisível” do mercado é justo e bem-vindo, as ideias libertárias, emancipatórias, igualitárias e reformistas dos anarquistas, socialistas e comunistas são vistas como subversivas e antipatrióticas. Nesse “patriotismo” ordinário, sem as massas e o proletariado, o interesse da burguesia – sociedade civil - associada ao capital estrangeiro corresponde ao “interesse nacional” e a “liberdade econômica” – qualquer semelhança com a política hodierna não é mera coincidência.

A principal paralisação dos trabalhadores durante a República Oligárquica foi à greve geral de 1917, impulsionada no Rio de Janeiro e, em São Paulo, após a morte de um jovem trabalhador pelas forças policiais. A greve avançou pela capital federal e

ocorreram na cidade de São Paulo inúmeros conflitos e tiroteios durante vários dias, em diversos bairros. Nessa greve participaram operários da indústria têxtil, alimentícia, construção civil, ferroviários, gráficos, estivadores, dentre outros. Em Campinas, também trabalhadores foram assassinados em confrontos com as forças policiais.

É nesse contexto que o descontentamento com a situação política se acirra, tanto quanto a luta de classes. Os militares ressentem-se desde o fim da República da Espada, conforme aumentam as agitações sociais, a influência externa na política, a crise econômica e as fissuras no pacto oligárquico. A morte repentina de Afonso Pena durante o mandato, e a sua substituição pelo vice, Nilo Peçanha, no bojo da disputa pela sucessão, acirram a crise, surgindo a oportunidade para o retorno dos militares ao poder por meio da candidatura do marechal Hermes da Fonseca. Em 1913, perto de dez mil pessoas foram às ruas no Rio de Janeiro para se manifestar contra as deportações de sindicalistas imigrantes, dentre eles o espanhol Everardo Dias e o italiano Gigi Damiani.

Enfim, trata-se de destacar a tensão entre as classes e o acirramento da luta de classes no contexto do esgotamento da República Oligárquica – é isso o que mobiliza os Tenentes, impulsiona a crise da República Velha e as agitações políticas e sociais. Contudo, é importante salientar que embora tivesse reivindicações progressistas, o Tenentismo foi um movimento de classe média conservador e autoritário, adequado à contenção dos trabalhadores, estando mais alinhado as pautas de segmentos médios urbanos e das elites industriais - “progressistas”, em relação às oligarquias, conservadores e reacionários dada a organização e o protagonismo político do proletariado. Aspiravam mais que tudo, a ordem – manutenção do *status quo* - e a moralização da política.

Por isso, muitos deles apoiaram a Revolução de 1930 e o Estado Novo de 1937 até 1945. Luís Carlos Prestes, Dinarco Reis, Gregório Bezerra, João Cabanas, Miguel Costa, Agildo Barata, Carlos da Costa Leite e Herculino Cascardo foram algumas das mais destacadas e raras exceções entre os Tenentes – ainda que alguns tenham apoiado o movimento de 1930, todos juntaram-se depois a Ação Nacional Libertadora (ANL) e uns ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Juarez Távora e Eduardo Gomes, por outro lado, figuras emblemáticas do movimento tenentista, apoiaram tanto a ditadura Vargas quanto a civil-militar em 1964. O que se busca salientar é a tradição autoritária brasileira,

no bojo do capitalismo periférico e dependente, em momentos de ascensão da classe trabalhadora, avanços democráticos e crise – econômica, política e social – as classes dominantes apelam e cedem ao arbítrio, convocando as forças armadas e o Estado policial para a sua contenção na ponta da bota e no cano do fuzil.

Embora essa reflexão busque destacar aspectos da nossa formação e modo de produção social, ela não se encerra nos parâmetros do liberalismo em oposição ao marxismo. A tradição autoritária brasileira não é apenas uma consequência ou um efeito colateral nefasto, somente da herança colonial escravocrata ou do capitalismo dependente e periférico – a modernização conservadora é mais complexa e articula elementos arcaicos e modernos no processo de acumulação desigual e ampliada. Há método e suporte teórico no arbítrio, isto é, na autocracia burguesa. Assim, o debate deverá avançar para interlocutores autoritários e a teoria das elites que subsidiavam a ofensiva conservadora e reacionária de fins do século 19 até a década de 40 do século 20 – Oliveira Vianna, Alberto Torres, Vilfredo Pareto, Mihail Manoilescu, Charles Maurras, Oswald Spengler, são apenas os mais destacados intelectuais, dentre outros, da tradição nacionalista, conservadora e autoritária. Contudo, não se pode falar em autoritarismo brasileiro sem enfatizar a sua maior expressão, o movimento ligado ao Tenentismo e com grande apelo entre militares, intelectuais e setores da igreja católica: o Integralismo.

### **9.1. Integralismo: ofensiva autoritária, conservadora e irracionalista**

A ofensiva autoritária, da qual decorrem os movimentos fascista e integralista, é produto de uma onda conservadora e nacionalista que surge no final do século XIX como reação ao avanço do proletariado e do socialismo. Esse movimento tem lugar na época do *Risorgimento*, período de unificação da Itália e das campanhas *irredentistas*. A Grande Guerra irá ampliar o sentimento nacionalista e irredentista italiano, por meio de intelectuais inflamados e heróis nacionais de guerra, caso de Gabrielle D'Annunzio que incorporava os dois papéis. Após a guerra e no esteio da Revolução Bolchevique, o partido socialista e a democracia social alcançam uma vitória expressiva no parlamento italiano. A vitória ampliou as mobilizações operárias - greves, agitações, ocupações de

fábricas e latifúndios. Assim, o fascismo foi mobilizado pela burguesia industrial e do campo, com a complacência estatal (governo liberal de centro-burguês) contra a classe operária, no vácuo da crise econômica gerada pela guerra e a “vitória mutilada” com sabor de derrota, diante do fracasso do liberalismo e dos conservadores em oferecer respostas à apreensão da classe média e das elites nesse contexto. Com forte apelo nacionalista, irredentista, autoritário, católico, conservador, antissocialista, antiliberal, anti-iluminista e reacionário, passa de um movimento de massas em 1919 para partido em 1921 até alcançar o poder com Benito Mussolini em 1922.

O fascismo e o integralismo, no entanto, têm inspiração no nacionalismo contrarrevolucionário francês, surgido em fins do século XIX, com o movimento nacionalista e monarquista conhecido como Ação Francesa<sup>68</sup>. Através do nacionalismo a Ação Francesa apelará a um projeto político assentado nas tradições, no passado anterior a Revolução, em que o corporativismo prevalecia sobre o individualismo e a monarquia hereditária representava a estabilidade e a ordem natural das coisas, onde as elites asseguravam os interesses da política e unidade nacional contra o perigo estrangeiro.

O caráter anticomunista e antiliberal do Integralismo surge como uma resposta, de um lado ao racionalismo e internacionalismo do materialismo histórico e, de outro, ao individualismo exacerbado e ao imperialismo do capital monopolista, ambos criticados por Plínio Salgado e outros ideólogos da AIB (Ação Integralista Brasileira). Apelavam para o nacionalismo irracionalista e espiritual para se contrapor ao internacionalismo materialista-dialético e a expansão desenfreada do capitalismo, do lucro e da acumulação, que provocavam a desagregação da nação e da sociedade, como consequência da secularização, da modernização e da primazia do mercado. É o que

---

<sup>68</sup> O artífice da Ação Francesa foi Charles Maurras, ao lado de Maurice Barrés e Henri Vaugouis. Maurras era poeta, jornalista e dirigente da Ação Francesa, foi o autor do Inquérito sobre a Monarquia (1900) e de inúmeras outras publicações de caráter nacionalista, antissocialista, anti-protestante, católico, anti-semita, anti-iluminista e contrarrevolucionário. Assim, é o principal entusiasta da Restauração e da ideia de “nacionalismo integral” e “neomonarquismo” – essencialmente centralizadora, autoritária, antiparlamentar e antissufragio universal. Apenas a monarquia pode descentralizar, pois o “rei, reina e governa”, com o “poder estável” e hereditário – o meio de transmissão do poder natural e justo - é o “fiador do destino e unidade francesa”. Após a Revolução de Outubro de 1917, a Ação Francesa amplia as suas ações, conforme o fascismo e o nazismo se fortaleçam em toda a Europa, diante do enfraquecimento das democracias liberais com o apoio das burguesias e do capital monopolista. A Ação Francesa durante a ocupação nazista apoiou o governo colaboracionista de Vichy do marechal Pétain.

Ramos (2016) destaca na fala de Leandro Konder, quando chama a atenção para o “consumo dirigido” pelo fascismo. Assim, segue a definição:

O fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiada pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes) a influência junto às massas; e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro. (KONDER, 2009; p.53)

Considerando que a Revolução Bolchevique surgia como uma alternativa proletária para a classe operária que avançava, tanto na quantidade de trabalhadores quanto na de organizações, ampliando as ideias socialistas pela Europa, o fascismo aparecia como uma alternativa de contenção da luta de classes por meio de um Estado forte e centralizado, apoiado na “antítese da racionalidade marxista”, estabelecido pelo “irracionismo nacionalista”. Do ponto de vista objetivo, ele surge como um remédio, ainda que amargo, para a burguesia liberal e o grande capital monopolista e transnacional, indiferente ao liberalismo político na busca da otimização da acumulação ampliada. E é justamente no esteio da crise do liberalismo e avanço do socialismo, do esfacelamento de grandes impérios, sobretudo, na Europa e, do desencantamento ou mal-estar civilizatório ocasionado após a Grande Guerra que estão dadas as condições objetivas para a ascensão do nazi-fascismo na Europa.

Antes do conflito de 1914-1918 a Europa vivia um panorama de quase 50 anos de estabilidade no continente, após a Guerra Franco-Prussiana de 1870 e a Comuna de Paris de 1871. Após a dissolução da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1872, em um contexto de nacionalismo exacerbado, industrialização, urbanização e repressão ao proletariado revolucionário, a década seguinte verá o ressurgimento do movimento operário de massas – entre 1880 e 1899 vinte partidos operários e socialistas



são fundados na Europa. É a era de ascensão da socialdemocracia na Europa, da Belle Époque, da Segunda Internacional Socialista de 1889 e, ao mesmo tempo, do Positivismo e da “via prussiana” - o modelo conservador de proteção social de Bismarck que ao lado da repressão, assegura a contenção da onda revolucionária, favorecendo a expansão da socialdemocracia.

O fascismo, ao lado do Integralismo, de acordo com Vinicius Ramos (2016, p. 05), “não possuía um projeto de Estado estruturado que visasse substituir o Estado burguês”, assim, apresentava-se, sobretudo, como um movimento de contenção às massas populares e proletárias, focado na retórica anticomunista. Por outro lado, atacava também a ineficácia do liberalismo em conter o avanço avassalador do grande capital e do socialismo, ambos modernos e sem fronteiras.

Conforme Ramos (2016, p. 05), segundo a argumentação de Mariátegui<sup>69</sup>, “o fascismo não teria sucesso econômico ou político em um momento de paz”, pois, “o fascismo é a ação ilegal das classes conservadoras”, receosas pela insuficiência da ação legal do Estado”, na proteção da sua manutenção e subsistência. Se trata da “ação ilegal burguesa contra a ação ilegal socialista: a revolução”. Ou seja, a base de sustentação e o móvel do fascismo e do Integralismo são o medo, o pânico, o terror diante do conflito com as massas proletárias e populares, pois, como não possuem “um programa propositivo consequente, necessitam de encontrar inimigos contra os quais devem bater-se, seja o liberalismo ou o comunismo” (Ramos, 2016, p. 06).

No âmbito da contenção ao comunismo e as revoluções e revoltas proletárias e camponesas, tal qual ocorriam no México, Rússia, Alemanha, Hungria, Finlândia, e, de acordo com Gilberto Calil (2010, p. 148), Mariátegui observa que o “fascismo” não é um partido; é um exército. É um exército contrarrevolucionário, mobilizado contra a revolução proletária”. Trata-se de mobilizar as forças reacionárias e intimidar os trabalhadores por meio da violência desabrada.

Trata-se de destacar a adesão da burguesia e das elites ao movimento fascista, aterrorizadas diante da crise socioeconômica e de inimigos políticos potenciais ou imaginários. Deste modo, Calil (2010, p. 149), demonstra como Mariátegui revela que

---

<sup>69</sup> O jornalista e sociólogo peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930), um dos fundadores do Partido Socialista Peruano, viveu na Itália entre 1919 e 1923, presenciando a ascensão do movimento fascista italiano.

apavorada diante da possibilidade revolucionária, “a burguesia armou, abasteceu e estimulou solícitamente o fascismo e o empurrou à perseguição truculenta do socialismo, à destruição dos sindicatos e cooperativas revolucionárias, à quebra das greves e insurreições”. Além disso, ela colocou à “disposição do fascismo seus jornais, seus políticos, seu dinheiro, todos ou quase todos seus instrumentos de domínio da opinião pública”.

A capitulação da burguesia diante do fascismo evidenciava não somente a sua incapacidade de conter o movimento operário e o socialismo, como o descontentamento das massas reacionárias – pequena burguesia, lumpemproletariado -, mobilizadas pelas elites no esteio da crise do liberalismo político. Assim, era necessário renunciar a algumas liberdades políticas para garantir a manutenção da ordem e do status quo, diante da possibilidade de ascensão do proletariado. O fascismo não podia, entretanto, renunciar ao aparelho burocrático estatal burguês e ao capital monopolista, por essa razão, é apropriado pensar que o fascismo chegou ao poder com a burguesia e não a despeito dela - tal como Luís Napoleão III, conforme Marx explica em *O 18 de Brumário*.

No Brasil a Ação Integralista Brasileira (AIB) é fundada em 1932 por Plínio Salgado, no esteio das lutas proletárias, do anarcossindicalismo e ascensão do Partido Comunista durante os anos de 1910 e 1920. Todavia, a AIB vem no vácuo de uma série de movimentos conservadores, autoritários, nacionalistas que surgem no país desde os anos 1910 até 1930, como a Liga da Defesa Nacional, Ação Social Brasileira, O Centro Dom Vital, a Legião Cearense do Trabalho, o Partido Nacional Sindicalista. A Legião Cearense do Trabalho, por exemplo, foi fundada em 1930 pelo tenente Severino Sombra, católico e nacionalista, com o apoio da Juventude Operária Católica de Dom Hélder Câmara, tendo por objetivos, segundo consta no discurso de fundação do movimento, organizar os trabalhadores, de modo que estando protegidos, organizados, educados e unidos, tornem-se colaboradores dedicados, íntegros e conscientes das outras classes sociais. Como se vê, trata-se tão somente do postulado Positivista, que consiste no operário-cidadão, como o soldado-cidadão da República. Se trata de ajustar e canalizar as suas reivindicações pelo Estado forte e centralizado, através das suas associações corporativas, estabelecendo a máxima de Auguste Comte, cujo objetivo era incorporar o proletariado à sociedade moderna.

O Partido Sindicalista Nacional, de franca inspiração fascista, foi criado pelo médico mineiro Olbiano de Mello. Praticamente nem chegou a atuar, pois, logo que lançou seu manifesto de fundação foi prontamente acolhido e incorporado por Plínio Salgado à AIB. Olbiano foi um partidário entusiasmado do Estado Corporativo, com uma vasta atividade intelectual e de propaganda. Organizou cooperativas, associações e diversas publicações, entre artigos, manifestos e livros, dentre os quais “A República Sindicalista dos Estados Unidos do Brasil”, “Comunismo ou Fascismo” e “Levanta-te Brasil!”, obras em que se declara favorável a um Estado sindical-corporativo de inspiração fascista, porém, adaptado as condições brasileiras como solução à questão social. O juramento Integralista “Deus, pátria e família” foi inspirado em trecho de “Levanta-te Brasil!”, bem como o hino da AIB. Foi um dos principais líderes e intelectuais do Integralismo, ao lado de Gustavo Barroso, Plínio Salgado e Miguel Reale, bem como o redator da publicação da AIB, “A Ofensiva”.

De acordo com Carneiro (2020)<sup>70</sup> o Integralismo é um movimento alinhado com o fascismo arcaico, medieval, inspirado nas ideias das corporações de ofício e extremamente conservador e católico - “Deus, pátria, família”. Conforme apele para o nacionalismo cristão, assenta-se em bases tradicionais do país e na sua realidade concreta, prestigiando ideais que promovam e valorizem a ordem e a cultura nacional. Se trata de um projeto de Estado nacional estabelecido sobre a égide do espírito divino – assentado na católica família brasileira.

Contudo, para Natália Reis Cruz (2012, p. 182), é preciso destacar a influência tanto de Gustavo Barroso quanto de Plínio Salgado na construção dos fundamentos do Integralismo. Assim, se Miguel Reale e Olbiano de Mello concentram a reflexão e o discurso nos aspectos conjunturais do pensamento e ação integralista, Barroso e Salgado apontam à construção de uma “identidade nacional” e; na busca da consolidação desse “novo homem e sociedade”, cumpria reconstruir o passado de modo a legitimar “determinadas doutrinas e/ou propostas políticas de organização social”.

---

<sup>70</sup> Anotações da ‘aula 2 - O integralismo de ontem e hoje’, ministrada pela professora Márcia Carneiro, do Departamento de História da UFF em 10/06/2020. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=mqC5AlgJGmk&ab\\_channel=UJSBrasil](https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=mqC5AlgJGmk&ab_channel=UJSBrasil)>. Acesso em: 10/06/2020.

A “história” ou, mais precisamente, a representação do passado, aparece, então, como legitimadora de um projeto político autoritário e fascista, que faz uso do mito da democracia racial e da cordialidade no encontro das três raças formadoras da nacionalidade brasileira, abstraindo completamente o lado conflituoso dessa relação. O passado colonial é pintado com cores idílicas, ao passo que a história mais recente, especificamente o período republicano, é interpretada da forma a mais negativa possível, visto que os integralistas se colocavam como os redentores da nação, que trariam de volta ao passado mítico e benevolente. (CRUZ, 2012, p. 182)

Edifica-se, assim, a apologia do “homem brasileiro” - negro, mestiço, caipira, sertanejo, branco (europeu) -, buscando integrar as três raças fundamentais do povo, isto é, a indígena, a branca e a negra. Trata-se de “construir uma memória coletiva sobre o passado do Brasil, no sentido de que através dela a coesão social pudesse ser reforçada”, posto que a “produção de memória é um aspecto fundamental da luta pelo poder” (Cruz, 2012, p. 182). Constrói-se, deste modo, de forma idílica, o mito fundador do colonizador lusitano, baseado no matrimônio da Índia com o português que a desposa, ignorando-se deliberadamente os séculos de guerras de invasão, escravização e extermínio dos povos indígenas, submetidos aos interesses econômicos da metrópole. Tanto Salgado quanto Barroso possuíam estudos sobre a cultura e o folclore nacional, porém, Plínio destacava-se pela notória influência do Romantismo brasileiro de caráter nativista, idealista e nacionalista em suas obras, permeadas pelo seu arraigado catolicismo, enquanto que o outro notabilizava-se pelo seu antissemitismo e racismo.

Segundo Natália Reis (2012, p. 184), Plínio Salgado assentava em um suposto “espiritualismo” nativo, ao lado do “espiritualismo” católico, a confraternização entre os exploradores portugueses e as nações indígenas que ocupavam o território à época da conquista lusitana. Sustentava ainda que a distância da metrópole portuguesa com a colônia, ao lado do meio hostil – ambiente, clima e geografia -, favoreceu a integração e a cooperação de todos os povos que aqui viviam, conforme “a falta de auxílio de Portugal levaram as várias raças a se irmanarem e a reduzirem as diferenças e oposições que as separavam”.

Na perspectiva das teorias raciais e do evolucionismo social, Salgado supõe que prevalecia perante as determinações do mercantilismo econômico e da ordem senhorial-estamental, uma democracia racial, considerando que as imposições do ambiente sobre os indivíduos os nivelaria, acentuando o aspecto espiritual cooperativo entre os povos no

território. Convenhamos, é quase um jardim do Éden, um tanto mais selvagem, posto que a natureza seria o elemento hostil nessa suposta fraternidade universal. Considerando “os imperativos da terra”, cumpre-se através dela o idílio dessa democracia racial em que a luta de classes cede à cooperação racial, posto que o indígena teria ainda acolhido o branco, aceitando a miscigenação de bom grado.

Embora admitisse a escravidão como uma mácula na nossa história, ainda assim, apontava aspectos positivos no escravismo, conforme favorecesse a “aculturação” e o embranquecimento dos negros. A “aculturação” também será vista como uma dádiva oferecida pelos brancos aos indígenas – a religião, a cultura, a tecnologia, o trabalho -, tudo o que vem da raça branca – superior – é para a elevação e graça dos inferiores. Assim, se estabelece o caráter positivo da miscigenação - a eugenia civilizatória evangelizando e aculturando o selvagem nativo ou africano.

Este discurso é bastante revelador, pois demonstra que, para o integralismo, a submissão do indígena aos interesses do branco colonizador português, lutando ao seu lado pelas causas metropolitanas e deixando-se aculturar, é um fato positivo de nossa história. Defende-se, na verdade, a supremacia branca, conforme fica claro na descrição do processo de aculturação sofrido por Araribóia, simbolizado pela aceitação dos valores brancos – que o leva a lutar pelos interesses metropolitanos – , pelo batismo católico – concebido como um “bem”, uma “recompensa” – e pela troca de nome”. (CRUZ, 2012, p. 185)

A afirmação do ideal da democracia racial, cuja síntese seria o caboclo, parte do pressuposto da aceitação pelo indígena da miscigenação e aculturação, vistos como um aspecto positivo da nossa história, sobretudo, para o nativo. O mesmo argumento vale para o negro, que, submetendo-se ao branco, oferece uma contribuição a essa síntese, assim, o valor de cada um consiste na medida em que “acolhem” ou aceitam a superioridade e a dominação branca europeia. O caboclo, produto desse “processo de branqueamento”, herdaria o espírito puro do “bom selvagem” e a força e tenacidade laborativa do negro.

O mito do povo ordeiro, espiritualizado, desejoso da comunhão e da harmonia (concretizadas na miscigenação racial) respaldava o projeto autoritário e excludente do integralismo, qual seja: a criação de uma sociedade homogênea étnica e racialmente, profundamente hierarquizada e ordenada, mantendo-se as desigualdades sociais, mas anulando o conflito e a luta de classes. (CRUZ, 2012, p. 191).

De um modo geral, os integralistas eram, antes de tudo, anti-iluministas e anti-materialistas. Rejeitavam o cientificismo e o materialismo, tanto quanto o liberalismo e o comunismo, ambos fundados na razão e na modernidade em oposição ao espiritualismo. Possuíam um caráter positivista reacionário, acreditavam no progresso, contudo, subordinado a Deus e as tradições, à família, a pátria e a ordem. Assim, as ideias materialistas deviam ser excluídas da sua concepção científica de mundo. Sofriam forte influência de pensadores italianos<sup>71</sup>, da Doutrina Social da Igreja católica e, no Brasil, de Farias de Brito, Alberto Torres, Jackson de Figueiredo e do Centro Dom Vital<sup>72</sup>, organização católica ultraconservadora.

Conforme a influência “espiritualista” de Farias de Brito, que recusava o materialismo, o liberalismo, o positivismo e o socialismo, prevalecia o anti-historicismo assentado em uma crença na história em uma perspectiva não linear e anticoletivista que se move através de ciclos. A história, como resultado da construção do pensamento, consiste no apontamento do acúmulo do “espírito” humano. Por essa razão, a observação dos fatos concretos não se dá em uma perspectiva materialista, antes moralista e espiritualista. Considerando que o espírito é o fundamento da razão e a origem do ser, ele se constituiria na única verdade, isto é, a verdade absoluta. Assim, Farias de Brito estabelece:

“Aceito como critério da verdade o testemunho normal e permanente da consciência. E como o conhecimento tem por objetivo a verdade, deve-se, daí concluir que a verdade é o nosso fim supremo e o nosso destino mais alto. Não a verdade parcial, a verdade relativa ou fenomênica; mas a

---

<sup>71</sup> Tais como Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca, Gabrielle D’Annunzio, Giovanni Gentile, os principais influenciadores do fascismo italiano e alguns dos interlocutores da “teoria das elites”.

<sup>72</sup> O Centro Dom Vital, fundado em 1922, era contrário ao “Modernismo” e considerava o fascismo um poderoso “aliado natural do catolicismo contra o socialismo e o marxismo”. Se trata do pensamento católico exposto desde a Encíclica “Quanta Cura”, que condenava abertamente tanto o socialismo quanto o liberalismo, passando pela “Rerum novarum” que rejeita a luta, propõe a conciliação de classes e institui as associações operárias católicas, fundando a Doutrina Social da Igreja; até a “*Pascendi Dominici Gregis*” que condenava o modernismo já em 1907. Assim, a Doutrina Social da Igreja proclama que o “século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada”. Considerando que a família antecede a sociedade civil e o Estado e, é Deus quem conduz a família, logo “Deus dirige o destino dos povos”.

verdade total e absoluta, o conhecimento da significação real do mundo e da existência”. (BRITO, 2016, p. 05)

Adiante, conclui:

E esta, quanto ao essencial, se resolve no seguinte: no esforço pela interpretação do verdadeiro sentido da existência; o que equivale a dizer que se resolve no esforço pelo estabelecimento de uma filosofia do espírito, pois, se o espírito é, segundo o ponto de vista que adoto, a “coisa em si” e o ser verdadeiro de todas as coisas, logo se compreende que não será possível chegar à legítima interpretação do verdadeiro sentido da existência, senão pela noção do espírito”. (BRITO, 2016, p. 07)

Grosso modo, o Integralismo é um movimento reacionário e ultraconservador que se caracteriza por um dualismo exacerbado, marcado pelo maniqueísmo radical. Assim, destaca-se a oposição entre o Brasil real em oposição ao ideal e “oficial”. O primeiro seria o país telúrico, rústico e idílico. O outro era o moderno, laico, secular, cosmopolita, nocivo, desagregador e destruidor da cultura nacional. Evidencia-se ao mesmo tempo, um medo patológico à complexificação e autonomização da sociedade, as contradições do capitalismo e a “questão social”, a luta de classes e a revolução. Assim, o problema da unidade e identidade nacional, da hegemonia étnica e racial, entre os principais intelectuais do pensamento político e social brasileiro desde fins do século XIX e até os anos 1930, dissimula a negação impertinente do conflito e do contraditório, inerentes às sociedades capitalistas industriais de massas. O processo de consolidação do capitalismo e do liberalismo no país, ao lado da urbanização e industrialização aceleradas, modificaram de forma radical o Estado e a sociedade, evidenciando e recrudescendo as contradições e conflitos políticos e sociais latentes. Opondo uma sociedade tradicional, arcaica, estável e homogênea, consolidada ao longo de quatro séculos, e outra moderna, contraditória, complexa e cosmopolita, que surgia impetuosa e voraz.

Do ponto de vista da perspectiva “espiritualista”, a despeito das determinações econômicas e da correlação de forças entre as classes, se mobiliza uma série de elementos simbólicos que denotam valores e tradições morais, culturais, espirituais, irracionais. Esses elementos, organizados em torno de símbolos, ideais, mitos, slogans, costumes e valores, mobilizam as massas, arrastando-as de tal modo que não se opõe

as questões materiais ou argumentos de caráter científico. Thompson (2011) esclarece sobre essa construção ideológica:

Eles se constituem em símbolos e “slogans”, costumes e tradições que mobilizam as pessoas ou prendem-nas, empurram-nas para a frente ou constroem-nas, de tal modo que não podemos pensar estas construções simbólicas unicamente como determinadas, ou totalmente explicadas, em termos de condições econômicas de produção. Mais: os fenômenos referidos como sendo a concepção latente de ideologia demonstram a persistência de símbolos e valores tradicionais, deste séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo no coração mesmo da sociedade moderna. Esses símbolos e valores tradicionais não são varridos para longe, de uma vez por todas, pelo constante revolucionamento da produção; eles perduram, modificam-se, transformam-se; na verdade, eles reaparecem como uma força reacionária potente no despertar mesmo da própria revolução”. (THOMPSON, 2011, p. 58-59)

Florestan Fernandes enfatiza, como certas culturas – ou tradições -, se modificam e perduram, como o estamento ou a ordem senhorial, em detrimento da burguesia liberal e da sociedade competitiva, o trabalho livre em oposição a arranjos semilivres, servis ou escravizados. Como a “modernização conservadora” impõe a “revolução-restauração” gramsciana, assegurando mudanças “dentro da ordem” para que nada se transforme e/ou amplie-se as bases da dominação burguesa.

Em uma perspectiva dissimulada, a ideologia consiste em um elemento de representações cuja finalidade é prover relações de dominação de grupos por meio da direção para o passado e não para o futuro. Cria-se um ambiente de insatisfação com o presente e de desalento em relação ao futuro, de modo que se idealiza o passado como o “paraíso perdido” – lugar da ausência de conflitos, da paz perene e da concórdia e ordem perfeita. O artifício idílico se sustenta em imagens e ideais que escamoteiam as relações de classe e tangenciam a ação coletiva para a transformação sociopolítica.

O nazismo foi emblemático nesse sentido. Havia uma preocupação notável entre os artífices do nacional-socialismo em cultivar o passado e recriar toda a história ariana. Assim, buscavam associar o III Reich à dinastia do rei Heinrich I da Germânia, que viveu a época de Carlos Magno. A estética - arte e arquitetura - nazista era helênica. O arianismo era uma teoria de superioridade e pureza racial e moral, assentada em pressupostos estéticos e culturais de inspiração greco-romana, que se impunha sobre o



homem, a mulher e a família ariana. A noção de guerra, embora utilizando-se das mais modernas tecnologias, inspirava-se na concepção da Antiguidade clássica, em que aos conquistadores tudo era permitido: desde reduzir às cinzas a cidade conquistada até exterminar e escravizar a sua população – Hitler poupou apenas Roma, Atenas e Paris dos bombardeios da *Luftwaffe*. Tal como os romanos fizeram em Cartago e Alexandre da Macedônia em Tiro.

Guimarães (2017, p. 03) enfatiza que esse tipo de visão de mundo consiste na perspectiva “aristocrática”, que desenvolve-se a partir do princípio de “uma ontologia de dois mundos, onde se distingue um mundo superior espiritual e um mundo inferior material”. Trata-se da contrarrevolução conservadora idealizada por Julius Evola, marcada pelo “tradicionalismo”, inserido em “uma longa tradição do pensamento reacionário e irracionalista, iniciado como reação à Revolução Francesa e cuja maior expressão política foi, até agora o fascismo” (Guimarães, 2017, p. 02).

Evola é italiano e nasceu em 1898 numa família aristocrática. Foi artista e jornalista, ligado ao fascismo italiano e admirador do nacional-socialismo alemão. Sua obra, porém, torna-se referência para os movimentos neofascistas na Europa após a II Guerra. O dualismo de Evola consiste nesses dois pólos: o ser e o devir. O primeiro é “supratemporal”, perene e superior. O outro é inferior, instável, contingente, mundano. A autoridade do ser deriva da sua imutabilidade, do tradicional e espiritual; portanto, funda-se no irracionalismo, posto que a sua verdade não pode ser apreendida pela razão, coloca-se acima dela. Nessa perspectiva, concebe igualmente duas concepções de mundo e organização social que se opõe: a civilização moderna e a tradicional.

O modo maniqueísta manifesto na oposição entre espiritual e material, razão e intuição, possui caráter aristocrático, na medida em que se a razão é universal e acessível a todos, a intuição é um privilégio de uns poucos eleitos. Assim, cumpre rebaixar a história – o materialismo histórico – em favor do “mito”, do “símbolo”, da “tradição” e do “espírito”, concepções “supra-históricas” e “supra-rationais”. Por fim, o autor destaca que o “recurso ao método analógico”, no lugar da razão, “abre caminho para a substituição da história pelo mito” e, consiste em uma estratégia metódica do “pensamento reacionário”. Deste modo, Guimarães (2017, p. 04) afirma que, segundo Lukács (1959), a “analogia

orgânica nasce da necessidade de excluir toda revolução do conceito de sociedade, se tornando assim o fundamento da filosofia da Restauração”.

A teoria das elites, como reação política e intelectual ao avanço da democracia liberal e do socialismo, foi um dos principais pilares da filosofia anti-iluminista. Nessa tradição, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, bem como Robert Michels são as principais referências e interlocutores dos movimentos reacionários, autoritários e nacionalistas do início do século XX<sup>73</sup>. Holanda (2011, p. 10) destaca que ao contrário da “ideologia democrática igualitária, essa retórica científica condenava a presença dos homens comuns na política”. Tal presença era perigosa e nefasta, pois, fortalecia a democracia e criava o “espaço institucional” que ensejava a possibilidade de “expansão do socialismo”. Grosso modo, Mosca considerava natural que houvesse uma “classe política organizada que se impõe, por superioridade moral” ou outros atributos, como poder econômico e tradição familiar, sobre a maioria da sociedade (Holanda, 2011, p. 15). Essa elite política, fundada em atributos de origem e tradição, materiais ou morais e espirituais, favoreceria “a tendência natural à constituição de elites”. De acordo com ele, em todas as sociedades existem sempre duas classes de pessoas: uma classe que dirige - menos numerosa, que exerce todas as funções políticas, monopoliza o poder e usufrui as vantagens decorrentes do poder - e outra que é dirigida - mais numerosa e controlada pela outra, refutando assim, o conceito de luta de classes sociais, substituindo-o por classes de pessoas.

Vilfredo Pareto, segundo Holanda (2011, p. 23), partia da suposição de que o “antagonismo entre dominadores e dominados” não é um produto típico da ordem capitalista, mas, “inerente a própria condição da sociabilidade humana” – isto é, naturaliza-se, assim, evidentemente, a dominação e a exploração do homem pelo homem. Assim, recusa a ideia de que a ciência possa “produzir orientações para a ação

---

<sup>73</sup> Gaetano Mosca nasceu na Sicília em 1858, graduou-se em Direito, foi professor, deputado e senador. Faleceu em 1941. Vilfredo Pareto era da aristocracia italiana e nasceu em 1848. Graduiu-se em Engenharia, mas, dedicou-se a vida toda as Ciências Sociais, a Filosofia e a Economia, desempenhando a função de professor universitário. Faleceu em 1923. Robert Michels era alemão da alta burguesia comercial e nasceu em 1876. Foi militante socialista entre 1902 e 1907, na ala socialdemocrata do partido alemão, mantendo relações próximas com Kautsky. Essa relação próxima à burocracia do partido conduziu-o à crítica da democracia e concepção da concentração do poder em torno de elites dirigentes na política. Assim, formula a tese da oligarquização das organizações políticas e do afastamento das elites dirigentes das massas – maioria governada. A “lei de ferro das oligarquias” conduziria inexoravelmente a subordinação da maioria pela minoria. Faleceu em 1936.

política”. Pareto é o intelectual a priori, partidário da ciência pura, cuja finalidade é a “investigação objetiva da realidade”, de modo que o “exercício científico pode produzir verdade, e não utilidade”. Em uma palavra: “Pareto destitui a ciência de toda intenção normativa”. Para ele ela “não produz movimento ou ação, mas compreensão da realidade” (Hollanda, 2011, p. 24).

Ao contrário de Mosca, Pareto partia de um conceito de elite mais amplo, não restrito apenas a política. Considerando que sempre há um grupo reduzido de homens mais aptos que outro mais numeroso e menos capaz, o critério que define as elites se assenta na eficácia e não na moral. O exercício do poder, para ser efetivo, exige uma visão pragmática da ação política - conforme Maquiavel. Nesse sentido, considera que as disputas no interior das elites se encarregam da seleção e incorporação dos melhores, por isso, para ele, a história se define como um “cemitério de aristocracias”. Embora Mosca fosse admirado pelo regime fascista italiano, conforme o caráter antiliberal e antissocialista do movimento, logo desencantou-se com ele. Adiante, quando Gentile redigiu o “*Manifesto dos intelectuais fascistas*” em 1925, Mosca assinou o manifesto dos “*intelectuais antifascistas*”, de Benedetto Croce.

Pareto, por sua vez, “foi feito intelectual orgânico do regime fascista”, sendo nomeado Senador vitalício por Mussolini em 1922. Sobre a democracia e o parlamento, Pareto compartilhava do despreço e da visão conservadora de Mosca, pois, a soberania da maioria seria nefasta, corrupta e ineficaz. Assim, sentenciava: “Que elas fiquem com a aparência, pois são capazes de acalentar sentimentos poderosos, mas que a substância fique com uma elite, pois é, objetivamente, o que se tem de melhor” (Hollanda, 2011, p. 75). Ele também não renunciava a força, por essa razão, celebrava o fascismo, deste modo, destacava que “força e consenso” formam “os fundamentos do governo”. Portanto, são dignas de “elogios”, “duas medidas capitais tomadas pelo Fascismo: a instituição da milícia nacional; a composição do governo com representantes não dos conchavos parlamentares, mas das grandes correntes de sentimentos existentes no país” (Hollanda, 2011, p. 71).

Nesse sentido, a Ação Integralista Brasileira seguia à risca o exemplo fascista italiano, sem embargo as mobilizações de massas, a formação de milícia uniformizada – os Camisas Verdes – e demonstrações de força e violência, até às vésperas de ser

extinta pelo “Estado Novo”, após a grande marcha Integralista de apoio a Vargas em frente ao Palácio Guanabara, mobilizando entre 35 e 50 mil filiados, em 1º de novembro de 1937 – numa tentativa de demonstração de força superlativa e ousada. Após a sua dissolução, o Integralismo seguiu até a fatídica e fracassada Insurreição de maio de 1938, no intuito de depor Getúlio Vargas, em assalto ao Palácio Guanabara. Embora fracassado, banido e brutalmente reprimido, o Integralismo foi capaz de se reinventar, conforme seus principais líderes continuaram com a militância política mesmo após o cárcere e o exílio, como Plínio Salgado, Olbiano de Melo, Miguel Reale, Alfredo Buzaid, Arcy Lopes Estrella, Raimundo Padilha, José Loureiro Júnior. O Integralismo segue nos dias atuais com a Federação Integralista Brasileira e a Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella. Já o tradicionalismo e o irracionalismo, não apenas persistem como nunca foram tão prementes e arraigados em nossa sociedade, sustentados nas mesmas bases conservadoras, autoritárias e espirituais de ontem, apenas com um verniz mais adequado às exigências do capitalismo globalizado e neoliberal.

## **10. Estado Corporativo: questão social, pensamento e tradição autoritária**

Oliveira Vianna toma no texto de Manoilescu só o que lhe abrirá oportunidade de manipular conceitos, com vistas à adequação à realidade brasileira. Assim, a doutrina do corporativismo puro e os traços mais fortes das corporações assumem dimensão considerável para ele, apregoando-as deste modo: “Disse Manoilescu que este é o século do corporativismo. Eu acrescentaria: e do sindicalismo. Ou melhor: das organizações profissionais; dos grupos econômicos; das categorias profissionais organizadas. (VIEIRA, 1976, p. 41)

Francisco José de Oliveira Vianna nasceu no estado do Rio de Janeiro em 1883. Foi advogado, jurista, professor; intelectual prolífico. Transitava desde o Direito e a Filosofia, passando pela História e as Ciências Sociais. Entre a década de 1910 e 40 do século XX, sua produção intelectual acerca da formação da sociedade brasileira, enquanto povo e nação, suscita amplos debates e polêmicas com interlocutores diversos das humanidades. Sua obra se caracteriza pelo caráter elitista, racista e autoritário. Nos anos 1930 e 40 foi um entusiasta do “Estado Novo” e Corporativo, contribuindo de forma

expressiva na constituição da legislação trabalhista e na organização do Ministério do Trabalho.

Oliveira Vianna começa a sua produção antes dos principais autores do pensamento político e social brasileiro da década de 1930. Em 1920, ele publica um de seus livros mais polêmicos, “Populações Meridionais do Brasil”. Na tradição do positivismo e evolucionismo vigentes, o autor destaca não apenas os aspectos sociais, políticos e culturais que incidem sobre a nossa formação, mas, também a terra, o clima, a geografia e a biologia. Considerando que o meio natural incide sobre as espécies, no bojo da “seleção natural”, apenas os mais fortes sobrevivem a adaptação. Dito isto, o “darwinismo social” estabelece que essas mesmas leis se aplicam as sociedades, ou seja, apenas os povos fortes e puros dominam a natureza e a técnica e são capazes de subjugar os mais fracos e inaptos – isto é, os brancos europeus dominam os indígenas, os negros africanos e os mestiços de toda ordem.

Do ponto de vista objetivo, nas “Populações Meridionais”, destaca a vastidão do território e o latifúndio, conforme demandava a monocultura da cana e a distribuição da terra por meio das concessões aos donatários. Esse tipo de organização social da produção favoreceu a concentração da terra e do poder econômico e social, como o isolamento e a formação de tipos sociais distintos no país. Para ele, a imensa autonomia do latifúndio, ocasionada por esses fatores, privilegiava o surgimento de uma sociedade estamental, cujo espírito de clã se assentava no patriarcalismo. Esse tipo de organização social arcaica é que favorecerá, para ele, a indistinção entre o público e o privado que nos caracteriza, posto que a família patriarcal na ordem estamental se sobrepõe ao Estado.

O espírito de clã constitui um traço da característica de nosso povo, que favoreceria, por sua vez, as relações sociais primárias e o tipo de dominação tradicional, isto é, assentado em vínculos de lealdade e subserviência ao poder de mando local. Por essa razão, a nossa solidariedade seria do tipo mecânica, fundada nas tradições e costumes, conforme as sociedades primitivas e pré-capitalistas. Oliveira Vianna não minimizava as nossas características, tradições e valores; ao contrário, julgava imperativo considerar o “Brasil real” diante do “Brasil legal”. Assim, fez críticas as elites ou oligarquias “ilustradas” por compreender que as mesmas ignoram a nossa cultura e

história e propõem leis e formas de governo importadas de outras tradições, completamente diferentes das nossas; portanto, exóticas, incompatíveis, improdutivas e acessórias. Afirmava que era preciso criar um “espírito corporativo” por meio de um “Estado forte” – centralizado, interventor e corporativo -, capaz de superar essas relações, tradições e instituições arcaicas.

Considerando a Abolição, a integração do negro à sociedade, o darwinismo e o evolucionismo social, as teorias raciais que predominavam no país e na Europa, eis o contexto em que davam-se os debates sobre a nossa formação – nação e sociedade – entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Grosso modo, os interlocutores estrangeiros de Oliveira Vianna são os mesmos de Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Silvio Romero, Alberto Torres, Manoel Bomfim, Azevedo Amaral. Vão de Gobineau à Darwin, passando por Le Bon, Lapouge, Spencer, Taine, Durkheim, Pareto e Spengler. No final do século XIX, no contexto de ascensão do capital imperialista e do neocolonialismo, as teorias raciais, cumprem o papel de legitimar a expansão e a dominação europeia pela suposta superioridade da raça branca. A missão da raça branca seria a de civilizar o restante do mundo, pois, era única capaz de produzir cultura, arte, ciência, tecnologia, desenvolvimento e progresso.

No Brasil, havia os que consideravam a raça negra inferior e a mestiçagem uma degenerescência, como Euclides da Cunha. Por outro lado, havia os que a consideravam como um aspecto positivo no âmbito do embranquecimento da população, caso de Silvio Romero e do próprio Oliveira Vianna.

Um dos maiores problemas da nossa tradição política, segundo Oliveira Vianna (1987, p. 16) em “Instituições Políticas Brasileiras<sup>74</sup>”, seria tanto o “idealismo utópico” das elites quanto o seu “marginalismo” político. Assim, enfatiza aspectos do “povo-massa” - suas tradições, valores, ideias, preconceitos, usos e costumes - ao mesmo tempo em que ressalta as “vistosas estruturas políticas e constitucionais” forjadas pelas elites, que embora vislumbrem e até reconheçam a realidade sociohistórica, supõe que as contradições e/ou problemas sociais poderiam ser abolidos ou mitigados “por uma lei, um código, uma Constituição, ou um “golpe”.

---

<sup>74</sup> É a obra que coroa toda a produção de Oliveira Vianna, lançada em 1949, apenas dois anos antes da sua morte.

Nisto consiste o referido “idealismo utópico”, a convicção escolástica de que bastam leis positivas para a transformação da sociedade, isto é, o povo-massa alienado e ignorante. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que admite que jamais um governante ou legislador pretenderia instituir através de decreto ou golpe o “xintoísmo” no Brasil, posto que inexistem bases culturais para isso. Considera coerente e viável “decretar que os brasileiros passem a praticar o parlamentarismo inglês” ou o “regime federativo americano” – como em 1824 e 1891, ignorando os séculos de história e cultura, estabelecendo formalmente “regimes ou sistemas inteiramente fora dos seus hábitos mentais e sociais”, avessos “às linhas habituais do seu comportamento social na vida pública”. Conforme a tradição europeia ou ianque lhes ofereça os “paradigmas” e as ideias e ideais políticos, tais formulações jurídicas e/ou constitucionais atendem antes e tão somente à lógica formal do Direito “do que à sua aplicação efetiva” (Vianna, 1987, p. 16).

Esta discordância entre o direito-*lei* e a realidade social (direito *costume*) é, com efeito, um traço dominante da história política dos povos latino-americanos. É um fato geral, que decorre do tradicional “marginalismo” das suas elites políticas. (VIANNA, 1987, p. 18).

Assim, Vianna (1987, p. 19) destaca que desconhecem em absoluto o “povo brasileiro” e, sobretudo, o “animal político” brasileiro – o genuíno, o real, tal como ele pode ser tomado, ao natural e ao vivo, aí pelos sertões afora, envolvido na trama dos seus velhos hábitos, dos seus velhos costumes, das suas velhas tradições de vida pública”. A criatura política que assumem para a “base dos seus raciocínios e das suas construções políticas ou administrativas, não é o brasileiro de verdade”. Trata-se, portanto, de “uma entidade abstrata, um “ente da razão”. É o “cidadão-tipo”, uma abstração; “ideal que haviam imaginado os teóricos do Enciclopedismo e da Soberania do Povo”. Deste modo, enfatiza que é sobre este “sonho” ou “ideal” e não a realidade social, cultural, étnica, racial e histórica que se constroem os sistemas e organizações políticas. Esse traço idealista – e autoritário -, marcado por um apego arraigado aos caracteres estrangeiros e a cultura livresca, o culto as letras e não a ciência, a retórica e aos modismos da Europa ou dos Estados Unidos, caracterizam a recém estabelecida

burguesia ilustrada brasileira, conforme salienta Sergio Buarque de Holanda - tanto quanto o “cidadão-tipo”, semelhante ao *tipo-ideal* weberiano.

Outro aspecto enfatizado consiste na “política de clã”, nos latifúndios que caracterizam as elites agrárias – a ordem estamental-senhorial destacada por Florestan Fernandes -, em que “grupos partidários não passam de bandos que se entrecrocam não por ideias, mas por ódios personalíssimos e rivalidades locais de mandonismo” – em que “o adversário político é considerado pelo vencedor um verdadeiro *outlaw*” (Vianna, 1987, p. 20). Assim, seria inviável, senão do ponto de vista formal, estabelecer “um regime de proteção das liberdades e direitos individuais”, conforme o padrão inglês. Portanto, destaca que o povo-massa, não passa de um ser exótico ou inconveniente – necessário -, ainda que seja o “soberano” em tais sistemas e regimes, “no jogo dos seus silogismos e conclusões”, conforme a verve e/ou cabedal retórico das elites intelectuais. Dito isto, evidencia como o “desapreço à *realidade circunstante* – revelada pela observação – e à *realidade experimental* – revelada pela história –” caracterizam o nosso “marginalismo”, de modo que o “Estado é concebido como uma estrutura estranha à sociedade, ajustado a ela, vinda de cima, como que por direito divino – e não emanado dela, partilhando das suas condições materiais e de espírito” (Vianna, 1987, p. 21).

O problema para Oliveira Vianna (1987, p. 22), consiste no fato de que apegados “aos princípios e postulados da Constituição-tipo”, isto é, ao modelo ideal – inglês ou americano -, ignoram que o povo-massa, conforme a sua cultura política e “nos modos com que ele faz a sua politicalha aí pelos sertões”, através do “sufrágio universal, *direto e igual*”, não possui condições para assumir “o poder decisório e soberano do governo do país e dos seus destinos”. Em outras palavras, a participação política – representativa ou direta – não cabe ao povo-massa, somente a uma pequena aristocracia política. O elitismo político de Oliveira Vianna assenta-se em dois pilares: a realidade brasileira – de acordo com a sua visão de mundo – e o “idealismo utópico” das elites ilustradas. Assim, ao criticar os artífices do direito – seja na cátedra, no parlamento ou nos tribunais -, não minimiza a ironia em relação ao formalismo deslumbrado:

É que estavam e estão ainda neste estado de espírito um tanto místico, em que a norma escrita é tudo e pode levar a tudo. Parecem conduzir-se como se a lei do Estado possuísse um dom misterioso, uma espécie de poder mágico e radiante, capaz de atuar sobre os homens – como na fé dos



crentes, os encantamentos dos feiticeiros, desde que acompanhados de certas palavras cabalísticas. Se puserem no texto da lei, por exemplo, a palavra *Liberdade* (com *L* grande) – para logo a liberdade se estabelecerá nos costumes e na sociedade. Se, em vez da palavra *Liberdade*, puserem a palavra *Igualdade* (com *I* grande) – a igualdade se instalará logo entre os homens. É tudo só e exclusivamente pela virtude mesma da lei escrita, devidamente promulgada, de acordo com os ritos preestabelecidos. (VIANNA, 1987, p. 25)

Vianna (1987) apoia-se no realismo político de Alberto Torres e na ironia de Joaquim Nabuco. Alberto Torres<sup>75</sup> é um dos seus principais interlocutores e influência. Ele foi um nome destacado na vida pública e no debate político e social do início do século XX. Crítico das teorias raciais, do idealismo e do liberalismo, foi um dos principais teóricos do pensamento autoritário brasileiro em uma perspectiva nacionalista. A sua crítica e decepção com o liberalismo resulta em um antiliberalismo empedernido. A sua vasta experiência como homem público, leva-o a avaliar o fracasso do liberalismo, considerando as enormes contradições e assimetrias entre a nossa realidade sociohistórica e os postulados liberais fundamentais.

O Estado, para Alberto Torres, seria o ente responsável por garantir a justiça e a paz social, compensando as mazelas da sociedade competitiva capitalista. Assim, ele deveria não somente mitigar as deficiências inerentes ao liberalismo econômico e político, sobretudo, porque apenas desta maneira seria capaz de conter as aspirações socialistas e anarquistas dos trabalhadores. Deste modo cumpria a função primordial de assegurar a ordem social e a unidade nacional. De acordo com Rezende (2000), era “evidente a sua preocupação com a possibilidade de crescimento do proletariado urbano que já possuía, segundo ele, uma definição de interesses que poderia levar a graves problemas sociais” e a desagregação social ou ao esfacelamento da nação.

O socialismo, propagado entre operários, tomou a feição dos programas radicais europeus, ampliado até a aspiração do poder; e, de outros lados, a questão do proletariado apresentou-se, aqui, com o mesmo aspecto que lhe empresta, nos centros europeus, o conflito do capital como trabalho. Assim encarado, com descabido exagero, pôs-se à margem o grande e vital problema das populações rurais e urbanas que não são nem capitalistas nem proletárias, e cujos interesses não se apresentam com o

---

<sup>75</sup> Alberto Torres foi jornalista, advogado e político. Na vida pública foi prefeito do Rio de Janeiro entre 1897 e 1900, Ministro do Interior, Ministro da Justiça e Ministro do STF, deputado federal e estadual.

aspecto de conflitos entre o capital e o trabalho. (TORRES,1978 Apud REZENDE, 2000, p. 38).

Para ele caberia ainda ao Estado forjar a nação brasileira. A sua crítica ao liberalismo se assenta na contenção à ação estatal, em favor do livre mercado; pois, para ele a ação normativa e reguladora era insuficiente, posto que o Brasil fosse ainda um país subdesenvolvido, demandando um “Estado forte” que forjasse a nação de acordo com a sua realidade social, cultural, histórica e política. Ou seja, para ele, inexistiam as condições objetivas e subjetivas para o liberalismo no país – tese contestada por Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e, sobretudo, Florestan Fernandes.

Como Azevedo Amaral, avaliava o liberalismo inglês incompatível com a nossa tradição histórica, cultural, política e social, considerando-o um simulacro de regime no país, uma versão burlesca e inapropriada, suscetível a pretensões socialistas na sociedade. Alberto Torres avaliava que por si só, a sociedade civil permaneceria dispersa e inorgânica, portanto, caberia ao Estado a missão de forjar a nacionalidade – para ele a sociedade é uma massa débil e amorfa, enquanto o Estado é um ente coeso e autônomo. Essa visão estreita e enviesada sobre a sociedade civil é compartilhada pelos militares desde a República. Ele considerava como função primordial de uma elite intelectual a construção de um projeto de organização nacional estabelecido em bases nacionalistas, autoritárias e corporativas. Nesse sentido, dissimula-se o objetivo comum a todo o pensamento autoritário, em todas as suas variantes, qual seja, evitar por todos os meios o conflito social, isto é, a radicalização da luta de classes, pois, apenas através da comunhão de ideais, valores e espírito nacional pode haver o consenso, a conciliação e a superação dos interesses de classe. Isto é, a conciliação e a comunhão é apenas de ordem moral e espiritual, as questões materiais que fundamentam as injustiças permanecem intocadas. Duas décadas após o seu falecimento, o “Estado Novo” convocaria os intelectuais a assumirem essa tarefa sob a tutela estatal.

Embora considerasse os aspectos sociais e culturais - e não raciais, conforme prevalecia entre a intelectualidade à época - responsáveis pelo nosso atraso e falta de coesão - entendendo o individualismo e o *laissez-faire* como fatores de desintegração social -, sua proposta conservadora não considerava a via revolucionária, antes a formação de um Estado forte, nacionalista, autoritário e corporativo capaz de dirigir o

capitalismo brasileiro. Para ele a sociedade deveria se organizar através de sindicatos ou corporações de ofício, não por partidos políticos, reféns de ideologias exóticas e das oligarquias locais, mais interessados em dividir a sociedade que construir a unidade nacional. Ou seja, todas as reformas políticas passariam pela formação da sociedade e do cidadão em bases cívicas e patrióticas, colocando a “questão social” fora do âmbito da luta de classes, construindo a hegemonia e o consenso por meio da identidade fundada em bases morais e espirituais, sob a tutela de um Estado autoritário.

Ao lado da crença no “poder transformador do Estado e na capacidade da lei e das elites para remodelarem as sociedades e darem-lhe novos fundamentos”, Vianna (1987, p. 29) destaca aqueles que “acreditam em tipos universais de Estado” e confiam nas normas e estatutos jurídicos. Dentre os primeiros se sobressai Alberto Torres, Rui Barbosa, entre outros. Assim, aponta que para as elites intelectuais, da tradição de Rui, “importava era o texto legal e o seu confronto com outros textos legais”, isto é, se tratava apenas do debate no campo estritamente científico, porque fora da “literatura propriamente jurídica e parlamentar” o país “interessava pouco como povo” (Vianna, 1987, p. 32).

Esse diletantismo acadêmico e cientificismo arraigado assemelha-se ao “apego bizantino aos livros” apontado por Sérgio Buarque de Holanda, afeito a retórica, a alegoria e aos salões, cujo objetivo é apenas “o enaltecimento e a dignificação” dos ilustres que os “cultivam”. Restrito aos ritos formais e aos interlocutores estrangeiros, se caracteriza, sobretudo, pelo caráter aristocrático das elites senhoriais e o desprezo pelos ofícios laboriosos que exigem a intervenção na realidade complexa e contraditória. Assim, destaca o caráter autoritário mais latente das elites ilustradas:

Mas há outros traços por onde nossa intelectualidade ainda revela sua missão nitidamente conservadora e senhorial. Um deles é a presunção, ainda em nossos dias tão generalizada entre seus expoentes, de que o verdadeiro talento há de ser espontâneo, de nascença, como a verdadeira nobreza, pois os trabalhos e o estudo acurado podem conduzir ao saber, mas assemelham-se, por sua monotonia e reiteração, aos ofícios vis que degradam o homem. Outro é exatamente o voluntário alheamento ao mundo circunstante, o caráter transcendente, inutilitário, de muitas das suas expressões mais típicas. (HOLANDA, 1963, p. 158)

Assim, salienta que “Rui padecia do mal da filosofia da sua época, que era o pensar sobre generalidades, principalmente sobre esta generalidade – o *Povo Soberano*” (Vianna, 1987, p. 35). Para ele, os autores daquele tempo, legislavam “para esta generalidade como se ela fosse uma coisa ou uma pessoa viva”. Deste modo, não poupa críticas ao idealismo das elites intelectuais e políticas, acompanhado de um deslumbramento com as teses exóticas estrangeiras e um diletantismo e indolência arraigados. Os partidos políticos, representavam apenas interesses mesquinhos de “clãs personalistas”, o avesso do interesse público e nacional. Por essa razão, vícios inerentes à nossa tradição política, características típicas da nossa cultura, adquiridas e sancionadas pelo “direito-costume” ao longo dos séculos, são minimizadas como meros desvios ou “corrupções”. Essas são algumas das razões que alicerçam o seu antiliberalismo.

Considerando as “representações coletivas”, conforme Durkheim, Vianna (1987, p. 42) inscreve a nossa cultura ou tradição política no âmbito das “peculiaridades” de nossa “formação histórica e social”, portanto, irredutível às determinações econômicas. A crítica que move em oposição ao idealismo das nossas elites intelectuais e políticas, em relação à realidade do “povo-massa”, cabe perfeitamente aqui, na medida em que supõe a cultura e a organização social acima ou desconectada da economia – mercado e produção. Por razões de ordem cultural, o liberalismo seria incompatível e ineficaz na nossa sociedade. Deste modo, na sua apologia ao Estado forte, considera que no Brasil, “o inimigo das liberdades sempre foi o Poder Local” e não o “Poder Central”, este uma “força benéfica e organizadora”.

O “idealismo” de Rui Barbosa e das elites intelectuais e políticas, para Vianna (1987, p. 44), consistia na suposição intransigente de que determinados fins – “governo do povo, liberdades civis e políticas, ordem pública, paz social, progresso, grandeza nacional” – só se alcançam pelos meios que a “tradição inglesa ou americana” demonstravam e propunham: “democracia, sufrágio universal, sistemas eleitorais, partidos políticos, representação dos partidos, supremacia do parlamento, separação dos poderes, primado do legislativo, executivo controlado e dependente, etc”. Ou seja, as “liberdades democráticas” dependiam daquelas instituições e não poderiam constituir-se senão através delas, impossível por outros meios e, “quem quer que alterasse ou

negasse estes sistemas de meios repudiaria, implicitamente, aqueles sistemas de fins ou ideais” (Vianna, 1987, p. 53). Assim, sustenta que é possível, segundo a Ciência Política moderna, “manter fidelidade aos ideais da Democracia” e através do “sufrágio corporativo”, dos “grupos profissionais”, redução do Poder Legislativo e ampliação do Executivo atingir tais objetivos, a despeito dos caminhos “consagrados pelo Estado Liberal”.

Preocupado com a questão da realidade brasileira, Vianna (1987) buscará apoio nas Ciências Sociais, conforme estivessem se consolidando no país com as recém-criadas faculdades de Ciências Sociais em São Paulo – Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1933 e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP no ano seguinte. Embora fosse da área jurídica, suas obras dialogam com autores das Ciências Sociais, Filosofia, História, nacionais e estrangeiros. Assim, faz um recorte entre os estudos de caráter “normativo” no campo jurídico e, os relacionados aos “costumes” ou “comportamentos” – relações ou fatos sociais -, na esfera das ciências sociais.

Deste modo, destaca os estudos sobre a “realidade cultural do povo”, apoiando-se na sociologia americana – Escola de Chicago -, recém chegada ao país, de caráter funcionalista, dialogando com seus principais interlocutores<sup>76</sup>. Enfatiza, sobretudo, as céleres transformações socioeconômicas no país decorrentes do capitalismo desde a década de 1910, considerando os “discursos” e propostas de Rui Barbosa na sua campanha presidencial em 1919 sobre a “questão social”, conforme a necessidade de constituição do “Direito do Trabalho e o Direito Corporativo – um e outro somente proclamados e reconhecidos, na universalidade dos seus princípios, pelo Tratado de Versalhes de 1919” (Vianna, 1987, p. 43). Todavia, evidencia-se o caráter normativo e legalista, autoritário e paternalista sobre a “questão social”, esvaziada em sua essencialidade política e ideológica na perspectiva do proletariado como sujeito histórico.

Dialogando com Alberto Torres e Silvio Romero, Vianna (1987, p. 62), destaca que, ambos pelo seu “objetivismo”, como Euclides da Cunha, introduziram o “fator geográfico e etnológico e, depois o econômico no equacionamento dos nossos

---

<sup>76</sup> Em “Instituições Políticas Brasileiras”, Oliveira Vianna menciona Ralph Linton, Ruth Benedict, Franz Boas, Robert Park, Donald Pierson e até Durkheim e Malinowski, dentre outros.

problemas políticos” – dizendo ser mais apropriado o fator social, ao invés de fator econômico. Assim, destaca a influência do pensamento de Le Play na sua abordagem sobre a realidade brasileira, conforme Silvio Romero, bem como a de Oswald Spengler e Othmar Spann, segundo Alberto Torres<sup>77</sup>.

Encontrei-me com Torres em 1914, já bacharel em direito – e desde 1900, ainda estudante, Silvio exercia sobre mim uma grande ascendência. Esta ascendência cresceu com a revelação que ele me trouxe da escola leplayana, cuja influência sobre o meu espírito, confesso que foi profunda. O meu ulterior contato com os mestres americanos não diminuiu ainda a minha primitiva convicção sobre a excelência desta escola e do seu critério monográfico, que sempre me pareceu mais razoável ao estudo do nosso povo. (VIANNA, 1987, p. 70).

Embora admirasse e admitisse a influência de Alberto Torres no seu pensamento, Vianna (1987) destaca algumas diferenças pontuais, na questão política e, sobretudo, racial. Assim, salienta:

É o caso do Poder Coordenador, tão essencial no pensamento de Torres – e em cuja viabilidade eu nunca acreditei. E é ainda o caso, principalmente, do fator “raça”, cuja importância Torres negava com decisão e a que eu, no entanto, nunca tive razão – e não tenho ainda hoje, apesar de tudo – para deixar de reconhecer o seu papel em nossa civilização e em nossa história. (VIANNA, 1987, p. 66)

Chama a atenção no pensamento de Vianna (1987), a admiração em relação a “lucidez” de Alberto Torres quanto a questão da unidade nacional – a nação, entendida como uma consciência ou um espírito nacional que atravessa toda a sociedade e os indivíduos, capaz de construir a hegemonia e unificar o país, acima dos interesses

---

<sup>77</sup> Pierre-Guillaume Frédéric Le Play foi um engenheiro e um dos precursores da sociologia na França, realizando na década de 1850 estudos sobre a condição operária no país. De forte inspiração católica, entendia que os conflitos e questões sociais eram decorrentes do esfacelamento da modernidade, urbanização, individualismo e secularização, decorrentes da Revolução Francesa, concorrendo para a ruína da família e das instituições tradicionais. Acreditava que o caminho seria fortalecer a instituição familiar e organizar a produção e a sociedade numa perspectiva patriarcal, paternalista e corporativa. Spengler foi um historiador e filósofo alemão do início do século XX. Escreveu *O declínio do ocidente*, obra de grande influência entre a extrema direita europeia, criticando a decadência das democracias liberais ocidentais, enfatizando as diferenças e os ciclos de cultura e civilização. Antiliberal e antissocialista, escreveu ainda *Prussianismo e Socialismo*, defendendo uma espécie de socialismo nacionalista e autoritário avesso ao marxismo. Othmar Spann foi um filósofo e economista austríaco, notório pelo seu radical antiliberalismo e antissocialismo. Lutou na Grande Guerra e nos anos 30 filiou-se ao Partido Nazista. Defendia um Estado autoritário e corporativista, baseado em uma concepção de sociedade anti-individualista.

regionais, de classe e do capitalismo. Por isso critica o “marginalismo” das elites, que tanto ignoram a realidade do nosso “povo-massa”, quanto desdenham o homem em comparação ao europeu ou outros “povos civilizados”. Assim, tudo se pede ao “estrangeiro”, desde a “mão de obra” qualificada, técnicas industriais e os capitais, até os modelos constitucionais e as suas instituições democráticas. Por essa razão, destaca que “ele é um dos grandes mestres do pensamento nacionalista do Brasil” (Vianna, 1987, p. 68).

Enquanto, no entanto, Torres via o Brasil como uma “uniformidade”, Vianna (1987, p. 75) o enxergava como “um país descontínuo e ganglionar”, composto por comunidades, classes, regiões, cada qual com a sua cultura, modos de vida, “psicologia própria” e suas “peculiaridades de estrutura”, distintos e isolados, “separados por enormes espaços desertos”, dos “centros civilizadores do litoral”. Assim, sustenta que “todo grupo regional é produto desta fórmula: *meio-raça-cultura*” – semelhante ao padrão analítico “terra”, “homem” e “luta” de Euclides da Cunha. Nesse sentido, Vianna (1987, p. 80) aponta o “processo dispersivo e individualista – com que realizamos a utilização da terra e a sua colonização”, prejudicada e agravada pela “técnica povoadora dos bandeirantes”, colonização por “saltos”, marcada pelas imensas distâncias entre um povoamento e outro, de modo que cada aldeia adquiria uma forma própria e peculiar, refletindo a adaptação ao meio. Por fim, sentencia que a “unidade é um ideal – um alvo para onde estamos caminhando. É um objetivo a atingir – e não um fato, um dado da nossa realidade” (Vianna, 1987, p. 82).

Vianna (1987, p. 84) sustenta que a unificação alcançada pelo Império se deu apenas do ponto de vista formal – jurídico e político -, não alcançou o “povo-massa”. Portanto, destaca que não é possível legislar de maneira uniforme no Brasil, pois, não se constitui em um “bloco cultural único e consciente – tal como o povo inglês, por exemplo”. Considerando a diversidade cultural, política e social, opõe-se ao “regime federativo”, pelo seu caráter “descentralizador” e pelo seu suposto princípio equivocado de “uniformidade”. Simplesmente “aparente e ilusória”, esta uniformidade supõe que seja viável estabelecer o mesmo direito constitucional ou civil “para o metropolitano instruído e para o sertanejo inculto”, ou ainda, estabelecer “a mesma autonomia administrativa das

grandes cidades da zona marinha” para as cidades exiladas “na asperidez das caatingas remotas” (Vianna, 1987, p. 85).

De acordo com relatos, destaca que no “sertão, diferem os estados de civilização”. Assim, em alguns locais de Pernambuco “ainda fazem fogo em dois pauzinhos de emburana branca”, enquanto que no sertão do Piauí os habitantes “são nômades” e vivem em casas de palha que depois queimam após um tempo. Muitos “não distinguem o dinheiro e outros nunca o viram”, sendo a “moeda corrente” as “penas de Ema ou as bolas de borracha da Maniçoba” (Vianna, 1987, p. 88). A “cultura jurídica” equivale à “cultura material”:

São bárbaros matadores de maniçobais; mas, dóceis escravos do patrão. Pelo direito costumeiro têm os patrões o direito de morte sobre os maniçobeiros, se estes fogem antes de saldar a sua dívida. Como esta, sempre insolúvel, passam a outros proprietários, por negócios entre patrões. Este regime se estende do sul do Piauí, aos confins da Bahia e Goiás. Sem dúvida, vai além e aquém. (VIANNA, 1987, p. 88)

Se Vianna (1987) denuncia o abandono e o atraso de nossos “ignorados compatriotas”, tal como Euclides da Cunha, por outro lado; silencia quanto a questão econômica – a concentração da terra, a extrema exploração do homem e a acumulação da produção -, atribuindo a “questão social” somente a elementos culturais – “diferença dos níveis de cultura” -, minimizando as brutais relações de dominação no campo. Deste modo, supõe que a distância entre as elites políticas e o “povo-massa” assenta-se na constatação de que nosso “direito-lei é formulado e determinado por uma pequena elite de técnicos”, inspirados “em outros povos e no direito-costume destes povos – e não no nosso” (Vianna, 1987, p. 91). Na perspectiva reacionária e autoritária, evolucionista e positivista, sentencia que a dissolução desses grupos “retardatários” virá com o tempo, por meio do “avanço, para o interior, da civilização do litoral”, de acordo com “processos evolucionais” e não através de “golpes revolucionários ou da ação catalítica de Constituições marginalistas” (Vianna, 1987, p. 93). Conforme D’Annunzio<sup>78</sup>, considera

---

<sup>78</sup> Gabriele D’Annunzio foi um notório poeta e político nacionalista italiano. Herói da Grande Guerra, extremamente nacionalista e irredentista, serviu de inspiração ao movimento fascista italiano tanto pelas suas ideias como por suas atitudes e postura radical.



que “o tempo é o pai dos prodígios”, portanto, a obra de transformações “endógenas” na sociedade não se opera por “subversões ou golpes; são obras do tempo”(Vianna, 1987, p. 95).

No que se refere às transformações sociais, Vianna (1987, p. 100) considera apenas dois “métodos”: o liberal e o autoritário. O primeiro, permite que a sociedade incorpore “espontaneamente” a política estabelecida pelo Estado, o outro, “obriga o povo a praticar a inovação, usando da força coercitiva”. Considerando que as tradições influenciam e determinam o “êxito de qualquer política do Estado”, constata que o liberalismo falhou no país, na sua tentativa de “anglicanização ou americanização da nossa vida política” – bem como a “democracia”, o “governo de partidos”, tanto no Império quanto na República e, o “Parlamento falhou igualmente” (Vianna, 1987, p. 104).

Assim, aponta a política de incentivo à sindicalização rural, facultativa e espontânea, que resultou em um retumbante fracasso, pois, a “tradição ou costume do nosso povo-massa” no campo é marcada pelo isolamento, individualismo e a “insolidariedade social”. Rigorosamente diferente dos “hábitos de solidariedade” de culturas de “outra formação social”, distintas da nossa, “povos em cujas tradições o associacionismo, o cooperativismo e a solidariedade local” se impõe e “está nos costumes” (Vianna, 1987, p. 105). Por isso, qualquer “reforma social ou política” que não funde os alicerces nas “tradições do povo-massa”, está fadada ao fracasso. Portanto, mesmo o “comunismo dos “golpistas” no Brasil” ou o “realizado em estilo liberal”, no âmbito das vias institucionais, apenas tentarão impor ao povo brasileiro “um novo comportamento social”, distinto da nossa tradição e incompatível com a nossa história, cultura e costumes (Vianna, 1987, p. 106).

Assim, avalia que mesmo nos Estados Unidos, os “objetivos nacionais” competem “à iniciativa particular”, sendo atingidos através “das suas associações voluntárias (partidos)”. Nas “democracias liberais”, os “interesses da coletividade nacional” se realizam pela “atividade espontânea dos indivíduos ou cidadãos”, não pela coerção do Estado (Vianna, 1987, p. 108). Portanto, considera que os “regimes intervencionistas” ou “totalitários” – como o fascista italiano, o nazista alemão e o soviético russo – ensinaram que o “dirigismo econômico” impõe a “resistência da sociedade à pressão do Estado”, pois, é inviável pretender “levar um povo à prática de

qualquer regime contrário à sua índole e aos seus costumes”. Finalmente, destaca que “o poder compressivo do Estado não é ilimitado, nem o povo é uma espécie de massa plástica” (Vianna, 1987, p. 120).

Todavia, Vianna (1987) demonstra que “modificações da estrutura social” não são impossíveis, conforme as políticas e leis como no caso da “sindicalização profissional urbana”, a lei do “serviço militar”, a “legislação trabalhista” e a “lei de acidentes” alcançaram “velhas atitudes” suscitando ideias e posturas modernizantes. Entretanto, observa que em nenhum caso o legislador renunciou à sua execução, deixando-a “à pura liberdade” dos cidadãos e/ou interessados. Pelo contrário, “não criou apenas uma sugestão moral”, mas, “criou-lhes uma obrigação”. Contudo, observa que não se negligencia a relação de “interdependência entre as leis e os costumes”, conforme Durkheim ensina, pois, “são os costumes que dão a medida da eficiência da lei” (Vianna, 1987, p. 128).

O caráter autoritário de Vianna (1987, p. 132) se manifesta também, na aversão exposta ao Parlamento. Assim, ao lado de minimizar a política e os políticos, pois, “a vida política é menos serviço público do que meio de vida privada”, considera “atitude fecunda”, igualmente, “deixarmos de confiar tanto no Parlamento”, posto que esse “culto” que mantemos por ele, seria puro “idealismo político”, decorrente da “analogia com o Parlamento da Inglaterra”. Deste modo, considera nossa grande missão “libertar o governo ou a administração nacional da influência” dos “partidos locais”, que para ele são pouco mais que “facções locais”, sem qualquer “vínculo institucional com a Nação” (Vianna, 1987, p. 133).

Conforme se evidencia, a crise da República Oligárquica, de acordo com a obra de Vianna e de seus interlocutores, insere-se numa crise mais ampla, que seria a do capitalismo imperialista e das democracias liberais, favorecendo a expansão da retórica autoritária e nacionalista, no esteio do recrudescimento da “questão social” e da luta de classes com a ascensão do proletariado. Ainda assim, o discurso de Vianna (1987) dissimula sistematicamente a luta de classes e a “questão social”, sobretudo, quando expõe a sua repulsa aos partidos políticos, posto para ele representam apenas “facções” e interesses “locais”, não o antagonismo de classes e os efeitos do capitalismo no seu processo de reprodução.

À crise das oligarquias e a falência do pacto oligárquico, não poderia ser mais elucidativo o seu pensamento:

Pelas condições dentro das quais se processou a nossa formação política, estamos condenados às oligarquias: - e, felizmente, as oligarquias existem. Pode parecer paradoxo; mas, numa democracia como a nossa, elas têm sido a nossa salvação. O nosso grande problema, como já disse alhures, não é acabar com as oligarquias; é transformá-las – fazendo-as passarem da sua atual condição de oligarquias brancas para uma nova condição – de oligarquias esclarecidas. Estas oligarquias esclarecidas seriam então, realmente, a expressão da única forma de democracia possível no Brasil; porque realizada na sua forma genuína, isto é, no sentido ateniense – do governo dos melhores. (VIANNA, 1987, p. 137)

O que parece evidente, é que se supõe que seja possível transformar uma oligarquia em aristocracia – esta sim, o governo dos melhores, conforme Bobbio (1997) explica em “A teoria das formas de governo”, de acordo com Platão e Aristóteles. Outro aspecto relevante que denota o seu autoritarismo empedernido é a repulsa ao federalismo e a “descentralização municipalista”, assentadas no “postulado da igualdade entre os nossos diversos núcleos locais – províncias e municípios” -, sem qualquer “fundamento na realidade”, existindo tão somente “no espírito dos que ignoram a nossa estrutura social” (Vianna, 1987, p. 136). Por essa razão, considera apropriado um Estado forte e centralizado. Conforme Vieira (1976, p. 31), se trata da “afirmação do centralismo, da autoridade, da comunhão das classes, do nacionalismo e mesmo da fé cristã”.

O discernimento acerca da realidade do “povo-massa”, impõe a crítica a “excessiva prodigalidade” do sufrágio universal. Deste modo, salienta que a “universalização do sufrágio” não é perniciosa em si, é até uma “técnica” eficiente da democracia, desde que “aplicada e manejada por cidadãos capazes deste regime”. Apelando a nossa tradição sociohistórica e política, destaca que sempre fomos “governados – na Colônia e no Império – oligarquicamente” e que o nosso “povo-massa” jamais governou, “sempre recebeu de cima”, das cúpulas e elites “a lei, o regulamento, o código, a ordem administrativa, a cédula eleitoral, a chapa partidária”. Por fim, reitera o fracasso da democracia liberal com a República e salienta que em relação ao sufrágio universal, tampouco o “nosso povo-massa podia tanto; nem estava à altura de tanto; nem pedira tanto” (Vianna, 1987, p. 140).

Nesse sentido, destaca que a questão primordial não é o analfabetismo, em relação ao eleitorado, mas, a ausência de uma “educação profissional” - ou corporativa - capaz de formar a consciência e solidariedade estabelecidas “numa autêntica escola de democracia direta – que é o sindicato de classe”. Assim, revela que “só concederia o direito de sufrágio ao cidadão sindicalizado, ao homem do povo que fosse molécula de qualquer associação de interesses extrapessoal” (Vianna, 1987, 145). Para ele é o sindicato, e não o partido político a organização política por excelência, pois, os partidos no Brasil “nunca puderam representar o papel de agentes de formação desta mentalidade solidarista, de tipo altruísta”, posto que sempre foram, para o autor, “agrupamentos constituídos para a satisfação de ambições pessoais e não para a realização de interesses coletivos e públicos” (Vianna, 1987, p. 146).

De acordo com Evaldo Vieira (1976), o Estado Corporativo é o que surge de “grupos sociais organizados”, isto é, as corporações, de modo que se torna a afirmação dos seus interesses econômicos e, igualmente, das “forças culturais que os orientam”. Consiste em um modelo de “Estado capitalista”, que se estrutura necessariamente por meio da integração das entidades operárias no interior do “corpo estatal”. Trata-se da “afirmação do “poder das classes dominantes”, sem “eliminação da oposição de classes”. Grosso modo, enquanto o “Estado liberal” apoia-se somente nas instituições políticas e públicas, o Corporativo se sustenta na heterogeneidade das corporações e, a “solidariedade corporativa”, não se reduz à “identidade de condição” – ou de categoria e classe social - antes se enquadram nos limites da sua “função nacional” estabelecida pelo Estado corporativo, pois, a “organização corporativa” dedica-se essencialmente ao interesse da nação, sua razão de existir e objetivo fundamental, “em nome de quem funciona” e se impõe.

Dentro deste mundo, se prepara a moralidade corporativa, responsável pela educação do futuro homem de Estado. Colocando como postulado a obediência ao interesse da nação ou, o que quer dizer o mesmo, a corporação como meio e a nação como fim, a moral da corporação autoriza-a a ser uma fonte de recrutamento e de formação de estadistas. (VIEIRA, 1976, p. 37)

Nesse sentido, a era Vargas – de 1931 até o “Estado Novo” – foi pródiga e cumpriu todos os requisitos, com a sua legislação trabalhista e os seus órgãos de

formação e representação de caráter corporativo – como as Juntas de Conciliação, os Juizes Classistas, os Conselhos Nacionais (Economia, Café, Trabalho, Comércio), Associações Profissionais (Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, Associação Paulista de Medicina) e Patronais (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Confederação Nacional da Indústria, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Senai. Desde 1931, a partir do decreto nº 19.770, considera-se os sindicatos como “órgãos de colaboração com o poder público”, submetidos ao controle do Executivo e, reconhecidos pelo governo quando os seus Estatutos estivessem aprovados pelo Ministério do Trabalho. O discurso de Vargas é emblemático:

O programa da Revolução reflete o espírito que a inspirou e traça o caminho para o ressurgimento do Brasil: institui o aumento da produção nacional, sangrada por impostos que a estiolam; estabelece a organização do trabalho deixada ao desamparo pela inércia ou pela ignorância dos governantes; exige a moralidade administrativa, conculcada pelo sibirismo dos políticos gozadores; impõe a invulnerabilidade da justiça, maculada pela peita do favoritismo; modifica o regime representativo, com a aplicação de leis eleitorais previdentes, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo, ainda, a representação por classes em vez do velho sistema da representação individual, tão falho como expressão da vontade popular; assegura a transformação do capital humano como máquina, aperfeiçoando-o para produzir mais e melhor; restitui ao elemento homem a saúde do corpo e a consciência da sua valia, pelo saneamento e pela educação e restabelece, finalmente, o pleno gozo das liberdades públicas e privadas, sob a égide da lei e a garantia da justiça”. (Discurso pronunciado no banquete oferecido pelas classes armadas, em 2 de janeiro de 1931)<sup>79</sup>.

O Código Eleitoral, estabelecido pelo Governo Provisório, embora não tenha abolido a representação individual, organizou a representação corporativa no país. O decreto nº 21.076 de 1932 determinava que a Assembleia Constituinte, que deveria ser convocada para a Constituição de 1934, formar-se-ia por representantes eleitos, mas, além disso, por representantes das “associações profissionais”, cujo processo seria conduzido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio entre as entidades

---

<sup>79</sup> Disponível em: *A Nova Política do Brasil*, vol. I., 1938.) <https://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas/textos-escolhidos>. Acesso em: 30/11/2020.

reconhecidas pelo órgão. Nessa época Oliveira Vianna era consultor jurídico do Ministério do Trabalho, permanecendo no órgão até 1940.

O caráter centralizador do Estado Novo evidencia-se no evento conhecido como a Cremação das Bandeiras Estaduais, ocorrido na Esplanada do Russel no Rio de Janeiro em 04 de dezembro de 1937. Nesta ocasião, Getúlio Vargas queimou as bandeiras de todos os Estados em uma pira, em uma cerimônia pública que contou com a presença massiva da população, autoridades políticas e militares, além de intelectuais e apoiadores do regime. Durante a cerimônia, o maestro Villa Lobos conduziu a orquestra durante a apresentação do hino nacional e hasteamento da bandeira do Brasil. Em seu discurso, Getúlio Vargas apela à “unidade da nação”, afirmando que “abolimos as bandeiras e escudos estaduais e municipais, os hinos regionais e os partidos políticos. Tudo isso se fez visando consolidar a unidade política e social do país”<sup>80</sup>. Francisco Campos, seu Ministro da Justiça, é mais didático e enfático:

O segundo ponto a notar, no novo clima político criado no Brasil pelo acontecimento de 10 de novembro, é o caráter popular do Estado. Este traço resulta, aliás, do anterior: somente um Estado que se encarna num chefe pode ser um Estado popular. O Estado sem chefe é uma entidade para juristas, algebristas e especuladores da política, da bolsa, da indústria e da finança, interessados em que o Estado seja amoral, apolítico, neutro, indiferente, uma disponibilidade a ser usada nas combinações ou na concorrência de interesses. O povo, como o Criador, não conhece vontade abstrata; a vontade para ele encarna-se na pessoa. O povo não conhece o Estado desencarnado, reduzido a símbolos e a esquemas jurídicos. O Estado popular é o Estado que se torna visível e sensível no seu chefe, o Estado dotado de vontade e de virtudes humanas, o Estado em que corre não a linfa da indiferença e da neutralidade, mas o sangue do poder e da justiça. O Povo e o Chefe, eis as duas entidades do regime.

Existe, efetivamente, um governo, um poder, uma autoridade nacional. O Chefe é o Chefe da Nação. Mas não é Chefe da Nação apenas no sentido jurídico e simbólico. É o Chefe popular da Nação. A sua autoridade não é apenas a autoridade legal ou regulamentar do antigo Chefe de Estado. A sua autoridade se exerce pela sua influência, pelo seu prestígio e a sua responsabilidade de Chefe. Somente um Estado de Chefe pode ser um Estado Nacional: unificar o Estado é unificar a Nação. Foi o que se deu no Brasil. A inflação de prestígios locais ou regionais, ou de prestígios nascidos sob a influência de combinações, sucedeu, com a deflação política operada no país com o advento do Estado Novo, a instauração de uma autoridade nacional: um só Governo, um único Chefe, um só Exército. A Nação readquiriu a consciência de si mesma; do caos das divisões e dos partidos passou para a ordem da unidade, que foi sempre a da sua vocação. Um chefe, um povo, uma nação: um Estado nacional e popular,

<sup>80</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=xKoh2n1OTo4&ab\\_channel=oberon71](https://www.youtube.com/watch?v=xKoh2n1OTo4&ab_channel=oberon71)>. Acesso em: 01/12/2020.

isto é, um Estado em que o povo reconhece o seu Estado, um Estado em que a Nação identifica o instrumento da sua unidade e da sua soberania. Aí está o Novo Estado Brasileiro. (CAMPOS, 2002, p. 367 a 369)

O simbolismo da cerimônia, mobilizando partidários e as massas, a pira em que se incendeiam os símbolos estaduais, sacrifica a autonomia dos Estados, celebra a centralização do poder e a unidade de pensamento e ação: uma bandeira, uma nação, um hino, um líder supremo. Celebra ainda o Estado Corporativo, na medida em que não se apoia em partidos de massas, como acontecia na Itália e Alemanha, extinguindo os partidos políticos no Brasil e enquadrando os sindicatos.

De acordo com Vianna (1987), a nossa tradição autoritária, oligárquica, estabelecida em clãs familiares e escravocrata, seria incompatível com o liberalismo e a ordem competitiva. Dito isto, seria imperativo um Estado autoritário, centralizado e corporativo, adequado à nossa tradição para a realização do liberalismo. No âmbito do liberalismo formal, considerando a ordem senhorial, ocorreria a oligarquização das estruturas, o ajustamento das elites ao regime liberal – semelhante ao senhor e latifundiário convertido em “cidadão” e homem público no Império pelo liberalismo, conforme Florestan Fernandes.

Segundo Vieira (1976, p. 133), “as corporações e seu Direito Corporativo nada mais são que fatores de legitimação da ação estatal, que articula a nação de cima para baixo, segundo a força de sua autoridade”. Dito isto, a edificação de uma sociedade liberal, compatível com um Estado liberal, paradoxalmente se daria apenas por obra de um Estado autoritário. Deste modo, a modernização capitalista periférica, entendida no âmbito da acumulação desigual, exigia um Estado centralizado e autoritário, pois, o parlamento e as vias democráticas não seriam capazes de realizar esta obra. Por fim, a tese do “interesse nacional” – convertida em interesses da burguesia, segundo Florestan Fernandes - seria a única capaz de mitigar as disputas, enquadrando a classe trabalhadora, os movimentos populares e as suas organizações.

## **11. Autoritarismo, questão social e capitalismo**

Em “Classe e Nação”, Octávio Ianni (1986, p. 11) descreve a revolução burguesa no Brasil, demonstrando que no decorrer da história há um fosso entre “as classes dominantes e o povo”, entre “governantes e governados”, de modo que ela – a revolução burguesa – “realiza o desenvolvimento capitalista sem realizar a democracia”. No bojo da luta de classes e das disputas fratricidas entre setores da burguesia, ela “faz e refaz as suas alianças”, conforme a margem de manobra dada pelo capital transnacional e a correlação de forças. Deste modo, destaca:

Ela própria adota um discurso liberal, civilizado, parnasiano, em suas relações com a burguesia estrangeira e os setores sociais privilegiados das maiores cidades dos seus respectivos países. Simultaneamente, é oligárquica, caudilhesca, autoritária, nas atividades internas, nas suas relações com os trabalhadores da cidade e do campo. Essa e a ocasião em que surge o populismo: umas vezes, bastante autoritário; outras, com alguma abertura democrática; dependendo do jogo das forças sociais que se acham em confronto. É assim que a burguesia emerge e afirma-se como classe social nacional. Confere à nação a sua fisionomia: liberal, em seu discurso para efeito externo; autoritária, em suas relações com operários, camponeses, mineiros, empregados, ou índios, negros e outros. A nação criada pela burguesia latino-americana não compreende o povo, os cidadãos; compreende a população, os trabalhadores. Há uma nação da burguesia que não é precisamente a nação do povo. (IANNI, 1986, p. 10)

A observação do processo histórico latino-americano, por sua vez, revela que as classes dominantes locais tendem a “militarizar” cada vez mais “os seus estilos de dominação” – Paraguai, Argentina, Venezuela, Colômbia, Peru, Chile. Cardoso (1975) observará nesse processo, algumas características particulares, no que se refere à definição destes regimes. Definindo-os em termos “autoritário/burocráticos”, chama a atenção para o fato de não serem ‘mobilizadores’, “não organizam partidos” e constroem os padrões existentes, transformando em doutrinas declaradamente autoritárias os alicerces ideológicos em que se fundam. De um modo geral, observa que paulatinamente, a apatia se impõe à mobilização e a “ordem estatal-militar” a “político-partidária”.

Ianni (1986, p. 15) também observa que “a história das sociedades latino-americanas se revela pontilhada de crises políticas e econômicas, com implicações



sociais às vezes profundas”. Assim, destaca que expressa-se sistematicamente através de “golpes, pronunciamentos, quarteladas, revoltas, revoluções, contrarrevoluções”. Ocasionalmente “rupturas frequentes do processo político, com alteração na composição das forças que compõe o bloco de poder da ocasião”. De um modo geral, as burguesias locais associam-se de forma subalterna ao capital estrangeiro, “de modo a bloquear ou reduzir as conquistas democráticas que interessam aos trabalhadores da cidade e do campo”.

O caráter autoritário do Estado brasileiro assume contornos históricos distintos, que vão desde a ditadura militar escancarada até a tecnocracia autoritária, passando pelo populismo antidemocrático e a democracia de elites – patrimonialista e conservadora -; sempre, porém, circunscrito à ordem do capitalismo dependente e periférico. Embora supere arranjos institucionais e modelos retrógrados, articula padrões arcaicos e modernos que asseguram a reprodução e a acumulação capitalista. Todavia, Cardoso (1975) destaca que não se trata do “Estado Absoluto” aniquilando os “barões”, mas, de uma reorganização e redistribuição do poder através do entrosamento dos “anéis burocráticos” que fundem “interesses privados e públicos”.

Ianni (1986, p. 21) destaca que no país, a “revolução burguesa teve, em geral, conotação autoritária”, a despeito das pressões populares e mesmo de setores liberais da classe média mais civilizada e progressista – a exceção da exceção. Assim, diante das exigências impostas pela luta de classes e as necessidades da concentração e acumulação, as “classes dominantes caminham” sempre, “para a repressão e o golpe, ou a conciliação e a reforma. Às vezes, mudam alguma coisa para que o essencial não se transforme”. O diálogo com Gramsci é nítido, tanto na utilização de conceitos quanto na ideia de “revolução passiva” ou “revolução-restauração” para explicar o tipo de dominação burguesa organizada no país.

Nessa perspectiva, depreende-se que o processo histórico brasileiro pode ser explicado através da “via prussiana”, meio autoritário de modernização social, orquestrada pela cúpula, através da conciliação das elites, excluindo-se as massas das decisões políticas. Assim, Ianni (1986, p. 21) destaca que a “via prussiana”, conforme Lukács e Lênin, ou a “revolução-restauração” de Gramsci, assegurava o rearranjo do “antigo bloco de poder, que cooptou – e, desse modo, neutralizou e subordinou – alguns

setores mais radicais das camadas médias urbanas”. Deste modo, a burguesia industrial prosperou protegida por um “regime bonapartista, o Estado Novo, que assegurou, pela repressão e pela demagogia, a neutralização da classe operária”. De tal modo que manteve praticamente intocado o latifúndio no campo, ao mesmo tempo em que enquadrou os sindicatos e partidos no meio urbano, relacionando-os de forma paternalista com “indivíduos atomizados e não com organizações coletivas”.

Diferente do modelo clássico de transição, conforme a tradição das revoluções burguesas ou socialistas, quando ocorre a ruptura entre o velho - relações de produção primitivas, instituições políticas ou regime arcaico - e o novo - o capitalismo, a democracia, o socialismo -, na via prussiana o desenvolvimento retardatário das relações sociais de produção capitalista se dá através da composição entre os diversos segmentos das classes dominantes, renunciando a democracia e desconsiderando por completo a participação proletária, camponesa e popular.

Nesses novos arranjos que acomodam velhos padrões, mantendo intocável os fundamentos estruturais da dominação burguesa - como o latifúndio, o patrimonialismo e o capitalismo dependente e periférico -, a burguesia reorienta ou subordina os anseios populares, organizando “os trabalhadores de modo corporativo”; regulando “a cidadania nos limites das relações econômicas mercantis, conforme as exigências do contrato entre proprietários de mercadorias;” legalizando “as contradições sociais, organizando negociações e conciliações; transformam a reivindicação e o protesto em ameaça de dissolução social” (Ianni, 1986, p. 26).

Deste modo, Ianni (1986, p. 29) sinaliza que a marca fundamental da “revolução burguesa latino-americana é a dominação sem hegemonia”. Isto é, quando se funda e se sustenta “a dominação pela força da violência e não pela eficácia da persuasão”. Não possui interlocutores que representem o conjunto da sociedade, tampouco das massas proletárias e camponesas. Assim, o Exército cumpre papel fundamental na “construção do perfil da nação burguesa”. A tradição autoritária brasileira encontra raízes profundas na instituição militar, braço armado das classes dominantes, desde os tempos do Império, passando pela República e o Estado Novo, até a ditadura civil-militar de 1964, cujos efeitos nefastos reverberam e se reificam na sociedade.

Essa tendência, conforme sinalizada por Cardoso (1975) em “Autoritarismo e democratização”, Ianni (1986) reitera e destaca que a burguesia latino-americana “sempre frequentou os quartéis” e, jamais abriu “mão do expediente golpista”, diante das pressões do lado de baixo – operários, camponeses, indígenas, movimentos populares.

Quando se sente em dificuldades, corre aos quartéis. E quando as dificuldades são mais sérias, o que pode significar que o Estado burguês se acha enfraquecido, ou ameaçado, nessas ocasiões corre aos quartéis e às embaixadas das nações capitalistas mais poderosas; principalmente à embaixada dos Estados Unidos da América do Norte. Isso se verificou em muitos golpes de Estado ocorridos na América Latina. No Brasil, por exemplo, ocorreu em 1945, 1954 e 1964. Aliás, os golpes militares ocorridos na Bolívia em 1972, Chile em 1973 e Argentina em 1976, além de muitos outros, todos entram nessa categoria. Expressam a vocação militarista e imperialista da burguesia latino-americana. Vocação essa que aparece na larga presença dos militares no Estado”. (IANNI, 1986, p. 33).

Assim, Ianni (1986, p. 32) enfatiza que a “militarização do Estado” consiste em um processo que faz e refaz alianças entre “as burguesias, os militares e o imperialismo, compreendendo também a alta hierarquia da Igreja, setores de classe média e intelectuais”. De um modo geral, trata-se de “interesses econômicos e políticos” que cumprem, sobretudo, “obstar, ou destruir, as conquistas democráticas em geral resultantes das lutas populares”. Ou seja, via de regra, “a militarização do poder estatal expressa a marcha de uma espécie de contrarrevolução permanente” (Ianni, 1986, p. 33). Ou “cruzada imperialista”, como prefere Florestan Fernandes.

Além do caráter contrarrevolucionário, o “Estado burocrático-autoritário” tem algumas características inerentes. Desenvolvido no âmbito da Guerra Fria, no continente latino-americano se impôs através da “doutrina norte-americana de segurança e desenvolvimento, ação cívica, modernização e outras diretrizes destinadas a preservar as condições de reprodução ampliada do capital” (Ianni, 1986, p. 38). Trata-se de manter a “América Latina” no escopo e na “órbita da civilização ocidental, cristã e capitalista”. A tradição militar da “defesa nacional” capitula ante o novo “princípio da segurança nacional, isto é, segurança interna”. Assim, Ianni (1986, p. 38) destaca que se a “defesa nacional implicava na ideia de nação, a segurança nacional ou interna implica na ideia de classes sociais antagônicas”.

Os traços comuns desses "Estados" são o fato de surgirem como meio de contenção a ascensão do proletariado e movimentos sociais e populares, promovendo o fechamento do Estado a esses segmentos, seja pela repressão e controle, seja pela burocratização e subordinação aos interesses da burguesia, do capital estrangeiro e nacional associado. Por fim, "reduzem e adiam", indefinidamente, as demandas populares e dos trabalhadores, despolitizando e desmobilizando através de procedimentos de exclusão, restringindo "questões sociais e políticas públicas a problemas técnicos", promovendo a ampliação da acumulação e aprofundando a reprodução da ordem periférica e dependente.

A intensificação da militarização se verifica pela ampliação da presença das forças armadas e policiais na política, ao lado de "sistemas de informação, aparelhos repressivos legalizados e clandestinos" no âmbito do Estado. Assim, Ianni (1986, p. 34) destaca que se trata de "garantir a ordem, a qualquer custo, de modo a evitar tanto a reforma quanto a revolução". Deste modo, busca-se ampliar o poder estatal, estendendo "a sua ação por todos os campos da vida nacional, anulando, na prática, o espaço do privado". Desdobra-se, deste modo, para o campo da cultura, que por sua vez passa a ser controlada, cerceada e induzida "pelo poder estatal", do ensino à comunicação, da arte, música, cinema, teatro ao esporte, tudo com o objetivo de legitimar e reificar o poder.

A intensificação do Estado sobre economia e, do capital monopolista sobre a América Latina, ampliou-se desde a crise econômica mundial de 1929. Esse processo cumpria estabelecer a "reprodução ampliada do capital", articulando Estado, capital estrangeiro e nacional subalterno e associado. Segundo Ianni (1986, p. 45) com a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria o processo ampliou-se e recrudescceu. De um modo geral, a efetiva "transição do Estado oligárquico ao populista", isto é, do arcaico ao moderno e autoritário, se deu por meio do incremento do "aparelho estatal, compreendendo a economia, a sociedade e também a cultura".

Com a emergência do militarismo, reativou-se o processo de expansão e fortalecimento do Estado. A ditadura leva a hipertrofia do poder estatal a limites raramente alcançados em outras épocas. O Estado se apresenta como um poderoso e indispensável capitalista coletivo, o que muda muita coisa. A relação entre sociedade civil, o povo, os grupos sociais, as classes sociais, o trabalhador, o cidadão com poder muda de figura. (IANNI, 1986, p. 45)

Atrelado ao grande capital internacional, mobiliza “amplos setores da economia e sociedade à disposição dos movimentos do capital, da reprodução ampliada, torna um tanto obsoletas a nação e a soberania”. Assim, a “concentração e centralização de capitais” se dão em “escala internacional”. No caso brasileiro, Caio Prado Junior, citado por Ianni (1986), não deixa dúvidas quanto a histórica vocação para a subserviência da nossa burguesia:

Embora a burguesia brasileira, ou antes alguns de seus representantes possam individualmente entrar em conflito com a poderosa concorrência de empreendimentos estrangeiros, e esse conflito se traduza eventualmente em ressentimentos contra o capital estrangeiro, não se verifica na situação brasileira circunstâncias capazes de darem a tais conflitos um conteúdo de oposição radical e bem caracterizada, e muito menos de natureza política. A “burguesia nacional”, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil. (IANNI, 1986, p. 46)

A “estratégia da ajuda” do governo dos Estados Unidos”, seja através da “Política da boa vizinhança”, “Doutrina Truman” ou da “Aliança para o Progresso”, o objetivo consistia tão somente em barganhar “privilégios para as grandes empresas e o controle preventivo da “subversão”, colaborando para “preservar as mais retrogradadas formas de organização social”, tendendo ainda para “esvaziar os estados nacionais como centros de decisão e como instrumentos de mobilização das coletividades para as tarefas do desenvolvimento” (Ianni, 1986, p. 47). Na perspectiva dos países com forças produtivas pouco desenvolvidas, burguesia sem projeto nacional ou frágil, Estado fraco e capitalismo dependente, é praticamente impossível resistir a essas pressões. Dito isto, o “vasto surto de militarismo ocorrido na América Latina nas últimas décadas tem muito a ver com a indústria do anticomunismo” de inspiração yanque, estabelecida como “uma operação interamericana”, sobretudo, após a Revolução Cubana (Ianni, 1986, p. 49).

Ianni (1986) demonstra como o Estado cumpre um papel importantíssimo no processo de reprodução ampliada do capital - posicionando-se de forma inelutável em favor do capital contra o trabalho -, através de mecanismos de atuação junto as forças produtivas, subsidiando o capital estrangeiro e o nacional, coibindo o proletariado e os

movimentos populares. O “poder estatal descola-se da sociedade”, esta entendida como “grupos e classes sociais subalternos” – operários, camponeses, pobres, negros, indígenas, mestiços, etc. Ele não expressa o conjunto da sociedade, sobretudo os movimentos sociais, proletários, populares, apenas e tão somente as elites e os setores médios que com ela se identificam.

Nesse tipo de Estado impõe-se “o princípio da ordem, segurança, estabilidade, paz social, harmonia entre o trabalho e o capital, progresso, desenvolvimento, modernização” e integração nacional, conforme a ideia de “comunidade nacional”, a despeito da sociedade ser “uma totalidade heterogênea e contraditória”. Por essa razão, sempre se fala, por exemplo, em integrar o índio à sociedade, ignorando deliberadamente o seu caráter de povo originário, nação independente e autônoma, com a sua própria cultura, etnia, história, idioma, técnicas, cosmogonia e instituições. Por outro lado, esse discurso que impõe a ordem, a paz social, a harmonia entre trabalho e capital, integração e progresso, supõe a sociedade como um ente anárquico, caótico, débil, ineficaz, incapaz, portanto, suscetível à manipulação e “passível de subversão”. Mera massa amorfa de proletários e pobres que precisam ser tutelados e conduzidos pelo Estado paternalista.

Assim, Ianni (1986, p. 53) sustenta que, nessa perspectiva, o Estado é o ente que “encarna a vontade da nação”, à revelia da sociedade, portanto, no âmbito da “segurança nacional”, o debate, a participação política, as discussões e divergências que “caracterizam os regimes democráticos liberais” são vistos como “fraquezas” e sinais de desordem e subversão. Deste modo, “qualquer oposição” é vista como “suspeita de subversão de anarquia”, ou simplesmente como o assustador fantasma do “comunismo” – o espectro que Marx anunciava no Manifesto de 1848. Trata-se de um regime de exceção, que apela o tempo todo para o medo, o caos, a intimidação e a repressão – violência física, censura, prisões, extermínios, desaparecimentos.

O ator político ou “cidadão” inscreve-se apenas na esfera do trabalho, ou seja, enquadrado no âmbito da ocupação legal. Circunscrito a ordem da produção, aliado da participação política por meio de sindicatos e partidos, torna-se cada vez mais isolado e alienado em relação ao Estado e a política. É um processo que reduz a complexificação da sociedade, os espaços, instâncias e possibilidades de participação e atuação política

e social de amplos segmentos da sociedade; sobretudo, os trabalhadores, pobres, negros, mulheres, indígenas, camponeses, estudantes, dentre outros. Ianni (1986, p. 53) enfatiza que nessa perspectiva, apenas “as elites são aptas a assumir as tarefas da segurança nacional e do desenvolvimento”. Legitima-se e se impõe, assim, à margem da sociedade e do debate, pois, o “poder não se acha em discussão”, ainda que necessite ser legitimado. A “sociedade civil”, que cumpre legitimar o Estado, concretiza-se apenas na burguesia, criando, conforme Marx e Engels, “um mundo a sua própria imagem” (Ianni, 1986, p. 55).

Do ponto de vista objetivo, Ianni (1986) aponta alguns elementos fundamentais sobre o Imperialismo na América Latina. Assim, destaca os aspectos econômicos, políticos, militares, mas, também culturais e ideológicos. O pacote ianque para o continente é completo, as instituições mobilizadas para estabelecer em toda a América Latina as ideias, ideais, princípios, valores estadunidenses pavimentam o caminho das grandes corporações econômicas e, muitas vezes, dos militares. De Hollywood à USAID, passando pelo FMI e o BID, até a OEA e a OCDE, a hegemonia se constrói sob bases culturais, econômicas, ideológicas, políticas e sociais através de acordos de cooperação técnica, científica, econômica, ambiental, cultural, política e militares. Nos anos 1960 e 70 a USAID<sup>81</sup>, o IADESIL<sup>82</sup> e o Corpo da Paz<sup>83</sup> tem fomentado as ideias e valores ianques, construindo organizações, formando lideranças comunitárias e sociais, quadros técnicos, intelectuais e burocráticos no enfrentamento às iniciativas populares e proletárias socialistas, comunistas e nacionalistas contrárias ao imperialismo e a hegemonia dos EUA sobre o continente.

A “Escola das Américas”, por sua vez, foi a instituição responsável por formar os oficiais das Forças Armadas na perspectiva anticomunista e pró-hegemonia ianque. Ao lado dessas organizações, ainda existem as inúmeras igrejas protestantes de origem estadunidense que cumprem o importante papel de formar bases favoráveis ao país, bem como disseminar as suas ideias, ideais, valores e promover o intercâmbio. Da mesma forma ocorre com as instituições privadas de apoio e incentivo à pesquisa – *Ford*

---

<sup>81</sup> Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

<sup>82</sup> Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre.

<sup>83</sup> O *Peace Corps* é um programa de cooperação em setores que vão desde a saúde e meio ambiente, passando por educação e empreendedorismo através de jovens estadunidenses voluntários.

*Foundation, Rockefeller Foundation, Carnegie Foundation*. No âmbito da estratégia de cooperação cultural e científica, Nelson Rockefeller registra em relatório, conforme Ianni (1986):

Quem controlar a educação define seu passado e [...] também seu futuro. O amanhã está nas mãos e no cérebro dos que estão sendo educados hoje. Devemos, sem restrições, exportar ideias e imagens que fomentem a liberdade individual, a responsabilidade política e o respeito à propriedade privada. Deve ser iniciada uma campanha para capturar a elite intelectual ibero-americana através do rádio, da televisão, de livros, de artigos e folhetos, de mais doações, bolsas de estudos e premiações. Consideração e reconhecimento é o que mais agrada aos intelectuais e um programa com essas características poderá atraí-los". (IANNI, 1986, p. 69)

Dito isto, cumpre salientar, segundo Ianni (1986, p. 61), que as ideias predominantes das nações imperialistas, sobretudo, dos EUA, se impõem aos países periféricos no continente. Assim, “noções de propriedade, mercado, livre iniciativa, produtividade, lucro, modernização, racionalização” se disseminam através de empresas multinacionais e outras organizações, alcançando o status de verdade absoluta e inelutável, à qual é preferível, razoável e vantajoso submeter-se. Nessa perspectiva, para amplos segmentos médios e até populares, “a liberdade e igualdade de proprietários são sagradas; como para o imperialismo” (Ianni, 1986, p. 63). Deste modo, constroem-se “modos de pensar e agir”, formando dirigentes, quadros políticos, burocráticos, técnicos, lideranças sociais e comunitárias, intelectuais, oficiais, interferindo de maneira contundente na vida política, econômica e social dos países do continente. É um tipo de “cooperação” unilateral, “de direção praticamente única, de lá para cá”.

A imprensa, rádio, televisão, cinema, ensino, associações, sindicatos, partidos, igrejas, forças armadas, conferências e outras formas de intercâmbio produzem e reproduzem ideias, princípios e doutrinas, que se criam e recriam no âmbito das relações econômicas, políticas e militares. (IANNI, 1986, p. 63)

Trata-se, segundo Ianni (1986), de um “circuito de transmissão ideológica que vai da publicidade à pedagogia”, estabelecendo um repertório verbal sobre as massas proletárias, camponesas e populares que “compreende um modelo econômico e político



baseado na exploração de setores populares, ao mesmo tempo em que favorece o consumismo de setores médios” (Ianni, 1986, p. 62).

Por trás dessa estratégia, assenta-se dois séculos de história sobre a dominação estadunidense no continente americano. Trata-se da política externa ianque estabelecida pela *Doutrina Monroe* e a teoria do *Destino Manifesto*. A primeira, elaborada por James Monroe<sup>84</sup> em 1823 funda-se na ideia da “América para os americanos”. Isto é, no incentivo às lutas por independência das colônias europeias fundada nos interesses estratégicos – comerciais, políticos, militares – estadunidenses, promovendo-os à posição de líder no continente. A segunda assenta-se e se articula à convicção religiosa ianque de que são os “escolhidos”, o povo eleito por Deus para liderar e civilizar o mundo, de modo que o expansionismo cumpria apenas a sua vocação divina. Sobretudo, no sentido de que a Revolução Americana de 1776 vislumbrava a possibilidade de se criar um novo mundo, um novo homem e uma nova civilização, de acordo com a convicção dos fundadores dos EUA.

Essa doutrina subsidia, por exemplo, a tese segundo a qual há uma espécie de “debilidade política congênita” entre os “países latino-americanos”, caracterizada pela “anarquia, indisciplina, impulsividade, falta de espírito prático, misticismo”, além é claro, do problema racial da mestiçagem, “caudilhismo”, “coronelismo”, “nativismo”, “catolicismo”, dentre outras consideradas deficiências que caracterizam esses povos e exigem a tutela e a formação de elites “racionais, pragmáticas, civilizadas” em setores estratégicos como os supracitados. Deste modo, Ianni (1986) acrescenta:

Em larga medida, a ideia de instabilidade política congênita dos países latino-americanos fundamenta a ideologia do Estado forte e a convergência dos interesses das classes dominantes dos Estados Unidos e América Latina. (IANNI, 1986, p. 70).

Por outro lado, cumpre desqualificar toda a história de lutas de amplos movimentos nativistas, populares e sociais – camponeses, operários, indígenas, negros. Cria-se toda uma narrativa favorável as elites, mais ou menos subordinadas ou associadas aos interesses dos EUA, que as alça à posição de vanguarda ilustrada, liberal

---

<sup>84</sup> Foi o quinto presidente dos Estados Unidos e Secretário de Estado durante o governo James Madison, quando formulou a *Doutrina Monroe*.

ou despótica na contenção de ideias estrangeiras extravagantes e perigosas. Dissimula-se deliberadamente os interesses oligárquicos e imperialistas, sempre por detrás das rupturas democráticas ou progressistas orquestradas por meio de golpes, quarteladas ou outras manifestações gestadas na aliança entre o imperialismo, as elites locais e as forças armadas.

Por fim, essa estratégia autoritária de consolidação da hegemonia, conforme os interesses do Imperialismo no âmbito da ascensão da burguesia e do capitalismo brasileiros, fundamenta a argumentação que desqualifica as massas populares, proletárias e camponesas e estabelece o paradigma da debilidade ou imaturidade política na “heterogeneidade racial”, “caudilhismo civil ou militar”, “violência endêmica”, “bipolaridade entre civilização e barbárie”, “dualidade estrutural” – “coexistência de setores arcaicos e modernos”. Por essa razão, apenas o “Estado forte”, único poder “organizado da sociedade”, mobilizado “pelas elites políticas, militares, empresariais, letradas ou outras, organizar dinamizar e transformar a sociedade, até que ela amadureça” (Ianni, 1986, p. 120).

Há nessa perspectiva, um latente desprezo pelo povo, movimentos sociais, partidos políticos e pela democracia. Os amplos segmentos proletários e populares – camponeses, negros, indígenas, trabalhadores pobres, mestiços, mulheres, estudantes, são colocados em “um todo amorfo, débil, anárquico”. A força da classe dominante, por sua vez, assentada no “Estado forte” decorre da sua aliança com a “burguesia estrangeira, a alta hierarquia da Igreja Católica, do Exército e outras forças militares, sem esquecer setores da classe média e intelectuais” (Ianni, 1986, p. 125). Assim, conclui que esse poder de coerção, “não constitui qualquer indicação de hegemonia, mas apenas dominação” (Ianni, 1986, p. 122). A violência a que sempre recorrem contra as massas proletárias e populares, como as diversas forças sociais que compõe a sociedade, a despeito do bloco de poder estabelecido nessas alianças de cúpula, contrariam a ideia da debilidade e imaturidade “congenita”. Todavia, considerando que a “revolução burguesa latino-americana não resolve a questão nacional”, não pode renunciar a hegemonia – pela cooptação ou alienação -, posto que a dominação pela coerção não funda raízes na sociedade que “engendra” uma massa de “trabalhadores explorados”, e forças democráticas e socialistas, comprometidas invariavelmente com um projeto

nacional e/ou de superação da ordem capitalista, tanto no país quanto no continente, assombrando as elites e a burguesia, tal qual o “espectro” que rondava a Europa outrora.

## 12. Considerações Finais

Considerada “incontornável” no âmbito do capitalismo, para o serviço social a “questão social” no Brasil pós ditadura civil-militar de 1964, se depara com a histórica “dívida social” com setores populares, camponeses e operários. Conforme lamamoto (2010), são as “desigualdades e contradições sociais” que caracterizam o processo histórico brasileiro. Nesse contexto é que se constrói os debates pela Constituição de 1988, a partir da eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney em 1985, após a ascensão do movimento operário paulista e a ampla mobilização pela Anistia, ambos em 1979. O diálogo da autora com Octávio e Ianni e Florestan Fernandes evidencia-se nesta e em outras passagens:

O “moderno” se constrói por meio do “arcaico”, recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira. As marcas históricas persistentes, ao serem atualizadas, repõem-se, modificadas, ante as inéditas condições históricas presentes, ao mesmo tempo em que imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos. O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente. (lamamoto, 2010, p. 128)

Conforme o desenvolvimento e a sofisticação das forças produtivas avancem, convivendo com persistentes e arcaicas relações de trabalho, há a “radicalização da questão social”. Acentua-se e se atualiza o “desenvolvimento desigual”, nas suas dimensões econômica e social, na forma de “reprodução ampliada da riqueza e das desigualdades sociais”, aumentando a pobreza relativa ao lado da acumulação e concentração do capital. O aumento da tensão entre a realidade e as suas representações, conforme a desigualdade estabelecida entre a produção material e a

cultural, promovem o “fetichismo” que dissimula as contradições e a reprodução das desigualdades.

Para lamamoto (2010), a “modernização conservadora” articula e subordina o desenvolvimento à ordem estabelecida, determinando o seu ritmo paulatino, conforme Florestan demonstra em “A Revolução Burguesa”, de modo que o “novo surja como um desdobramento do velho”. Assim, indústrias e tecnologias modernas se articulam com formas retrógradas de produção e se ajustam, concorrendo para o recuo de direitos sociais e trabalhistas. Nesse sentido, evidencia-se o caráter antidemocrático que se estabelece pela manutenção e perpetuação dessas desigualdades e descompassos.

lamamoto (2010) enfatiza, conforme Florestan, que a transição do capitalismo competitivo para o monopolista no Brasil não se deu nos marcos da “democracia universal burguesa” e nem foi feita por uma burguesia nacionalista e afeita à democracia liberal - “democracia restrita”, limitada ao estamento dominante que organiza os seus interesses por meio do Estado e dos seus aparelhos de construção e reprodução da hegemonia. A fissura, entre democracia e desenvolvimento capitalista, sem ruptura com os arranjos produtivos arcaicos e o latifúndio, aprofunda a dependência em relação ao mercado externo ao qual o capitalismo brasileiro se subordina. Esse modelo híbrido de capitalismo, que combina o arcaico com o moderno, traz as vantagens – exclusivamente para as elites e a burguesia - da associação ao mercado exterior ao lado da apropriação fundiária e do incremento da exploração e precarização dos trabalhadores.

No âmbito do capitalismo dependente e periférico, “o país transitou da “democracia dos oligarcas” para a “democracia do grande capital”. Essa transição sem ruptura, ajustando modelos arcaicos de produção à expansão capitalista otimizou a expropriação dos trabalhadores e a acumulação, aumentando a massa de assalariados urbanos e trabalhadores rurais imprescindíveis ao incremento do mercado interno e das exigências da produtividade. Assim, a “modernização” se insere no interior da sociedade mobilizando e articulando velhos arranjos produtivos, conforme as novas etapas do desenvolvimento capitalista, cujo objetivo é tão somente otimizar a acumulação:

Esse mesmo desenvolvimento incorpora e recria a pequena produção mercantil simples - parceiros, pequenos arrendatários, posseiros - submetendo-a ao jugo do capital (comercial, industrial, financeiro) e a renda fundiária. (lamamoto, 2010, p. 131)

Nesse processo, ao aprofundamento das contradições econômicas, políticas, sociais e regionais, corresponde à concentração da renda e do poder no âmbito local e regional, sobretudo, quando se observa o recorte de raça e gênero. Deste modo, conforme Ianni (1986), Yamamoto observa que:

O Estado é capturado historicamente pelo bloco do poder, por meio da violência ou da cooptação de interesses. Perfila-se, em consequência, um divórcio crescente entre o Estado e as classes subalternas, “em que o povo se sente estrangeiro em seu próprio país e emigra para dentro de si mesmo” apesar das fórmulas político-jurídicas liberais esclarecidas nas constituições republicanas. (Yamamoto, 2010, p. 133).

O caráter autoritário da sociedade brasileira atravessa diversas épocas e revela-se nas suas tradições e contradições – cultura, modo de produção, “questão social”, organizações políticas e sociais. As forças armadas e policiais ocupam posição destacada nessa história, zelosas na sua vocação histórica de servir as elites dominantes e reprimir as massas populares, camponesas, proletárias. Associadas ao poder político, representam a força de uma classe – a burguesia - que organiza o Estado – politicamente, economicamente, culturalmente, militarmente – de acordo com os seus interesses, amalgamando-o conforme a sua visão de mundo e as exigências do capital global ao qual se subordina. É nesse âmbito que Florestan destaca o caráter autoritário da burguesia brasileira, estabelecido pelo “padrão de dominação burguesa, de caráter autocrático e propensão à aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe”, com o objetivo de assegurar a reprodução ampliada e desigual do capital.

Conforme Caio Prado (1962) e Sérgio Buarque (1963) demonstram, no período colonial as forças de defesa e segurança, justiça e legislativas, subordinavam-se à Metrópole e se organizavam em torno dos representantes da Coroa – concessionários do rei de Portugal. Considerando que a Corte portuguesa estivesse a um oceano de distância, os poderes desses donatários reais eram praticamente ilimitados. Embora não dispusessem de forças regulares e estáveis, podiam mobilizar, organizar e atuar nos limites dos seus domínios arbitrariamente, de acordo com a sua capacidade, ambição e interesses. No âmbito do latifúndio e da produção extrativista e/ou da *plantation* subordinada ao capital mercantil externo, isto é, da ordem estamental-senhorial,

dependente e escravocrata, não se trata de uma sociedade de classes cuja dominação das elites se opõe aos interesses da burguesia comercial ou manufatureira, ligada a massa de camponeses, artesãos e pequenos comerciantes e agricultores livres subordinados e suscetíveis à manipulação.

Apenas com a autonomia política e a consolidação do Estado nacional – liberalismo político e econômico - é que o poder local, antes circunscrito aos seus domínios, adquire caráter nacional e converte-se em uma classe de senhores agrários – as elites senhoriais. Esse novo status, de acordo com Florestan Fernandes (2006), decorrente da “ordem competitiva”, se impõe à “ordem senhorial”, favorecendo a consciência de classe em torno de interesses materiais comuns, adquirindo a forma de “solidariedade de classe”, colocando-o em oposição a grupos e interesses antagônicos – a burguesia comercial nativa e estrangeira, a massa de trabalhadores livres -, cujo objetivo é a disputa e/ou a manutenção do poder político, capaz de assegurar o ritmo, limites e o padrão da revolução burguesa.

A consolidação do Império demanda a constituição de um Estado nacional integrado, unificado, regular e estável. Essa necessidade se impõe ainda no âmbito regional, conforme as províncias se estabelecem com as características, demandas, forças político-econômicas e estruturas regionais. Por essa razão, nos séculos anteriores, determinadas províncias, como as da zona da cana no Nordeste e a Província do Grão-Pará, conforme o comércio com a Metrópole, incluindo o de escravos, fosse mais intenso e rentável, mobilizavam forças militares particulares de mercenários, jagunços e caçadores de índios e escravos, inclusive de outras províncias, caso dos bandeirantes paulistas. As guerras contra as nações indígenas, invasores concorrentes holandeses e franceses, revoltas de africanos escravizados e Quilombos ao longo dos séculos XVI até o XVIII se caracterizam pela mobilização de tropas de defesa e conquista desse tipo, que por sua vez, dariam origem a Guarda Nacional.

A Independência do Brasil suscitou a necessidade de se constituir um Exército nacional, de modo a superar a instabilidade militar e a utilização de mercenários nas forças de defesa e segurança que prosperavam até o momento – inclusive a Guarda Nacional, que não era submetida as Forças Armadas. A Independência, assim, demandou do Príncipe Regente a mobilização urgente de tropas favoráveis nas

províncias e de forças mercenárias estrangeiras para organizar um Exército nacional e resistir as tropas portuguesas e as forças locais pró-Portugal e/ou com pretensões separatistas. Esse processo deu-se do final de 1821 e se estendeu até meados de 1823, quando as últimas Províncias brasileiras capitularam e submeteram-se a autoridade do novo soberano brasileiro, Dom Pedro I.

O período turbulento de consolidação da Independência impulsiona diversas lutas regionais pelo poder local, movimentos separatistas e com ambições liberais e republicanas, no bojo do processo de descolonização da América Espanhola e da Revolução Haitiana – final do século XVIII e início do XIX. É nesse processo que o Exército brasileiro se consolida como “pacificador” e guardião da “unidade nacional”. Contudo, somente após a Guerra do Paraguai, no segundo reinado e no esteio do advento da ordem burgo-capitalista no Brasil é que ele adquire força política e social, na medida em que sai do conflito vitorioso e consagrado como a grande força militar da região.

Esse processo seria avassalador e determinante para o destino político da nação. O protagonismo dos militares na sociedade e na vida política do país após a vitória na Guerra do Paraguai, se faria sentir até o fim da República da Espada. Após a instauração do governo civil, seguiriam imiscuindo-se nos assuntos políticos nacionais, pressionando, barganhando, intervindo, conspirando e se posicionando como uma força ideológica, e não como uma organização nacional para a defesa da pátria - não do Estado -, a despeito das suas prerrogativas fundamentais estabelecidas pelas diversas constituições que juraram obedecer e defender, e logo que consideraram conveniente e oportuno desprezaram e traíram.

Após a Revolta da Armada, com a vitória do Exército e a brutal repressão aos rebeldes – monarquistas ou apenas insatisfeitos e/ou contrários ao governo Floriano -, dá-se o primeiro governo civil brasileiro com Prudente de Morais. É durante o seu governo que ocorre o conflito de Canudos, movimento messiânico e popular que incomodava profundamente os poderosos locais no sertão baiano – grandes latifundiários, comerciantes e a alta hierarquia da Igreja.

A despeito da consagrada obra de Euclides da Cunha, sob todos os aspectos – jornalístico, sociológico, político, histórico e militar -, o conflito de Canudos é emblemático

sobre como o Estado nacional, através do aparato policial-militar se posiciona diante da “questão social”, à despeito das suas prerrogativas constitucionais e dos acontecimentos fartamente documentados por atores políticos, civis e até militares. Assim, no site do Exército Brasileiro, mais de 120 anos após o massacre de Canudos, a instituição militar reivindica à sua parte na história dessa maneira:

Canudos, por si e pelos reflexos no distante Rio de Janeiro, mostrou que o país estava longe da integração e da paz social. Através de Os Sertões, Euclides da Cunha revelara à parte mais esclarecida do nosso povo o Brasil esquecido, o Brasil sertanejo ainda à margem da civilização. Na capital brasileira mobilizaram-se republicanos e florianistas exaltados, para uma luta de salvação que se julgava extinta nos episódios da Revolta da Armada e da Revolução Federalista.

Generalizou-se nos arraiais republicanos a sensação do perigo. E no seu setor mais apaixonado tramou-se o golpe que deveria dar o poder central ao republicanismo radical. A morte de Prudente de Moraes foi a chave para essa conquista.

O fanatismo explicável dos sertões de Canudos iria ter na obstinação cega da conspiração a componente revolucionária que faltara aos broncos jagunços de Pajeú, Pedrão e Macambira. E os conjurados motivaram a mente e o braço do ansejada Marcelino Bispo de Melo.

Quando Prudente de Moraes e sua comitiva regressavam da recepção dos militares que haviam combatido em Canudos, no navio Espírito Santo que os transportara, e passavam em frente no Arsenal de Guerra, a 5 de novembro de 1897, o ansejada Marcelino Bispo de Melo, do 10º Batalhão de Infantaria, prestava as honras regulamentares ao Presidente, saiu de forma e contra ele investiu sacando de uma garrucha. A arma falhou e Prudente ainda a afastou com o chapéu. Empunhando uma lâmina escondida na bota. Marcelino Bispo avançou de novo com a força e a incosequência dos seus 19 anos. Alguns militares procuraram proteger o Presidente, entre eles o próprio Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bitencourt, que foi atingido por uma punhalada e perdeu a vida. O Exército, no simbolismo máximo do sacrifício de seu chefe, salvara as instituições que ajudara a implantar e a consolidar<sup>85</sup>.

O texto acima, chamado “A tragédia do Arsenal de Guerra”, é representativo sobre como o Exército brasileiro constrói a sua narrativa histórica à revelia dos fatos, registros, pesquisas e estudos sobre o massacre de Canudos. O discurso é ilustrativo sobre a tradição militar e a sua opção teórico-ideológica elitista, irracionalista e reacionária. Chama a atenção a perenidade de algumas ideias, como o apelo a “integração e a paz social”. O “livro vingador” de Euclides da Cunha, cuja campanha ele denuncia “na significação integral da palavra, um crime”, resume-se à revelação do Brasil

<sup>85</sup> Disponível em: <http://www.eb.mil.br/> (“Campanha de Canudos”). Acesso em: 22/07/2020.



sertanejo “a margem da civilização” a sua parte mais “esclarecida”. É importante notar as idiossincrasias do discurso. Quando Euclides se refere ao sertanejo, por exemplo, destacando a sua simplicidade, fanatismo, rusticidade e, ainda que os considerando “patrícios retardatários”, não ignora a sua plasticidade e resiliência, bravura e altivez, a despeito dos mais “esclarecidos”, cuja brutalidade e covardia só se comparam a soberba e indolência. Não foi à parte inculta imputado qualquer crime, senão o de cometer a afronta de sobreviver à margem da civilização, submetidos à exploração, opressão e miséria; organizados coletiva e voluntariamente com um mínimo de autonomia em relação ao latifúndio, a igreja e o comércio.

O texto continua em uma trama complexa de conspirações em que cumpre, ao final, somente coroar a bravura e o heroísmo do Exército brasileiro na “salvação da pátria”. Assim, sustenta “uma luta de salvação, que se julgava extinta” desde as Revoltas da Armada e Federalista, isto é, insiste na estapafúrdia tese de conspiração monarquista em Canudos, a despeito da “questão social” latente, do latifúndio e do messianismo denunciados em “Os Sertões”, entre outros registros e estudos fartamente documentados. Utiliza-se “Os Sertões”, deliberadamente, como um adendo ao episódio da tentativa de assassinato do Presidente da República, construindo a narrativa de uma conspiração malsucedida graças apenas ao heroísmo do comandante supremo do Exército brasileiro.

O negacionismo não dispensa o maniqueísmo, ao contrário, se complementam na construção do consenso autoritário, estabelecendo as bases da narrativa militar salvacionista à serviço das elites dominantes. Omite-se, deliberadamente, todos os erros, atrocidades e crimes cometidos pela tropa com o consentimento de oficiais, embora constem em diversos registros e relatos, como o Manifesto redigido pelos estudantes da Faculdade de Direito da Bahia, denunciando o massacre empreendido pelo Exército Brasileiro contra a população civil de Canudos.<sup>86</sup> Setores militares radicais identificados com segmentos da burguesia, embora reivindicuem o regime republicano, rejeitam a democracia-liberal, escancarando o seu caráter imanente autoritário que o define – tanto a facção denominada “jacobina” quanto a “positivista”.

---

<sup>86</sup> MEDEIROS, Ruy – “**Manifesto dirigido à Nação pelos alunos da Faculdade de Direito da Bahia**”, datado de 3 de novembro de 1897. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5038/doc01\\_28.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5038/doc01_28.pdf). Acesso em: 01/12/2020.

A retórica da “integração e paz social”, assentada em uma tradição autoritária arraigada de dois séculos adquire o status de vocação ou cruzada, missão divina e escatológica para a qual se consideram os escolhidos e ungidos. Ignora-se, deliberadamente, as transformações históricas, políticas, sociais e culturais, conforme a tradição irracionalista – contingências materiais –, colocam-se acima de tudo como representantes legítimos do espírito nacional – abstração intangível e atemporal, mas que apela e dialoga com um passado idílico, não com o presente contraditório e complexo e o devir. Por fim, essa característica é sintomática da aversão as contradições e ao conflito, constante na cantilena da conciliação, união e harmonia, a despeito da dominação burguesa e do recrudescimento da “questão social”.

Nesse contexto, conforme Ianni (1986) destaca, se impõe a retórica da tutela militar em relação à sociedade, considerada imatura, irracional, insensata, corrupta e suscetível à manipulação e a influência de ideias extravagantes e subversivas. Além disso, impõe-se a primazia da defesa da ordem e da pátria, contra o inimigo interno antipatriota, elemento pervertido por ideais estrangeiros desagregadores e avessos à ordem “natural” das coisas e as nossas tradições. Em tudo constatamos o discurso maniqueísta tradicionalista e irracionalista, conforme a dicotomia definitiva entre o “superior” – perene e estável – e o “inferior” – instável e confuso -, manifesta no antagonismo entre o Estado e a sociedade, o “espiritual” – bem supremo e harmonioso - e o “material” – baixo e incerto - e a razão – contraditória e instável – e a tradição – perene e perfeita. É nesse caldo de cultura secular que se constrói e assenta a tradição, estabelecem-se os “mitos”, slogans e símbolos que substituem a razão e o espírito de coletividade e solidariedade entre as classes subalternas. No solo fértil dos clãs e oligarquias, estamentos e ordem senhorial, do patrimonialismo e patriarcalismo, da dominação tradicional e do escravismo, da cordialidade e do personalismo, seria improvável que não prosperasse ao lado das contradições e conflitos sociais, o discurso da “integração e paz social”, enraizado no tradicionalismo, irracionalismo e autoritarismo com os seus “mitos” e “salvadores da pátria” – o avesso da política, isto é, a antipolítica.

É nesse tipo de racionalidade que próspera o desdém à verdade e a história, o desprezo pela ciência e o debate, de modo que se impõe o negacionismo e a anticiência. Na reminiscência de uma sociedade cujo modo de produção primitivo a estrutura e

organiza, balizada por relações sociais pouco complexas e rigidamente hierarquizadas, assentadas na dominação tradicional, constituem núcleos ou organismos sociais estáticos e atomizados, incapazes de conceber padrões de solidariedade social, econômica ou de classe – tampouco nacional. Conforme Florestan (2006), a nossa revolução burguesa se deu não pelo enfrentamento da burguesia com a nobreza, antes a burguesia emergiu da própria elite agrária, em um processo endógeno de mutação em que elementos arcaicos foram se combinando com modernos em decorrência do capitalismo, inerente à sua dinâmica, exigências e estágio de desenvolvimento. Por essa razão a nossa burguesia não foi e nem jamais se imaginou uma classe revolucionária – porque desconhece essa tradição e vocação, é produto de outro processo histórico e floresceu dependente e subordinada a forças exteriores que a condicionam e conduzem, em um processo perene e sistemático de reprodução da acumulação ampliada e desigual.

O negacionismo e a aversão ao conflito se manifestam na retórica pró-ditadura de 1964. O discurso pró-ditadura, apoia-se não apenas na apologia do arbítrio e a rejeição à democracia, confundida com desordem e fraqueza, mas, no apelo à “ordem”, a defesa da pátria, tradição, família e propriedade. O conflito, entendido como a contestação das contradições sociais e a rejeição do *status quo*, é subversivo e desagregador, pois, além disso, identifica-se com a luta de classes e a revolução. O revisionismo que afronta à verdade e os fatos históricos constrói uma narrativa fantasiosa sobre a ditadura, a margem e acima da ciência, ignorando ou minimizando registros históricos, documentos, testemunhos, dados empíricos. Destila e manipula o pânico e o medo na sociedade, proclamando uma iminente “ameaça comunista” que sempre estaria espreitando, a despeito de qualquer fundamento, senão a vocação para a repressão e a “ditadura preventiva” contra o proletariado, os camponeses e as suas organizações e reivindicações. Assim se deu em 1917 com Paulo de Frontin no Senado após as greves operárias, Macedo Soares em 1924 em São Paulo com os revoltosos e os legalistas contra o proletariado anarcossocialista, Vargas com o “Plano Cohen” em 1937 e, as Forças Armadas com a Casa Branca e as elites econômicas e reacionárias em 1964. Se “a história se repete duas vezes” sempre, “como tragédia e depois como farsa”, como ensina Marx, aqui não é apenas “duas vezes”.

Da pesquisa sobre Direitos Humanos no Brasil em 2008 – no esteio da crise econômica nos Estados Unidos que afetou todo o mundo - encomendada pela Secretaria de Direitos Humanos, que constatou a alarmante rejeição da sociedade pelo tema, à eleição de Bolsonaro dez anos depois, assistimos a ofensiva neoliberal e autoritária da direita e da extrema-direita contra a onda progressista no continente, as democracias liberais e as conquistas da classe trabalhadora. Foi nesse ambiente que setores militares e saudosistas da ditadura assumiram o protagonismo, desafiando as instituições democráticas e afrontando setores progressistas – mobilizando amplos segmentos de classe média e populares mais vulneráveis à crise econômica e suscetíveis a manipulação demagógica e reacionária.

Após a Ordem dos Advogados do Brasil em 2010, solicitar a revisão da lei da Anistia ao STF<sup>87</sup>, retirando a sua cobertura para os crimes de tortura cometidos por representantes do Estado – policiais, agentes de segurança e militares – e, a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011, aumenta a tensão e o antagonismo entre segmentos sociais favoráveis ao incremento e aprofundamento da democracia, e setores conservadores e autoritários. Em 2014, após a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais e no vácuo de uma série de golpes jurídicos-parlamentares na América Latina contra a centro-esquerda, iniciou-se a mobilização para o processo de impedimento da presidenta que culminou com o seu afastamento em 2016 e a ofensiva contra o Estado de bem-estar social brasileiro mínimo, direitos e políticas sociais, o patrimônio público e natural e a própria democracia.

A Lei da Anistia é emblemática no que diz respeito à aversão da nossa tradição ao conflito. Se trata, é verdade, do arranjo possível naquela conjuntura diante da correlação de forças entre a ditadura desgastada e a esquerda fragmentada, apesar da ascensão da classe trabalhadora e a ampla mobilização pelo retorno à democracia. Contudo, é sintomática do apreço à conciliação ou reconciliação mais ou menos forçada, em nome da suposta “paz e unidade nacional”, harmonizando de forma artificial e rasa interesses e grupos historicamente antagônicos e irreconciliáveis, como se fosse possível equiparar em força e medida os antagonistas e as suas ações – e reações -, suspendendo ou paralisando por tempo indeterminado o conflito latente, estabelecendo

---

<sup>87</sup> Em 2018 a Comissão Nacional da Verdade também solicitaria a revisão da Lei da Anistia.

um empate legal e moral entre os que impuseram a ditadura durante 15 anos – considerando o ano de 1979 – e alguns poucos que se opuseram, resistiram e sobreviveram à violência, repressão e ao terror de Estado. O pacto que permite a coexistência e a pacificação consensual e forçada, pois, se trata de elementos irreconciliáveis, é representativo da tese de Florestan sobre “revolução dentro da ordem” e “modernização conservadora”, na medida em que não se funda em rupturas, mas, na continuidade e desdobramentos de elementos fundamentalmente antagônicos que em momentos de crise tendem a ressurgir e se opor, conforme os acordos sejam constituídos sob bases pouco homogêneas ou estáveis.

Desde os estudos sobre violência na graduação, que se transformaram nesse trabalho iniciado em 2018, três questões causavam o desconforto e a inquietação que suscitou essa pesquisa: o traço autoritário latente em nossa sociedade, a tibieza e o despreço pela democracia, a notória e perene presença militar na nossa vida política. Assim, deu-se um longo caminho de estudos e pesquisas, com diversos interlocutores acadêmicos, acerca do nosso processo histórico de formação social, em busca das origens dessa tradição autoritária, no âmbito da dinâmica política brasileira, em que a democracia se constrói, reconstrói e mais recentemente, se corrói. Das Ciências Sociais ao Serviço Social, a “questão social” que expressa e reproduz o capitalismo dependente e periférico estabeleceu tanto a ponte para esse diálogo, quanto se constitui na arena em que as contradições da democracia mínima encontram a tradição autoritária que caracteriza o nosso processo histórico, conforme se constata na obra dos principais autores do pensamento político e social brasileiro. Isto é, a “questão social” é o laboratório e o catalisador do arbítrio brasileiro. Essa é a contribuição que esse estudo pretende dar ao Serviço Social: instigar um debate sobre a nossa formação e a sombra do autoritarismo, que ao contrário do espectro do comunismo, propalado pelo terrorismo reacionário, paira inexorável sob a sociedade, intimidando a democracia e oferecendo o passado como promessa de futuro, impondo o retrocesso e o arbítrio como corolário da ordem e da concórdia social. Ou rompemos com essa tradição autoritária, fundada em elementos arcaicos da nossa história e enfrentamos as nossas contradições sociais ampliando as conquistas democráticas realizadas pelos trabalhadores, ou renunciamos

à civilização e as possibilidades e potencialidades que nosso povo e país podem ainda realizar na construção do socialismo ou de uma sólida democracia social.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção e genealogia do poder**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, UFMG: Belo Horizonte, 2011.

ALONSO, Ângela. **O Abolicionismo como movimento social**. Revista Novos Estudos, CEBRAP, USP: São Paulo, 2014.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARISTOTELES. **Política, in: Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ARECO, Sabrina. **A questão política dos intelectuais – Balzac nos Quaderni**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/157668/154868>.

ASSIS, Machado. **Obra completa de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

ASSUNÇÃO, Moacir. **São Paulo deve ser destruída: a história do bombardeio à capital na revolta de 1924**. São Paulo: Record, 2015.

AUGUSTO, André Guimarães. **Visão de mundo aristocrática e contrarrevolução conservadora**. NIEP - Marx, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2017. Disponível em: < <http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC45/mc453.pdf>> Acesso em: 20/08/2020.

AZEVEDO, Aldo M. **Lord Cochrane: Primeiro Almirante brasileiro**. Revista de História USP, volume 9, nº 19. São Paulo, 1954. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/2980>. Acesso em: 11/09/2020.

BARRETO, Lima, **Crônicas Escolhidas Folha de São Paulo**. São Paulo: Ática, 1995.

BARRETO DE SANTANA, José Carlos. **Euclides da Cunha e a Escola Politécnica de São Paulo**. Revista de Estudos Avançados da USP, Nº 26, Volume 10. São Paulo: EdUSP, 1996.

BATALHA, Cláudio H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BOBBIO, Norberto, **A teoria das formas de governo**. Brasília: UnB, 1997.

BOITO JR., Armando. **A (difícil) formação da classe operária**. Marxismo e Ciências Humanas. São Paulo: Xamã, 2003.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRITO, Raimundo Farias de. **Ensaio sobre o conhecimento**. Filosofia Esotérica, 2016. Disponível em: [https://www.filosofiaesoterica.com/wp-content/uploads/2016/08/Farias-Brito\\_-Ensaio-Sobre-o-Conhecimento\\_.pdf](https://www.filosofiaesoterica.com/wp-content/uploads/2016/08/Farias-Brito_-Ensaio-Sobre-o-Conhecimento_.pdf). Acesso em: 02/12/2020.

CALASANS, José. **Favila Nunes, repórter em Canudos**. 1991. Disponível em: <http://josecalasans.com/bibliografiacanudense.html>. Acesso em: 30/08/2020.

\_\_\_\_\_. **Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico**. Revista USP, Nº 54, “Dossiê “Os Sertões”, cem anos”. São Paulo: 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35217>. Acesso em: 06/06/2020.

CALIL, Gilberto. **A experiência italiana e o desenvolvimento do marxismo de José Carlos Mariátegui**. Anais do VI Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2010. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais\\_ivsimp/gt8/15\\_gilbertocalil.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/15_gilbertocalil.pdf). Acesso em: 03/12/2020.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**. 2002. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). Acesso em: 04/12/2020.

CANO, Wilson. **Da década de 1920 à de 1930: Transição rumo à crise e à industrialização no Brasil**. Artigo da Sessão Especial “80 ANOS DA REVOLUÇÃO DE 1930: SEU SIGNIFICADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA”. 38º Encontro Anual da ANPEC. Revista Economia, volume 13, Nº 3. Brasília: setembro de 2012.



CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARVALHO, José Reinaldo. **Jack London, expoente da literatura socialista**. Revista Princípios, edição 44. 1997. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/44/cat/1596/jack-london-expoente-da-literatura-socialista-.html>. Acesso em: 12/07/2020.

CARVALHO, Nanci Valadares de. **Revolução, Constituição e Ditadura**. “A revolução inglesa” de A. L. Morton. São Paulo: Vértice, 1986.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Quarta Parte: Socialismo e Nacionalismo (1884-1927), capítulo II, “O inquérito sobre a monarquia” de Charles Maurras. Rio de Janeiro: Agir, 1978.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

CRUZ, Natália Reis. **História, memória e poder: a Ação Integralista Brasileira e a reconstrução mistificada do passado e do presente**. Revista de História da UNISINOS, volume 16, Nº 2. São Leopoldo (RS): 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.162.02>

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.

\_\_\_\_\_. **Os Sertões (Campanha de Canudos)**. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1903.

\_\_\_\_\_. **Á Marjem da História**. Porto: Livraria Chardron, 1909. Disponível em: < <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6494> > acesso em agosto de 2020.

\_\_\_\_\_. **Caderneta de Campo. Introdução, notas e comentário por Olímpio de Souza Andrade**. São Paulo: Cultrix, 1975. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/>

D'ARBO, Renata Cipolli. **Desenvolvimento tecnológico na agricultura cafeeira em São Paulo e Ribeirão Preto, 1875-1910**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo, 2014.

DEO, Anderson. **A consolidação da social democracia no Brasil: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial**. 2011. 303 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/101001>. Acesso em: 05/03/2018.

DEVINCENZI, Diego Speggorin. **A crista do Chantecler: José Gomes Pinheiro Machado no jogo das mediações políticas brasileiras (1889-1915)**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/189293>. Acesso em: 03/11/2020.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Zahar, 1981.

FERRARO, Alceu Ravanello, KREIDLOW, Daniel. **Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais**. Educação e Realidade, volume 29, nº 2. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25401>. Acesso em: 11/04/2020.

FOOT HARDMAN, Francisco. **Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides**. Revista de Estudos Avançados da USP, Nº 26, Volume 10. São Paulo: EdUSP, 1996.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós, 1983.

FRANCHINI NETO, Hélio. **Independência e morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823)**. 2015. 651 f., il. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20238>. Acesso em: 25/05/2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global, 2003.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: L&PM Pocket, 2010.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Fato e ficção na obra de Euclides da Cunha**. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, volume 5. Rio de Janeiro: 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701998000400016>> acesso em julho de 2020.

GOLDMACHER, Marcela. **A Greve Geral de 1903 - O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense - ICHF, Niterói – RJ, 2009. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1152.pdf> . Acesso em: 01/06/2020.

GUIMARÃES, Anahí da Silva da Cunha. **O Modernismo Marioandradino em Sérgio Buarque de Holanda e as raízes de “Raízes do Brasil”**. Monografia em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96300/000917563.pdf;sequence=1>. Acesso em: 03/10/2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 1963.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das Elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, Octavio. **Classe e Nação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética?** São Paulo: Brasiliense, 1988.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia cafeeira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LARA, Ricardo. **Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia.** Katálysis, volume 16, nº 1. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v16n1/v16n1a10.pdf>. Acesso em: 29/11/2020.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo fase superior do Capitalismo.** São Paulo: Global. 1982.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo. In: Os Pensadores.** São Paulo: Abril Cultural. 1996.

LUKÁČ'S, György. **Para uma ontologia do ser social II.** Boitempo: São Paulo, 2013.

MAESTRI, Mário. **Piribebuy, a capital mártir: história, historiografia e ideologia na Guerra no Paraguai.** Estudos Ibero-Americanos, vol. 39, núm. 1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2013.

\_\_\_\_\_. **Cartas desde o front da Guerra do Paraguai.** Revista Territórios e Fronteiras, volume 2, Nº 1. UFMT, Cuiabá: 2009.

MARINHO, José Antônio Bertani. **O renascimento da Filosofia do Espírito na visão de Farias de Brito.** Revista Educação, volume 2, Nº 2. Universidade de Guarulhos: 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista 1848.** São Paulo: LP&M Pocket. 2001.

MARX, Karl. **O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital, livro I - O processo de produção do Capital.** Vol. II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.

\_\_\_\_\_. **O Capital**, capítulo XXIV, volume I, 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **A Guerra Civil na França.** Ridendo Castigat, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/guerracivil.pdf>. Acesso em: 03/05/2019.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**, 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEDEIROS, Ruy. “**Manifesto dirigido à nação pelos alunos da Faculdade de Direito da Bahia, datado de 3 de novembro de 1897**”. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5038/doc01\\_28.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5038/doc01_28.pdf). Acesso em: 01/12/2020.

MEIRELLES, Domingos. **A noite das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes**. São Paulo: Record, 1995.

MICELI, Sérgio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. Volume 1. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. São Paulo: Vértice, 1989.

MOLDINO, Luís Miguel. **Os santos do povo: padre Ibiapina, Antonio Conselheiro, Padre Cícero**. Revista IHU on-line. Instituto Humanitas Unisinos. 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/526989>. Acesso em: 21/07/2020.

MOLINA, Sarruge Rodrigo. **Primeiras Escolas Agrícolas no Brasil: limites e falências (1877 – 1936)**. Revista HISTEDBR on-line nº 46, Unicamp: Campinas, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640088>. Acesso em: 12/05/2020.

MONASTA, Atílio. **Antonio Gramsci**. Coleção Educadores - Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 2010.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O Espírito das Leis**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

NETTO, José Paulo. **O Serviço Social e a tradição marxista**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 30, ano X, p.89 – 102, 1989.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez. 1996.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da "questão social"**. Revista Temporalis, São Paulo, n. 3, ano II. 2001.

NOGUEIRA, Nathália Sanglard de Almeida. **Margear o outro: viagem, experiência e notas de Euclides da Cunha nos sertões baianos**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1705.pdf>. Acesso em: 09/06/2020.

PEREIRA, Astrojildo, **A imprensa operária no Brasil**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/astrojildo/1947/07/imprensa.htm>. Acesso em: 27/05/2019.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes**. 2013. xiii, 307 f., il. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15153>. Acesso em: 26/09/2018.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

QUEIRÓZ, Silvânia. **Revisando a revisão: Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai de J.J. Chiavenato**. 2010. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo/RS. Passo Fundo, 2010. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/102>. Acesso em: 09/08/2020.

RAMOS, Vinícius da Silva. **Os militares legalistas no Putsch Integralista pela imprensa carioca**. I Simpósio Nacional de História Militar (Anais). Universidade Estadual de Londrina, 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/his/ISNHM/AnaisPDF/viniussramos.pdf>. Acesso em: 14/11/2020.

RANCIERE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: 34, 1996.

REZENDE, Maria José. **Organização, coordenação e mudança social em Alberto Torres**. Revista Estudos de Sociologia, volume 5, Nº 8. Revista semestral do departamento Sociologia e Pós-Graduação em Sociologia FCL – UNESP. Araraquara: 2000. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/831>. Acesso em: 01/11/2020.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo?** São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. **O Banco Mundial e as políticas de saúde nos anos 90: um projeto de desmonte do SUS**. 2000. 265p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/313348>>. Acesso em: 01/10/ 2018.

ROSSO, Mauro. **Euclides da Cunha, Político**. Baleia na rede – Revista online do Grupo de Pesquisa de Cinema e Literatura da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP de Marília. Volume 1, Nº 6, Ano VI – dezembro de 2009. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/baleianarede/issue/view/135>>. Acesso em: 06/08/2020.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. **Como se narrou a Revolução Farroupilha: a escrita da história farrapa**. XI Encontro Estadual de História (Anais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande, 2012. Disponível em: [http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1345729772\\_ARQUIVO\\_Textoanaisanpuh-2012.FabricioSoares.pdf](http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1345729772_ARQUIVO_Textoanaisanpuh-2012.FabricioSoares.pdf). Acesso em: 29/09/2020.

THOMPSON, Jonh B. **Ideologia e cultura moderna: teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha e a República**. Revista de Estudos Avançados da USP, Nº 26, Volume 10. São Paulo: EDUSP, 1996.

VENTURI, G. (org.) **Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro\\_percepcoes/percepcoes.pdf](http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_percepcoes/percepcoes.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2011.

VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Rio de Janeiro: EdUFF, 1987.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **Oliveira Vianna e o Estado Corporativo**. São Paulo: Grijalbo, 1976.

### **Sites consultados**

“A chacina dos operários na greve geral de 1917 em Campinas”. Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas. 2017. Disponível em: <https://ihggcampinas.org/2017/07/09/a-chacina-dos-operarios-na-greve-geral-de-1917-em-campinas/>. Acesso em: 06/07/2020.

“Um velho problema”. Euclides da Cunha. Estadão, 1904. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/especiais/euclides/capitulo-8.php#artigo16>. Acesso em: 02/06/2020.

“Publicações operárias anarquistas e socialistas”. Projeto Integrado: Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/inventario/resultado.php?fgSubmit=1&stKeyword=anarquistas&idAreaBusca=1,3,4,5&idAreaSelecionada=2&nmBoxAtual=0&idArrayQuery=5&fgTermoExato=1> . Acesso em: 03/02/2019.

“Confederação Operária Brasileira”. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira->



republica/CONFEDERA%C3%87%C3%83O%20OPER%C3%81RIA%20BRASILEIRA%20(COB).pdf. Acesso em: 03/04/2019.

“Leis Adolfo Gordo”. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>. Acesso em: 07/06/2020.

“O estado dos direitos humanos no mundo”. 2018. Anistia Internacional – Informe 2017/18: Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>. Acesso em: 02/04/2019.

“13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019”. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf). Acesso em: 23/03/2020.

“Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 a 2018”. Edição especial 2018, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP\\_ABSP\\_edicao\\_especial\\_estados\\_faccoes\\_2018.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf). Acesso em: 17/09/2019.

“As violações no sistema prisional brasileiro”. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) 2016. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/09/quando-a-liberdade-e-excecao.pdf>. Acesso em: 11/07/2019.

“O estado dos direitos humanos no mundo”. 2015. Anistia Internacional – Informe 2014/15. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Web-Informe-2015-03-06-final.pdf>. Acesso em: 09/04/2019.

“Polícia brasileira mata em 6 dias o mesmo que a britânica em 25 anos”. Folha de São Paulo, 28/10/2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/10/1827203-policia-brasileira-mata-em-6-dias-o-mesmo-que-a-britanica-em-25-anos.shtml>. Acesso em: 18/10/2018.

“Constituição Federal”. Artigo 142. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_03.07.2019/art\\_142\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_142_.asp). Acesso em: 27/11/2019.

“A militarização da segurança pública no Brasil”. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, Relatório, Tomo I, Parte I, 2013. Disponível em: [http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I\\_Tomo\\_Parte\\_1\\_A-militarizacao-da-seguranca-publica-no-Brasil.pdf..](http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_1_A-militarizacao-da-seguranca-publica-no-Brasil.pdf..) Acesso em: 29/08/2018.

“Anos de incerteza (1930-1937) – Aliança Nacional Libertadora”. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/ANL>. Acesso em: 08/11/2020.

“Campanha de Canudos: a tragédia do Arsenal de Guerra”. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/guest>. Acesso em: 22/07/2020.

“Imigração em São Paulo”. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/estatisticas.php>. Acesso em: 04/09/2019.

“Integralismo”. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/integralismo>. Acesso em: 08/10/2020.

“Carta Encíclica *“Rerum Novarum”* do Sumo Pontífice Papa Leão XIII”. Libreria Editrice Vaticana. Disponível em: [http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html). Acesso em: 09/10/2020.

“Verbetes biográfico Olbiano Gomes de Melo”. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olbiano-gomes-de-melo>.

Acesso em: 12/09/2020.

“Verbete temático Legião Cearense do Trabalho”. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/legiao-cearense-do-trabalho>. Acesso em: 12/09/2020.

“Verbete temático Centro Dom Vital”. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-dom-vital>. Acesso em: 11/09/2020.

“O estado dos direitos humanos no mundo”. 2018. Anistia Internacional. Informe 2017/18: Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>. Acesso em: 23/04/2019.

“Recente pesquisa do Instituto Datafolha revela que a média nacional favorável à redução da maioria penal está em 87%”. Folha de São Paulo, 15/04/2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1616762-87-querem-reducao-da-maioridade-penal-numero-e-o-maior-ja-registrado.shtml>. Acesso em: 16/07/2018.

“Sistema penitenciário atual: incompatibilidade com a lei de execução penal”. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/41175/sistema-penitenciario-atual-incompatibilidade-com-a-lei-de-execucao-penal>. Acesso em: 04/02/2018.

“Relatório da Anistia Internacional aponta que as polícias brasileiras são as que mais matam no mundo”. Anistia Internacional, 2015. Disponível em <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2015/09/amnesty-international-releases-new-guide-to-curb-excessive-use-of-force-by-police/>. Acesso em: 20/10/2018.

“O autor favorito de Marx”. Da Redação. Folha de São Paulo, 16 de março 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs16059912.htm>. Acesso em: 11/02/2019.

“Teodoro Sampaio e as recordações sobre o amigo Euclides da Cunha”. Hora do Povo, 13/11/2015. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/teodoro-sampaio-e-as-recordacoes-sobre-o-amigo-euclides-da-cunha/>. Acesso em: 13/06/2020.

“Berço de “Os Sertões mantém calma”. Folha de São Paulo, 14/10/2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/turismo/fx1410200214.htm>. Acesso em 22/01/2020.

“Resposta à Confederação Abolicionista”. Folha de São Paulo, 15/05/2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1505200508.htm>. Acesso em: 09/06/2020.

“Obras de Euclides da Cunha”. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/>. Acesso em 27/01/2020.

“Cidade teve 25 mil pessoas e 5.000 casas”. Especial para a Folha de São Paulo, 18/10/1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1810199918.htm>. Acesso em 01/08/2020.

“Verbete temático Assembleia Nacional Constituinte de 1891”. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSEMBLEIA%20NACIONAL%20CONSTITUINTE%20DE%201891.pdf>. Acesso em: 12/09/2020.

“Verbete bibliográfico Hermes da Fonseca”. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Hermes%20da.pdf>. Acesso em: 30/06/2020.

“Recenseamento de 1920: 4º censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias”. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>. Acesso em: 15/09/2020.

“Os Cartistas”. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/08/02.htm>.  
Acesso em: 01/09/2020.